

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MESTRADO**

ELISE CRISTINA EIDT

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL – UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

DISSERTAÇÃO

FRANCISCO BELTRÃO

2019

ELISE CRISTINA EIDT

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL – UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – PGDR – da Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito final à obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Gestão e Desenvolvimento Regional

Linha de Pesquisa: Gestão Organizacional

Orientadora: Prof. Dr. Rosane Calgaro

FRANCISCO BELTRÃO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Eidt, Elise Cristina

Responsabilidade social na Universidade Federal da
Fronteira Sul : uma análise histórica / Elise Cristina
Eidt; orientador(a), Rosane Calgaro, 2019.
337 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e
Desenvolvimento Regional, 2019.

1. Responsabilidade social universitária. 2. Impactos.
3. Gestão. 4. Comunidade universitária. I. Calgaro, Rosane
. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Mestrado, da Unioeste – Câmpus de Francisco Beltrão, em Sessão Pública realizada na data de 13 de junho de 2019, considerou a mestranda ELISE CRISTINA EIDT, **APROVADA**.

Dr^a. Rosane Calgaro

Dr^a. Larissa de Lima Trindade

Dr^a. Jucélia Appio Frizzon

OBS: As assinaturas dos membros da banca podem ser encontradas na versão impressa, presente na biblioteca.

Francisco Beltrão, 13 de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Santa Paulina, por me iluminarem nesta caminhada e me darem forças para prosseguir nos momentos de medo e de dificuldades.

À minha amada família pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu companheiro Adriano, pelo amor, companheirismo e apoio em mais essa etapa da nossa trajetória.

Aos meus amigos e colegas da UFFS pelo companheirismo, incentivo e compreensão nas minhas ausências.

À todos os servidores da UFFS, que lutam pela manutenção do Programa de Educação Formal.

À UFFS, que tem sido minha segunda casa desde a graduação, e por ter inspirado esta dissertação a partir do seu perfil singular.

Aos que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, respondendo aos questionários, participando do grupo focal e das entrevistas, minha gratidão.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, pela concessão da bolsa que contribuiu para a minha formação e realização deste trabalho.

Aos professores do Programa de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIOESTE, que dedicaram o seu tempo para nossa formação, realizando todas as cobranças necessárias sem perder a humildade.

À Reni, secretária do Programa de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIOESTE, pela amizade, dedicação e paciência.

Às professoras que gentilmente aceitaram fazer parte da minha banca de defesa, obrigada pela contribuição à minha pesquisa e a minha formação.

Aos meus colegas do mestrado, em especial aos meus queridos amigos e companheiros de estudos Helem, Dani e Wilmar, amizade que guardarei para sempre comigo, sentirei saudades!

À professora Rosane, pela sua disponibilidade em me orientar, pela paciência, compreensão, cuidado e dedicação constantes, e, em especial, pela amizade. Serei eternamente grata por todo o apoio!

Àquelas pessoas que sempre torce(ra)m por mim, pelo sorriso, abraço, palavras de aconchego e de força!

“No hay humanidad sin responsabilidad.”
François Vallaeys

RESUMO

RESPONSABILIDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UMA ANÁLISE HISTÓRICA

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) vem se intensificando nos últimos anos, estando relacionada diretamente à discussão sobre a redefinição de papéis e abrangência das atividades das Instituições de Ensino Superior (IES), no que concerne a gestão ética e transparente dos processos administrativos, educacionais, cognitivos e sociais. Apesar do conhecimento sobre a prática da RSU, ainda se vislumbra um cenário de pouca divulgação, falta de apoio, incentivo e reconhecimento das ações, além de existirem poucos estudos empíricos que analisam as percepções dos públicos interno e externo, principalmente em IES públicas. Este estudo teve como objetivo geral “Diagnosticar a gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)”. Para isso, inicialmente, fez-se uma descrição histórica da Responsabilidade Social (RS), resgate da trajetória da universidade e do seu tripé constituinte, o detalhamento da abordagem da RSU, com estudo bibliométrico e revisão integrativa da literatura internacional e, por fim, apresentação do modelo teórico de RSU adaptado para a pesquisa, conforme proposto por Vallaey, Cruz e Sasia (2009). A metodologia da pesquisa se caracterizou pela dimensão histórica do fenômeno da RSU, sendo empregadas as abordagens qualitativa e quantitativa, com aplicação de entrevistas, questionários, grupo focal e análise dos documentos institucionais. A pesquisa contou com um total de 218 participantes (oito gestores, seis representantes da comunidade regional, 133 discentes, 65 docentes e seis técnico-administrativos em educação) com os quais foram avaliados os seguintes eixos do modelo teórico de RSU: *Campus* responsável, Formação profissional e cidadã, Gestão social do conhecimento e Participação social. Constatou-se pela análise dos documentos e histórico institucional que a concepção que fundamenta a prática da RSU na UFFS está diretamente relacionada às características do contexto em que se situa. Visualizou-se também um direcionamento construtivo das ações de ensino, pesquisa e extensão com os eixos da RSU, mas avanços se fazem necessários para a materialização de mais vertentes da temática, principalmente as relacionadas ao eixo *Campus* responsável. Em geral, as percepções dos públicos interno e externo foram consistentes para os quatro eixos pesquisados e reconhece-se que a comunidade está ciente do que significa ser uma universidade socialmente responsável, mas também aponta para oportunidades de melhoria e desafios futuros, a partir dos quais são apresentadas proposições de ações. Isso posto, avalia-se que a UFFS tem consciência da importância e tende a fomentar a RSU, sendo tal cenário diretamente relacionado a sua constituição e princípios, mas as ações ainda não refletem um modelo de gestão de Responsabilidade Social integral e transversal. A partir disso, ao final, propõe-se a institucionalização de um Comitê de Responsabilidade Social e a estruturação de uma política de RSU, que permitiria o acompanhamento permanente deste tema tão importante para a atuação da IES, visando legitimar as práticas que constroem a verdadeira missão social da educação superior.

Palavras-chave: Responsabilidade social universitária. Impactos. Comunidade acadêmica. Comunidade regional. Gestão.

ABSTRACT

SOCIAL RESPONSIBILITY AT FEDERAL UNIVERSITY OF FRONTEIRA SUL – A HISTORICAL ANALYSIS

The University Social Responsibility (USR) has been increasing over the past few years, and it is directly related to the discussion about redefining roles and the scope of activities of Higher Education Institutions (HEI), with regard to the ethical and transparent management of administrative, educational, cognitive and social processes. Despite the awareness about the USR practice, there is still a scenario of low disclosure, lack of support, incentive and recognition of the actions, in addition to the few empirical studies which analyze the internal and external perception of the public, mainly in public HEI. The general objective of the present study was “To diagnose the management of University Social Responsibility (USR) at Federal University of Fronteira Sul (UFFS)”. Initially, a historical description of Social Responsibility (SR) has been made, followed by an analysis of the trajectory of the university and its constituent tripod, the detailing of the USR approach, with bibliometric study and integrative review of international literature, and lastly, the presentation of a theoretical model of USR adapted to the research, according to what Vallaey, Cruz and Sasia (2009) proposed. The research methodology was characterized by the historical dimension of the USR phenomenon, using qualitative and quantitative approaches, application of interviews, questionnaires, focus group and analysis of institutional documents. The research involved 218 participants (eight managers, six representatives of the regional community, 113 students, 65 professors, and six administrative technicians in education) with whom the following axes of the USR theoretical model were evaluated: Responsible *campus*, Professional qualification and citizen training, Social knowledge management and Social participation. Through the analysis of documents and the institutional history it was found that the conception which bases the practice of the USR at UFFS is directly related to the characteristics of the context in which it is situated. A constructive direction was also observed in the teaching actions, research and extension with the axes of the USR, but improvement is necessary to materialize more dimensions of the thematic, especially those related to the axis Responsible *campus*. In general, the perceptions of the internal and external public were consistent with the four researched axes, and it is recognized that the community is aware of the meaning of a social responsible university, but it also indicates opportunities for improvement and future challenges from which prepositions of actions are presented. Therefore, it is estimated that the UFFS is aware of the importance and tends to promote the USR, for its scenario is directly related to its constitution and principles, but the actions still do not reflect an integral and transversal Social Responsibility management model. Lastly, the institutionalization of a Social Responsibility Committee and the structuration of an RSU policy are proposed, what would allow the permanent monitoring of this important topic for the HEI, in order to legitimize the practices which build the true social mission of higher education.

Keywords: University social responsibility. Impact. Academic community. Regional community. Management.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	3
FIGURA 2 - MODELO TEÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	19
FIGURA 3 - CONTRIBUIÇÕES DA REVISÃO INTEGRATIVA.....	48
FIGURA 4 - MODELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA....	54
FIGURA 5 - CARTAZES E FOTOGRAFIA DO MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE NA MESORREGIÃO.....	79
FIGURA 6 - ORGANOGRAMA DA UFFS.....	86
FIGURA 7 - PRINCIPAIS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA RSU NOS PPCS	104
FIGURA 8 - COMPARAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA COM OS EIXOS DE RSU	111
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS LINHAS DE EXTENSÃO ENTRE OS EIXOS DA RSU	121
FIGURA 10 - FÓRUNS TEMÁTICOS DA I COEPE	127
FIGURA 11 - FÓRUNS TEMÁTICOS DA II COEPE	128
FIGURA 12 - SÍNTESE DA CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL SOBRE O EIXO GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO.....	156
FIGURA 13 - SÍNTESE DA CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL SOBRE O EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL	161
FIGURA 14 - DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DE RSU CONFORME AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL.....	163
FIGURA 15 - DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DE RSU CONFORME AVALIAÇÃO COMUNIDADE ACADÊMICA.....	236
FIGURA 16 - DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DE RSU NA UFFS	244

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS POR ÁREA TEMÁTICA NO PERÍODO DE 2010 A OUTUBRO DE 2018.....	122
GRÁFICO 2 - QUANTITATIVO DE TAES, VOLUNTÁRIOS E PARCERIAS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 2010 A OUTUBRO DE 2018	123
GRÁFICO 3 - QUANTITATIVO DE BOLSISTAS DE AÇÕES/ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO PERÍODO DE 2010 A OUTUBRO DE 2018	124
GRÁFICO 4 - RESPOSTAS DOS DOCENTES PARA A PERGUNTA: ESTOU SATISFEITO COM AS AVALIAÇÕES DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE QUANTO A PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL NA CARREIRA	171
GRÁFICO 5 - RESPOSTAS DOS DOCENTES PARA AS PERGUNTAS RELACIONADAS À GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE.....	185
GRÁFICO 6 - RESPOSTAS DOS DISCENTES PARA AS PERGUNTAS RELACIONADAS À GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRANSPARENTE.....	186
GRÁFICO 7 - RESPOSTA DOS DOCENTES PARA A PERGUNTA: NA MINHA ESPECIALIDADE, TEMOS REUNIÕES COM ATORES SOCIAIS EXTERNOS PARA DISCUTIR A RELEVÂNCIA SOCIAL DO CURRÍCULO	204
GRÁFICO 8 - RESPOSTAS DOS DOCENTES PARA O ITEM DIFUSÃO, TRANSFERÊNCIA E TROCA DE CONHECIMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES COM OS PÚBLICOS DESFAVORECIDOS	214
GRÁFICO 9 - RESPOSTAS DOS DISCENTES PARA A PERGUNTA: DESDE QUE ESTIVE NA UNIVERSIDADE, PUDE FAZER PARTE DE GRUPOS E/OU REDES COM FINS SOCIAIS OU AMBIENTAIS ORGANIZADOS OU PROMOVIDOS PELO MEU CURSO OU PELA UNIVERSIDADE	222
GRÁFICO 10 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO CAMPUS RESPONSÁVEL CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DISCENTES	311
GRÁFICO 11 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DISCENTES	311
GRÁFICO 12 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DISCENTES	312

GRÁFICO 13 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO CAMPUS RESPONSÁVEL CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DOCENTES	312
GRÁFICO 14 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DOCENTES	313
GRÁFICO 15 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DOCENTES	313
GRÁFICO 16 - ESCALA DE RESPOSTAS PARA O EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONFORME CURSO E CAMPUS DOS DOCENTES	314

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RESULTADO FINAL DOS ARTIGOS SELECIONADOS, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	30
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ARTIGOS RESULTANTES DA REVISÃO INTEGRATIVA REALIZADA NA WEB OF SCIENCE	31
QUADRO 3 - CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	34
QUADRO 4 - AMOSTRAS PLANEJADAS PARA ENTREVISTA COM GESTORES E COMUNIDADE REGIONAL	65
QUADRO 5 - ETAPAS E AMOSTRAS PLANEJADA E EXECUTADA DA PESQUISA	68
QUADRO 6 - CATEGORIAS DE ANÁLISE DA PESQUISA	73
QUADRO 7 - PROTOCOLO DA PESQUISA	74
QUADRO 8 - AÇÕES DE PESQUISA DA UFFS NO PERÍODO DE 2011 A 2017	108
QUADRO 9 - ÁREAS DE CONHECIMENTO MAIS REPRESENTATIVAS NOS PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS NO PERÍODO DE 2011 A 2017.	112
QUADRO 10 - PRINCIPAIS PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS PELA UFFS NO PERÍODO DE 2010 A 2017	116
QUADRO 11 - PRINCIPAIS PROGRAMAS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS PELA UFFS NO PERÍODO DE 2011 A 2017	117
QUADRO 12 - LINHAS DE EXTENSÃO MAIS DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 2010 A 2017	118
QUADRO 13 - DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE EXTENSÃO MAIS DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 2010 A 2017	119
QUADRO 14 - SÍNTESE DA CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL SOBRE O EIXO CAMPUS RESPONSÁVEL	143
QUADRO 15 - SÍNTESE DA CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL SOBRE O EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ	151
QUADRO 16 - DISCENTES E DOCENTES PARTICIPANTES DA PESQUISA CONFORME CURSO E CAMPUS	164
QUADRO 17 - PERFIL DOS TAES PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL	165
QUADRO 18 - TOTAL DE SERVIDORES POR FORMAÇÃO	175

QUADRO 19 - ALUNOS CONTEMPLADOS PELAS POLÍTICAS DE ENSINO ..	196
QUADRO 20 - SÍNTESE DA CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE RS DA UFFS	234
QUADRO 21 - PROPOSIÇÃO DE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA A UFFS	242
QUADRO 22 - ANÁLISE DOS PPCS	306

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE SERVIDORES E DE DISCENTES POR CAMPI DA UFFS EM 2018	63
TABELA 2 - CURSOS DE GRADUAÇÃO MAIS REPRESENTATIVOS DA UFFS EM NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E AMOSTRAS DE DISCENTES E DOCENTES ESTABELECIDAS	66
TABELA 3 - CURSOS STRICTO SENSU MAIS REPRESENTATIVOS DA UFFS EM NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	67
TABELA 4 - RESPOSTAS DOS DOCENTES E DISCENTES PARA A PERGUNTA: PERCEBO QUE A TRAJETÓRIA DE CRIAÇÃO DA UFFS POSSUI CARACTERÍSTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	82
TABELA 5 - QUANTITATIVO DE PROJETOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS ANUALMENTE E ANALISADOS NA PESQUISA.....	107
TABELA 6 - NÚMERO DE BOLSAS DE PESQUISA OFERTADAS	112
TABELA 7 - QUANTITATIVO DE PROGRAMAS E PROJETOS ANALISADOS	116
TABELA 8 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA POR GÊNERO E IDADE	164
TABELA 9 - RESPOSTAS DOS DOCENTES E DISCENTES PARA AS PERGUNTAS DE DIREITOS HUMANOS, EQUIDADE DE GÊNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO	167
TABELA 10 - RESPOSTAS DOS DOCENTES E DISCENTES PARA AS PERGUNTAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE.....	182
TABELA 11 - PERCENTUAIS FINAIS DO EIXO CAMPUS RESPONSÁVEL	191
TABELA 12 - RESPOSTAS DOS DOCENTES E DISCENTES PARA AS PERGUNTAS RELACIONADAS À PRESENÇA DE TEMÁTICAS CIDADÃS E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS PROJETOS CURRICULARES.....	201
TABELA 13 - RESPOSTAS DOS DOCENTES E DISCENTES PARA AS PERGUNTAS RELACIONADAS A ARTICULAÇÃO ENTRE PROFISSIONALIZAÇÃO E VOLUNTARIADO SOLIDÁRIO E A RELEVÂNCIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO.....	208
TABELA 14 - PERCENTUAL FINAL PARA O EIXO FORMAÇÃO CIDADÃ E PROFISSIONAL.....	210

TABELA 15 – RESPOSTAS DOS DOCENTES PARA O ITEM INTEGRAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS EXTERNOS NAS PESQUISAS E NOS DESENHOS DAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	213
TABELA 16 - RESPOSTAS DOS DOCENTES PARA O ITEM PROMOÇÃO DA INTER E TRANSDISCIPLINARIDADE	216
TABELA 17 - PERCENTUAIS FINAIS DOS DOCENTES PARA O EIXO GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO	219
TABELA 18 - RESPOSTAS DOS DOCENTES PARA AS QUESTÕES RELACIONADAS À INTEGRAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA COM A PROJEÇÃO SOCIAL	221
TABELA 19 - RESPOSTAS DOS DISCENTES PARA AS PERGUNTAS DO ITEM: PARTICIPAÇÃO ATIVA NA AGENDA LOCAL E NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	227
TABELA 20 - PERCENTUAIS FINAIS DAS RESPOSTAS DOS SEGMENTOS DOCENTE E DISCENTE PARA O EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL	228

LISTA DE SIGLAS

ACC	Atividade Curricular em Comunidade
ACCs	Atividades Curriculares Complementares
ACI	Atividade Curricular em Instituição
CCRs	Componentes Curriculares
CE	Comissão de Ética
CF	Constituição Federal
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPAD	Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares
CVT	Centro Vocacional Tecnológico em Cooperativismo, Agroindustrialização e Agroecologia
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCEs	Diretórios Centrais dos Estudantes
DGA	Departamento de Gestão Ambiental
<i>DMQ</i>	<i>Distrito Metropolitano de Quito</i>
DQVT	Departamento de Qualidade de Vida no Trabalho
<i>EAM</i>	<i>Escuela de Administración y Mercadotecnia del Quindío</i>
<i>GRI</i>	<i>Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines</i>
<i>GRS</i>	<i>Académico de Investigación em Responsabilidade Social</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INNE	Incubadora de Negócios
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MPUF	Movimento Pró-Universidade Federal
MST	Movimento Sem Terra
<i>MU</i>	<i>Mondragon Unibertsitatea</i>
PCA	Programa de Capacitação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNE	Plano Nacional de Educação

PPA	Plano Plurianual
PPCs	Projetos Pedagógicos Curriculares
PPI	Projeto Político Institucional
PRO-AGP	Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa
PRO-APEC	Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos
PRO-ICT	Programa de Iniciação Científica e Tecnológica
RS	Responsabilidade Social
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSES	Responsabilidade Social da Educação Superior
RSU	Responsabilidade Social Universitária
RUs	Restaurantes Universitários
SGPD	Sistema de Gestão de Processos e Documentos
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
<i>UPMPM</i>	<i>Universidad Popular Madres de Plaza Mayo</i>
<i>USR</i>	<i>University Social Responsibility</i>

LISTA DE ACRÔNIMOS

AUDIN	Auditoria Interna
AUSJAL	<i>Asociación de Universidades Confiadas a la a Compañía de Jesús en América Latina</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CES	Conselho Estratégico Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEPE	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR	Conselho Curador
CONSCOM	Conselho Comunitário
CONSUNI	Conselho Universitário
CRDHIR	Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello
DINTER	Doutorados Interinstitucionais
EFAPI	Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<i>ISI</i>	<i>Institute for Scientific Information</i>
ISO	Organização Internacional para Normalização
<i>ISUR</i>	<i>Innovación Social Universitaria Responsable</i>
JUFFS	Jogos Universitários da UFFS
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MESOMERCOSUL	Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul
NEABI	Núcleos de Estudo Afro-brasileiros e Indígenas
NECOOP	Núcleo de Estudos em Cooperação
ORSUB	Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC – Af	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PIBIC – EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIBIC e PIBIT	Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIS	Programa de Bolsas de Ações Afirmativas e Inclusão Social
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIN	Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRODOCÊNCIA	Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PRO-EDITAR	Programa de Apoio à Publicação
PRO-FORMAR	Programa de Formação em Pesquisa e Pós-Graduação

PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROHAITI	Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos
PRO-INOVAR	Programa de Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação
PRO-INTER	Programa de Apoio à Internacionalização
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPEPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SAEs	Setores de Assuntos Estudantis
SECOC	Secretaria de Órgãos Colegiados
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TAEs	Técnico-administrativos em Educação
UBI	Universidade da Beira Interior
<i>UNACAR</i>	<i>Universidad Autónoma del Carmen</i>
<i>UNAH</i>	<i>Universidad Agraria de La Habana</i>
<i>UNAM</i>	<i>Universidad Nacional de Misiones</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
<i>UTEC</i>	<i>Universidad Tecnológica de El Salvador</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVO GERAL.....	5
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
1.3 JUSTIFICATIVA	6
1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	8
2 CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE.....	9
2.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL	10
2.2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO ALICERCE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA.....	15
2.3 UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL	20
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	24
2.4.1 Estudo bibliométrico sobre a RSU.....	25
2.4.2 Contribuições da literatura internacional ao conceito e aplicações da RSU	28
2.4.2.1 Análise dos achados	35
2.4.2.2 Contribuições da Revisão Integrativa.....	47
2.4.3 O Modelo de RSU de Vallaey, Cruz e Sasia (2009)	51
3 METODOLOGIA.....	57
3.1 DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA	57
3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA	59
3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	62
3.3.1 Fontes das informações e sujeitos participantes.....	62
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	69
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	71
3.6 QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA.....	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	77
4.1 O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UFFS	77
4.2 A CONCEPÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFFS.....	84
4.3 AS PRINCIPAIS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDAS PELA UFFS	94
4.3.1 Os Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs).....	95

4.3.2 Os Projetos de Pesquisa da UFFS	105
4.3.3 Os Projetos de Extensão da UFFS	114
4.4 A CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFFS	126
4.4.1 A I e II COEPE	126
4.4.2 Eixo <i>Campus</i> Responsável	129
4.4.3 Eixo Formação Profissional e Cidadã	143
4.4.4 Eixo Gestão Social do Conhecimento	152
4.4.5 Eixo Participação Social	156
4.4.6 Análise geral sobre a RS da UFFS do ponto de vista da comunidade regional	161
4.5 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFFS	164
4.5.1 Eixo <i>Campus</i> Responsável	166
4.5.2 Eixo Formação Profissional e Cidadã	192
4.5.3 Eixo Gestão Social do Conhecimento	211
4.5.4 Eixo Participação Social	220
4.5.5 Análise geral sobre a RS da UFFS do ponto de vista da comunidade acadêmica	230
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS	252
APÊNDICES	281
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com gestores	282
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a comunidade regional (membros dos conselhos superiores e egressos)	285
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a comunidade regional (associações/entidades/movimentos sociais).....	288
APÊNDICE D – Questionário para discentes	291
APÊNDICE E – Questionário para docentes	295
APÊNDICE F – Roteiro grupo focal com técnico-administrativos em educação.....	300
APÊNDICE G - Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz.....	302
APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	303

APÊNDICE I – Análise dos PPCs.....	306
APÊNDICE J – Gráficos com Escalas de resposta por Eixo da RSU conforme curso e <i>campus</i> dos discentes e docentes	311

1 INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento, no século XII, as universidades são caracterizadas por desempenhar determinado papel na sociedade. No início, elas atendiam a poucos, pautadas no caráter elitista, e a comunidade acadêmica detinha privilégios, como a exemplo do tratamento diferenciado em caso de julgamento (BOHRER *et al.*, 2008). Segundo os autores, com o decorrer dos anos, o papel das universidades foi se convertendo em uma ideia que ia além da guarda e transmissão do saber, visando a formação da elite pensante, já que, segundo Teixeira (1964), Hoffmann (1975), Oliven (2002) e Danesi e Siqueira (2014), o foco inicial era o ensino, com a transferência de saberes, sem ter compromisso com a produtividade material e a abertura da universidade.

Sob a perspectiva histórica e conceitual, Reis (2007) afirma que as universidades vêm expondo a contemporânea mobilização em torno do seu papel social, considerando a premissa de que, por portarem autonomia na gestão político-pedagógica e de aplicação de recursos, devem estar focadas na resolução de problemas da sociedade. Com essa perspectiva, a atuação das universidades, no cenário da Responsabilidade Social (RS), vem se intensificando, estando relacionada diretamente à discussão sobre a redefinição de papéis e abrangência de suas atividades, que há muito tempo era demandada pela sociedade, uma vez que ações eram restritas à promoção do ensino e pesquisa, tendo como objetivo precípua formar profissionais de alto nível de qualificação.

Com o advento da extensão, a universidade passa a ampliar sua atuação, estabelecendo uma relação mais direta com outros segmentos da sociedade (PUCCI, 1991; SERRANO, 2010), possibilitando assim a estruturação da ideia de compromisso social, forma geralmente atribuída à RS da universidade para com a sociedade, porque, ao realizar uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos que norteiam as atividades da instituição, ela normalmente apresenta-se de forma nítida sob a expressão compromisso social, uma vez que, pelas particularidades da universidade¹, que possui a função de produzir e difundir conhecimentos, deve-se ter mais que responsabilidade para com a sociedade, deve-se ter comprometimento, expressão que tem um sentido de maior

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, admite uma variedade de tipos de instituições de ensino superior: a) Universidade; b) Centro Universitário; c) Faculdades Integradas; d) Institutos ou Escolas Superiores. Somente a **universidade** se caracteriza por autonomia didática, administrativa e financeira e por desenvolver ensino, pesquisa e extensão.

envolvimento. Logo, falar do compromisso social da universidade significa falar de seus deveres e obrigações, dos encargos inerentes à natureza institucional (WANDERLEY, 2005; CALDERÓN, 2005; GOERGEN, 2006; SILVA; MELO, 2010; CRUZ; PASSOS, 2010; CARDENUTO *et al.*, 2017).

Em decorrência da intensificação do compromisso social, a RS ganha novos contornos e relevância após a operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 2004. Esse regulamento está pautado no “[...] aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES” (BRASIL, 2004, Art. 1º, § 1º), constando entre os princípios fundamentais a responsabilidade social com o avanço da qualidade da educação superior, ou seja, a RS incide como uma das dez dimensões de avaliação das universidades.

Apesar desse novo cenário, pesquisas (WRIGHT, 2010; ROSETTO, 2011; GOMEZ; PRECIADO, 2013) realizadas nos últimos anos evidenciam que a origem do conceito de RS, fortemente ligada ao setor empresarial, desperta, de forma ainda muito tímida, o interesse de dirigentes das universidades em vincular suas ações acadêmicas a RS. Gurgel (1986), Chauí (2003), Vallaeys (2006) e Lo *et al.* (2017) indicam que, em contraste com a crescente popularidade do tema, ainda se vislumbra um cenário de pouca divulgação, falta de apoio, incentivo e reconhecimento das ações de Responsabilidade Social Universitária (RSU).

Na literatura internacional (NEJATI *et al.*, 2011; RAMOS PARRA; GARCIA MARTÍNEZ; PÉREZ CEDEÑO, 2011; VASQUEZ; AZA; LANERO, 2015; CRASTO; MARIN; SENIOR, 2016; RUIZ-CORBELLA; BAUTISTA-CERRO RUIZ, 2016), a RSU aparenta ser mais desenvolvida, com regulamentações específicas, mas que também denotam a complexidade do tema e a variedade de concepções. As principais características da responsabilidade social em instituições de ensino superior internacionais estão relacionadas ao modelo de gestão dos impactos (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009; VALLAEYS, 2016), visando uma gestão socialmente responsável da universidade nos aspectos da gestão interna (direitos humanos, equidade, direitos trabalhistas, meio ambiente, democracia, entre outros); formação profissional e cidadã (projetos curriculares); gestão social do conhecimento (difusão e transferência de conhecimentos à comunidade) e participação na sociedade (projeção social, desenvolvimento econômico, social e ambiental). Exemplos de aplicação ou proposição

do modelo estão presentes na dissertação de Kiszner (2018), na metodologia dos artigos de Santeli e Montoya (2017), Martínez-Usarralde, Lloret-Catalá e Mas-Gil (2017), Gómes, Alvarado e Pujols (2018), nas pesquisas de Londoño (2015) e Mebarack e Ruiz (2018), que resultaram em capítulos de livro.

Mediante tal modelo, observa-se que a RS possui um eixo transversal e integral em todos os âmbitos da universidade, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e também, essencialmente, a gestão, em diálogo participativo com os públicos interno e externo. Nessa perspectiva, tem-se que tal concepção será norteadora desta dissertação, enquanto aplicação prática na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).



Figura 1 - Localização e delimitação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul
FONTE: Ministério da Integração Nacional (2016).

A UFFS, escolhida como sujeito da pesquisa, pertence à organização administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais. Criada em 15 de setembro de 2009, pela Lei nº 12.029, e implantada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL), em destaque na Figura 1, que abrange mais de 400 municípios. Com sede e foro no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina (SC), e com atuação *multicampi* nos municípios de Chapecó (SC); Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo (a partir de 2013), no estado do Rio Grande do Sul (RS); Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná (PR), a UFFS simboliza uma conquista para os movimentos sociais, as lideranças políticas e comunitárias engajadas na sua criação e a comunidade acadêmica responsável pela sua implantação (UFFS, 2018b).

A criação da UFFS faz parte da luta de um conjunto de atores sociais, como lideranças políticas locais, empresários, comunidade e, principalmente, os movimentos sociais da Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), que reivindicavam uma universidade na perspectiva de inclusão escolar e superação das desigualdades regionais (TISCHER, 2016).

Os três pilares que alicerçam as atividades desenvolvidas pela Universidade são o ensino, a pesquisa e a extensão. A Instituição está constituída por vários *campi*, visando o atendimento especializado aos pleitos da sociedade e o direcionamento à promoção do desenvolvimento regional integrado e sustentável como meio de impulsionar o desenvolvimento de regiões estagnadas ou reprimidas, visando a superação das desigualdades socioeconômicas da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e seu entorno (UFFS, 2018b; 2018c).

Portanto, busca-se a compreensão de tal posicionamento, com o intuito de clarificar o conceito de RSU, e, ao mesmo tempo, propõe-se a ampliá-lo à luz da realidade da Universidade, objetivando à gestão da responsabilidade social.

É a partir do plexo das abordagens, com os desafios práticos que se visualiza na gestão das universidades, que se define o problema norteador deste estudo, que está alicerçado na seguinte questão: **como se estabelece a Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)?**

A problemática de pesquisa, dessa forma, conduz ao entendimento de que o contexto atual de RS é inerente a uma universidade, entretanto nem todas têm essa compreensão. Somente algumas universidades se estruturam para esse desempenho mais

específico. Da mesma forma, os avanços e desafios que envolvem a implantação e o gerenciamento da RS podem não estar claros e subjacentes nesse processo.

Dentro desse enfoque, a elaboração da estrutura conceitual deste projeto engloba a pesquisa sobre os conceitos de RSU a partir da base legal, definida pelo SINAES, e das produções acadêmicas, essencialmente internacionais, que tratam o tema em suas diversas abordagens, nas quais se identifica como principais autores Calderón (2005, 2006), Vallaey (2006, 2014, 2016, 2017), Vallaey, Cruz e Sasia (2009), Cruz e Passos (2010), Calderón, Pedro e Vargas (2011), Ramallo (2015) e Hernandez-Corchete (2017).

Conforme destacam Nascimento *et al.* (2015), para o entendimento da dimensão da RSU, além da leitura, é primordial verificar: os processos de gestão universitária no cumprimento dos programas, na integração social, no desenvolvimento econômico, social, cultural e na concepção de proteção do meio ambiente; o ponto de vista dos favorecidos com o resultado da prática da RS, o que congloera o público interno da universidade e a comunidade regional. Ainda, expõe Vallaey (2017) que a RSU convida permanentemente à autorreflexão da comunidade acadêmica sobre os seus pressupostos epistêmicos e as implicações da sua ação.

1.1 OBJETIVO GERAL

Diagnosticar a gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a concepção que fundamenta a prática da RSU na UFFS;
- Caracterizar as principais ações de RSU desenvolvidas até 2017;
- Conhecer a concepção da comunidade regional quanto às ações de RS na UFFS;
- Compreender a concepção da comunidade acadêmica sobre as ações de RSU na UFFS.

1.3 JUSTIFICATIVA

A importância e a atualidade da pesquisa residem, principalmente, na discussão teórico-prática realizada sobre a RS das universidades frente às inúmeras dúvidas, questionamentos e interpretações no plano conceitual, ideológico e prático, que fazem com que o tema assumira certo grau de complexidade (CALDERÓN, 2005). Em pesquisa realizada por Rosetto (2011) com lideranças da educação superior brasileira, a autora identificou que ainda existe um entendimento limitado de boa parte das IES sobre o conceito de Responsabilidade Social, muito ainda arraigado ao contexto empresarial.

Decorre também da missão pública das IES, fixada pela Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004), de promoção de valores democráticos, de respeito à diferença, à diversidade e de afirmação de sua autonomia e identidade institucional.

A escassa produção científica sobre o estado da arte das ações de RSU tem gerado dificuldade quanto a realização de análises, mantendo em aberto uma lacuna a ser preenchida. Gomes e Calderón (2012), em pesquisa referente ao estado da arte sobre RS das IES nos anos de 2004 a 2010, identificaram que 72% das teses e dissertações foram aplicadas em instituições privadas. Também, Calderón, Gomes e Borges (2016) verificaram, com base na produção científica sobre a Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES) em teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil de 1990 a 2011, que um total de 66,7% da produção científica em torno da RSES foi produzida por IES do setor privado (sem e com fins lucrativos). Sendo assim, torna-se oportuno investigar as ações de RSU no ambiente público, atendendo à prerrogativa externalizada por Ruiz-Corbella e Bautista-Cerro Ruiz (2016): a RSU deve ser do interesse da universidade e precisa também ser objeto de pesquisas futuras.

O tema também perpassa por problemas quanto a sua implantação, relacionados à construção e à estruturação da RS em instituições de ensino superior, nas quais a RS ainda é considerada nova, pois não possui indicadores padronizados, além de ser muito vinculada à mera reprodução da RSE. Ou seja, há necessidade de desenvolver mecanismos institucionais não só de avaliação, mas de monitoramento e retroalimentação da RSU (RAMOS PARRA; GARCIA MARTÍNEZ; PÉREZ CEDEÑO, 2011; SIDOROVA, 2015; JIMÉNEZ; MARTÍNEZ; LOPES, 2016; VÉLEZ, 2016; RUIZ-CORBELLA; BAUTISTA-CERRO RUIZ, 2016). Larrán-Jorge *et al.* (2012), do mesmo

modo, identificaram a falta de indicadores de desempenho da atividade universitária como uma das barreiras que impedem o desenvolvimento de estratégias de responsabilidade social em IES.

A nível pessoal e profissional, destaca-se que a pesquisadora é servidora técnico-administrativa da UFFS desde 2014, com atuação na Reitoria, situada em Chapecó, sendo que a sua função oportuniza trabalhar nos órgãos colegiados superiores da Universidade (Conselho Universitário, Conselho Curador e Conselho Estratégico Social), que proporcionam ligação direta com a constituição da UFFS, sua forma de funcionamento e perspectivas de desenvolvimento.

Além disso, figurar como membro de uma universidade, faz despertar o interesse em conhecer mais profundamente as ações dessa instituição na execução de sua finalidade básica e o seu dever na geração e difusão do conhecimento, visando ao desenvolvimento de uma localidade. Como afirmam Ribeiro e Magalhães (2014), a universidade tem uma função primordial na promoção de ações de RS, que devem ser concretizadas por um processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento da comunidade e, igualmente, de seus pares diretos. Com isso, os autores concluem que a RSU é um conceito que possui características variadas e peculiares, estando diretamente ligado ao padrão de universidade e à forma como se organiza enquanto instituição.

A pesquisa, ao mesmo tempo, apresenta a possibilidade de trazer novos conhecimentos sobre o espaço de atuação da universidade e sobre a importância que ela tem, enquanto organização que promove o conhecimento, e dissemina produções científicas que podem servir de apoio para a região objeto deste estudo e outras universidades.

Ademais, a dissertação pode contribuir para o campo científico das ciências sociais, revelando à sociedade como uma universidade federal compreende e gerencia a RS. Abrange, para tanto, os valores éticos disseminados, as práticas instituídas que determinam o estágio em que o compromisso social pode ser estabelecido pela instituição, tendo em vista as expectativas da comunidade sobre a universidade na promoção de transformações sociais. Contribui também para orientar a sociedade e, particularmente, as universidades sobre a abordagem contemporânea da RS, além de motivar comportamentos com base no desempenho de atividades na perspectiva de transformação social.

Frente a todas essas motivações, é enaltecido que a pesquisa da RSU na UFFS é importante, tanto prática quanto teoricamente, e também é oportuna, considerando que o momento é apropriado para pesquisas dessa natureza, pois, como foi demonstrado, é um tema de relevância na atualidade e está de acordo com os interesses da Universidade.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho está dividido em seis capítulos organizados da seguinte maneira: no segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica sobre a RSU. Considerando que a RS é retratada sob um olhar histórico, num primeiro momento, faz-se um resgate da trajetória da universidade e as mudanças do seu papel na sociedade. Na sequência, uma discussão sobre o tripé constituinte da universidade, tratando em especial da inclusão da extensão nas práticas universitárias e a sua relação com a RSU. Também, destaca-se a RS da universidade na perspectiva do enquadramento no compromisso social. Finaliza-se com o detalhamento da abordagem da RSU, com contextualização histórica, estudo bibliométrico e revisão integrativa da literatura internacional, realizados na *Web of Science*, e a apresentação do modelo teórico de RSU adaptado para a pesquisa.

No capítulo seguinte, aborda-se a metodologia norteadora do estudo, com caracterização da pesquisa, classificação quanto à abordagem, procedimentos de coleta e de análise dos dados, resumo do protocolo de pesquisa e questões éticas. Após, tem-se a apresentação e a análise dos dados, conforme os quatro objetivos específicos do estudo, e, logo na sequência, são feitas as considerações finais, pontuando os principais resultados, pontos limitantes e sugestão de pesquisas futuras sobre o tema analisado. Por fim, na última parte estão relacionadas as referências utilizadas e os apêndices.

2 CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE

Regressar às raízes, aos alicerces, às finalidades e a história das universidades é relevante para compreender, de modo mais claro, as transformações e os desafios para as instituições formadoras, em especial, no século XXI. As mudanças econômicas, culturais, as políticas neoliberais e a nova realidade do mundo do trabalho fazem surgir nessas instituições reflexões sobre suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão e sobre como devem se “ajustar” às reivindicações estabelecidas pela sociedade atual.

Autores como Janotti (1992), Charle e Verger (1996) e Rossato (1998) ressaltam que a universidade, com quase 10 séculos de existência, precisou desenvolver alta capacidade de transformação para garantir a sua sobrevivência. Com o mesmo princípio, Filho (2013) destaca que a universidade vem refletindo constantemente sobre sua missão e sua singularidade, visando acompanhar as revoluções do tempo histórico.

Segundo Teixeira (1988), Janotti (1992) e Coêlho (2008), a universidade tem seu termo originário do latim “*universitas*”, ainda na Idade Média, cuja definição se relaciona com “conjunto, universalidade, comunidade”, porém a utilização do termo como conceito mais atual tem origem na expressão “*universitas magistrorum et scholarium*”, que significa “comunidade de mestres e estudiosos”, que ressalta a universidade como uma comunidade multidisciplinar, voltada ao ensino das artes, da teologia, do direito e da medicina, onde os mestres possuidores do conhecimento se reúnem e estabelecem regulamentos para garantir o exercício autônomo da função de investigar e de ensinar, repassando o conhecimento aos indivíduos que chegam à instituição em busca de aprimoramento intelectual e profissional.

Na tradição do idealismo alemão, em 1923, Jaspers (1959 apud SANTOS, 1999) estabeleceu como missão da universidade ser um lugar onde, por permissão do Estado e da sociedade, uma determinada época possa desenvolver, da forma mais esclarecida possível, sua própria consciência. A finalidade única dos indivíduos é procurar, de modo incondicional, a verdade e somente por amor à verdade. Dessa percepção provêm, por ordem decrescente de importância, no contexto moderno, os três primordiais objetivos da universidade: a pesquisa, porque a verdade só é compreensível a quem a busca de forma sistemática; a educação do homem na sua universalidade, considerando que a universidade deve ser um centro de cultura e idealizar o domínio da verdade como muito

maior que o da ciência; e o ensino das competências profissionais dirigido para a formação integral, pois a verdade precisa ser transmitida. Essa ideia singular de universidade se conecta diretamente à unidade do conhecimento.

Considera-se que, apesar de existir há muitos séculos e em países demasiadamente dispares entre si, não há um conceito único e universalmente aceito de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempo e espaços diferentes (BELLONI, 1992). Pode-se, desse modo, esperar que cada tempo, cada momento, com suas revoluções apresentará uma nova concepção e uma nova demanda a essa instituição.

Isso posto, apresenta-se, na sequência, uma contextualização concisa referente a universidade no contexto brasileiro.

2.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Para Stallivieri (2006), a universidade surge no Brasil no início do século XIX, como consequência da formação das elites, em instituições europeias de educação durante o período de 1500 a 1800, que regressam ao País com sua qualificação.

A partir de 1808 são criados cursos e academias destinados a formar, principalmente, profissionais para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos (CUNHA, 1980). Nessa conjuntura, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil, 1808, é criado pelo Decreto de 18 de fevereiro o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro, é fundada, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Além disso, outros atos são aprovados e colaboram para a instalação de dois centros médico-cirúrgicos nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (VILLANOVA, 1948 apud FÁVERO, 2006).

Em 1811 é inaugurada a Academia Real Militar, instituída por meio da Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, que serviu de base para o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ (VILLANOVA, 1948 apud FÁVERO, 2006).

Destaca-se que até o final do século XIX apenas vinte e quatro estabelecimentos de ensino superior estavam em funcionamento no Brasil. Com a Constituição da República de 1891 o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central, mas

não exclusivamente, o que acendeu a possibilidade legal para criação dos locais de ensino superior privados, que passaram a ser ofertados em grande escala pelos grupos sociais de prestígio e igrejas católicas.

Até essa fase da história, a educação superior ainda era restrita ao caráter elitista, disponível em locais isolados, e seu objetivo era formar a classe dirigente do país, não atingindo, dessa forma, a população em larga escala. Mediante isto, Teixeira (1989) argumenta que o País perpetuava a posição de defender uma educação superior utilitária e restrita às profissões, desconsiderando a sua função formadora da cultura nacional.

Somente em 1909 é criada a primeira universidade em Manaus, fruto do regime de “desoficialização” do ensino, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados. Ainda nesse contexto, surgem em 1911 as instituições livres de São Paulo e, em 1912, a do Paraná (MICHELOTTO, 2006).

Se não fossem as experiências de extensão desenvolvidas na Universidade Livre de Manaus, nas universidades de São Paulo² (GURGEL, 1986; BEMVENUTI, 2006) e do Paraná, as expressões de compromisso social seriam praticamente inexistentes. Tais experiências se sucederam por meio de conferências e semanas abertas ao público, entretanto, como destaca Jezine (2001), essas não estavam relacionadas com os problemas sociais e econômicos da comunidade da época. Gurgel (1986) complementa que foi possível realizar as conferências e semanas abertas em decorrência da instauração da Lei Orgânica do Ensino Superior, por meio do Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911, que possibilitou maior autonomia administrativa às IES do País.

É oportuno observar que apenas em 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano, instituída por meio do Decreto nº 11.530, é que se destaca a possibilidade de criação de uma universidade:

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar (BRASIL, 1915, Art. 6º).

² A “primeira” Universidade de São Paulo, estabelecimento privado sem a fiscalização do governo, que recebeu seus contornos institucionais a partir de 1911, denominada Universidade Livre de São Paulo, não deve ser confundida com a Universidade de São Paulo, instituição de caráter público, que foi fundada em 1934.

Como resultado, em 7 de setembro de 1920, o Presidente Epitácio Pessoa, considerando o Decreto nº 14.343, institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Reunidas as três unidades de caráter profissional, a primeira universidade oficial é criada, asseverando a cada escola a autonomia didática e administrativa, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006).

Ainda neste período, as discussões em torno da criação de universidades fizeram prevalecer, além das questões políticas, a sua concepção e o seu papel na sociedade. Com isso, as universidades passaram a ser definidas como locais de ensino, ciência e promoção da pesquisa.

Consoante ao estabelecimento de sete decretos em 1931, conhecidos como a “Reforma Francisco Campos”, é que se observam modificações por parte do novo governo, que levaram de fato à criação e a execução das atividades das universidades, nos seus diversos níveis e modalidades, em todo território nacional (FÁVERO; BRITTO, 1999; PILETTI, 2003; SAVIANI, 2008).

Contudo, somente três anos mais tarde, em 1934, surge a primeira universidade criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, que foi a Universidade de São Paulo, que marcou a expansão do sistema público federal de educação superior. Durante o período de 1930 a 1964 foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais no Brasil, em cada unidade da federação (SAMPAIO, 2000; STALLIVIERI, 2006).

Entre 1945 e 1968 prevaleceram os movimentos dos estudantes e professores em relação à defesa do ensino público, do padrão de universidade, da autonomia universitária, na reivindicação da extinção do ensino privado por incorporação pública e na demanda para que as IES contribuíssem com a solução dos problemas das comunidades e incorporassem a suas funções a promoção da coesão social (TODOROV, 2005; FÁVERO, 2006).

Hoffmann (1975) frisa que a atitude da universidade estava condicionada a um perfil cultural sob a influência das estratificações latina e europeia, que incentivavam a estocagem e o sazonalismo da cultura, sendo a informação retida em um banco de dados, restringindo sua utilidade aos interessados que vinham buscá-la.

Com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), instituída em 1961 pela Lei nº 4.024, se estabelece, em grande escala, uma

preservação do sistema existente, proporcionando mais benefícios aos setores privatistas e conservadores (OLIVEN, 2002). Já com a implementação da Reforma Universitária de 1968, por meio da Lei nº 5.540, a mobilização estudantil passou a ser generalizada, caracterizada por intensos debates dentro e fora das universidades, e exigia do governo a adoção de novas medidas que buscassem sanar os problemas educacionais mais sobressalentes (OLIVEN, 2002; SANFELICE, 2007). Como destacam Pimenta e Anastasiou (2010), a Reforma Universitária confirmou a vocação da universidade para o ensino e a pesquisa e a necessidade de sua vinculação à realidade social, de modo que pudessem colocar o produto de suas investigações a serviço da sociedade.

Vista antes como produtora do conhecimento, passa também a ser considerada ferramenta para o atendimento das demandas da sociedade e o desenvolvimento regional, conforme destacado no Art. 11, alínea “f” da Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968) “flexibilidade de métodos e critérios, com vistas a diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa”.

A partir dos anos 90, inicia outra etapa da educação superior, com a publicação da Constituição Federal (CF) de 88 e com a homologação de leis que buscavam a flexibilização do sistema, redução da função desempenhada pelo governo e avanço nos processos de avaliação, com o objetivo de elevação da qualidade. A CF de 88 em seu Art. 207 reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a autonomia das universidades, assim como já estabelecido na Lei da Reforma Universitária (BRASIL, 1988).

Em 1996 foi aprovada uma nova LDB, por meio da Lei nº 9.394, que introduziu mudanças, e entre elas determinou claramente a posição das universidades no sistema de ensino superior, demandando a associação entre ensino e pesquisa, e a necessidade de produção científica para o credenciamento e credenciamento periódico das IES, que seriam precedidos por um processo de avaliação (DURHAM, 2003).

A contextualização histórica da universidade brasileira demonstra transformações empreendidas tanto pela Monarquia, Estado e Igreja, como por estudantes e professores e, recentemente, pelo mercado. Algumas das características dessa história, conforme Costa e Rauber (2009), ainda persistem na sociedade contemporânea, como o direito ao acesso, as lutas ideológicas e as ações político-educacionais.

Apesar de as reformas dadas sobre a universidade terem-se restringido a manter as diferenças sob controle, gerindo as tensões que elas acendem, a gestão mais recente tem sido notadamente mais difícil quando se fala em três domínios, que Santos (1999, p. 165) sintetiza em:

a contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares necessários à formação das elites de que a universidade se tem vindo a ocupar desde a Idade Média, e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social e nomeadamente para a formação da força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento industrial (Moscati, 1983: 22); a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades; e, finalmente, a contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e dos objetivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial.

Na primeira contradição, entre conhecimentos exemplares e conhecimentos úteis, reside a **crise de hegemonia**, que se dá pela insuficiência da universidade em desempenhar integralmente suas funções essenciais, colocando em risco a exclusividade dos conhecimentos que ela cria e transmite (SANTOS, 1999). Ristoff (1999) trata desta como crise do modelo, que corresponde à definição que se faz da função do ensino superior, o que carece de uma discussão do modelo de educação superior e de universidade. A segunda contradição, entre a hierarquização e a democratização, resulta na **crise de legitimidade**. Nessa está em jogo a democratização do conhecimento de nível superior (SANTOS, 1999), que Ristoff (1999) trata como altamente elitista. Por fim, tem-se a **crise institucional**, na qual está posta a contradição entre autonomia institucional e eficácia e produtividade social da universidade. É resultado da perda de autonomia da universidade pública entre os bens produzidos pelo Estado, considerando os cortes orçamentários realizados e a elevação da concorrência privada, financiada em grande medida pelo Estado (SANTOS, 1999).

Pode-se admitir como oportunas para o Brasil as crises acima expostas, pois são marcantes os elementos que as caracterizam, como a expansão, o incentivo e o financiamento público ao ensino superior privado, a concepção de espaços de pesquisa externos às universidades públicas, as cobranças de produtividade acadêmica, os questionamentos e demandas sociais, a reestruturação do Estado, que provoca a diminuição do investimento na universidade pública e do incentivo para fontes de

financiamento privadas, o estabelecimento de critérios de avaliação provenientes de lógicas não acadêmicas, a ênfase em um currículo mais aligeirado e flexível para favorecer demandas de mercado, entre outros (GONÇALVES, 2015).

Santos (2010) e Sguissardi (2009) reforçam a necessidade de as universidades enfrentarem o momento atual, na perspectiva de novos desafios a serem superados. Para tal, a universidade pública deve refletir seu papel na definição e resolução coletiva dessas dificuldades.

Ao considerar então a concepção atual do ensino superior, é pertinente tratar da compreensão que existe sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atividades segundo as quais a universidade se consolidada da forma mais íntegra (CUNHA, 1989; OLIVEIRA, 2010) e com a gestão institucional forma a base estrutural para o desenvolvimento da sua Responsabilidade Social (RS).

2.2 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO ALICERCE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

A dependência entre as três atividades fins da universidade se circunscreve a uma questão paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, porque está pautada nas funções e na razão de ser dessa instituição. A indissociabilidade pode, então, ser entendida como um princípio norteador da universidade, que se originou de processos sociais e dos debates que estabelecem o lugar da universidade no contexto da sociedade em geral (MOITA; ANDRADE, 2013; PUHL; DRESCH, 2016).

Conforme Puhl e Dresch (2016), o ensino constitui o ato de oferecer às novas gerações os conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade, incumbindo ao estudante a sua apropriação e aprendizagem. Assim, situa o estudante na relação com as elaborações e produções científicas existentes. A realização da pesquisa, seja essa empírica ou teórica, concebe as dinâmicas da construção de novos conhecimentos a partir de problemas emergentes da prática social, estabelecendo integrações entre o desempenho científico e técnico (MAZZILLI, 2011), situando o acadêmico com o seu desenvolvimento intelectual e possibilitando a produção de outros saberes.

Já a extensão, pautada na relação com e na sociedade na qual a universidade está inserida, possibilita a retro-alimentação do ensino e pesquisa, ou seja, permite ao

estudante a situação de confrontação de sua pesquisa com a aprendizagem anterior. Ainda nessa perspectiva, Corrêa (2003 p. 13) explica a extensão como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

Observa-se que essas três atividades permitem movimentos de mútua influência e contribuição: o ensino que baliza a pesquisa e extensão; e essas que desafiam e geram a ressignificação, a reelaboração e a construção de novos conhecimentos, que por sua vez originam novas pesquisas e extensões universitárias (PUHL; DRESCH, 2016).

Destaca-se que dentre essas três atividades, a instituição da extensão universitária foi, de certo modo, uma das funções mais aclamadas pela sociedade, constituindo-se algo memorável, uma vez que passa a ser um instrumento essencial para a transformação da universidade, englobando a luta pela justiça social e a concepção de um contexto mais democrático, buscando atender solicitações da comunidade.

No modelo brasileiro, a extensão universitária, prevista desde o Decreto nº 19.851³, de abril de 1931, teve distintos significados ao longo dos anos, dentre os quais se destaca a concepção cultural ou científica, a prestação de serviço e o assistencialismo (VIEIRA, 2014), até a mais recente, definida com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), na qual é compreendida como uma via de estabelecimento de responsabilidade e compromisso social e como dimensão essencial da formação acadêmica e do conhecimento produzido na e pela Universidade (GONÇALVES, 2015).

Para a extensão atingir tal compreensão, destacam-se como fundamentais a luta estudantil, com influência do Manifesto de Córdoba (SAMPAIO, 2004), debate que trouxe à tona o ideário pela construção de uma universidade pública de qualidade acadêmica, com relevância e equidade social. A Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968), que promoveu uma reforma radical e tornou a extensão obrigatória, devendo estar vinculada ao ensino e à pesquisa, conforme estabelecia o Art. 20: “As universidades e os estabelecimentos de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”. Além da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, atualmente denominado FORPROEX, que

³ Estabeleceu as bases do Sistema Universitário Brasileiro.

representou um fator importante no processo de organização e institucionalização da extensão, com avanço conceitual e fortalecimento do tema como prática social por meio da elaboração de políticas públicas de ações extensionistas (BRASILEIRO; GONÇALVES; TARGINO, 2014).

A CF de 88 representou também um marco ao estabelecer a autonomia das universidades, no que tange às matérias acadêmica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e ao conferir ao exercício da extensão universitária a mesma relevância aferida ao ensino e à pesquisa, que deveriam, a partir daquele momento, ter igualdade de tratamento (MACEDO, 2005; BRASILEIRO; GONÇALVES; TARGINO, 2014).

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010 (BRASIL, 2001), instituiu, no item 4.3, subitem 23, que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas”. Com isso:

[...] a Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (FORPROEX, 2012, p. 17).

Em 2004, com a regulamentação do SINAES, a legislação orienta que a extensão deve pautar-se em valores educativos, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas IES e sua influência no desenvolvimento regional e nacional.

O PNE 2014/2024, aprovado pela Lei nº 13.005, assim como o anterior, assegura os 10% de créditos para projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014a).

Nos termos apresentados, a extensão fez com que as IES ampliassem sua atuação, usufruindo de ampla responsabilidade social pelas políticas, estratégias e ações, como agentes responsáveis pelo contexto social. Ao surgir da inserção e do compromisso social, a extensão transforma tanto a sociedade como a universidade em si mesma, impactando de forma positiva no desenvolvimento das atividades de gestão, ensino e pesquisa.

Depreende-se, assim, que nas universidades, a RS está vinculada normalmente à extensão universitária, considerada a sua relação com a sociedade. Contudo, como afirmam Nunes, Pereira e Pinho (2017), a concepção de RS não deve estar direcionada somente às ações específicas de extensão, uma vez que o processo educacional é sistêmico e indissociável.

Costa (2018) lembra que praticamente toda atividade acadêmica é também, ao menos potencialmente, extensão universitária. Afinal, ao falar sobre a indissociabilidade entre os três pilares supõe-se algum nível de integração entre eles. Mas, para além do mínimo regulamentado, tal integração tende a se abrandar no cotidiano.

Como destacam Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2009), é sabido que alguns cursos já incorporam, em seus projetos pedagógicos, atividades de extensão, mas isso está restrito, efetivamente, a um pequeno número de exemplos. Expõem que a extensão pode ocorrer na forma de estágios supervisionados; aplicação de atividades práticas/trabalhos de campo nos órgãos públicos e privados (COSTA, 2018); atividades complementares, como a organização de congressos, seminários, palestras, entre outros; oferta de vagas para retorno de graduado, aluno especial; além de outros programas que sejam destinados aos vários segmentos da sociedade.

Outras ações ainda podem ser fortalecidas, como a exemplo da oferta de cursos na área de Artes, Teatro, Educação do Campo, Música, entre outros, valorizando tanto o saber das atividades acadêmicas quanto os saberes populares (NUNES; PEREIRA; PINHO, 2017).

Lembra Rotta (2018), que a extensão é um dos pilares da RSU e meio que facilita o vínculo social da universidade com a comunidade, no entanto ela sozinha não pode dar conta do compromisso social da universidade, uma vez que:

A tradicional extensão social, como um terceiro pilar, ao lado do ensino e da pesquisa, não pode, por si só, enfrentar o difícil desafio da transformação da educação superior para o desenvolvimento justo e sustentável. Precisamos de uma visão mais ampla e transversal do compromisso social e ambiental nos 4 processos básicos da universidade: ensino (formação responsável), pesquisa (gestão do conhecimento), extensão (projeção social) e gestão (campus responsável). É o que define o movimento da Responsabilidade Social Universitária (RSU) [...] (VALLAEYS, 2018a, s/p.).

Tendo, então, em conta a literatura e o que expressa Wanderley (2005), observa-se que a figura mais expressiva da RSU se centra na dimensão da extensão, por se tornar

componente constitutivo da natureza da universidade por meio de demandas sociais e, ao lado do ensino e da pesquisa, idealizar a prática da RSU, que ganha novos contornos e grande relevância, enquadrando-se na perspectiva do compromisso social da universidade.



Figura 2 - Modelo Teórico da Responsabilidade Social Universitária
FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Para além, Vallaey (2007) alude que a RS exige ainda uma nova filosofia de gestão universitária, que busque renovar o compromisso social da universidade, fornecendo soluções inovadoras para os desafios enfrentados pela educação superior no mundo globalizado.

Sob este prisma, entende-se que os eixos norteadores e estruturantes da RSU perpassam pelas três atividades fins, o ensino, a pesquisa e a extensão, e envolve ainda, com a mesma relevância, a gestão universitária. A Figura 2 espelha, desse modo, o recorte teórico da RSU.

A partir das quatro atividades estruturantes da RS devem ser formuladas as estratégias da universidade, que devem emergir do diálogo entre demandas, necessidades

e interesses institucionais e sociais apresentados pelas partes interessadas (internas e externas). Lembrando que as estratégias devem ser organicamente integradas e continuamente avaliadas e retroalimentadas, buscando aperfeiçoar, em processo contínuo, a política de responsabilidade social.

2.3 UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL

Falar do compromisso social da universidade denota falar de seus deveres, obrigações e comprometimento, dos encargos inerentes à natureza institucional das universidades para com a sociedade (VALLAEYS, 2007; SILVA; MELO, 2010), e que envolve, como já relatado, os quatro eixos norteadores e estruturantes da RSU: a gestão, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com esta prerrogativa, Wanderley (2005, p. 168) aponta que compromisso social é a forma geralmente atribuída à RS da universidade:

Sobre a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia, e se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias, não raro como consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas saísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendesse aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Guadilla (2008) enfatiza que o compromisso social é um dos elementos cruciais das universidades atualmente. Esse compromisso social deve superar as limitações do conceito de extensão, reivindicando a contextualização necessária do conhecimento, da interação com a sociedade, dos processos de aprendizagem compartilhados e orientados para a transdisciplinaridade, processos interativos de educação com a sociedade cada vez mais viáveis, reivindicando redes como organizações de aprendizagem coletiva, a educação sem fronteiras. Ou seja, é um compromisso amplo que se estende ao longo de vários campos ligados à reprodução e melhoria do modelo social: equidade, ciência, eficiência profissional, cultura e identidade, igualdade social, pluralismo ideológico, ética

social, meio ambiente, direitos humanos, ciência e tecnologia, conservação da memória histórica e a universalidade do conhecimento (MIX, 2008; NUNES; PEREIRA; PINHO, 2017).

Aplicada à universidade, a RS possibilita reorganizar o compromisso social dessa instituição para uma maior importância e integração de suas distintas funções, tradicionalmente fragmentadas entre si, procurando alinhar os quatro processos universitários básicos de gestão, capacitação, pesquisa e extensão com as demandas científicas, profissionais e educacionais que visam um desenvolvimento local e global mais digno e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Goergen (2006) defende que o compromisso social da universidade significa a prática da crítica, da oposição e da resistência, considerando o contexto social mais amplo, possibilitando a relação transformadora entre universidade e sociedade, configurando, então, a RSU, terminologia que emergiu como um tema de discussão global nos últimos anos (VASILESCU *et al.*, 2010; MILLICAN; BOURNER, 2011).

Retornando à origem, Torres e Trapaga (2010) e Martínez-Pichardo e Hernández-Oliva (2013) destacam que a RSU tem relação direta com as atividades das empresas, com o desenvolvimento dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que aparecem densamente no final da década de 1990, coincidindo com a globalização.

Consoante tal realidade, Villanueva (2012) expressa que a RSU emerge, por um lado, como um eco da responsabilidade social empresarial e parte das novas estratégias do capitalismo global e, por outro lado, como resposta aos desafios de recriar instituições que formem profissionais e gerem conhecimentos de forma orgânica, considerando a necessidade de responder a novos problemas de desenvolvimento.

Conforme percebe Silva (2014, p. 56):

o movimento da responsabilidade social se inicia no campo empresarial e se amplia para as organizações em geral, contemplando a esfera pública e privada com e sem fins lucrativos. É nesse conjunto de mudanças por que vão passando as relações de Estado, mercado e sociedade no final do século XX que a discussão da Responsabilidade Social Universitária ganha espaço e adentra o ensino, a pesquisa, a extensão e a própria gestão institucional das IES. O campo da educação superior passa a ser atravessado pelas demandas da responsabilidade social e por este cenário, onde diferentes concepções e projetos de sociedade e mesmo universidades são pensados.

Contudo, tanto a RSU quanto a RSES são termos que não têm origens históricas na educação superior brasileira. Segundo Calderón (2005), quando o contexto envolve a discussão do papel social ou da função social da universidade brasileira, o termo mais corriqueiro, de acordo com a história, é compromisso social. Posto que a universidade é uma instituição transecular, o acima relatado não denota que os termos não tenham sido empregados em outros países, em conjunturas históricas diferentes (MORIN, 2009), e que os debates sobre sua função na sociedade têm sido, e ainda são, uma constante histórica nas atuações universitárias.

Conforme Passos, Rocha e Santos (2008), é no final dos anos 90 que surge, no ambiente acadêmico, a idealização de RS, como resultado do atendimento a demandas sociais emergentes, da atenuação do poder do Estado e do reexame da atribuição do ensino superior para incorporar-se à realidade da sociedade brasileira.

Para Calderón (2005), o termo RSES surgiu no Brasil por meio do contexto de institucionalização do mercado da educação superior, ganhando maior relevância no início da primeira década do século XXI, no momento em que as IES privadas agregaram, em suas estratégias de marketing, o discurso da RSE e da RSC, vastamente divulgada no País pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Entretanto, observa-se que as discussões sobre o compromisso social nas IES ganharam somente mais notoriedade com a aprovação do SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, através da qual a RS passou a ser uma das dimensões de avaliação das IES (CALDERÓN, 2006; BOLAN; MOTTA, 2007).

O artigo terceiro da Lei trata da avaliação da RS das IES, que tem por objetivo, identificar “[...] seu perfil e significado de atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais [...]”. Ainda, conforme inciso III do artigo 3º, a RS é uma das dez dimensões de avaliação, tendo em vista a “sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (BRASIL, 2004, s/p.).

Por meio dessa regulamentação, pode-se afirmar que o que era mera tendência do mercado de ensino superior, abraçada, acima de tudo, como discurso nas publicidades

das IES privadas, assume, daquele momento em diante, um caráter de obrigação institucional (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007).

Calderón, Pedro e Vargas (2011) evidenciam que, mediante a regulamentação em torno da RS, se gerou, num primeiro momento, certa confusão teórica entre o que seria a RS das IES e a chamada extensão universitária. Todavia, conforme o conceito de RSES e o de compromisso social foram sendo vinculados às discussões sobre a função social das IES, essa dificuldade teórica foi pouco a pouco superada, uma vez que a extensão foi identificada como uma das três funções essenciais da universidade.

Os debates produzidos depois da aprovação do SINAES também se viram fortalecidos por meio dos resultados da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2009, que estão detalhados no documento “As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social” (UNESCO, 2009).

A RSES auferiu papel principal, porque se tornou componente do primeiro subtítulo do aludido arquivo. Nesse são expostas várias ideias que subjazem ao conceito de RSES, sendo fortemente relacionadas à definição de qualidade, como uma função essencial das IES (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

Apesar disto, em estudos recentes, Calderón, Pedro e Vargas (2011), Calderón, Gomes e Borges (2016) e Ye (2017) visualizaram que a RSES é uma temática essencialmente multidisciplinar, abordada nas mais diversas áreas do conhecimento, com entendimentos que podem em muitas situações se entrecruzar e complementar e, em outras, assumir um caráter dicotômico.

Tal fragilidade no entendimento do conceito da Responsabilidade Social Universitária e os desafios de sua implantação como modelo de gestão de ética e transparência estão presentes nas esferas administrativa e acadêmica das universidades. Como apontam Calderón (2006) e Calderón, Pedro e Vargas (2011), a Responsabilidade Social não pode ser confundida com a execução de projetos socioambientais nas comunidades, nem com estratégias de marketing preparadas para os avaliadores, no contexto das políticas de avaliação institucional. Dessa forma, no próximo tópico se destacam as particularidades da RSU e como deve ser permeada sua execução nas universidades.

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

A Responsabilidade Social encontra nas universidades um lugar excepcional para sua difusão enquanto conceito e enquanto prática. Nessa conjuntura, as IES precisam assumir como sua função a disseminação da RS, seja como formadora de cidadãos socialmente responsáveis, seja quanto à execução e reprodução de ações que visem ao desenvolvimento humano e o bem-estar da sociedade (CRUZ; PASSOS, 2010). Ainda de acordo com Berto (2013, p. 19):

o grande diferencial de uma IES que exerce a Responsabilidade Social não está focado simplesmente nas estratégias utilizadas junto à comunidade do seu entorno, seja pelos projetos de extensão universitária, seja pelos resultados das suas pesquisas acadêmicas, seja pelos programas assistencialistas que apoia, mas no conceito de educação assumido em seu projeto institucional, nas premissas adotadas e nos pressupostos éticos evidenciados no seu projeto político pedagógico.

Autores como Calderón (2006), Tetřevová (2010), Cruz e Passos (2010), Saran *et al.* (2011) e Serva e Dias (2016), enfatizam que a RS no meio acadêmico está direcionada ao engajamento do ensino, da pesquisa e da extensão em acolhimento às questões sociais emergentes e ao desenvolvimento da sociedade. Os estudos nacionais robustecem os debates sobre o papel das IES como agentes sociais no processo de desenvolvimento social, econômico, cultural e sustentável, processos que se reforçam mutuamente e são extremamente positivos para a região de atuação dessas instituições (PINTO, 2008, 2012; RIBEIRO, 2013; REIS; BANDOS, 2012; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014).

Contudo, ao se debater a RSU, as falas derivam de vários contextos e pode-se afirmar que há mais de um enfoque sobre o tema. Assim, as diferentes abordagens serão apresentadas no intuito de dimensionar sua importância para a gestão universitária, por meio de um estudo bibliométrico e revisão integrativa realizados na base de dados *Web of Science*.

2.4.1 Estudo bibliométrico sobre a RSU

O objetivo do estudo bibliométrico se pautou em apresentar o panorama das publicações sobre a RSU, no período de 2004-2017 (a partir da publicação da Lei do SINAES no contexto brasileiro), por meio do levantamento de dados na *Web of Science*.

De acordo com Franceschet (2010), a *Web of Science*, do *Institute for Scientific Information (ISI)*, que foi fundado por Eugene Garfield em 1960 e adquirido pela Thomson (atualmente Thompson-Reuters) no ano de 92, é, hoje, uma das maiores companhias do mundo da informação.

O banco de dados *Web of Science* é utilizado por atender aos critérios de relevância e reconhecimento nacional e internacional de pesquisadores, bem como pertencer à plataforma do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e possuir um grande acervo de publicações. Como uma base multidisciplinar, a *Web of Science* indexa apenas os periódicos com mais citações em suas áreas de conhecimento. É ainda um índice de citações na web, que permite verificar as citações recebidas, as referências empregadas e outros registros. Pode-se analisar também a produção científica através de índices bibliométricos e a porcentagem de autocitações, bem como a elaboração de rankings de diversos parâmetros. Tem, nos dias atuais, mais de 12.000 periódicos bibliográficos, de alto impacto e prestígio no mundo (THOMSON SCIENTIFIC, 2010; CAPES, 2012).

Por meio da pesquisa, verificou-se as principais áreas temáticas, os tipos de documentos, o título das fontes, o ano das publicações, as instituições de ensino superior, os idiomas e países das publicações, bem como identificou-se os “*hot topics*” pertinentes a “*University Social Responsibility (USR)*”, por meio dos cálculos dos índices $h-b^4$ e m .

A coleta de dados foi realizada em quatro passos: i) o termo *University Social Responsibility* foi digitado como tópico de pesquisa na base *Web of Science*, compreendendo o período de 2004 a 2017, devendo esse constar no título, no resumo ou nas palavras-chave (*article title, abstract, keywords*) dos documentos da base de dados;

⁴ Este índice é resultante do quantitativo de citações de um tópico ou combinação em um determinado período, listado em ordem da maior para a menor citação. O índice é localizado nas publicações que obtiveram um volume de citações iguais ou superiores à posição de classificação no *ranking*. A partir do índice $h-b$ pode-se calcular o índice “ m ”, que é obtido pela divisão do “ $h-b$ ” pelo período de tempo que se deseja obter informações (n), que no caso desse estudo é 13 anos. Foram empregadas as exposições de Banks (2006) para o exame dos índices $h-b$ e m .

ii) breve apreciação das publicações localizadas ainda na etapa inicial, sendo listados 20 tópicos pertinentes ao tema em estudo para serem relacionados com a *USR*; iii) combinação de cada um dos 20 tópicos com o termo *University Social Responsibility*, também para o período de 2004 a 2017; iv) categorização e identificação dos “*hot topics*”, mediante o cálculo dos índices *h-b* e *m*.

Os resultados retornaram um total de 2.058 publicações pertinentes a *USR* que demonstraram que o tema é essencialmente multidisciplinar, envolvendo principalmente as áreas de Educação, Economia, Ciências Sociais, Psicologia e Engenharia. Tal fato corrobora com o exposto por Ye (2017), que a *USR* é uma área de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar, e pesquisadores em diversos campos desenvolveram diferentes conceitos sobre o tema.

Calderón, Gomes e Borges (2016), em estudo que teve como intuito analisar a produção científica relativa a RSES, considerando teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil, no período de 1990 a 2011, constataram que a RSES tem característica multidisciplinar, com várias áreas do conhecimento que estudam a temática, o que desafia, principalmente, os programas de pós-graduação em Administração e em Educação, com proeminência para estudos sobre a gestão das universidades.

Outra questão observada foi a predominância de publicações de artigos em periódicos (54,08%) e *papers* (44,26%), que dispõem do caráter científico da temática em estudo.

O quantitativo de publicações aumentou significativamente no período analisado, especialmente após 2011, havendo apenas uma pequena queda nos anos de 2013 e 2014. Para fins de elucidação, se destaca que em 2004 houve 33 publicações e em 2017 se registrou 314 publicações. Pacenza e Peralta (2013), no estudo da análise bibliométrica sobre RSU, a partir de documentos das bases de dados *Redalyc*, *SciELO* e *Biblioteca Electrónica de Ciencia y Tecnología del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva* da Argentina, observaram que a RSU é um campo de estudo recente que começa a ter visibilidade nas bases analisadas, considerando que as publicações tiveram aumento a partir de 2007. Calderón, Gomes e Borges (2016) notaram que houve elevação no número de teses e dissertações defendidas sobre a RSES a partir do ano de 2001, mais notadamente a partir de 2004, quando da aprovação do SINAES, tendo uma queda sensível entre 2010 e 2011. Também Marco (2018) em sua pesquisa de

tese no banco de dados Scielo, CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), observou escassez de estudos, livros, artigos, teses e dissertações que versam sobre a Responsabilidade Social Universitária. A preocupação com o tema teve um início muito tímido, perpassando os anos de 2000 a 2002 com apenas uma dissertação de Mestrado Acadêmico. Os anos de 2003 e 2004 somam seis dissertações de Mestrados Acadêmicos e uma dissertação de Mestrado Profissional. Somente em 2005 é publicada a primeira tese de Doutorado. A partir de 2010 observa-se uma evolução quantitativa de trabalhos, tendo seu ápice em 2014, com nove dissertações de Mestrados Acadêmicos, três dissertações de Mestrados Profissionais e duas teses de Doutorado.

Ainda as análises no *Web of Science*, visualiza-se que as principais fontes de publicação sobre a RSU foram os periódicos *Procedia - Social and Behavioral Sciences* (10,49%), *Edulearn Proceedings* (2,81%), *Inted Proceedings* (2,77%) e *Iceri Proceedings* (1,99%), os quais abordam temas pertinentes a áreas sociais, comportamental, educacional, tecnológica, de desenvolvimento e engenharia, o que aponta a importância desse tema nos mais diversos campos de estudo.

As IES que mais publicam sobre a *USR* são a *State University System of Florida*, localizada na Flórida/EUA, com 19 registros, seguida da *Bucharest Academy of Economic Studies*, com sede na Romênia, e da *University of London*, com sede na Inglaterra, ambas com 18 publicações, na sequência aparecem *Islamic Azad University*, com sede no Irã, *University of Basque Country*, localizada na Espanha, e *University of Granada*, também na Espanha, as três com 16 publicações cada.

A concentração de publicações sobre o tema pertence aos Estados Unidos da América, seguido de Espanha e República da China. O Brasil está na 11ª posição no ranking dos países que mais publicam, com apenas 2,43% do total de publicações registradas sobre a *USR*. Corroborando com essa lista, a língua inglesa se sobressai com 1.794 publicações, totalizando 87,17% dos estudos.

Entre os 20 tópicos que foram combinados com a temática da RSU, observando as classificações de Banks (2006), a Pesquisa (*Research*), a Educação (*Education*), e a Gestão (*Management*) resultaram em índice *m* maior que dois, podendo, desse modo, ser considerados como tópicos exclusivos com abrangência além da sua área de pesquisa, ou seja, são as áreas com maior relevância sobre o tema.

De tal modo, os resultados dessa investigação demonstram que o tema avaliado é emergente, considerando que foram identificados “*hot topics*” e muitos dos temas apresentam características interessantes, podendo se tornar um tópico quente, levando a entender que existe uma área ampla para o estudo da RSU.

Com base nessas identificações, decidiu-se realizar uma revisão integrativa da literatura internacional, visando entender melhor esse amplo tema.

2.4.2 Contribuições da literatura internacional ao conceito e aplicações da RSU

Buscando compreender como o conceito de RSU vêm sendo definido ao longo dos últimos anos nas publicações científicas internacionais e quais são as suas contribuições para a prática nas universidades, se realizou uma revisão integrativa na literatura internacional. A revisão integrativa, segundo Ganong (1987), permite sintetizar e originar conclusões gerais sobre uma temática de interesse, assim como, favorece o acesso aos principais resultados de pesquisas disponíveis no meio científico sobre um elemento em estudo.

Para a busca, foi selecionada a base de dados *Web of Science*, seguindo a lógica e a importância da base destacada no estudo bibliométrico, e procederam-se as seguintes etapas: seleção dos descritores de interesse a partir do tema da pesquisa; definição dos descritores; estabelecimento dos critérios para seleção da amostra; registro dos estudos selecionados em formulário previamente construído; análise dos dados e interpretação dos resultados.

Ponderando que o problema da presente pesquisa consiste em verificar como se estabelece a Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por meio da realização de um diagnóstico da gestão, objetivou-se com essa revisão evidenciar e discutir as principais características do conceito de RSU, bem como as práticas que têm ocorrido na gestão, a partir de publicações científicas direcionadas às universidades públicas e que tratassem pelo menos de um dos eixos da temática (gestão, ensino, pesquisa ou extensão), conforme já destacado no referencial e evidenciado por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009).

Considerando então uma breve análise da literatura e compreendendo que o modelo teórico de Vallaey, Cruz e Sasia (2009) consiste numa ferramenta importante para o diagnóstico da RSU, ao considerar os impactos que a instituição gera em seu ambiente, foram empregados como descritores: i) *University Social Responsibility*; ii) *Social Responsibility in Higher Education*; iii) *Vallaey*; iv) *Impacts of University Social Responsibility*; v) *Extension as Social Responsibility*; vi) “*Diagnos**” *University Social Responsibility*. Em algumas situações, a busca foi realizada recuperando registros contendo todas as palavras digitadas (de modo não exato/com variações), que podem ou não aparecer juntas, e em outros momentos foi buscado o termo exato no plural e/ou singular. Tais diferenciações foram aplicadas buscando gerar melhores resultados, aumentando as possibilidades de seleção de artigos que atendessem aos critérios.

Para selecionar os documentos, foram estabelecidos critérios de inclusão, sendo consideradas publicações: (i) a partir do vigor do SINAES (2004) até dezembro de 2017; (ii) que fossem artigos; (iii) em inglês ou espanhol; (iv) disponibilizadas na íntegra no formato eletrônico gratuito; (v) que discutissem alguma contribuição teórica ou prática da RSU especialmente direcionada/aplicada a universidades públicas, englobando pelo menos um dos eixos da RSU e descartando as repetições. O Quadro 1 retrata o resultado final dos artigos selecionados, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

Para a análise, foi realizada uma leitura cuidadosa de todos os trabalhos selecionados, conforme os objetivos definidos. Os 26 trabalhos foram registrados em formulário próprio, a partir dos seguintes dados: autoria; ano; procedência dos manuscritos; campo de estudo; tipo de pesquisa; idioma; metodologia do estudo; objetivos; referencial teórico utilizado e resultados encontrados.

Quadro 1 - Resultado final dos artigos selecionados, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão

Descritor	Total de documentos do período de 2004 a 2017 sem aplicação de critérios de inclusão (Etapa i)	Total de publicações após aplicação dos critérios: ii) que fossem artigos; (iii) em inglês ou espanhol	Total de artigos após os seguintes critérios: iv) disponíveis na íntegra no formato eletrônico gratuito; v) que abordassem em seu título ou resumo aspectos que tratassem sobre o conceito e a aplicação da RSU e que não fossem repetidos	Total de artigos após a leitura completa, segundo o objetivo da revisão: artigos que abordassem aspectos teóricos e/ou práticos da gestão da RSU, que fossem aplicados em universidades públicas e tratassem, pelo menos, de um dos eixos da temática (gestão, ensino, pesquisa ou extensão)
<i>University Social Responsibility</i> (Título*)	123	63	34	22
<i>Social Responsibility in Higher Education</i> (Título*)	22	4	2	1
Vallaeys (Tópico*: título, resumo e palavras-chave)	3	1	0	0
<i>Impacts of University Social Responsibility</i> (Tópico*)	367	232	4	2
<i>Extension as Social Responsibility</i> (Tópico*)	204	155	1	1
<i>"Diagnos*" **University Social Responsibility</i> (Tópico*)	26	13	0	0

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

* Pesquisa recuperou registros contendo todas as palavras digitadas (de modo não exato/com variações), que podem ou não aparecer juntas.

** Busca o termo exato no plural e singular.

A partir do Quadro 2, que ilustra parte das características dos manuscritos de interesse, pode-se observar que a temática continua assumindo características interdisciplinares, corroborando com os resultados do estudo bibliométrico. Com relação aos tipos de pesquisa, cinco artigos tratam de revisão bibliográfica; três estudos são teóricos e procedimentais, que propuseram modelos de RSU; nove artigos aplicaram estudo de caso em uma única universidade e outras nove pesquisas empregaram estudo de múltiplos casos.

Quadro 2 - Características gerais dos artigos resultantes da revisão integrativa realizada na Web of Science

Artigo	Descriptor	Autor(es)	Ano	Título do periódico	Campo de estudo	Tipo de pesquisa	Idioma
Artigo 1	University Social Responsibility	Paunescu, Dragan e Gauca	2017	<i>Management & Marketing-Challenges For The Knowledge Society</i>	Negócios	Estudo de múltiplos casos	Inglês
Artigo 2		Alamilla et al.	2017	<i>Gobernanza, Ciudadanía e Identidad</i>	Problemas sociais	Estudo de caso	Espanhol
Artigo 3		Hernandez-Corchete	2017	<i>Revista Internacional de Relaciones Públicas</i>	Comunicação	Estudo de caso	Espanhol
Artigo 4		Jiménez, Martínez e López	2016	<i>CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa</i>	Economia	Estudo teórico e procedimental	Espanhol
Artigo 5		López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas	2016	<i>Ra Ximhai</i>	Ciências Sociais Interdisciplinares	Estudo de caso	Espanhol
Artigo 6		Ruiz-Corbella, Bautista-Cerro Ruiz	2016	<i>Teoría de la Educación</i>	Educação e Pesquisa Educacional	Estudo exploratório em múltiplas universidades	Espanhol
Artigo 7		Crasto, Marín e Senior	2016	<i>Espacio Abierto - Cuaderno Venezolano de Sociología</i>	Ciências Sociais Interdisciplinares	Investigação interpretativa e estudo de múltiplos casos	Espanhol
Artigo 8		Vélez	2016	<i>Estudios sobre Educación</i>	Educação e Pesquisa Educacional	Estudo exploratório (teórico e procedimental)	Espanhol
Artigo 9		Mendoza-Fernandez, Salas-Solano e Lopez-Juvinao	2015	<i>Clio America</i>	Negócios	Estudo qualitativo de múltiplos casos	Espanhol
Artigo 10		Dueñas	2015	<i>Inquietud Empresarial</i>	Negócios	Revisão bibliográfica/literatura	Espanhol
Artigo 11		López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín	2015	<i>Ra Ximhai</i>	Ciências Sociais Interdisciplinares	Estudo de caso	Espanhol
Artigo 12		Sidorova	2015	<i>Revista Multidisciplinaria Dialógica</i>	Educação e Pesquisa Educacional	Estudo de caso	Espanhol
Artigo 13		Vázquez, Aza e Lanero	2015	<i>Ekonomski Vjesnik/Econviews</i>	Economia	Estudo de caso	Inglês
Artigo 14		Ramallo	2015	<i>Debate Universitario</i>	Educação e Pesquisa Educacional	Revisão bibliográfica/literatura	Espanhol
Artigo 15		Leal e Moreno	2015	<i>Revista Logos Ciencia & Tecnologia</i>	Ciências Sociais Interdisciplinares	Estudo de caso	Espanhol
Artigo 16		Aristimuño e Monroy	2014	<i>Interciencia</i>	Ecologia	Estudo de caso	Espanhol

continua

Quadro 2 - Características gerais dos artigos resultantes da revisão integrativa realizada na Web of Science (continuação)

Artigo 17	University Social Responsibility	Gasca-Pliego e Olvera-García	2011	<i>Convergencia - Revista de Ciencias Sociales</i>	Sociologia	Revisão bibliográfica/literatura	Espanhol
Artigo 18		Quezada	2011	<i>Revista de Educación</i>	Educação e Pesquisa Educacional	Revisão bibliográfica/literatura	Espanhol
Artigo 19		Burcea e Marinescu	2011	<i>Amfiteatru Economic</i>	Negócios; Economia; Gestão	Estudo de caso	Inglês
Artigo 20		Nejati et al.	2011	<i>African Journal of Business Management</i>	Negócios; Gestão	Estudo de múltiplos casos	Inglês
Artigo 21		Salom, Pelekais e Núñez	2011	<i>Revista de Ciencias Sociales</i>	Ciências Sociais	Análítico-descritivo e de campo, com estudo de múltiplos casos	Espanhol
Artigo 22		Pelekais e Rivadeneira	2008	<i>Revista de Ciencias Sociales</i>	Ciências Sociais	Estudo descritivo de campo e correlacional, com análise de múltiplos casos	Espanhol
Artigo 23	Impacts of USR	Leigh-Hunt et al.	2015	<i>Israel Journal of Health Policy Research</i>	Política e Serviços de Saúde; Saúde Pública, Ambiental e Ocupacional	Estudo qualitativo de múltiplos casos	Inglês
Artigo 24		Villalonga e Paspuel	2015	<i>Revista San Gregorio</i>	Ciências Sociais Interdisciplinares	Revisão bibliográfica/literatura	Espanhol
Artigo 25	Social Responsibility in Higher Education	Kučerová, Formánková e Prisažná	2016	<i>Journal on Efficiency and Responsibility in Education and Science</i>	Educação e Pesquisa Educacional	Estudo de múltiplos casos	Inglês
Artigo 26	Extension as social Responsibility	Ramos Parra, García Martínez e Pérez Cedeño	2011	<i>Revista de Ciencias Sociales</i>	Ciências Sociais	Estudo teórico e procedimental	Espanhol

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Inicialmente, destaca-se que, de modo geral, os artigos selecionados discorrem, principalmente, sobre as dificuldades conceituais do tema e o formato de avaliação a ser realizada pelas universidades, corroborando com o que foi identificado por Vallaey (2011), ao expor os problemas teóricos e práticos sofridos pelo movimento da RS, que ainda está em andamento e abrange o trabalho teórico de mobilizar toda a concepção legal e ética do que se entende por “responsabilidade” e também a criação de ferramentas práticas pertinentes. Existe uma heterogeneidade e multiplicidade de concepções de RSU, o que destaca a necessidade de as universidades melhorarem sua compreensão e aplicação do tema (QUEZADA, 2011).

Como ressalta Ramallo (2015), o conceito de RSU deve ser problematizado e, sobretudo, sua avaliação, campo pouco estudado e desenvolvido e que deve ser ressignificado do sentido que possui no âmbito empresarial, por meio da conscientização das próprias limitações e dilemas da RSC (VALLAEYS, 2011).

Martínez *et al.* (2008), Rojas (2008), Saravia (2012), Bacigalupo (2012), Delgado, Vargas e Ramos (2012) e Noguera e Cubillos (2015) apontam que a pesquisa sobre a RSU é uma tendência crescente, que tenta refletir, em definitivo, o ressurgimento de valores na sociedade, bem como a manifestação de instituições para envolver suas iniciativas com a sociedade civil. Entre os principais itens que levam em conta os estudos estão os padrões éticos, compromisso comunitário, meio ambiente e relações trabalhistas.

Tais padrões podem ser observados nas definições internacionais apresentadas no Quadro 3, extraídas dos principais estudos sobre RSU, que também destacam fortemente o engajamento para atender aos objetivos dos agentes diretos e indiretos e a necessidade de gerir os impactos que a universidade causa. Tais fins, envolvem as atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que a RSU não pode ser definida como um compromisso voluntário das universidades, apesar de ser referenciada dessa forma, conforme Larrán-Jorge e Andrades-Peña (2015).

Como destacam Gasca-Pliego e Olvera Garcia (2011, p. 43), “[...] falar sobre responsabilidade social é reconhecido como algo necessário para a sobrevivência não só das organizações, inclusive das universidades, mas de toda a sociedade como um todo e propriamente da espécie humana”. Assim, a RS não pode ser entendida como filantropia, nem boas intenções, nem meros princípios éticos, nem obras de caridade, mas sim como

uma ação, ação no meio ambiente, na sociedade, na comunidade, dirigida por empresas, e até, porque não, por organizações universitárias.

Quadro 3 - Conceitos de Responsabilidade Social Universitária

Autor(es)	Conceitos Atuais de RSU
Vallaey, Cruz e Sasia (2009)	A maneira mais prática de definir a responsabilidade social da universidade é considerar os impactos que a instituição gera em seu ambiente. De um modo geral, eles podem ser agrupados em quatro categorias: organizacional, educacional, cognitivo e social. É uma política institucional abrangente, responsável pela gestão de todos os impactos sociais (internos e externos) que a universidade gera, em um diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (internos e externos) que podem ser afetados por esses impactos. Não admite, então, especialização e diferenciação de funções dentro do conjunto institucional, mas um compromisso permanente por parte de todas as funções da instituição
Tetrevová (2010)	Representa uma superestrutura de responsabilidade da gestão da universidade, na qual a administração e os funcionários da universidade se comportam de maneira que não só cumprem as atividades econômicas da universidade e da própria missão social, mas facilitam o cumprimento das intenções e objetivos de todas as partes interessadas. Ao mesmo tempo, a responsabilidade social da universidade também pode ser vista como uma gratificante comunicação entre a universidade e as suas partes interessadas.
De la Cuesta <i>et al.</i> (2010)	Oferecer serviços educacionais e transferência de conhecimento seguindo princípios de ética, boa governança, respeito ao meio ambiente, compromisso social e promoção dos valores do cidadão sob a premissa de prestar contas à sociedade no que diz respeito aos compromissos com as partes interessadas.
Aldeanueva-Fernández (2011)	Potencializar a contribuição das universidades para o desenvolvimento econômico e social das sociedades que mantêm a unidade, além de dar o retorno do conhecimento para a sociedade.
Esfijani, Hussain e Chang (2012)	Envolvimento universitário em que a parceria universitária com suas comunidades é alcançada através da educação (transferência de conhecimento), prestação de serviços, pesquisa, ensino e bolsa.
Esfijani, Hussain e Chang (2013)	Um conceito pelo qual uma universidade integra todas as suas funções e atividades com as necessidades da sociedade por meio do engajamento ativo com suas comunidades de maneira ética e transparente, visando atender às expectativas de todos os públicos envolvidos.
Larrán-Jorge e Andrades-Peña (2015)	O compromisso voluntário das universidades de incorporar preocupações sociais, trabalhistas, equitativas e sociais em suas diferentes funções principais (ensino, pesquisa, gestão e fatores ambientais) derivadas das externalidades que surgem de suas atividades, para as quais eles devem levar em conta as demandas sociais.
Buffel, Skyrme e Phillipson (2017)	Reflete as aspirações das universidades de transformar as comunidades das quais são parte essencial. Isso pode ocorrer através de quem e como eles educam, a criação e aplicação de conhecimento para resolver problemas sociais e uma série de atividades de "terceira missão", como o engajamento público e cívico, o internacionalismo e o gerenciamento operacional responsável.
Shek, Yuen-Tsang e Ng (2017)	Responsabilidade compartilhada pelas universidades em contribuir para o melhoramento social através da integração da responsabilidade social, políticas de gestão institucional, ensino, pesquisa, serviços e atividades públicas.

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Frente as primeiras constatações feitas na literatura internacional, na sequência detalha-se as características principais dos 26 artigos resultantes da revisão integrativa.

2.4.2.1 Análise dos achados

Quando verificadas as revisões bibliográficas sobre RSU, de acordo com a pesquisa na *Web of Science*, destacam Gasca-Pliego e Olvera Garcia (2011), Quezada (2011), Dueñas (2015), Ramallo (2015) e Villalonga e Paspuel (2015) a necessidade de as universidades trabalharem na Gestão dos Impactos, conforme método apresentado por Vallaeys (2006), Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) e Vallaeys (2011). Esses autores ponderam que ao se determinar os tipos de impactos gerados pela universidade nas suas atividades, será possível perceber os riscos que estão associados a esses impactos, a partir disso a universidade pode refletir e promover ações a favor de impactos positivos, considerando o envolvimento de todos os atores universitários e não universitários.

Ao discorrer sobre a avaliação da RSU, Ramallo (2015) constatou que existem diferentes formas de compreender a avaliação, mediante esse quadro, indica propostas de avaliação da quantidade e a qualidade da informação sobre RS que é disseminada nas páginas institucionais; a avaliação da RSU por meio de ações planejadas e implementadas nas universidades, medindo os impactos de tais ações e ainda as avaliações ligadas à prestação de contas perante a sociedade.

Enfatiza que as características recorrentes nas avaliações estão relacionadas a boas práticas em: ética, educação cívica, sustentabilidade, meio ambiente e relacionamento com a comunidade. Tal fato corrobora com os achados de Dueñas (2015), que complementa com as seguintes áreas em sinergia: crescimento econômico, equidade social, democracia, marketing responsável e imagem institucional. Tais padrões seriam notados independentemente da localização geográfica em que a RSU é desenvolvida (RAMALLO, 2015) e estão de acordo com o que expressa Vallaeys (2006, p. 39):

[...] a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

Apesar dos diferentes tipos de avaliação, Ramallo (2015) entende que a natureza da avaliação da RSU deve ser participativa e contextualizada e é fortemente condicionada pelo modelo de gestão que a universidade assume e, principalmente, pela concepção de

avaliação que adota. Ou seja, como destacam Villalonga e Paspuel (2015), a RSU implica um novo modo de gestão, baseado na transversalidade e máxima participação.

Já Quezada (2011) propõe três grandes perspectivas que norteiam as diferentes propostas e pontos de vista do conceito de RSU: gerencial, transformadora e normativa. A perspectiva gerencial está relacionada à identificação de uma série de agentes interessados e os impactos que as atividades universitárias geram para esses agentes. A abordagem transformacional coloca na RSU a tarefa de gerir as contribuições e reflexões que permitam alcançar uma sociedade melhor, mais equitativa e justa. Já a perspectiva normativa da RSU destaca a aplicação de um conjunto de valores e princípios, a fim de compará-los com os valores da sociedade e levar a cabo um processo de transferência e intercâmbio. Envolve ainda a criação ou incorporação de redes nacionais e internacionais e o desenvolvimento de códigos de ética e de conduta para a comunidade universitária. Por meio dessa vertente, o autor identificou que as iniciativas de RSU na Espanha são orientadas principalmente para abordagens gerenciais e normativas, ao mesmo tempo em que destacam as ações de voluntariado e cooperação para o desenvolvimento da abordagem transformacional.

Tanto Ramos Parra, García Martínez e Pérez Cedeño (2011), quanto Jiménez, Martínez e López (2016) e Vélez (2016) propuseram modelos de RSU diversos, a partir de revisão bibliográfica e estudos pilotos realizados em universidades. O que fica evidente com as propostas é a falta de um padrão de indicadores para avaliar e elaborar relatórios de RS nas instituições de ensino superior públicas.

Ramos Parra, García Martínez e Pérez Cedeño (2011) propõem um modelo partindo das três funções básicas de RSU – social, econômica e educacional – presentes nas normativas legais, visando a gestão dos impactos e a política de qualidade ética. Por meio de revisão bibliográfica e aplicação com 75 docentes de universidades públicas da Zulia, os fundamentos teóricos do modelo foram expostos em: Gestão ética e qualidade de vida institucional; Gestão ambiental responsável; Participação social ativa; Formação acadêmica socialmente responsável; Investigação socialmente útil; Gestão social do conhecimento. Para sua aplicação, o modelo deve ser desenvolvido em etapas: (i) informação e divulgação da proposta à comunidade universitária; (ii) processos de formação da comunidade universitária; (iii) reestruturação acadêmico-administrativa e (iv) retroalimentação.

Recomendar uma lista de indicadores de desempenho em RSU, com abordagem baseada na versão mais recente da “*Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines (GRI G4)*”⁵, é a base do estudo de Jiménez, Martínez e López (2016). Após pesquisa de caso na *Universidad de Córdoba* e análise de relatórios de RS de cinco universidades públicas espanholas, que já empregavam uma versão mais antiga do *GRI*, os autores identificaram que todos os indicadores econômicos do *GRI* são aplicáveis às universidades, enquanto, dos indicadores ambientais, somente 30 de um total de 34 são aplicáveis. Por fim, quanto à categoria social, somente foi possível adaptar 42 indicadores, de um total de 48 utilizados no *GRI*. Com isso, os autores deixaram explícito que (p. 109) “embora não haja complemento ao guia *GRI* para elaboração de relatórios de RS em instituições de ensino, esse é o modelo mais aplicado pelas universidades espanholas”, e que ocorre dificuldade de aplicação especialmente nos indicadores relacionados à gestão de direitos humanos, com a responsabilidade do produto e com o desempenho ambiental que não estão diretamente relacionados com a atividade.

Quezada (2011) também destacou, em seu artigo, que existe um desafio importante para desenvolver metodologias de *accountability* mais alinhadas ao trabalho universitário, dado que embora o *GRI* seja uma metodologia genérica capaz de se adaptar a qualquer organização, provavelmente a perspectiva *triple bottom line* (social, econômico e ambiental) não cubra adequadamente todas as áreas de trabalho universitário em um contexto de RSU.

A partir do modelo *Innovación Social Universitaria Responsable (ISUR)*, Vélez (2016) propõem avaliar as mudanças sociais em termos de RS e seus impactos. Considerando um estudo piloto, as dimensões propostas para o modelo são: 1) Curricular e pedagógica; 2) Organizacional; 3) Investigação, desenvolvimento e inovação; 4) Relação com o meio ambiente; 5) Ambiental; 6) Internacionalização. Com isso, o autor demonstra a necessidade de incentivar avaliações que, além de considerar o que foi feito, solicitem documentação que o endosse, aspecto central do modelo de avaliação do *ISUR*.

No que tange aos estudos de caso em apenas uma universidade pública, desenvolvidos por Burcea e Marinescu (2011), Aristimuño e Monroy (2014), Leal e Moreno (2015), Vázquez, Aza e Lanero (2015), Sidorova (2015), López-Noriega,

⁵ Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>

Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015), López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016), Alamilla *et al.* (2017) e Hernandez-Corchete (2017), algumas conclusões são mais frequentes: (i) que a RSU é uma área em construção, sendo necessária sua naturalização, para que as universidades integrem essa importante política na filosofia institucional; (ii) que a temática é conceituada de distintas maneiras, porém prevalecem as definições de Vallaey (2007, 2008) e Vallaey, Cruz e Sasia (2009) como as mais coerentes, perante os referenciais apresentados; (iii) que as universidades precisam considerar seu contexto local e regional e, a partir disso, elaborar uma metodologia adaptada de avaliação da RSU.

Como destaca Hernandez-Corchete (2017, p. 205):

a mensuração da Responsabilidade Social Universitária gerou alguma controvérsia no campo acadêmico, uma vez que, segundo Hart e Northmore (2010), há frequentes problemas em mensurar o comprometimento da universidade com a sociedade: a variedade de abordagens adotadas, a falta de atenção aos impactos e mudanças geradas pelo comportamento socialmente responsável da atividade universitária e à ausência de parâmetros e indicadores padronizados.

A promoção da RSU como uma adaptação do conceito de RSC, surgido no âmbito empresarial, também se destacou na literatura (SIDOROVA, 2015; ALAMILLA *et al.*, 2017; HERNANDEZ-CORCHETE, 2017), sendo determinada por alguns autores como atribuível a qualquer tipo de organização, que possua uma maneira de atuar na sociedade de forma voluntária, moral e ética (NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CARRILLO-MARÍN, 2015), demonstrando-se engajada nos problemas das comunidades (BURCEA; MARINESCU, 2011).

Como já destacado, a RSU deriva do contexto de RSE, no entanto, Vallaey (2017) critica as limitações de uma visão gerencial estreita da responsabilidade social tal como as ferramentas de gestão empresarial abordam. Também Vallaey, Cruz e Sasia (2009) enfatizam que a prática da RSU é diferente da área empresarial, porque abrange impactos específicos e únicos que dizem respeito às universidades. Reconhece-se que os impactos educacionais e cognitivos são causados pelas próprias universidades como organizações, e os impactos sociais e organizacionais podem ser causados tanto pelas universidades quanto pelas empresas privadas (VÁZQUEZ; AZA; LANERO, 2015).

Assim, em sete dos nove artigos de estudo de caso, prevalecem referências e destaque aos conceitos de Vallaey (2006, 2007) e Vallaey, Cruz e Sasia (2009), que apresentam a RSU como uma política de gestão da qualidade ética da universidade, que busca alinhar seus quatro processos (gestão, ensino, pesquisa e extensão) com a missão da universidade, seus valores e compromisso social, através da gestão dos impactos (educativos, cognitivos, laborais e ambientais) que a atividade universitária gera, prestando contas aos grupos de interesse, visando obter congruência institucional, transparência e participação dialógica de toda a comunidade universitária, para a efetiva transformação da sociedade na solução de seus problemas de exclusão, desigualdade e sustentabilidade.

Apesar disso, foram aplicados múltiplos métodos para o levantamento de dados, sendo os estudos divididos em análises documentais, percepção de estudantes e perspectiva de docentes e dirigentes sobre a RSU.

López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015), Alamilla *et al.* (2017) e Hernandez-Corchete (2017), ao aplicarem estudos qualitativos, baseados na análise de documentos de universidades públicas, utilizaram como fundamento, respectivamente, os seguintes métodos de análise: (i) *Matriz para formular y evaluar la calidad y la riqueza de iniciativas de responsabilidad universitaria*, proposta por Vallaey (2004); (ii) *Modelo Institucional de Responsabilidad Social Universitaria (MIRSU)*, implantado pela própria universidade e relacionado à metodologia de Vallaey, Cruz e Sasia (2009); (iii) *Sistema de Autoevaluación y Gestión de RSU da Asociación de Universidades Confiadas a la a Compañía de Jesús en América Latina (AUSJAL)* (2009). Sidorova (2015) não aborda uma metodologia específica, apenas destaca que foi utilizado um desenho baseado em métodos qualitativos. Também Leal e Moreno (2015) relatam um conjunto de projetos e atividades da universidade estudada, sem destacar um modelo específico utilizado como base de análise. Os principais documentos analisados nas pesquisas foram o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Planos de Estudo, Inventários de Boas Práticas e outros documentos da gestão, disponíveis para consulta.

Ao tratar da RSU na *Universidad Autónoma del Carmen (UNACAR)*, López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015) identificaram que a orientação de RSU assumida pela Instituição está relacionada diretamente ao conjunto de ações

estratégicas derivadas do PDI, que estão direcionadas ao desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional.

Alamilla *et al.* (2017) identificou que as ações da *Universidad Autónoma de Yucatán* são fundamentadas pela Declaração Mundial sobre Educação Superior da Unesco de 1998. Tal fato impacta na missão, visão, currículo, práticas educativas, linhas estratégicas, entre outros. Porém, essa aderência faz com que a instituição perca a vinculação com o contexto local, desenvolvendo poucas ações que integrem atores externos. Hernandez-Corchete (2017), ao analisar o caso do *Centro Universitario de la Defensa de Zagarosa*, percebeu que a RSU está presente na concepção institucional. Entretanto, a temática não constitui, no momento, uma política sustentável e eficiente, dado que há ausência de referências explícitas a ela. Sugere que, para compreender melhor a temática, seria necessário realizar uma pesquisa de percepção com os atores internos, porém, com isso, o autor limita a análise apenas à visão da comunidade acadêmica e não demonstra preocupação com a percepção dos atores externos.

Já Sidorova (2015), ao contrário de López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015), observou que a *Universidad de Carabobo* dirige suas ações de RS a interesses particulares e não na gestão integral, apesar de demonstrar preocupação pela implementação da RSU em vários âmbitos. Tal fato pode estar sucumbindo aos espaços de poder que foram observados, onde o coletivo cede para o individualismo, ou seja, prevalece o fator político e econômico perante os interesses do coletivo global. Como destacam Vallaeys, Cruz e Sasía (2009), para prover um projeto institucional de RSU é necessário um compromisso coletivo.

Por fim, Leal e Moreno (2015) expõem que a *Fundación Universitaria Cafam* tem clareza que o enfoque de RSU demarca um caminho que paulatinamente deve conduzir a um modelo que envolva a gestão ética dos impactos. A Universidade apresenta ações e estratégias que são usadas nos processos pedagógicos e didáticos. Porém, precisa realizar um exercício constante de avaliação e sistematização, que permita enriquecer esse enfoque.

Como exposto, o PDI é relevante para o estabelecimento da política de RSU das universidades, uma vez que esse documento é fundamental para o planejamento e a gestão. Para além disso, os estudos reforçam a importância do acompanhamento e avaliação das ações, visando a melhoria da RSU. Nesse sentido, é fundamental que as

IES estabeleçam medidas capazes de monitorar a prática de RS em suas atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, visando favorecer o bem-estar comunitário e fornecer ao mercado um profissional capacitado para resolver os problemas sociais, colaborando assim para o desenvolvimento humano, científico, social, político, econômico e cultural (CRUZ; PASSOS, 2010; REIS; BANDOS, 2012; SERVA; DIAS, 2016).

É proeminente destacar que as práticas relatadas nos documentos institucionais podem não atender às expectativas das partes interessadas ou mesmo criar uma impressão negativa de que a universidade está fazendo isso simplesmente por uma questão de promover-se e não como um compromisso com a sociedade. Deste modo, faz-se importante, para além da base documental, conhecer a percepção dos diversos públicos de interesse institucional, tanto internos como externos. Além de que, por meio desse aprofundamento, é possível verificar se as ações apresentam coerência em relação ao descrito nos documentos.

Assim, nos estudos que analisaram as percepções dos discentes sobre a RSU, Burcea e Marinescu (2011), Vázquez, Aza, Lanero (2015) e López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016), utilizaram distintos métodos, a destacar: (i) construção de questionário, baseado na literatura que compreendia os seguintes domínios de RS: ambiente, marketing, relações com a comunidade, valores institucionais, publicação/relato de atividades da instituição; (ii) análise dos quatro impactos da *USR*, medidos por meio de 46 itens, definidos com base na literatura⁶ e revisão de documentos similares; (iii) questionário proposto por Vallaeys, Cruz e Sasía (2009).

Os principais resultados observados foram que a *UNACAR*, segundo os alunos, está numa posição aceitável no que se refere as ações e práticas de RSU, mas precisa melhorar questões de transparência e democracia. Poderia também desenvolver mais ações nas áreas de docência, investigação e vinculação com o entorno (LÓPEZ-NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CERVANTES-ROSAS, 2016). Já um ano antes, ao analisar os documentos institucionais da *UNACAR*, López-Noriega, Zalthen-Hernández e Carrillo-Marín (2015) identificaram que a RS assumida pela Instituição está relacionada diretamente ao conjunto de ações estratégicas derivadas do PDI, no qual aparecem ações de desenvolvimento local, meio ambiente e equidade. Tal fato corrobora

⁶ Ceulemans, De Prins, 2011; Christensen *et al.*, 2007; McDonald, 2004; Moon, Orlitzky, 2011; Setó-Pamiés *et al.*, 2011; Vallaeys, 2008; Vallaeys, Cruz e Sasía (2009).

para a percepção dos alunos, que a *UNACAR* precisa desenvolver melhor a gestão interna da RSU e as áreas de docência e investigação, uma vez que parece que não são reforçadas no PDI.

Vázquez, Aza e Lanero (2015) concluíram, por meio do modelo baseado nos impactos, que os estudantes ficaram mais satisfeitos com os desempenhos relacionados à gestão interna, demonstrando que a *Universidad de León* precisa de mais atenção à educação em valores ambientais e sociais, pesquisa e projeção externa. Já Burcea e Marinescu (2011) observaram que os alunos percebem a importância da RSC no nível acadêmico, entretanto sugerem que a *University of Bucharest* precisa diversificar suas ações ambientais, aumentar as explicações sobre bolsas e contratos, melhorar o diálogo sobre a qualidade das aulas e seminários, desenvolver o espírito de equipe, incentivar o desenvolvimento de iniciativas pessoais e eficácia na comunicação. Como observado, os autores fazem uso da terminologia RSC para explicar a RSU, por entenderem que ambas, as universidades e as corporações, têm de fornecer respostas sólidas para as novas realidades do meio ambiente e da sociedade.

Analisando a perspectiva de docentes e de dirigentes da *Universidad Nacional Experimental de Guayana*, Aristimuño e Monroy (2014) identificaram que o comportamento organizacional, a seleção de partes interessadas e o planejamento para o compromisso social são os fatores de maior importância na RSU, resultando excluídos, como menos significativos, os aspectos cognitivos e os ambientais, o currículo e o clima organizacional. Resulta que a RSU não está sendo assumida na práxis institucional, ainda que seja considerada na missão, visão, princípios e valores da instituição, sendo necessário que os quadros diretivos desenhem linhas e políticas que possibilitem uma real aplicação nos quatro eixos organizacionais.

Como observado, nenhum estudo até aqui apresentado buscou evidenciar a percepção dos atores externos no processo da RSU, sendo tal aspecto considerado de extrema importância por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), quando expõem que a universidade deve ponderar as expectativas e as demandas da comunidade externa.

Mendoza-Fernandez, Salas-Solano, Lopez-Juvinao (2015) enfatizam que existem muitas universidades que não conhecem qual é a responsabilidade que devem assumir e, conseqüentemente, não tomam consciência da importância que ela tem e do dano que

pode estar causando ao não desenvolver ações que lhes permitam avançar nesta temática, que dia a dia está sendo mais demandada pela sociedade em geral.

Já nos nove estudos que abordam casos de mais de uma universidade, se observa que a conceituação de RSU é pouco desenvolvida. Apenas Salom, Pelekais e Núñez (2011), Mendoza-Fernandez, Salas-Solano e Lopez-Juvinao (2015), Crasto, Marín e Senior (2016) e Ruiz-Corbella, Bautista-Cerro Ruiz (2016) apresentam definições um tanto precisas.

Ao definir o conceito no campo terciário, não há unanimidade, chamando-o indiscriminadamente de RSU, terceira missão ou dimensão social da universidade. Obviamente, cada terminologia afeta um escopo e/ou dimensão, mas o que deveria unir as universidades é a crescente consciência social do impacto de suas ações e seu papel inegável no desenvolvimento social, econômico e cultural do contexto em que estão inseridas (RUIZ-CORBELLA; BAUTISTA-CERRO RUIZ, 2016).

Para Ruiz-Corbella, Bautista-Cerro Ruiz (2016) e Crasto, Marín e Senior (2016) a RSU deve ser entendida como um modelo de gestão, atendendo aos quatro âmbitos que correspondem aos eixos de toda a RSU - *campus* responsável, gestão social do conhecimento, formação profissional e cidadã e participação social - e integrando o ponto de vista de todos os atores, tanto internos como externos à universidade. Equitativamente, Mendoza-Fernandez, Salas-Solano e Lopez-Juvinao (2015) apresentam a RSU como uma política institucional integral, que deve se encarregar de atender aos agentes sociais. Já Salom, Pelekais e Núñez (2011) assumiram como definição a proposta de Vallaey (2003), para quem a RSU é manifestada como a gestão ética e inteligente dos impactos gerados pelas organizações universitárias em seu entorno humano, social e natural. Em suma, trata-se de compreender a RSU como uma nova forma de entender a universidade e aproximá-la da sociedade (LARRÁN-JORGE; ANDRADES-PEÑA, 2015).

Crasto, Marín e Senior (2016) concluem que a RS, na gestão universitária, deve ser considerada como um processo de construção de responsabilidades, sendo resultante de uma complexa construção dialógica e reconstrução coletiva, derivada de discursos obtidos a partir da interação.

Quanto às metodologias empregadas, se notou uma predominância de estudos que analisaram a RSU sob o ponto de vista da gestão superior (diretivos, reitores, decanos), empregando como base para coleta de dados principalmente as entrevistas e

questionários, adaptados das mais diversas literaturas e que foram validados por especialistas.

A RSU sob a ótica da Organização Internacional para Normalização (ISO) 26000, lançada em 2010, é retratada por Kučerová, Formánková e Prísažná (2016) e Nejati *et al.* (2011). O objetivo da norma é fornecer orientações sobre os princípios da RS e temas pertinentes à temática, além de ressaltar a importância dos resultados e melhorias das organizações. Tal regra busca transcender o marco tradicional empresarial (RSE), associada à prestação de contas (*accountability*), abordagem filantrópica e à questão social, recaindo para a RS de todas as organizações.

Kučerová, Formánková e Prísažná (2016) estudaram três universidades públicas na República Tcheca, por meio da análise documental, aplicação de entrevistas e roteiro de questionário. A principal diferença entre as instituições reside no fato de que uma delas tem o conceito de RSE incluído em sua estratégia e formulou princípios de RSC, com ênfase no comportamento socialmente responsável em todas as áreas de atividade. As outras duas faculdades avaliadas não tem o conceito RSC incorporado, confirmando, portanto, a suposição básica de que RSC deve ser construída na gestão estratégica e promovida por parceiros, funcionários, estudantes e outras partes interessadas para ganhar efetividade.

Ao explorarem o conteúdo do site e os relatórios anuais das 10⁷ melhores universidades do mundo, Nejati *et al.* (2011) perceberam que, embora para diferentes extensões, as principais universidades do mundo tomaram a RS a sério e anunciam isso em seus websites. No entanto, existem diferenças em seus relatórios e nas áreas abrangidas.

Paunescu, Dragan e Gauca (2017) apontam a RSU sob a ótica do *QS Stars University Rating 2016*, que consiste em um sistema de avaliação das universidades considerando uma ampla gama de qualidades, entre elas a RSU. Para a RS são consideradas quatro dimensões: investimento e desenvolvimento da comunidade, trabalho beneficente e socorro em caso de desastres, desenvolvimento do capital humano e regional e impacto ambiental. Ao analisar 27 universidades melhor classificadas no *QS Stars Rating 2016*, os autores descobriram que o nível de envolvimento em ações de RS é alto. Além disso, os tipos de iniciativas variam em termos de natureza, intensidade e

⁷ Das 10 universidades, 4 são públicas e 6 são privadas.

impacto para cada uma das dimensões analisadas, sendo fortemente influenciados pelo foco nas atividades de trabalho social, desenvolvimento do capital humano regional, bem como impacto ambiental. Cabe destacar que essa avaliação limita as características da RSU apenas para a participação social, não retratando características internas de gestão, ensino e pesquisa.

Já Pelekais e Rivadeneira (2008) fizeram referência à RSE, buscando com isso explicar que a RS é uma obrigação assumida pelas empresas. Verificaram a situação das universidades públicas de *La Costa del Lago*, do Estado de Zulia, por meio da visão de diretores, docentes, administradores e representantes de associações de vizinhos. O instrumento de coleta de dados foi adaptado da literatura e validado por estudiosos da área. Os resultados mostraram que existe uma relação diretamente proporcional e moderada entre os elementos de cultura e RS. Porém, há diferenças significativas em relação à correlação das variáveis, pois apesar da cultura ser um fator diretamente relacionado à RS, não é decisivo para a consecução ou conquista da mesma.

Estudando a RSU em duas escolas de medicina, uma no Reino Unido e outra em Israel, Leigh-Hunt *et al.* (2015) observaram as definições apresentadas pela Organização Mundial de Saúde, pela qual as escolas possuem obrigação de direcionar suas atividades de ensino, pesquisa e serviços para as demandas prioritárias de saúde das populações. Por meio de entrevistas semi-estruturadas, identificaram que o prestígio acadêmico parecia ser um grande obstáculo à implementação da RS, com preocupações de que isso poderia afetar negativamente o status em termos de educação e pesquisa, com um impacto na capacidade de atrair bolsas, funcionários e estudantes ou potencialmente desviar fundos de pesquisas de laboratório. Para tanto, os autores apontaram a necessidade de reverter esse quadro, demonstrando que adoção de valores de RSU pode aumentar o prestígio das instituições, com práticas como: introduzir o conceito em todo o currículo; desenvolver projetos comunitários; e promover o trabalho voluntário. Tal situação tende a reforçar o entendimento de que as universidades precisam considerar seu contexto local e regional e sua realidade institucional para o desenvolvimento da política de Responsabilidade Social.

Mendoza-Fernandez, Salas-Solano e Lopez-Juvinao (2015), analisaram a RSU das universidades de *La Guajira*, na Colômbia, e *La del Zulia*, na Venezuela, por meio da aplicação de um guia de entrevista desenhado a partir da literatura. Como resultados

destacam que as universidades públicas autônomas requerem: (i) a implementação de diretrizes para o fortalecimento do pensamento estratégico e da RS; (ii) a implantação de um modelo socialmente responsável; (iii) a necessidade de avaliar permanentemente o contexto da instituição, com a finalidade de determinar as orientações, métodos e condições que propiciem a compreensão e busca de melhoria da RS; (iv) promover a RS como modelo estratégico na missão, visão e objetivos das universidades, através do desenvolvimento de programas, palestras, workshops, entre outras atividades para membros e comunidades.

Ao estudar como as IES de caráter público experimental do Estado de *Falcón* concebem a RSU, por meio da aplicação de entrevistas, Crasto, Marín e Senior (2016) visualizaram que a concepção de RSU perpassa por duas noções: (i) comportamento baseado em valores e (ii) ação nova e importante de gestão que se estrutura na corresponsabilidade como fator determinante do compromisso social. Já as categorias relevantes de RSU são: o cumprimento de normas, a gestão docente e de investigação, a gestão administrativa e a gestão da extensão.

Já as universidades *del Zulia, Central de Venezuela, de los Andes, Carabobo e Oriente* apresentaram, através de observação e aplicação de questionário, que considerou a gestão dos impactos, elementos comuns em termos de missão, visão, valores e políticas, em que apesar de não fazer referências específicas à RS, implicitamente, o fazem, o que significa que tanto a Lei das Universidades de 1970 como a Lei do Serviço Superior de Educação Comunitária de 2005 estão sendo atendidas (SALOM; PELEKAIS; NÚÑEZ, 2011).

Por fim, Ruiz-Corbella e Bautista-Cerro Ruiz (2016) fizeram um estudo dos conceitos de RSU e da sua situação nas universidades espanholas. Para isso, consideraram os quatro âmbitos chaves da educação superior: formação, investigação, gestão e participação social. Concluíram que a RSU não é um conceito que reflete uma moda, mais ou menos transitória, ou uma ação que pode ser adicionada à dinâmica de uma universidade. Nem é um conteúdo para ser incluído em um programa ou assunto. Significa uma mudança no modelo universitário, uma vez que afeta todas as áreas específicas de atuação dessas instituições. Ou seja, não se trata de um modelo que pode ser simplesmente adaptado da RSE, pois exige toda uma dinâmica e realidade própria das universidades.

2.4.2.2 Contribuições da Revisão Integrativa

Após a descrição sucinta dos artigos analisados, contribuições importantes sobre a RSU são sintetizadas na Figura 3. Em síntese, observa-se que as principais características da RSU estão relacionadas ao gerenciamento dos impactos, visando uma gestão socialmente responsável nos aspectos internos (direitos humanos, equidade, direitos trabalhistas, meio ambiente, democracia, entre outros), na formação profissional e cidadã (projetos curriculares), na gestão social do conhecimento (difusão e transferência de conhecimentos à comunidade) e na participação na sociedade (projeção social, desenvolvimento econômico, social e ambiental), envolvendo atores tanto atores internos como externos.

Já em relação aos problemas enfrentados na implantação da RSU destacam-se os relacionados à construção e estruturação da temática, que ainda é considerada nova no contexto das IES e não possui indicadores padronizados, se é que devem haver. Cabe também às universidades entenderem a importância da RS e se dedicarem ao seu desenvolvimento, o que exigirá um novo modelo de gestão, além de desvincularem sua ótica à mera cópia da RSE. Ou seja, há a necessidade de desenvolver mecanismos institucionais não só de avaliação, mas de monitoramento e retroalimentação da RSU que considerem o contexto próprio de cada universidade. Larrán-Jorge *et al.* (2012), do mesmo modo, identificaram a falta de indicadores de desempenho da atividade universitária como uma das barreiras que impedem o desenvolvimento de estratégias de responsabilidade social em IES.



Figura 3 - Contribuições da revisão integrativa
FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Ademais, os estudos confirmaram que a RSU vai além da prática da extensão universitária, integrando na mesma medida as atividades de gestão, de ensino e de pesquisa.

Avulta-se que, afora as diversas metodologias apresentadas, existem ainda outros vieses da temática perceptíveis na literatura. Calderón (2006) e Jiménez De La Jara, Fontecilla e Troncoso (2006) apresentam suas definições da Pirâmide da Responsabilidade Social e enfatizam que a RSU envolve a capacidade de difundir e pôr em prática um conjunto de princípios e valores, gerais e específicos, por meio de quatro processos essenciais, que são a gestão, a docência, a pesquisa e a extensão.

Calderón (2006), contudo, adverte que, na prática da RSU, devem ser observadas com cuidado as peculiaridades presentes nas IES públicas e nas IES privadas. Diante dessa realidade, deve haver a adoção de uma atitude cautelosa, que analise as características, demandas e opiniões do corpo docente e das autoridades acadêmicas que asseguram as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por se tratarem de realidades totalmente diferentes (FERREIRA; LEOPOLDI, 2013).

Importante destacar ainda que no contexto nacional brasileiro o Estado não dispõe de dispositivo legal com foco específico na RS. No entanto, é possível identificar

princípios inerentes ao tema e que podem ser compreendidos como uma orientação legal à RS, quando se aborda o SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Conforme redação dada pelo Artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e **responsabilidades sociais** das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, grifo nosso).

O SINAES no seu Artigo 3º, inciso III, aborda a RS da instituição considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

Assim, no momento em que é realizada a avaliação externa das IES, para o credenciamento e reconhecimento e o reconhecimento de cursos, a comissão designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) precisa verificar se existem ações referentes a algum indicador e se essas apresentam coerência em relação ao descrito nos documentos institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, etc.).

Já a avaliação interna é realizada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), a qual cabe a elaboração da proposta de autoavaliação, em consonância com as diretrizes do SINAES e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), considerando, para isso, a identidade e as particularidades da universidade e o atendimento às dimensões da avaliação institucional, previstas na Lei nº 10.861 de 2004.

De acordo com Silva (2008) e Cruz e Passos (2010), é a partir da Lei do SINAES que ganham importância as políticas institucionais e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no que tange à metodologia de inclusão social, ações afirmativas de inclusão digital, ações e programas que consubstanciem e integrem diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico cultural e também práticas de produção e transferência de conhecimentos e de

tecnologias. Desse modo, a universidade deve promover a RS demonstrando o compromisso social com seu público interno e externo.

Para Cruz e Passos (2010), fica claro que é posteriormente à criação do SINAES que a RS adveio a ser regulamentada nas IES brasileiras e que, por meio da autoavaliação, o Governo está acompanhando e também incentivando práticas de RS, pois as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devem definir no seu PDI a política institucional de responsabilidade social, delimitando as ações e programas a serem desenvolvidos, estabelecendo parâmetros para a referida política, previstos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Ministério da Educação (BRASIL, 2014b; 2014c).

Porém, como destaca a Coordenadora do Observatório de Responsabilidade Social das Universidades Brasileiras - ORSUB (vinculado ao ORSALC/UNESCO), Liane Nanci Rotta (2018), ainda falta um conceito unificado e uma política de RSU a nível nacional, como a exemplo do Peru, que foi o primeiro País a exigir a RSU, a partir de uma regulamentação específica sobre o tema, publicada em 2014 pela *Ley Universitaria N° 30220*.

Tal posicionamento é corroborado por Rosetto (2011, p. 8), que em estudo com lideranças da educação superior observou:

[...] ausência de precisão em termos conceituais, na legislação do SINAES, sobre o que seria a Responsabilidade Social da educação superior tem gerado uma confusão teórico-conceitual e prática, tornando-o um termo polissêmico para as principais lideranças da Educação Superior Brasileira, desencadeando sua imediata relação com a implantação de projetos sociais à semelhança da tendência predominante no mundo empresarial.

Partindo, então, da análise de que não existe forma absoluta, um modelo ou definição que retrate uma concepção única e completa de RSU, compreende-se que existem diversos entendimentos sobre o tema, apresentando esses mais de uma dimensão. Assim, a diversidade de concepções da RSU pode estar relacionada: com a falta de uma conceituação regulatória nacional e também em casos internacionais, com o ponto de vista e com os norteadores estratégicos que cada IES possui sobre o assunto, com sua contextualização histórica e também com o grau de comprometimento que cada universidade possui com o desenvolvimento da sociedade. O que é percebido na literatura são proposituras que reforçam o compromisso social da universidade, o seu papel de

agente transformador da sociedade e a capacidade e necessidade dessa instituição em adaptar-se ao contexto em que está inserida.

Mediante tais colocações buscou-se entender e detalhar melhor o modelo de RSU proposto por Vallaey, Cruz e Sasia ainda no ano de 2009.

2.4.3 O Modelo de RSU de Vallaey, Cruz e Sasia (2009)

Ao pensar nos enfoques da RSU, uma das abordagens mais acertadas foi desenvolvida por Vallaey, Cruz e Sasia (2009), que destacam que a maneira mais prática de definir a RS da universidade é considerar os impactos que a instituição gera em seu ambiente.

Como enfatiza Vallaey (2017), é completamente errada a opinião que expressa que “a universidade é por si socialmente responsável, dado que tem fins educativos e de ciência”. A realidade demonstra aspectos muito diferentes, pois uma educação pode deseducar e uma ciência pode suscitar riscos e ameaças sociais mais do que a solução de problemas humanos. Se a universidade “forma profissionais e líderes deste mundo social e ambientalmente insustentável quer, sem dúvida, dizer que é corresponsável, desde a sua forma de ensinar e gerar conhecimentos, pelas patologias sociais do seu contexto. Culpada não, corresponsável sim” (VALLAEYS, 2017, p. 167).

De um modo geral, a RSU abrange para o que as universidades são responsáveis, por quem são responsáveis e como elas são responsáveis. Inicialmente, as IES são responsáveis por colocar a ética no cerne da vida acadêmica e institucional, assim todas as decisões que dizem respeito à gestão, ensino, pesquisa e divulgação comunitária precisam ser realizadas de maneira ética. Como segundo ato, as universidades são responsáveis com os diferentes integrantes da comunidade universitária (colaboradores, docentes, discentes e ex-alunos), no se que refere a aspectos laborais, ambientais e comunidade regional (comunidades locais, governos e outros grupos externos), em questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e político. Em terceiro lugar, as IES são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades em áreas como gestão, ensino, pesquisa e comunidade, orientando a produção do conhecimento e os processos de ensino-aprendizagem, portanto, influenciando nas definições sobre ciência, racionalidade, legitimidade, na formação de jovens e profissionais e na sua maneira de

entender e interpretar o mundo. Além disso, as universidades devem ter a habilidade de gerir valores humanos, democráticos, sociais e ecológicos (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009; VALLAEYS, 2016).

Assim, de acordo com Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), complementado por Vallaeys (2016), os quatro tipos de impacto da universidade podem ser descritos como:

- a) Impactos do funcionamento organizacional: como qualquer organização trabalhista, a universidade gera impactos nos aspectos laborais, ambientais, nas vidas de seus funcionários administrativos, docentes e estudantes (que sua política de bem-estar social deve gerenciar) e também poluição em seu ambiente (resíduos, desmatamento, poluição atmosférica). A universidade deixa "rastros" nas pessoas que vivem nela e também tem sua "pegada ecológica".
- b) Impactos educacionais: a universidade tem, naturalmente, um impacto direto na formação de jovens e profissionais, bem como na sua maneira de entender e interpretar o mundo, comportando-se nele e valorizando certas coisas em sua vida, ou seja, tudo o que está relacionado aos processos de ensino-aprendizagem e na construção curricular que derivam no perfil do egresso (que tipo de pessoas está formando). Também influencia na deontologia profissional ao orientar (conscientemente ou não) a definição da ética profissional de cada disciplina e seu papel social.
- c) Impactos cognitivos e epistemológicos: a universidade dirige a produção de conhecimentos e tecnologias e influencia a definição do que é chamado socialmente de "verdade, ciência, racionalidade, legitimidade, utilidade, educação etc.". Incentiva (ou não) à fragmentação e separação do conhecimento participando da delimitação dos campos de cada especialidade. Articula a relação entre a tecnociência e a sociedade, possibilitando (ou não) o controle social da ciência. Gera atitudes como o elitismo científico, a "graciosidade" ou, pelo contrário, promove a democratização da ciência. Em última análise, influencia a definição e seleção dos problemas de agenda científica, os enfoques teóricos e as linhas de investigação, os processos de produção e difusão do saber, que derivam no modelo de gestão do conhecimento.
- d) Impactos sociais: a universidade tem impacto na sociedade e no seu desenvolvimento econômico, social e político. Não só tem um impacto direto no

futuro do mundo, pois molda seus profissionais e líderes, mas é também uma referência e um ator social que pode promover (ou não) o progresso, que pode criar (ou não) o Capital Social e vincular (ou não) a educação dos alunos com a realidade social externa, etc. Assim, o ambiente social da universidade torna-se uma certa ideia de seu papel e de sua capacidade (ou não) de ser um interlocutor válido na solução de seus problemas.

Como expõem Vallaey (2017), ao determinar quais são os tipos de impactos gerados pela universidade nas suas atividades cotidianas, também será possível perceber os riscos que estão associados a esses impactos, a partir disso a universidade pode refletir e promover iniciativas a favor de impactos positivos, considerando o envolvimento de todos os atores universitários (dirigentes, administrativos, investigadores, docentes e estudantes) (DUEÑAS, 2015).

Os tipos de impactos identificados servem, segundo Vallaey, Cruz e Sasia (2009), para definir quatro eixos de responsabilidade social da universidade:

1. *Campus* Responsável: implica a gestão socialmente responsável da organização e seus procedimentos institucionais; do clima de trabalho; da gestão de recursos humanos e desenvolvimento de políticas inclusivas; dos processos democráticos e governança transparente; da justiça, transparência e equidade nas políticas de acesso; do cuidado com o meio ambiente, com a criação e manutenção de um *campus* ambientalmente sustentável, seguro e saudável e ainda do uso de uma comunicação e marketing socialmente responsável. O objetivo desse eixo é reafirmar os valores diários e promover um comportamento organizacional responsável de todos os membros da comunidade universitária: corpo docente, pessoal não docente e estudantes, por meio de uma orientação ética nos processos de gestão e atividades da instituição (ORSIES, 2018).

2. Formação profissional e cidadã: é a gestão socialmente responsável da formação acadêmica (em seu tema, organização curricular, metodologia e didática). A formação profissional e humanística deve promover competências de responsabilidade em seus graduados, tendo relação estreita com os problemas reais (econômicos, sociais, ecológicos) da sociedade e o contato com os atores externos envolvidos com esses problemas; envolve ainda a formação com pensamento crítico e autônomo, a promoção da empregabilidade e aprendizagem

ao longo da vida, a promoção do sucesso educativo e combate ao abandono, a integração da aprendizagem baseada em projetos sociais e voluntariado solidário e a promoção da mobilidade e da colaboração, nacionais e internacionais (ORSIES, 2018).

3. Gestão social do conhecimento: é a gestão socialmente responsável da produção e disseminação de conhecimento, pesquisa e modelos epistemológicos promovidos em sala de aula. O objetivo é orientar a atividade científica por meio da coordenação de linhas de pesquisa universitária com parceiros externos, a fim de articular a produção de conhecimento com a agenda de desenvolvimento local e nacional e com os programas sociais do setor público. Envolve ainda a acessibilidade social do conhecimento e o desenvolvimento de uma política de ciência aberta (conhecimento científico como bem público).

4. Participação social: é a gestão socialmente responsável da participação da universidade na comunidade. O objetivo é realizar projetos com outros atores de forma que sejam estabelecidos vínculos (criação de capital social na comunidade) para a aprendizagem mútua e o desenvolvimento social. Envolve também a participação ativa nas agendas de desenvolvimento sustentável, seja em nível local, nacional e internacional (ORSIES, 2018).

O modelo destacado pode ser representado pela Figura 4, adaptada de Vallaey, Cruz e Sasia (2009).

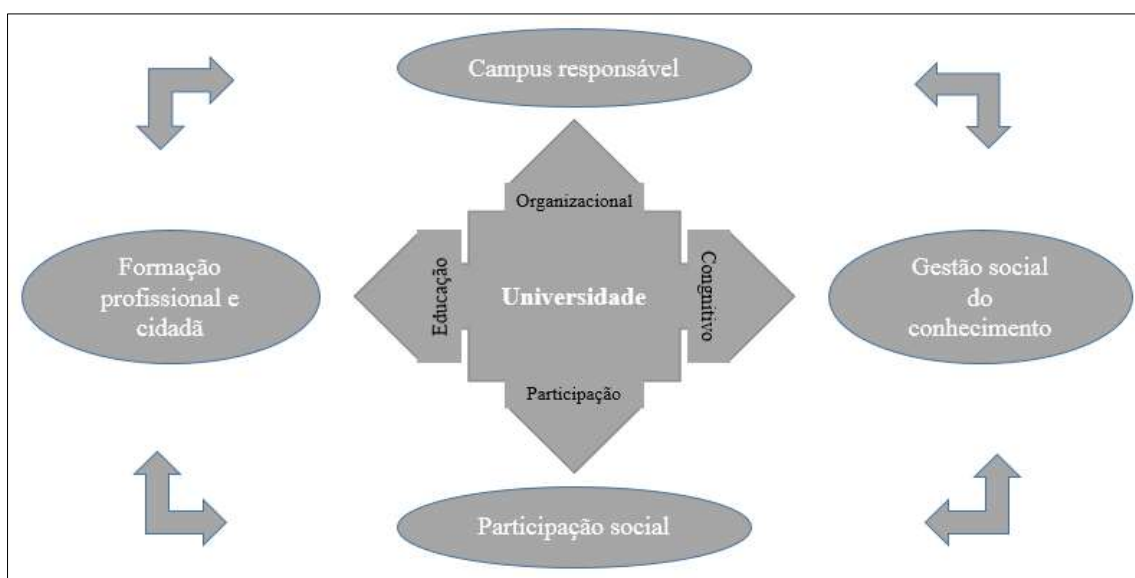


Figura 4 - Modelo de Responsabilidade Social Universitária
FONTE: Adaptado de Vallaey, Cruz e Sasia (2009).

Segundo Vallaey, Cruz e Sasia (2009), os quatro eixos de responsabilidade social universitária devem ser realimentados permanentemente para a criação de uma dinâmica de melhoria contínua da responsabilidade, combinando maior permeabilidade da instituição.

A partir desse contexto, os autores propõem um *Manual de primeros pasos* que serve como um processo de diálogo e autodiagnóstico para que as instituições integrem suas diferentes áreas e funções e colaborem de forma coerente com o desenvolvimento do ambiente onde estão inseridas. Inclui ainda instrumentos para identificar áreas de intervenção e medidas para melhorar suas atividades diárias de gestão, ensino, pesquisa e extensão (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009). Tal trabalho, considerando sua relevância, será então adaptado como uma das bases metodológicas dessa pesquisa.

Vallaey, Cruz e Sasia (2009) destacam que um dos valores importantes que toda universidade que se declara como socialmente responsável deve cuidar é, justamente, a coerência institucional. Essa é a completa coincidência entre ação e discurso institucional e consistência entre as áreas da universidade. Ao assumirem a RS, as universidades precisam ser capazes de um processo permanente de melhoria que nunca poderá ser alcançado em sua totalidade. Da mesma forma, nenhuma universidade pode autoproclamar-se socialmente responsável, mas todas podem assumir a responsabilidade por seus vínculos e seus impactos.

Dentre os estudos realizados que indicaram e/ou aplicaram o modelo teórico de Vallaey, Cruz e Sasia, destaca-se Kiszner (2018), que estudou a RSU em instituições comunitárias de educação superior e, dentre as propostas, elencou uma adaptação do Sistema de Gestão RSU e sugeriu os formulários e instrumentos para o diagnóstico de RSU adaptados para o contexto do Brasil. Gómes, Alvarado e Pujols (2018) analisaram as perspectivas de públicos internos sobre a RS em uma universidade privada em Porto Rico, aplicando o roteiro de questionários do modelo teórico. Mebarack e Ruiz (2018) trataram do caso da *Universidad Tecnológica de El Salvador (UTECS)*, que desde 2015 adotou um modelo de RSU baseado no *Manual de primeros pasos*. Santeli e Montoya (2017) analisaram os pressupostos teóricos e práticas de RSU em universidades do *Distrito Metropolitano de Quito (DMQ)*, empregando o *Manual* para realização de revisão bibliográfica, documental, entrevistas em profundidade e revisão das páginas web

das instituições. Martínez-Usarralde, LLoret-Catalá e Mas-Gil (2017) analisaram os discursos nos quais o sentido de RSU é reconhecido pelos estudantes de Educação Social da *Universidad de Valencia* (Espanha), baseado no questionário de Vallaey, Cruz e Sasia (2009). Rodríguez e Hernández (2017) identificaram as crenças sobre RSU de pessoas que trabalham no setor administrativo de cinco universidades latino-americanas, por meio da adaptação da metodologia. López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016) estudaram a percepção dos estudantes da *UNACAR* sobre as ações e práticas de RS, aplicando o questionário do modelo. Por fim, Londoño (2015) tratou do caso da *Escuela de Administración y Mercadotecnia del Quindío (EAM)*, na qual a equipe *Académico de Investigación em Responsabilidad Social (GRS)* desenvolveu um modelo de RSU - *EAM Ejemplar* baseado no conceito de de Vallaey, Cruz e Sasia (2009). Como pode ser observado, o *Manual* possui maior reconhecimento fora do Brasil, existindo amplo campo de pesquisa nacional sobre a temática da RSU ao olhar de Vallaey, Cruz e Sasia (2009).

3 METODOLOGIA

A finalidade da metodologia de pesquisa é apresentar os métodos e procedimentos adotados para guiar a investigação no intuito de captar a realidade (MARTINS; THEÓPHILO, 2009), tendo por escopo alcançar o objetivo proposto para o trabalho, que consistiu em: Diagnosticar a gestão da Responsabilidade Social Universitária da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Nesta seção, apresenta-se a caracterização da pesquisa, destacando o paradigma epistemológico, a classificação da pesquisa quanto à abordagem, os procedimentos de coleta e de análise dos dados e, por fim, apresenta-se o protocolo de pesquisa e as questões éticas.

3.1 DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA

Seguindo o raciocínio construído no desenvolvimento do referencial teórico, a pesquisa se caracteriza pela dimensão histórica que permite conhecer e refletir acerca de um fenômeno, nesse caso, o fenômeno organizacional da RSU.

Ferreira (2010), Nascimento *et al.* (2013), Souza e Costa (2013) e Barros e Carrieri (2015) explicam que, para compreender as peculiaridades locais e os contextos socioculturais específicos atinentes ao exercício da gestão organizacional brasileira, se faz necessária a perspectiva histórica.

Para Savitt (1980), a perspectiva histórica abrange a descrição, análise e explicação dos acontecimentos no decorrer do tempo, ou seja, a descrição do passado é uma das formas mais apropriadas para se elucidar o presente, por meio da recriação coesa do que aconteceu e uma interpretação do significado do que se sucedeu. Também, Ferreira (2010) ressalta que, por meio de uma minuciosa análise da trajetória histórica organizacional, é possível questionar e compreender a realidade vigente.

Assim, a pesquisa histórica contribui para fundamentar pesquisas que busquem por novos olhares e que estejam empenhadas em aplicar outras epistemologias (COSTA; BARROS; MARTINS, 2009), ampliando as possibilidades de análise e teorização acerca do espaço organizacional, envolvendo o resgate de aspectos históricos e interculturais (VIZEU, 2007).

Busca-se, então, entender a influência e os acontecimentos do passado no desenvolvimento da Responsabilidade Social nas universidades, uma vez que a trajetória institucional da educação superior, fortemente influenciada por demandas sociais, políticas e econômicas, contribuiu para o desenvolvimento e expansão das atividades fundamentais das universidades, que passam, para além do ensino e da pesquisa, a desenvolver a extensão universitária. Com o advento da extensão, as universidades ampliam sua atuação, passando a estabelecer uma relação direta com vários segmentos da sociedade, possibilitando, com isso, a estruturação da ideia de RSU. De tal modo, entende-se que a perspectiva histórica de constituição da UFFS contribui para a concepção de RS que a Instituição assume, que determina as práticas vigentes desde a sua criação até os dias atuais.

Nesse viés, cita-se que a pesquisadora seguiu a base funcionalista, que enfatiza as relações e o ajustamento entre os componentes de uma cultura ou sociedade, já que pressupõe

[...] que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo, cada uma, funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.110).

Para tal, adotou características da história objetiva, que considera a história da universidade (NASCIMENTO *et al.*, 2013) e os métodos usados pela instituição no desenvolvimento da RSU, que foram averiguados a partir de base documental e relatos da comunidade universitária. O conteúdo da história objetiva reflete o conhecimento do objeto em estudo, buscando preservar e relatar os acontecimentos do passado tal como eles realmente aconteceram (FALCON, 1997). Tal procedimento oportuniza, então, a descrição de um fenômeno em profundidade que nesse caso está pautado no diagnóstico da gestão da RSU.

Como destaca Curado (2001), nos estudos com perspectiva histórica objetiva é interessante que se utilizem múltiplas fontes para a coleta dos dados, como a pesquisa documental e as narrativas de história oral, uma vez que elas permitem uma melhor e mais profunda compreensão das características organizacionais, seus processos e atividades realizadas no período observado.

Observam Ichikawa e Santos (2006) que a história oral permite captar as experiências das pessoas enquadradas em categorias sociais cujas percepções e intervenções, na maioria das vezes, são excluídas da história oficial e da documentação das organizações, deixando registrada sua visão de mundo, suas vontades e utopias e, por conseguinte, aquelas do grupo social ao qual concernem.

Nesse sentido, essa investigação adotou a perspectiva histórica presente na criação da UFFS e analisou como isso influenciou no desenvolvimento das ações de Responsabilidade Social, considerando a percepção da comunidade acadêmica e da comunidade regional. Dessa forma, a pesquisa esteve direcionada para conhecer e relatar as opiniões das pessoas comuns e suas experiências de mudança social com a instituição da UFFS, ou seja, buscou-se entender o contexto histórico e institucional da UFFS com a “história vista de baixo” e a “história vista de cima” (CURADO, 2001). As múltiplas fontes de coleta de dados são explicadas no tópico seguinte.

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A fim de atingir o objetivo proposto nesse estudo, a pesquisa se caracterizou pelas abordagens qualitativa de corte longitudinal (TRIVIÑOS, 1990) e quantitativa (RICHARDSON, 1999). A pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (2004), permite abordar a natureza dos fenômenos por meio do tratamento e interpretação dos dados, considerando um contexto onde existe uma dinâmica de relações.

Corbin e Strauss (2008, p. 23) entendem a pesquisa qualitativa como “[...] qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 22).

Ao buscar dar significado aos fatos observados por meio da pesquisa qualitativa, a pesquisadora se propõe a participar, a compreender e a interpretar as informações que coleta, por meio da interação com os membros da situação investigada (MARCONI;

LAKATOS, 2006), ou seja, uma vez que pertence à Instituição que investiga, como servidora, a pesquisadora desenvolve uma pesquisa participante.

Quanto ao método quantitativo, esse consiste na escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de fenômenos e representa, em princípio, a intenção de garantir a exatidão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, por conseguinte, uma margem de segurança quanto às inferências (RICHARDSON, 1999). É empregado, segundo Alyrio (2008), em circunstâncias em que se busca identificar quantitativamente o nível de conhecimento, as opiniões, impressões, hábitos, condutas, ou seja, quando se procura analisar a importância do tema, do ponto de vista do universo pesquisado.

Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, porque “descreve o comportamento do fenômeno” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2002) e permite ao pesquisador elevar seu conhecimento em relação a determinado fenômeno ou problemática (TRIVIÑOS, 1990). Além disso, a descrição da trajetória da organização em estudo oferece o pano de fundo e a matéria prima para a conjectura de explicações (NASCIMENTO *et al.*, 2013) sobre a prática de RSU.

Concernente aos procedimentos, foram empregadas múltiplas técnicas de coleta de dados, buscando responder ao objetivo geral proposto. Entre as técnicas, se destacam inicialmente a análise documental e, num segundo momento, a realização de entrevistas semiestruturadas, grupo focal e aplicação de questionários.

A pesquisa documental foi utilizada para fundamentar teoricamente o estudo proposto a partir de uma revisão bibliográfica e, posteriormente, buscar o “estado da arte” referente a UFFS e sua concepção de RS, com a apreciação dos seguintes documentos institucionais: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs), Relatórios da I e II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), Relatórios de Autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), entre outros.

Utilizou-se também a técnica de entrevista, para coletar as percepções da comunidade acadêmica e regional sobre a RS da Universidade, que é descrita por Ribeiro (2008 p. 141) como

a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

Bauer e Gaskell (2002) adicionam que a compreensão mais aguda oferecida pela entrevista qualitativa pode proporcionar informação contextual valiosa para esclarecer alguns achados específicos.

Além disso, optou-se pela realização de grupo focal com os servidores técnico-administrativos da UFFS, igualmente para conhecer seus pontos de vista sobre a RS da UFFS. Kitzinger e Barbour (1999) descrevem o grupo focal como constituído por uma reunião de pessoas que dialogam sobre um tema em particular, num processo de interação grupal, oportunizando trocas, descobertas e participações comprometidas com a temática em estudo (DEBUS, 1997; DALL'AGNOL; TRENCH, 1999).

Por fim, empregou-se ainda o questionário, direcionado aos servidores docentes e discentes da Universidade. Tal técnica permite abranger um maior número de pessoas, segundo Gil (1999), e pode ser definida como uma investigação estruturada em um número de questões, visando conhecer opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros aspectos dos pesquisados.

Em virtude dos diversos instrumentos utilizados na coleta, a metodologia para análise dos dados baseou-se na análise de conteúdo e, procurando contribuir para a validação dos dados, empregou-se ainda a triangulação de dados, pois de acordo com Denzin e Lincoln (2000, p.12) em ciências sociais a:

[...] triangulação não é apenas uma ferramenta ou uma estratégia de validação, é uma alternativa à validação. A combinação de diferentes perspectivas metodológicas, diversos materiais empíricos e a participação de vários investigadores num só estudo deve ser vista como uma estratégia para acrescentar rigor, amplitude, complexidade, riqueza e profundidade a qualquer investigação.

Nesse aspecto, buscou-se explorar neste estudo o que sugerem Barros e Carrieri (2015): uma ligação entre história e cotidiano, a fim de emergir novos olhares nos estudos sobre a gestão da RSU em IES.

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Em relação à estratégia de pesquisa, está deu-se por meio do estudo de caso, para descrever uma situação em seu contexto real, através da investigação de conceitos e concepções, e a aplicação prática destes na Universidade Federal da Fronteira Sul (YIN, 2005). Para tal, Yin (2005) recomenda que se empreguem múltiplas fontes de evidência em relação ao mesmo fenômeno, ou seja, que a base de dados seja construída por meio de documentos, notas, tabulações e narrativas.

Criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, a UFFS se intitula como uma universidade pública, democrática e popular, cujo desenho institucional, além de *multicampi*, é interestadual, abrangendo mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. O contexto que permeia a constituição da UFFS é ligado a movimentos sociais, principalmente à reforma agrária e à agricultura familiar na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFFS, 2018b; 2018c). Tais condições denotam que a Instituição foi criada no intento de estabelecer um compromisso com uma região e uma população diferenciadas, sendo relevante, então, tratar da sua responsabilidade social.

Historicamente desassistida pelo poder público, especialmente com relação ao ensino superior, a Mesorregião almejava ter uma universidade federal há décadas e possui na UFFS a maior demonstração de como é possível desenvolver ensino superior público, gratuito e de qualidade em um meio social que apresentava poucas perspectivas (UFFS, 2018b).

3.3.1 Fontes das informações e sujeitos participantes

A constituição física da UFFS (2018b) iniciou com a instalação da sede (Reitoria), em Chapecó (SC), e a atuação de cinco *campi*: Chapecó (SC), Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo e Erechim (RS). Recentemente (2013), a cidade de Passo Fundo (RS) também passou a contar com um *campus* da UFFS, que oferece o primeiro curso de Medicina criado por meio do Programa de Expansão das Escolas Médicas do Governo Federal.

Contando com 43 cursos de graduação e dois cursos com turmas especiais no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em funcionamento, a UFFS (2018b) já ultrapassou a marca de 8 mil alunos e completou, em 2018, nove anos de história. Além da graduação, oferece cursos de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), 15 mestrados e dois doutorados Interinstitucionais (DINTER) (*stricto sensu*). Há também muitos projetos em andamento no campo das pesquisas científicas e na área de extensão, que formam, com o ensino, os três pilares que alicerçam as atividades desenvolvidas pela Instituição (UFFS, 2018b).

Em relação ao número de servidores e alunos da UFFS, a tabela a seguir retrata o quantitativo presente nos *campi* e na reitoria.

Tabela 1 - Número de servidores e de discentes por *Campi* da UFFS em 2018

<i>Campus</i>	Nº de docentes	Nº de discentes	Nº de servidores técnico-administrativos
Cerro Largo	108	1226	73
Chapecó	267	2899	84
Erechim	140	1675	86
Laranjeiras do Sul	99	1031	68
Passo Fundo	61	275	29
Realeza	93	1022	74
Reitoria	21	-	269
Total	789	8128	683

FONTE: UFFS (2018a) e Tecchio (2018).

Para fins de atendimento ao objetivo geral proposto, os sujeitos participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos: a) público interno: gestores, docentes efetivos e substitutos em exercício, discentes com matrícula ativa e servidores técnico-administrativos em educação em exercício; b) público externo: grupo que congrega a comunidade regional, dividida em: egressos da UFFS; membros da comunidade regional que participam do Conselho Estratégico Social (CES); Conselho Curador (CONCUR) e Conselho Universitário (CONSUNI) e representantes de associações/entidades/movimentos sociais da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul inativos na UFFS.

Os gestores, grupo que compreende o reitor, o vice-reitor e os sete pró-reitores (Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão e Cultura; Administração e Infraestrutura; Planejamento; Assuntos Estudantis e Gestão de Pessoas) foram escolhidos, pois, enquanto membros diretivos, possuem conhecimento e são designados para direcionar os esforços da comunidade acadêmica pautados nas diretrizes institucionais. A

amostra dos gestores foi intencional ou não-probabilística, que, conforme Malhotra (2001), baseia-se no julgamento do pesquisador.

A escolha dos sujeitos da comunidade regional considerou o exposto por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) sobre a conveniência da universidade, de acordo com o contexto institucional e social, definir os grupos de interesse externo que quer atender prioritariamente. Assim, ponderando que a UFFS possui uma estrutura que permite a participação dos diferentes agentes da sociedade, estabeleceu-se como participantes os egressos do *Campus* Chapecó (pela maior proximidade com a pesquisadora), membros dos conselhos superiores (CES; CONCUR; CONSUNI) e representantes de associações/entidades/movimentos sociais inativos dos três estados do Sul.

Nesse contexto, foram sorteados a participar da pesquisa: um egresso de curso de graduação bacharelado e um egresso de curso de graduação licenciatura, cursos mais representativos em termos de alunos matriculados no *Campus* Chapecó, e também um egresso do curso de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de mestrado mais representativo da UFFS *Campus* Chapecó.

Em relação aos membros dos três conselhos, foi sorteado um membro de cada conselho, representando entidades ativas na UFFS. Destaca-se que o CONSUNI é um órgão de deliberação superior da UFFS, o CONCUR é um órgão de supervisão e fiscalização e o CES é o órgão consultivo. Já como representantes de associações/entidades/movimentos sociais não ativos na UFFS, foi sorteado um sujeito de cada estado do Sul (SC, RS e PR). A escolha de entidades não ativas se justifica pelo fato de que tendem a contribuir para identificar aspectos não atendidos pelas ações de RS da Universidade.

O Quadro 4 apresenta, de forma resumida, as amostras planejadas para realização de entrevistas com os gestores (Roteiro do Apêndice A) e a comunidade regional (Roteiro dos Apêndices B e C).

Ressalta-se que, para a escolha dos entrevistados, foi empregada a técnica de sorteio sem reposição, usando para isso as listas de egressos, listas de membros da comunidade regional participantes dos Conselhos e ainda listagem de associações/entidades/movimentos sociais não ativas, informações essas obtidas na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG), na Secretaria de Órgãos Colegiados (SECOC) e nas Direções de *Campi*.

Quadro 4 - Amostras planejadas para entrevista com gestores e comunidade regional

Gestores	Amostra planejada
Reitoria e Pró-reitorias	reitor; vice-reitor; pró-reitores de: Administração; Planejamento; Gestão de Pessoas; Assuntos Estudantis; Graduação; Pesquisa e Pós-graduação; Extensão e Cultura
Total de entrevistas	9
Comunidade Regional	Amostra planejada
Egressos da Graduação	1 Agronomia <i>Campus</i> Chapecó 1 História <i>Campus</i> Chapecó
Egresso do Mestrado	1 Programa de Pós-Graduação em Educação, <i>Campus</i> Chapecó
Membros da comunidade regional nos Conselhos (representam associações/entidades/movimentos sociais ativos na UFFS)	1 CONSUNI 1 CONCUR 1 CES
Representantes de associações/entidades/movimentos sociais não ativos na UFFS	1 do Rio Grande do Sul 1 do Paraná 1 de Santa Catarina
Total de entrevistas	9

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Para coletar as opiniões da comunidade acadêmica, a amostragem discente e docente para aplicação de questionário (Roteiros dos Apêndices D e E) foi probabilística, por amostragem aleatória simples sem reposição, pois nesse tipo de amostragem todos os elementos da população tem a mesma probabilidade de serem selecionados (FREITAS *et al.*, 2000; MARCONI; LAKATOS, 2002). Para a amostra intencional considerou-se os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* mais representativos da UFFS. Assim, foram selecionados dois alunos por ano/semestre de ingresso na UFFS dos dois cursos de graduação (um bacharelado e uma licenciatura) mais representativos dos *campi* Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza. No *Campus* Chapecó foram escolhidos dois alunos por ano/semestre de ingresso na UFFS dos quatro cursos de graduação (dois de bacharelado e dois de licenciatura) mais representativos. A justificativa para escolher o dobro de cursos em Chapecó, se dá pelo fato de ser o maior *campus* da UFFS e também por possuir maior quantitativo de cursos de graduação (13 no total), conforme informações que podem ser observadas ainda na Tabela 1. Por fim, para o *Campus* Passo Fundo, como apenas existe a oferta do curso de Medicina, foram selecionados dois alunos por ano/semestre de ingresso desse curso.

A Tabela 2 traz a relação dos cursos de graduação da UFFS mais representativos, tempo de duração, a oferta de vagas anuais, o número de alunos com matrícula ativa em 2018, sendo, a partir disto, estabelecidas as amostras discente e docente.

Tabela 2 - Cursos de graduação mais representativos da UFFS em número de alunos matriculados e amostras de discentes e docentes estabelecidas

Cursos <i>Campus</i> Chapecó	Turno/Duração	Vagas Anuais	Matriculados*	Amostra discentes **/****	Amostra docente (50%)**
Agronomia	Integral: 10 semestres	50	248	22	13
Enfermagem	Integral: 10 semestres	40	220	20	20
História	Noturno: 9 semestres	50	220	28	08
Letras	Noturno: 10 semestres	50	192	26	15
Cursos <i>Campus</i> Cerro Largo	Duração	Vagas Anuais	Matriculados	Amostra discentes	Amostra docentes
Agronomia	Integral: 10 semestres	50	278	24	11
Letras (Português e Espanhol)	Noturno: 10 semestres	30	145	20	10
Cursos <i>Campus</i> Erechim	Duração	Vagas Anuais	Matriculados	Amostra discentes	Amostra docentes
Agronomia	Integral: 10 semestres	50	351	24	15
Pedagogia	Noturno: 10 semestres	50	211	18	10****
Cursos <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul	Duração	Vagas Anuais	Matriculados	Amostra discentes	Amostra docentes
Agronomia	Integral: 10 semestres	50	254	24	15
Educação do Campo	Noturno: 9 semestres	50	123	28	18****
Curso <i>Campus</i> Passo Fundo	Duração	Vagas Anuais	Matriculados	Amostra discentes	Amostra docentes
Medicina	Integral: 12 semestres	62	275	20	31
Cursos <i>Campus</i> Realeza	Duração	Vagas Anuais	Matriculados	Amostra discentes	Amostra docentes
Licenciatura em Ciências Biológicas	Noturno: 10 semestres	40	203	22	11****
Medicina Veterinária	Integral: 11 semestres	50	302	30	11****
Total Amostra				306	188

FONTE: Elaborado pela autora a partir dos Dados Abertos da UFFS (2018a) e UFFS (2018e).

* Última atualização em 25 de abril de 2018.

** Dados dos discentes e docentes recebidos da PROGRAD em 17 de outubro 2018.

*** Para a definição da amostra foram considerados o ano/semestre em que havia pelo menos dois alunos matriculados. O semestre em que havia apenas um aluno matriculado, foi remanejado para o semestre seguinte (acima).

**** Amostra arredondada para cima.

Cabe observar que a ideia inicial de pesquisa previa a seleção de dois alunos de cada fase dos cursos de graduação, porém, após consulta à PROGRAD, observou-se que seria possível obter acesso apenas ao ano/semestre de matrícula no curso, pois os alunos podem estar cursando disciplinas em mais de uma fase. Tal situação resultou na necessidade de ajustar a forma de amostragem discente.

Já no que se refere aos docentes, foram selecionados inicialmente 50% dos docentes dos cursos detalhados na Tabela 2. Tal decisão permitiu que, se os primeiros 50% sorteados não respondessem ao questionário, houvesse a mesma quantidade de professores para uma segunda rodada.

O sorteio dos indivíduos que participaram da aplicação do questionário foi feito por meio das listas de alunos e docentes obtidas na PROGRAD. Expõe-se que os cursos mais representativos da UFFS foram divididos entre bacharelados e licenciaturas para coletar a opinião de alunos e docentes de ambas as modalidades, mantendo a isonomia.

Para além dos alunos da graduação, foram selecionados também dois alunos de mestrado do curso de pós-graduação *stricto sensu* mais representativo (em termos de alunos matriculados) em cada um dos *campi* da UFFS (quando havia oferta de mestrado). A Tabela 3 apresenta a amostra definida para os alunos de mestrado.

Tabela 3 - Cursos *stricto sensu* mais representativos da UFFS em número de alunos matriculados

<i>Campus/Cursos</i>	Vagas anuais	Discentes	Amostra discentes
Chapecó: Programa de Pós-Graduação em Educação	20	59	02
Chapecó: Programa de Pós-Graduação em História	15	41	02
Cerro Largo: Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	15	39	02
Erechim: Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação	20	59	02
Laranjeiras do Sul: Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	20	49	02
Passo Fundo: não possui mestrado	-	-	-
Realeza: Programa de Pós-Graduação em Saúde, Bem-Estar Animal e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul	24	35	02
Total Amostra			12

FONTE: UFFS, 2018f.

Em Chapecó, da mesma forma como se estabeleceu com os graduandos, foi selecionado o dobro de cursos *stricto sensu* (dois, no caso), por ser o *campus* com maior oferta de mestrados.

A atenção aos processos organizacionais que fundamentam a filosofia da RSU permite superar essa visão estreita e incluir o pessoal não docente na dinâmica geral de responsabilidade social da comunidade acadêmica. Portanto, é útil reunir pessoas do campo administrativo e refletir com elas sobre seu papel na vida do *campus* (VALLAEYS; CRUZ; SASIA (2009). Assim, propôs-se a realização do grupo focal com os servidores técnico-administrativos da UFFS (Roteiro do Apêndice F).

A amostra para o grupo focal foi estabelecida em cinco a 15 (quinze) servidores técnico-administrativos em educação do *Campus* Chapecó e da Reitoria (pela proximidade com a pesquisadora), englobando diferentes níveis de classificação profissional e cargos. Além disso, foram considerados, na medida do possível, aspectos

como atuação nos diferentes setores (gestão, ensino, pesquisa e extensão), tempo de serviço, gênero, faixa etária e qualquer outro traço adicional pertinente, conforme ressaltam Vallaeys, Cruz e Sasia (2009).

O Quadro 5 resume as informações sobre as amostras em cada etapa da pesquisa, obtendo-se, ao final, um retorno de 40,44% da amostra planejada.

Quadro 5 - Etapas e amostras planejada e executada da pesquisa

Etapa da pesquisa	Grupo	Amostra planejada	Amostra executada
Entrevistas semiestruturadas	Gestores	9	8
	Comunidade regional	9	6
Questionário	Discentes	318	133
	Docentes	188	65
Grupo focal	Técnico-administrativos	15	6
Total	--	539	218

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Destaca-se que, em relação aos gestores, foi aplicado o critério de saturação, sendo realizadas oito das nove entrevistas previstas. Quanto à comunidade regional, não houve retorno dos convites para realização de entrevista por parte dos egressos sorteados do curso de História. Do Programa de Mestrado em Educação, dois egressos haviam confirmado a participação (em convites aleatórios), mas as entrevistas não chegaram a se concretizar por desistência dos convidados, sem aviso prévio à pesquisadora. Além desses, não houve retorno de associações/entidades/movimentos sociais inativos do estado do Paraná. Sendo assim, foram realizadas entrevistas com um egresso de Agronomia, três representantes dos Conselhos Superiores (um do CONSUNI do estado do PR; um do CONCUR do estado de SC; e um do CES do estado do RS) e dois representantes de associações/entidades/movimentos sociais inativos, um do estado de Santa Catarina e um do estado do Rio Grande do Sul.

Quanto aos discentes, foram obtidas 133 respostas ao questionário, representando 41,82% da amostra prevista. Dos docentes, 65 de 188 previstos responderam a pesquisa, o que resulta em 34%. Por fim, no grupo focal houve presença de seis servidores técnico-administrativos em educação, atingindo percentual maior que o mínimo previsto, que era de cinco participantes.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

O horizonte temporal da pesquisa comporta a história de luta e criação da UFFS, iniciada ainda em 2003 (TREVISOL, 2015), até os dias atuais. Para além, o modelo teórico da pesquisa é baseado e adaptado da metodologia de diagnóstico proposta por Vallaes, Cruz e Sasia (2009), que apresentam quatro eixos de responsabilidade social da universidade: *campus* responsável; formação profissional e cidadã; gestão social do conhecimento e participação social.

Então, considerando o primeiro objetivo específico: “Identificar a concepção que fundamenta a prática da RSU na UFFS”, essa etapa do estudo consistiu na caracterização do objeto de estudo – a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a realização de pesquisas em fontes secundárias, com análise de materiais fornecidos pela Instituição e através do *website* (<https://www.uffs.edu.br/>), compreendendo documentos como: PDI, PPI e Relatórios da CPA. Além da análise documental, realizada nos meses de outubro e novembro de 2018, outros dados foram obtidos por meio de entrevista com gestores e comunidade regional, questionário com docentes e discentes e realização do grupo focal com os técnicos administrativos.

O segundo objetivo específico incidiu em “Caracterizar as principais ações de RSU desenvolvidas pela UFFS até 2017”, delimitando-se na análise dos PPCs dos cursos de graduação apresentados na Tabela 2 e de projetos de pesquisa e extensão devidamente institucionalizados. Nesse contexto, foi utilizada a análise documental, principalmente, a partir de documentos obtidos nas pró-reitorias de Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão e Cultura. Considerando que, ao longo dos anos, a UFFS desenvolveu mais de 1.500 projetos em cada área, conforme levantamento prévio feito nos setores responsáveis, foram avaliados os projetos das modalidades de Programas e Projetos de Extensão, pois a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) possuía os dados tabulados. Em relação aos projetos de pesquisa, como as informações não estavam tabuladas, decidiu-se pela análise por amostragem aleatória simples de 20% dos projetos para cada ano, considerando o período de 2010 a 2017.

Para “conhecer a concepção da comunidade regional sobre as ações de RSU”, a coleta incluiu consulta aos documentos base da I e II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), atividade que objetiva aprofundar a interlocução entre a comunidade

acadêmica e a regional sobre as políticas estruturantes da Universidade para os próximos anos e que, na sua elaboração, possui uma participação significativa de representantes da comunidade regional (UFFS, 2018d).

Para além da análise documental, foram realizadas entrevistas com representantes da comunidade regional (Roteiro dos Apêndices B e C), que inclui egressos, membros dos conselhos e representantes de associações/entidades/movimentos sociais não ativos. O roteiro de entrevista foi baseado no referencial teórico apresentado por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009).

Por fim, para o objetivo específico de “Compreender a concepção da comunidade acadêmica sobre as ações de RSU na UFFS”, foram aplicadas ferramentas qualitativas e quantitativas para o diagnóstico de quatro áreas-chave da universidade: abrangência da gestão da organização; área de formação educacional; área de conhecimento e pesquisa; escopo de participação social, conforme metodologia proposta e adaptada de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009). Para tal finalidade, foram inclusas questões nos roteiros das entrevistas com gestores da UFFS (Apêndice A) dos questionários estruturados aplicados com discentes e docentes (Apêndices D e E) e do grupo focal realizado com os servidores técnico-administrativos em educação (Apêndice F).

Como metodologia centrada na autoaprendizagem institucional e na melhoria contínua, as ferramentas de autodiagnóstico proporcionaram a coleta de percepções dos atores internos da Universidade e dos grupos de interesse externos. Para a elaboração das ferramentas, foram consideradas as particularidades da própria Instituição e o seu público de interesse, adaptando-se a teoria expressa por Vallaeys, Cruz e Sasia. Como expõem os autores, toda a universidade que quer legitimar a RSU deve conhecer as expectativas dos grupos de interesse e focar a relação com eles de forma participativa e transparente.

Assim, previamente, foram encaminhadas cartas de apresentação e convite, por meio do correio eletrônico, aos gestores da UFFS e aos representantes da comunidade regional selecionados para entrevista. Os endereços eletrônicos de contato foram solicitados aos setores pertinentes, sendo as entrevistas agendadas conforme disponibilidade dos convidados, ocorrendo no período de 19 de outubro a 19 de dezembro de 2018. As conversas, mediante autorização, foram gravadas em formato digital (MP3) para posterior transcrição. A duração das entrevistas oscilou entre 40 minutos a 1 hora e 43 minutos.

Os questionários estruturados, disponíveis nos Apêndices D (discentes) e E (docentes), foram encaminhados via correio eletrônico ao público alvo, com a disponibilização de link do *Google Forms* para acesso e preenchimento no período de 20 de outubro a 9 de novembro de 2018 para os docentes e de 20 de outubro a 30 de novembro de 2018 para os discentes. Ressalta-se que o questionário foi enviado para os sorteados aleatórios a cada cinco dias, disponibilizando quatro dias para preenchimento. A opção por essa ferramenta para o desenvolvimento e a aplicação dos questionários proporcionou agilidade e rapidez na execução da coleta de dados da pesquisa.

A atividade de grupo focal, escolhida por permitir gerar uma ampla gama de ideias, opiniões e experiências em torno do objeto investigado, foi realizada com os técnico-administrativos em educação. Considerando a proposta de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), que relatam que com o pessoal não docente deve ser pesquisado o eixo de *Campus* responsável, uma vez que é pertinente reunir pessoas do campo administrativo e refletir com elas sobre seu papel na vida do *campus*, o roteiro aplicado esteve orientado por questões históricas da UFFS e por questões pertinentes ao eixo *Campus* Responsável da RSU.

Para a realização do grupo de foco foi reservada uma sala no *Campus* Chapecó no dia 04 de dezembro de 2018, às 17 horas, sendo que anteriormente a essa data os técnico-administrativos da Reitoria e do *Campus* Chapecó foram convidados por e-mail a participar da atividade. A partir do convite foram obtidas sete confirmações de participação, mas no dia seis servidores compareceram à atividade. O grupo focal foi conduzido pela pesquisadora e as informações foram registradas via anotações de uma observadora e também via gravação de áudio, para posterior transcrição. A duração da atividade foi de 1 hora e 12 minutos.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Nesse item são descritas as técnicas de análise e interpretação dos dados coletados por meio das entrevistas, dos questionários, do grupo focal e da pesquisa documental. Essa fase é centrada na triangulação da informação obtida e seu contraste com o marco teórico que sustenta a presente investigação, proporcionando o diagnóstico sobre a RSU na UFFS.

Para melhor avaliar os dados qualitativos e facilitar a visualização do problema de pesquisa, os dados secundários e os relatos foram categorizados, empregando-se a técnica denominada análise de conteúdo, que tem por “objetivo estudar as comunicações entre os homens, com maior ênfase no conteúdo das mensagens” (BEUREN, 2010, p.137). Flick (2009a) acrescenta que a análise de conteúdo é um dos procedimentos considerados clássicos para analisar o material textual de forma que não importa a sua origem. Aaker, Kumar e Day (2011, p. 223) destacam que “[...] é uma técnica de observação usada para analisar unidades de material escrito por meio de regras cuidadosamente aplicadas”.

Assim, a exploração do material inicia com a definição de categorias e a identificação das unidades de registro e de contexto (BARDIN, 2011), que têm a finalidade de conduzir à compreensão da RSU, a partir do que está por trás dos textos escritos e falados. Bardin (2011) destaca que o cuidado com a descrição e a execução de cada fase detalhadamente caracteriza-se como forma de gerar confiabilidade e validade ao estudo. A pesquisa qualitativa, em sua forma interpretativa de tratar os dados, assume a responsabilidade de buscar a compreensão da realidade e nunca a certeza absoluta sobre os fenômenos sociais.

As categorias definidas, conforme o Quadro 6, contribuíram para a redução do material coletado, pois comportam maior número de informações à custa de uma esquematização e, assim, correlacionam classes de acontecimentos para ordená-los (CÂMARA, 2013). Para Bardin (1977, p. 117) “a categorização é uma operação de classificação de elementos construtivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Os construtos de pesquisa foram baseados na pesquisa histórica e nos quatro eixos de RSU, fundamentados no modelo teórico de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009).

Quadro 6 - Categorias de Análise da Pesquisa

Construtos	Temas a observar no autodiagnóstico
Histórico da RS na UFFS	1. Contexto de criação da UFFS 2. Movimentos sociais e políticos 3. Plano de Desenvolvimento Institucional e outros relatórios 4. Projetos e programas institucionais
Campus Responsável	1. Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação 2. Desenvolvimento pessoal e profissional, bom clima laboral e aplicação dos direitos trabalhistas 3. Meio ambiente (<i>campus</i> responsável) 4. Transparência e democracia (boa gestão) 5. Comunicação e divulgação responsável
Formação profissional e cidadã	1. Inclusão social 2. Presença de temáticas cidadãs e de responsabilidade social nos projetos curriculares (desenvolvimento sustentável, ética profissional e cívica, gestão da RS, entre outros) 3. Integração de atores sociais externos no desenho das matrizes curriculares 4. Articulação entre profissionalização e voluntariado solidário e a relevância social da educação
Gestão social do conhecimento	1. Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação 2. Difusão, transferência e troca de conhecimentos socialmente úteis com os públicos desfavorecidos 3. Promoção da inter e da transdisciplinaridade
Participação social	1. Integração da formação acadêmica com a projeção social (articulação da extensão com a pesquisa e o ensino) 2. Luta contra o assistencialismo e paternalismo no serviço universitário para a comunidade 3. Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento.

FONTE: Adaptado de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009, p. 80-81).

Após a etapa da coleta dos dados das entrevistas e do grupo focal, esses foram transcritos de arquivos de áudio para o *Microsoft Word*, pois, para Mozzato e Grzybovski (2011), a utilização de softwares serve para facilitar a análise e interpretação dos dados.

Em relação à análise quantitativa dos dados, foram utilizados métodos de análise gráfica disponíveis na plataforma virtual *Google Forms*, além do Excel 2010. Cada resposta assinalada pelo participante no questionário *on-line* foi computada automaticamente na referida plataforma virtual, que permitia visualizar graficamente a composição das respostas da pesquisa. Num segundo momento, após o término do período para a participação, foi gerada uma planilha Excel, para melhor mensuração dos resultados por meio do uso da estatística descritiva. Tal método possui como objetivo resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Nesse plano foram verificadas as indicações de tabelas de frequência, gráficos, média, mediana, moda. Como as perguntas foram divididas por eixo de RSU, foi possível ainda realizar cálculos dos grupos individuais e compará-los entre si e com a totalidade.

Por fim, as informações qualitativas e quantitativas foram organizadas de modo a sintetizá-las e historiar-las para cada um dos eixos de responsabilidade social universitária, buscando assim responder aos objetivos propostos.

Davidson (2005) explica que, a despeito do uso de diferentes métodos, deve-se analisar os dados obtidos em conjunto e tirar conclusões baseado na totalidade. No caso de existirem divergências é preciso explorá-las e explicá-las. Ampliando esta definição, Flick (2009a; 2009b; 2013) afirma que o termo triangulação caracteriza a combinação de diferentes métodos, grupos, ambientes, períodos de tempo e perspectivas teóricas para lidar com um fenômeno. Assim, a triangulação serve como uma técnica para a compreensão dos dados pelo pesquisador e também para tornar claros e compreensíveis os significados pela identificação das diferentes maneiras pelas quais um caso é visto (STAKE, 2005; 2011).

O Quadro 7 detalha o protocolo da pesquisa, expondo uma síntese das fontes de informações, estrutura, descrição e análise dos dados.

Quadro 7 - Protocolo da Pesquisa

Questão da pesquisa
Como se estabelece a Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)?
Objetivo geral
Diagnosticar a gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
Objetivo Específico 1: Concepção que fundamenta a prática da RSU na UFFS
Fonte das Informações: Base documental: página on-line da UFFS (A Instituição - História); Livro História da Fronteira Sul; Artigo “A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira”; Plano de Desenvolvimento Institucional, Estatuto e Relatórios de Autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação. Complementarmente dados das entrevistas aplicadas aos gestores, dos questionários aplicados aos discentes e docentes e do grupo focal com os técnico-administrativos em educação.
Estrutura, descrição e análise dos dados: Aplicada análise de conteúdo e estatística descritiva com: - Descrição história da Universidade e como tal possui relação com a Responsabilidade Social Universitária (RSU), considerando a missão e princípios institucionais assumidos. - Pontos do PDI, PPI e Estatuto que explicam o perfil institucional e a responsabilidade que a UFFS assume com a região onde está inserida, além de abordar o tópico específico do PDI que trata da Responsabilidade Social. - Dados do conhecimento que a comunidade universitária tem sobre as características de Responsabilidade Social presentes na criação da UFFS e a regulamentação interna sobre o tema. - Informações sobre os Relatórios de Autoavaliação para o período de 2012 a 2017, buscando verificar como abordam a RS.

continua

Quadro 7 - Protocolo da Pesquisa (continuação)

Objetivo Específico 2: Principais ações de RSU desenvolvidas até 2017
Fonte das Informações: Base documental: Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Agronomia, Enfermagem, História e Letras (Chapecó); Agronomia e Letras (Cerro Largo); Agronomia e Pedagogia (Erechim); Agronomia e Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias (Laranjeiras do Sul); Medicina (Passo Fundo), e Ciências Biológicas e Medicina Veterinária (Realeza); dados de 306 Projetos de Pesquisa; e dados de 37 Programas e 319 Projetos de Extensão.
Estrutura, descrição e análise dos dados: Aplicada análise de conteúdo com: - Descrição de itens específicos dos PPCs, como justificativa de criação do curso, objetivo do curso, matriz curricular, tópico de articulação ensino, pesquisa e extensão e perfil do egresso, e sua relação com a RSU, conforme metodologia definida por Vallaey, Cruz e Sasia (2009), o que incluiu termos como: direitos humanos, cidadania, inclusão social, meio ambiente, democracia, interdisciplinaridade, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local/regional, ética, voluntariado, e integração entre ensino, pesquisa e extensão. - Informações dos Grupos de Pesquisa, Áreas de Conhecimento e Linhas de Pesquisa dos Projetos de Pesquisa selecionados, relacionando os Grupos mais representativos em termos de ações desenvolvidas no período com os 4 eixos de RSU propostos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009): <i>Campus</i> responsável, Formação profissional e cidadã; Gestão social do conhecimento e Participação Social. - Informações das Áreas Temáticas e Linhas de Extensão dos Programas e Projetos de Extensão selecionados, relacionando as Linhas mais representativas em termos de ações desenvolvidas no período com os 4 eixos de RSU propostos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009): <i>Campus</i> responsável, Formação profissional e cidadã; Gestão social do conhecimento e Participação Social.
Objetivo Específico 3: Concepção da comunidade regional sobre as ações de RSU
Fonte das Informações: Base documental: Livros da I e II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS Dados das entrevistas aplicadas com a comunidade regional.
Estrutura, descrição e análise dos dados: Aplicada análise de conteúdo com: - Descrição das ações apresentadas nos livros da COEPE e sua relação com os temas de cada um dos quatro eixos estruturantes da RSU, definidos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009): 1. <i>Campus</i> Responsável; 2. Formação profissional e cidadã; 3. Gestão social do conhecimento; e 4. Participação Social: - Relatadas manifestações da comunidade regional para cada tema.
Objetivo Específico 04: Concepção da comunidade acadêmica sobre as ações de RSU na UFFS
Fonte das Informações: Dados das entrevistas aplicadas aos gestores, dos questionários aplicados aos discentes e docentes e do grupo focal com os técnico-administrativos em educação.
Estrutura, descrição e análise dos dados: Aplicada análise de conteúdo e estatística descritiva com: - Relatadas manifestações da comunidade acadêmica para cada tema dos quatro eixos estruturantes da RSU definidos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009): 1. <i>Campus</i> Responsável; 2. Formação profissional e cidadã; 3. Gestão social do conhecimento; e Participação Social: - Empregada literatura concernente para melhor explicar os dados.

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

3.6 QUESTÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Os preceitos éticos da pesquisa consideraram a Resolução nº 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que trata das pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996). Conforme normativa, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS e da UNIOESTE.

No decorrer da coleta de dados, foi solicitado aos participantes que assinassem (entrevista e grupo focal) ou assinalassem (questionários) seu consentimento com a pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE G) e, no caso das entrevistas e grupo focal, ocorreu ainda a assinatura do Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz (APÊNDICE H). Com isso, a pesquisadora assegurou a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes e o acesso aos dados quando de seu interesse. A fim de garantir o anonimato dos participantes entrevistados, eles foram nomeados de acordo com o segmento que representam e em números arábicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos de acordo com cada objetivo específico definido. Não obstante, são desenvolvidas análises dos dados coletados assim como sua correlação com a teoria.

Num primeiro momento apresenta-se a trajetória histórica da UFFS, para na sequência discorrer sobre cada um dos quatro objetivos específicos.

4.1 O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UFFS

Com base na trajetória institucional disponível no site da UFFS e na leitura de livros e artigos, como Trevisol (2014; 2016), apresenta-se o histórico de criação da UFFS, entendendo que impacta na concepção de RSU, conforme se discorre no tópico seguinte.

A MESOMERCOSUL vista ante uma perspectiva geográfica, é uma região do Sul do Brasil, localizada na fronteira com a Argentina, estruturada por aproximadamente 396 municípios e 3,7 milhões de habitantes dos estados do Rio Grande do Sul (região Noroeste), Santa Catarina (região Oeste) e do Paraná (região Sudoeste).

Trata-se de uma região distante das três capitais dos estados do Sul e que foi fruto, no decorrer dos séculos, de constantes lutas pela posse da terra, de precariedade de condições e de escassez de recursos. Com a educação básica e com a educação superior a precariedade não foi diferente (UFFS, 2018b).

Além de haver sido tardiamente implantado na MESOMERCOSUL, o ensino superior⁸ era uma possibilidade facultada a poucos, o que fez com que, ao longo dos anos, milhares de jovens e adultos ficassem excluídos dessa oportunidade na Região. Com isso, se intensificou o êxodo rural para centros urbanos e, no interior dele, a tendência à “litoralização” (TREVISOL, 2016).

Essa limitação de acesso ao ensino superior público e gratuito e muitas outras dificuldades que afetam a mesorregião Fronteira Sul foram fatores determinantes para o processo de implantação de uma universidade pública federal. As mobilizações pela

⁸ As primeiras instituições de ensino superior na região foram criadas a partir dos anos 50 do século passado – especialmente as ligadas ao campo da formação de professores e da área das ciências sociais aplicadas – por iniciativa das lideranças comunitárias (TREVISOL, 2016, p. 341).

criação de IES públicas iniciaram em diferentes momentos e regiões do Sul do Brasil, principalmente a partir dos anos 80, conforme destaca Trevisol (2016), e durante décadas o assunto foi pauta nos meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas sociais.

Com a vitória de Luis Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, mudanças importantes foram registradas na área das políticas e dos investimentos educacionais, possibilitando a expansão e a interiorização das vagas do sistema público. Ante o plano de expansão em construção no MEC, uma ampla atuação política, com mobilização de lideranças e de movimentos sociais, foi articulada na região Sul. Tal ação fez com que, em outubro de 2003, o Presidente da República afirmasse, em seu discurso de abertura da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI): “o oeste de Santa Catarina terá uma universidade federal” (TREVISOL, 2016).

A declaração passou a ser considerada uma vitória política para as lideranças e organizações que buscavam demonstrar a importância de uma universidade pública para a Região e serviu como estratégia para os próximos passos. As reuniões de trabalho e articulações acentuaram-se, originando, em 2005, o Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF), coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e pelo Movimento Sem Terra (MST), com atuação também do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, de universidades, de organizações não governamentais e de entidades públicas.

Como resultado do processo de interlocução política e elaboração de um projeto único de universidade pública para a região, conforme indicação do ministro da Educação, foi apresentado, em 2005, à Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.037/2005⁹, propondo a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFGFM).

⁹ De autoria do Deputado Cláudio Vignatti encontra-se disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=512636.

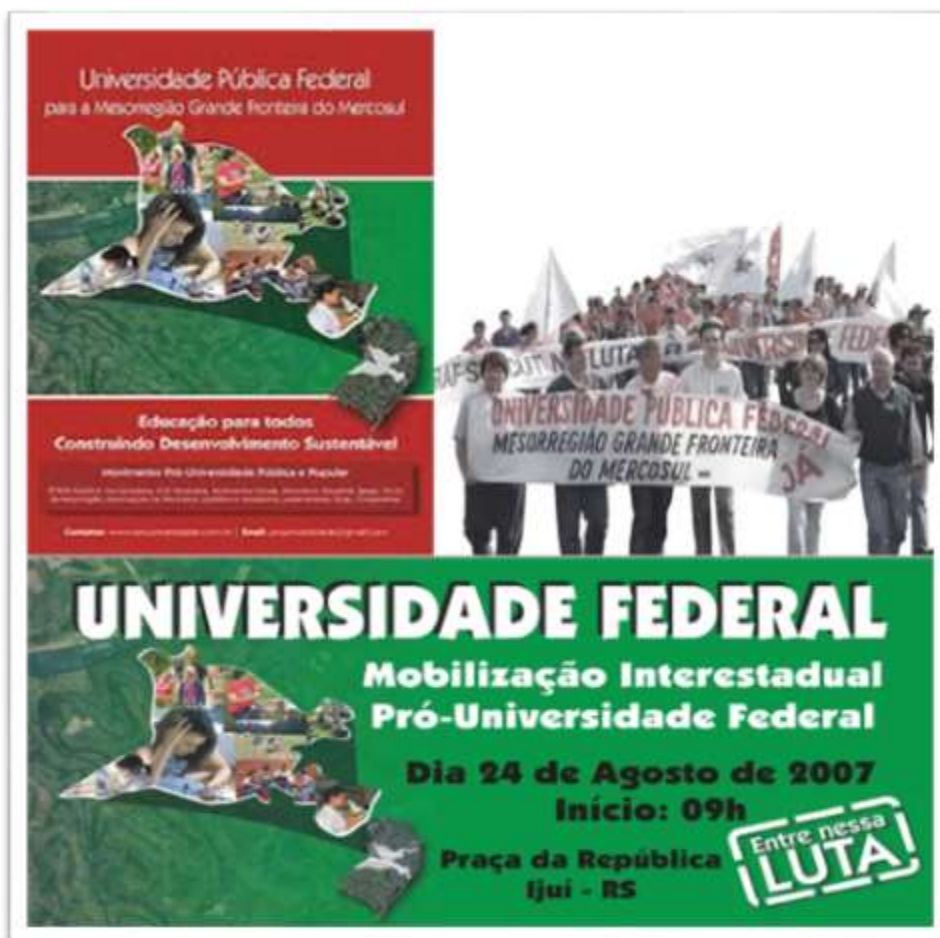


Figura 5 - Cartazes e fotografia do Movimento Pró-Universidade na Mesorregião
FONTE: Treib e Rotta (2012) e PTSul (2018).

Em junho de 2006, o então presidente da República faz nova visita à cidade de Chapecó para participar do II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar, no qual ratificou, para cerca de dez mil agricultores familiares, seu compromisso com a criação de uma universidade federal, confirmando: “você terão uma universidade” (TREVISOL, 2016).

Após muitos debates, audiências públicas, atos e mobilizações, finalmente, em 12 de dezembro de 2007, o ministro da Educação anunciou a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. A partir disso, iniciaram as discussões de áreas de influência da Universidade, localização da sede e dos *campi*, cursos a serem criados, estrutura física e orçamento (UFFS, 2018g).

A luta promovida pelos movimentos sociais em prol de uma educação que contemplasse as especificidades da população do campo e que permitisse o acesso de seus

integrantes evidenciou-se no momento em que o movimento pró-universidade se posicionou quanto aos pontos fundamentais do projeto de construção da Universidade:

o Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento (UFFS, 2008, p. 9).

Em tal posicionamento é possível identificar aspectos diretamente correlatos à responsabilidade social que a comunidade almeja da nova IES pública. Assim, o protagonismo do Movimento Pró-Universidade e os direitos sociais ensejam um compromisso por parte do Estado e conseqüentemente da futura gestão da Universidade.

No dia 16 de julho de 2008 foi assinado o Projeto de Lei de criação da nova universidade, que prosseguiu para o Congresso Nacional. No dia 12 de novembro, o Projeto de Lei nº 3.774 de 2008, do então deputado Cláudio Vignatti, foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (TREVISOL, 2016).

Em fevereiro de 2009 é empossada a Comissão de Implantação da UFFS, tendo o professor Dilvo Ristoff como presidente. Em 15 de setembro de 2009, finalmente, a lei de criação da UFFS¹⁰ é sancionada pelo então presidente da República. Ainda em 21 de setembro, o professor Dilvo Ristoff é designado reitor *pro tempore* da UFFS, sendo empossado em 15 de outubro. Até o fim do ano foram definidos os locais de implantação dos *campi* e realizados os concursos para docentes e servidores técnico-administrativos. O início das atividades letivas ocorreu em 29 de março de 2010 (TREVISOL, 2016; UFFS, 2018g).

Como a Fronteira Mercosul era uma região historicamente desassistida pelo poder público, a escolha dos locais de implantação dos *campi* e do nome da universidade deveriam refletir tais anseios. Assim, definiu-se Laranjeiras do Sul e Realeza (Paraná), Erechim e Cerro Largo (Rio Grande do Sul) e Chapecó (Santa Catarina e sede da instituição) como os locais de maior expressão para **o principal objetivo da nova universidade, ou seja, desenvolver a região da Fronteira Sul, a partir da qualificação profissional e da inclusão social, respeitando as características locais.** Assim, os cursos deveriam apresentar ênfase em atividades comuns na região, como agricultura familiar e pequenos

¹⁰ Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009 - Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm.

negócios. Nesse sentido, também foi **escolhido o nome Universidade Federal da Fronteira Sul como reiteração da finalidade para a qual a Instituição estava sendo implantada** (UFFS, 2018g, não paginado, grifo nosso).

Frente ao contexto descrito, pautam Cargnin (2011) e Rorato (2016) que o surgimento da UFFS só foi possível pela existência de uma organização mesorregional, reforçada pelo Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, sendo que tal atuação pode ser exaltada “pela capacidade de gerar transformação nas regiões”.

Trevisol (2014) enfatiza ainda que a UFFS é uma das poucas universidades públicas do País cujo nome faz alusão explícita a uma região. A cultura institucional que predomina, de forma hegemônica, desde a mais antiga universidade do mundo até as mais recentes, é fazer alusão à cidade ou à unidade da federação onde a IES está sendo implantada. A inclusão do termo “Fronteira Sul” no nome, além de romper com a tradição acima destacada, é algo proeminente que deve ser destacado e compreendido, pois denota uma concepção político-institucional e demarca um lugar, que é, ao mesmo tempo, de origem e de destino, confirmando o compromisso principal da Instituição.

A UFFS nasceu, portanto, da organização dos atores sociais que, há anos, lutam em defesa dos ideários da emancipação social. Sua origem se dá, desse modo, no âmago da sociedade civil organizada, nascendo de “fora para dentro”, assim como quase todas as conquistas da fronteira, onde os direitos foram constituídos e assegurados por intermédio das lutas e da capacidade de invenção daquela população ou, como elucida Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 351), decorrem da “prática da utopia e da utopia da prática” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011; TREVISOL, 2014).

Assim, a universidade pública, face aos novos conhecimentos trazidos pelos movimentos sociais, depara-se com a possibilidade de transformações na instituição e no papel do conhecimento científico. Ou seja, a defesa dos movimentos sociais pela implementação de políticas públicas específicas para o ensino superior insere conceitos, como a comunidade, a socialização, a sociabilidade, a cultura e o campo, associados de modo permanente com a educação da região de inserção da Universidade.

Importante então é avaliar que a comunidade acadêmica da UFFS percebe que a trajetória de criação da Instituição possui características de responsabilidade social, conforme dados da Tabela 4. Ressalta-se que em relação aos discentes, possuem concordância plena tanto os da graduação como do mestrado.

Tabela 4 - Respostas dos docentes e discentes para a pergunta: *Percebo que a trajetória de criação da UFFS possui características de responsabilidade social*

Alternativa	Docentes	Discentes
Discordo totalmente	1,50%	0,80%
Discordo parcialmente	1,50%	0,80%
Não concordo Nem discordo	3,10%	7,50%
Concordo parcialmente	38,50%	36,80%
Concordo totalmente	55,40%	54,10%

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

No mesmo viés, quando questionados se a criação da UFFS faz parte da luta de um conjunto de atores sociais, como lideranças políticas locais, empresários, comunidade e, principalmente, movimentos sociais, 59,4% dos discentes concordaram totalmente com a afirmativa e 35,3% parcialmente. Quanto aos docentes, 53,8% concordam totalmente e 38,5% concordam parcialmente.

Os servidores técnico-administrativos em educação também destacaram que percebem um compromisso social por trás do processo de criação da UFFS, uma vez que ela foi constituída para atender questões sociais. Como observou o TAE 5, a UFFS “surgiu de uma demanda da população regional que se articulou em vários estados, justamente para atender algumas questões sociais [...], como a interiorização do ensino superior no Brasil, e para promover o acesso dessa população a essa modalidade de ensino”.

Os oito gestores da UFFS entrevistados, da mesma forma, visualizam a RS na trajetória de criação da Universidade e a importância das organizações e movimentos sociais, tanto na constituição como na consolidação da UFFS. Também compreendem que a origem da Instituição faz com que ela assuma um compromisso com a sociedade na qual está inserida.

Como evidenciaram os Gestores 4 e 7, a própria criação da Universidade fez parte de uma responsabilidade social do Estado de criar uma universidade com características que levam em consideração o atendimento a um público antes marginalizado, em uma região que também é estratégica para o País. O Gestor 4 complementou, ressaltando que:

[...] a responsabilidade social ta no cérebro da Universidade, na sua constituição, então ela já se constitui com essa diretriz, com essa cultura e isso contribuí pra sua pratica hoje. Nós estamos em 8 anos, 9 anos de Universidade e a gente visualiza isso, talvez a gente esperava um pouco mais, porque isso era uma das bandeiras da Universidade, se esperava um pouco mais, mas aí a

Universidade é feita de pessoas e como ela é democrática nem sempre essa visão inicial elas se contemplam mas acho que é muito forte essa trajetória.

Tal fala corrobora com o expresso por Martínez-Pichardo e Hernández-Oliva (2013), Shek, Yuen-Tsang e Ng (2017) e Larrán-Jorge e Andrades-Peña (2017), quando mencionam que é missão intrínseca das universidades estabelecer relações com a sociedade e integrar os princípios da RS nas suas principais funções. Também Barros e Freire (2011) expõem que “existe uma esperança de transformação social depositada na universidade, pressupondo uma responsabilidade intrínseca à sua existência”.

Complementarmente, apresenta-se a fala do Gestor 5:

[...] acho que é um exemplo histórico você ter uma universidade que foi demandada pela sociedade civil, não a sociedade civil das elites econômicas, culturais, e sim de movimentos sociais, pequenos grupos de agricultores, organizações urbanas que demandaram a necessidade de ter uma universidade que atendesse a especificidade da região. Tanto que tem históricos aí de vários anos de movimentos pró-universidade, se for ver há uns 10, 15 anos anteriores da fundação tu tem esse movimento. Mas antes disso, na região Sul, há uma luta histórica pela questão dos movimentos. Como que os movimentos sociais, sem terra, sindicatos, cooperativas poderiam ter acesso a uma outra perspectiva de conhecimento, algo que de fato tivesse sentido para eles? Então se for ver, tem um evento pró-universidade que tem antecedentes anteriores desde os anos 80, onde teve uma redemocratização do Brasil e se começa a discutir outras formas de desenvolvimento social e econômico. [...] As condições históricas foram fundamentais para a Universidade, tu tem uma luta histórica que se fortalece porque tem mudança de perspectiva de desenvolvimento no Brasil e aí se consegue de fato ampliar a discussão e criar uma Universidade que pudesse estar nos três estados [...]. Não tenho dúvida que tem sim essa ideia de compromisso e desenvolvimento diferenciado no movimento de construção/luta pela Universidade.

Importante observação adveio ainda do Gestor 2, ao expor que a responsabilidade social da Instituição é decorrente do processo de sua criação, porém:

[...] tenho dúvidas se a Universidade conseguirá manter isso, porque há um afastamento na medida em que a Universidade se torna real, agora já passaram quase dez anos aí que a Universidade tá funcionando, acaba que os movimentos sociais tem outras demandas e portanto eles não podem estar aqui, os representantes né, não conseguem se envolver diretamente com aquilo que acontece na Universidade e quem está dentro da Universidade exatamente muitas vezes é tomado pelas atividades próprias da Universidade, portanto, se não há um cuidado com isso a gente pode perder esse elo criado inicialmente. Mas é isso, a história de criação dessa Universidade é determinante na concepção de responsabilidade social, de colocação dessa Universidade que temos. Por esse processo histórico muito vinculado aos movimentos sociais, muito vinculado às demandas regionais que evidentemente geram a concepção na qual trabalhamos ou tentamos trabalhar.

Quanto à comunidade regional, os representantes dos conselhos da UFFS também visualizam que a trajetória de criação da UFFS possui uma vertente social. Como destaca o Conselheiro 2:

[...] Todo movimento pró-universidade [...] demonstra uma responsabilidade social com o desenvolvimento de toda essa região [...]. Então acho que isso é o primeiro princípio da própria responsabilidade social da Universidade, porque ela se constituiu a partir de uma demanda social, que se articulou em torno de um objetivo, que é a Universidade e que vem buscando dentro da Instituição manter espaços, manter esse processo de diálogo com a sociedade.

Também as representações não ativas na UFFS observam essa mesma lógica, assim como uma Egressa do Curso de Agronomia. Como bem destacou o Representante 2, a UFFS tem uma responsabilidade social diferenciada, advinda dos movimentos sociais que “enxergaram na Universidade um objetivo a ser conquistado em comum a todos que estavam nessa mobilização”.

A partir das visões apresentadas pela comunidade universitária¹¹, avigora-se que a Responsabilidade Social da Universidade não significa apenas estar a serviço de um ou de outro segmento da sociedade, mas sim de estar comprometida com as transformações que caracterizam conquistas democráticas. Como cita Boaventura de Souza Santos (1999, p. 209):

a concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais continua vigente no imaginário simbólico de muitas universidades e de muitos universitários e tende a reforçar-se em períodos históricos de transição ou de aprofundamento democráticos.

4.2 A CONCEPÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFFS

Para entender a concepção de Responsabilidade Social da Universidade, além da trajetória histórica já detalhada, fez-se necessária a leitura e análise de documentos e regulamentos institucionais, a citar-se: PDI, PPI, Estatuto e Relatórios de Autoavaliação

¹¹ A UFFS adotou o termo “comunidade universitária” para se referir a comunidade acadêmica e comunidade regional.

Institucional, os quais são destacados na sequência, buscando sempre correlacionar seu teor com a temática em estudo.

Conforme previsto no PDI da UFFS, o perfil da Universidade, bem como a sua missão, objetivos e área de atuação acadêmica, encontram forte aderência aos movimentos sociais da MESOMERCOSUL, uma vez que esses contribuíram sobremaneira para sua organização, caracterizada “multi *campi*, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórica, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção” (UFFS, 2012a, p. 9).

Também na Missão da Universidade se observa o compromisso com a “formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região” (UFFS, 2012a, p. 12).

Por ser uma instituição multicampi, a estrutura administrativa permite uma identidade institucional e unidade de gestão sem perder a diversidade das identidades regionais de cada *campus*. Tal prerrogativa converge para o exposto na literatura de RS, de que a universidade não pode permanecer alheia à realidade em que vive, devendo considerar as particularidades que a cercam, buscando tornar-se um motor do desenvolvimento e da coesão social (LARRÁN-JORGE; ANDRADES-PEÑA, 2015).

A UFFS, de acordo com o seu Estatuto (UFFS, 2015b), apresenta em sua estrutura órgãos superiores e órgãos de base. Os órgãos superiores são de Administração (Reitoria), de Deliberação (Conselho Universitário – CONSUNI), de Supervisão e Fiscalização (Conselho Curador, Auditoria Interna) e Consultivo (Conselho Estratégico Social). Os órgãos de base se localizam nos seis *campi*, aos quais subjazem os órgãos de Administração (Direção do *Campus* e Coordenação Acadêmica e Administrativa), órgãos de Deliberação (Conselho de *Campus* e Colegiado de Cursos) e órgão Consultivo (Conselho Comunitário). A Figura 6 mostra a atual arquitetura institucional. Importante destacar que no ano de 2012 ocorreu a primeira expansão, seguida pela criação do Curso de Medicina no recém-instituído *Campus* Passo Fundo-RS.

Ressalta-se, conforme ilustra a Figura, que há uma relação dialógica entre as estruturas superiores e as de base na UFFS, ou seja, os órgãos administrativos e deliberativos criados para assegurar seu adequado funcionamento e desenvolvimento estão presentes, da mesma forma, na sua base, os *campi*. Tal estrutura demonstra o esforço

para conferir diálogo, representatividade e condições de gestão equitativas (TOSTA *et al.*, 2018).

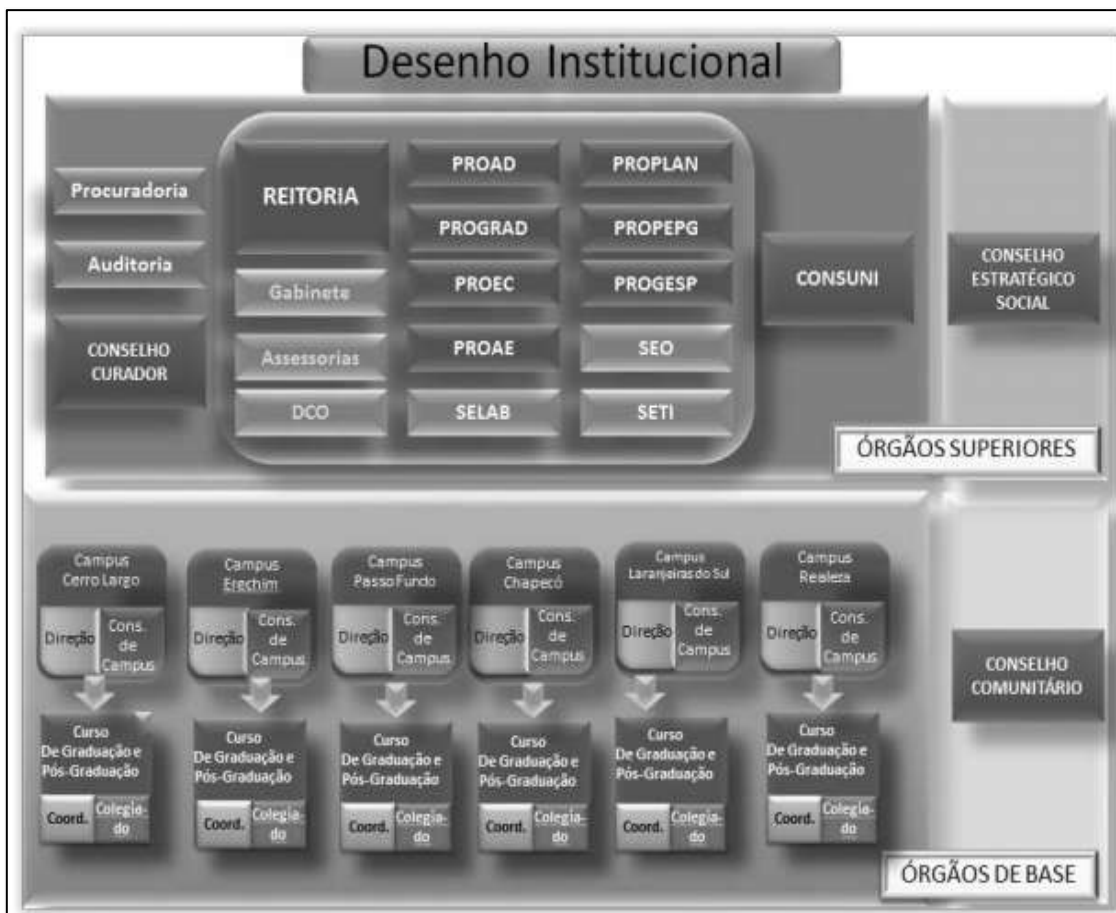


Figura 6 - Organograma da UFFS
FONTE: PROPLAN, 2018.

Atualmente, a UFFS conta com 45 cursos de graduação, nos seis *campi*, todos pensados como forma de atender aos anseios que a comunidade regional apresentou. Além dos cursos regulares, são oferecidas duas turmas especiais, em parceria com o PRONERA, que são Agronomia e História, do *Campus Erechim*.

Em 2018, os dados demonstravam que mais de 8.000 alunos estavam com matrícula ativa, sendo que são oferecidas anualmente em torno de 2.300 vagas. Atualmente, a Universidade conta com mais de 1.300 alunos concluintes, buscando materializar, dessa maneira, um dos objetivos da sua constituição.

Na pós-graduação, a atuação se dá tanto no *lato sensu* quanto no *stricto sensu*. No *lato sensu*, foram ofertadas e encerradas 31 turmas; alguns cursos tendo realizado mais de uma edição e outros dois que ainda estão em andamento, sendo que aproximadamente

700 estudantes já finalizaram as atividades. Já no *stricto sensu* (UFFS, 2018l), em oito anos de atuação, foram aprovados 15 programas de mestrado.

Conforme o Estatuto (UFFS, 2015b) da UFFS, todos os *campi* têm a mesma importância para a construção das políticas, assim como para o funcionamento e consolidação do processo de implantação da Universidade. Entretanto, e de modo muito especial, cita-se a comunidade regional que exerce papel importante na construção das políticas institucionais, principalmente porque ela é uma instituição que nasce “de baixo para cima”. Sua atual estrutura organizacional avigora essa intenção quando institucionaliza o papel de participação da sociedade nos conselhos consultivos, como é o caso do Conselho Estratégico Social e dos Conselhos Comunitários.

Também nos princípios orientativos da UFFS observa-se o direcionamento ao compromisso social, como segue expresso no PPI:

1. **Respeito à identidade universitária** da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;
[...]
4. Universidade de qualidade comprometida com a **formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País**;
[...]
7. Uma Universidade que tenha na **agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento**;
[...]
9. Uma universidade pública e **popular** (UFFS, 2012a, p. 14-15). (grifo nosso)

Tais princípios corroboram com o expresso por Berto (2013), de que, para além da extensão, da pesquisa e dos programas assistencialistas, para exercer a RS a IES precisa assumir em seu projeto institucional e no seu projeto pedagógico o conceito de educação que defende e os pressupostos éticos a ele alinhados.

A UFFS, nascida da sociedade, para ser um bem público a seu serviço, concebe e efetiva um projeto institucional segundo o princípio da democratização e da transformação social. Como pondera Trevisol (2015), não é por acaso que ao longo do seu processo de constituição a Universidade foi sendo definida, reconhecida e aclamada como “popular”. Tal expressão passou a traduzir o conjunto das expectativas, concepções e diretrizes estruturantes da UFFS e serviram de norte para estabelecer alguns compromissos fundamentais, como: Inclusão social, Gestão democrática, Escola pública

e formação de professores, Agricultura familiar e agroecologia, Energias renováveis e sustentabilidade, Saúde e Gestão.

Com esses compromissos, a UFFS tem procurado ser inovadora em sua proposta acadêmica e na forma como se relaciona com as problemáticas locais/globais, atuando de forma dialógica e interativa com a sociedade. Afinal, como destaca Santos (2005), quanto mais a universidade se insere na comunidade, tanto mais esta se insere na universidade.

Ainda ao retratar os compromissos institucionais, observou-se que o PDI abarca um tópico específico sobre a Responsabilidade Social da UFFS, descrevendo-a segundo os princípios da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES e regulamentou como dimensão obrigatória a RS. Sob esta característica normativa, a Responsabilidade Social da Universidade se exterioriza por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, norteadas pela sua história, sua identidade e seus fins, aspirando ao atendimento à missão institucional, qual seja:

[...] promover o desenvolvimento regional integrado (condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso); assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social; e desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno (UFFS, 2012a, p. 59).

É enfatizado também que a “**responsabilidade social da UFFS está presente desde a sua concepção**” (UFFS, 2012a, p. 60), manifestada no PPI por meio dos princípios orientativos, e foi expandida e fortalecida mediante os debates que se estabeleceram nos seguintes fóruns temáticos da I COEPE:

1) Conhecimento, cultura e formação humana; 2) História e memória regional; 3) Movimentos Sociais, emancipação e cidadania; 4) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional; 5) Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade; 6) Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; 7) Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; 8) Políticas e práticas de promoção da saúde coletiva; 9) Educação básica e formação de professores; 10) Juventude, cultura e trabalho e 11) Linguagem e Sociedade.

Tal cenário serve para confirmar os relatos dos gestores e membros da comunidade regional, expostos anteriormente, quando expressaram que a RS da UFFS é

algo intrínseco à própria trajetória histórica, ou seja, denota-se um alinhamento entre o falado e o escrito.

Porém, as políticas de RS abraçadas pela UFFS, de acordo com o relatado no PDI (2012a), se direcionam apenas aos subtemas presentes no inciso III, Art. 3º da Lei do SINAES, quais sejam: Inclusão Social (ao expressar as políticas de acesso e permanência dos acadêmicos), Meio ambiente (destacando os cursos de Engenharia ambiental, Agronomia com ênfase em agroecologia, Educação do campo e outros, bem como disciplinas no tronco comum focadas no meio ambiente, os projetos de extensão e pesquisa e a constituição da Comissão de Desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade da UFFS), Desenvolvimento econômico e social (citando a vertente para a agricultura familiar, os cursos como Agronomia, Engenharia ambiental, Administração e suas ênfases, as pesquisas comprometidas com a promoção tecnológica, desenvolvimento e inovação, e a criação de empresas juniores), Preservação da memória e do patrimônio cultural (além de projetos de pesquisa e de extensão direcionados à cultura e à memória regional, cita a criação, em 2012, da Diretoria de Arte e Cultura, e a constituição, no mesmo ano, da Comissão da Verdade¹²), Comunicação Social (apresentadas as Diretrizes da Comunicação que possuem como parâmetro fundamental a divulgação da missão da UFFS) e o Serviço de Informação ao Cidadão (com base na Lei de Acesso à Informação nº 12.527 de 2012).

Apesar desse direcionamento que atende à legislação, observou-se que esse item do PDI é pouco conhecido pela comunidade acadêmica e regional, uma vez que 36,1% dos discentes indicaram que não concordam e nem discordam que a RS é prevista no PDI da UFFS. Outros 36,8% concordam totalmente e 25,6% parcialmente. Entre os que concordaram totalmente, destacam-se os alunos de mestrado. Já os docentes apontaram um melhor conhecimento, uma vez que mais de 86% concordaram que a temática é descrita nesse importante documento institucional.

Os TAEs, por sua vez, indicaram não saber se a RS é tratada no PDI; alguns sequer conhecem o próprio Plano. A TAE 1 destacou que olhou o PDI uma única vez e “eu fiquei frustrada porque eu vi muita coisa que não tinha acontecido, e eu vi muitas coisas que não estavam acontecendo, mas eu não lembro de ter a responsabilidade social nele”. Fato é

¹² Possui como atribuição contribuir com o levantamento de informações e desenvolvimento de pesquisas sobre o período da Ditadura Militar na região da Fronteira Sul (UFFS, 2012a).

que os TAEs demonstraram ser pouco incluídos ou convidados a participar dos processos de gestão da UFFS, como no caso da elaboração do PDI, o que lhes gera certa frustração.

Já os gestores enfatizaram que a RS, com certeza, é prevista nos documentos institucionais, porém não possuem clareza de como o tema se apresenta, ou seja, em que termos e contexto são empregados para explicá-la. Apenas dois gestores fizeram referência explícita ao PDI, sendo que a maioria destacou o Estatuto e o Regimento Geral. Como ressaltou o Gestor 2:

Eu não tenho certeza tá, se a gente usa esse termo exatamente, essa expressão, nos nossos documentos, mas se a gente for olhar para o estatuto, para o regimento geral, quando a gente fala dos princípios institucionais a gente vai ver que lá estão listados alguns princípios que tem relação com essa temática. [...] Não esquecer o lugar aonde ela está, esse compromisso de que ela não se enclausure, de que ela não se feche em si mesma e faça que o desenvolvimento da ciência, enfim, os processos de ensino devem considerar este lugar e esta sociedade aonde ela está, então acho que isso está presente em vários documentos, mas talvez não com esta expressão.

Para além da COEPE, o Gestor 5 indicou os PPCs, e enfatizou que “se for ver a responsabilidade social está muito presente nos documentos. O principal dilema hoje é que se escreve, mas não se cumpre. De fato não é isso que a gente vivencia”. Nessa ótica, cabe expor o que lembra Calderón (2005), que falar da RS significa falar dos deveres e das obrigações da universidade, incumbências inerentes à natureza institucional. Não é algo que a universidade pode cumprir ou deixar de cumprir, trata-se de uma obrigação.

A comunidade regional, por sua vez, demonstrou não ter muito conhecimento do PDI e de que o termo RS seja previsto especificamente em algum documento norteador. A Egressa, por exemplo, pontuou o PPC do Curso de Agronomia que aborda questões como a equidade, igualdade e respeito ao próximo. Quanto aos conselheiros, o Conselheiro 1 indicou que:

Eu, na verdade, eu não tenho esse conhecimento. Eu acredito que tenha sim isso previsto no documento de fundação, lá no seu regimento, no próprio Estatuto. No Regimento Interno do Conselho [...] tinha pautada alguma coisa, sempre nesse sentido. Então, quando se definiu ali como ia agir o Conselho [...], sempre estava em pauta essa questão do social, que é o objetivo da instituição. Até a forma que é constituído o Conselho, a comunidade externa é por indicação, a comunidade interna é por eleição. Então os pares escolhem o representante para compor o conselho. E isso já denota característica que existe uma democracia e que as ações são tomadas de forma socializada entre cada área.

Os Representantes 1 e 2, de entidades não ativas, enfatizaram que não têm conhecimento do PDI e nunca procuraram se informar sobre ele, contudo acreditam que a Universidade possui um foco para a RS.

Ante ao exposto, observa-se que poucos entrevistados conseguem explicar claramente quais documentos fazem referência à RS, apesar de todos citarem vertentes/temas correlatos à temática. Também, ninguém citou a Lei do SINAES, que exige que as instituições desenvolvam a RS e tenham tal temática prevista em seu PDI e nos relatórios de Autoavaliação da CPA.

Conforme observado na descrição do PDI, a UFFS prevê de modo muito sucinto e generalista as ações e programas desenvolvidos no quesito da Responsabilidade Social, também o planejamento para os próximos anos é pouco aprofundado. Convém enfatizar que o atual e único PDI da Universidade já está em vigência há seis anos, encontrando-se bastante desatualizado, uma vez que foi elaborado no segundo ano de funcionamento da UFFS. Tal situação pode ter contribuído para o pouco aprofundamento na questão da RS.

Quanto à Avaliação Institucional¹³, que também se constitui como prerrogativa legal e administrativa, na qual a RS precisa ser analisada junto à comunidade universitária, observou-se que entre as primeiras atividades da CPA esteve a elaboração do Projeto de Autoavaliação Institucional da UFFS, no qual a Responsabilidade Social está prevista como a Dimensão 3 de Autoavaliação, atendendo aos preceitos do SINAES:

DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (UFFS, 2012b, p. 6).

13 Para a execução da autoavaliação institucional a legislação brasileira prevê a existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), em cada IES. A Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta o SINAES, caracteriza a CPA como sendo (UFFS, 2012b, p. 3): a) Responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição (autoavaliação), de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP; b) Autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição; c) Constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. De acordo com o art. 3º da Lei nº 10.861, a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. A CPA da UFFS foi constituída pela Portaria nº 694/GR/UFFS/2011 de 13 de outubro de 2011.

Mediante tal perspectiva, são considerados na Autoavaliação os seguintes itens de análise:

- 3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.
- 3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.
- 3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.
- 3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (UFFS, 2012b, p. 6).

O primeiro Relatório de Autoavaliação publicado em março de 2013, tratando do ano-base 2012, tem um papel importante na consolidação da cultura institucional sobre a autoavaliação. Nele, ao retratar a Responsabilidade Social, a CPA enfatiza um pouco da trajetória da Grande Fronteira do MERCOSUL que, historicamente, esteve excluída do acesso à educação superior pública. Com isso, indicam que a Responsabilidade Social da UFFS expressa as reivindicações de movimentos sociais que lutaram pela sua criação, visando estabelecer dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, valorizando a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento (UFFS, 2013a).

As políticas adotadas pela Instituição e identificadas pela CPA no que diz respeito à Responsabilidade Social nos anos de 2012 (UFFS, 2013a) e 2013 (UFFS, 2014a) estão diretamente relacionadas aos subtemas presentes na Lei do SINAES, cabendo enfatizar que as ações relativas ao meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural foram pouco abordadas no relatório de autoavaliação de 2012; já o relatório de 2013 avança bastante nesse quesito.

Para além das ações, o Relatório de Autoavaliação de 2013 destaca, ainda, a realidade social e econômica na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e evidencia que a RS foi ampliada e fortalecida por meio das discussões que ocorreram nos 11 fóruns temáticos da I COEPE.

Destaca-se a agricultura familiar e camponesa como um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região, mas que acaba sendo afetada pelo intenso êxodo rural. A CPA enaltece que tal situação e seus potenciais efeitos ainda carecem de estudos sistemáticos, para os quais a UFFS surge como instituição que pode oferecer

grande e valorosa contribuição no sentido de gerar processos de desenvolvimento (UFFS, 2014a).

Os Relatórios de Autoavaliação de 2014 e 2015 são uma cópia praticamente idêntica do Relatório de 2013; com isso acabam não agregando informações no que se refere à RS.

Já o Relatório de Autoavaliação de 2016 (UFFS, 2017b) repete as informações de 2013, porém acrescenta algumas informações novas no quesito Meio Ambiente, como: coleta seletiva, compras e obras sustentáveis, gerenciamento de resíduos perigosos, Plano de Logística Sustentável (PLS) e frota de veículos automotores com baixos índices de poluição atmosférica e tecnologia flex.

Por fim, o Relatório de 2017, do mesmo modo, repete as ações descritas nos anos anteriores, acrescentando no item Inclusão Social a oferta de bolsas vinculadas a projetos de pesquisa e extensão, financiadas, em sua maioria, por recursos próprios da UFFS. Infelizmente, com a redução do contingente total de auxílios, as bolsas foram diminuídas significativamente, ficando os auxílios apoiados em políticas de curto prazo (UFFS, 2018m).

Como se visualiza, os relatórios da CPA no tocante a RS são pouco aprofundados, tendendo a repetir informações de ações destacadas nos escritos de 2012 e 2013, havendo pouca preocupação na atualização e incremento dos dados, ou seja, subentende-se que buscam atender meramente ao escopo legal, sem uma preocupação efetiva com o desenvolvimento dessa área. Além disso, a não ser no primeiro ano de autoavaliação, nos demais não constam as avaliações quanto à coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.

Diante da realidade apresentada para os documentos institucionais, percebe-se que a constituição histórica da UFFS demarca um importante papel no compromisso social que a Instituição assume, o que fica evidente não somente no processo de criação, mas também nas vertentes e princípios expressos nos documentos institucionais.

Sendo a primeira Universidade originária dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo, a UFFS, dita como “popular”, surge no intento de promover o desenvolvimento sustentável e solidário de uma Mesorregião que, historicamente, esteve desassistida por políticas do Estado, não só em termos educacionais, mas econômicos e sociais.

Ao analisar o processo histórico e os primeiros anos de funcionamento, no intuito da sua consolidação, visualiza-se que os movimentos sociais influenciaram e buscam fortemente exaltar e reafirmar a concepção de universidade e da responsabilidade social que essa assume, que visa garantir em essência, para além dos princípios do PDI, (i) o acesso ao ensino superior público e de qualidade, com compromisso de inclusão social; (ii) a qualificação profissional e cidadã e (iii) o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão sob o prisma de um ensino crítico e inovador. Atividades essas que possuem relação direta com os quatro eixos de RS abordados por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) e expressam as expectativas e os desejos da comunidade universitária em relação a um futuro desejável e possível para a Instituição.

Desta forma, os princípios designados tornam clara a ideia de RS da UFFS, entretanto as referências explícitas feitas ao tema seguem a perspectiva estabelecida pelo SINAES, conforme tópicos abordados no PDI e na Autoavaliação realizada pela CPA, que são: a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Portanto, apesar de se perceber a característica de compromisso social da Instituição, ainda não está estruturada uma política de RS, para a qual o novo PDI se torna relevante, uma vez que é nessa política que a UFFS deve delimitar as ações e programas de RS a serem executados e não apenas apresentar as ações implantadas, como ocorreu na primeira versão (NUNES; PEREIRA; PINHO, 2017).

4.3 AS PRINCIPAIS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDAS PELA UFFS

O segundo objetivo deste estudo trata de caracterizar as principais ações de RSU desenvolvidas até 2017 pela UFFS. Para tal, foi delimitada a análise de: (i) Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) dos cursos de graduação (apresentados na Tabela 2), uma vez que se entende que os projetos devem abordar diretrizes importantes quanto à formação profissional, ética e cidadã, considerando as premissas da UFFS; (ii) Projetos de Pesquisa institucionalizados e (iii) Projetos e Programas de Extensão institucionalizados, para detalhar as áreas e ações que se sobressaíram na atuação da UFFS, ou seja, as áreas e linhas em que mais atividades foram realizadas nos últimos

anos. A análise buscou representar as ações nos três eixos da RSU: o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse contexto, foi feita a análise de dados obtidos junto à Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Como expressa Trevisol (2015), as prioridades, em termos dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como os norteadores para as atividades de pesquisa e extensão, foram firmadas mediante análise detalhada das características (demográficas, econômicas, culturais e socioeducacionais) e nas históricas lacunas testemunhadas na região de inserção da UFFS.

Inicia-se, então, pela análise dos PPCs dos cursos, para, na sequência, retratar os Projetos de Pesquisa e, por fim, descrever os Programas e Projetos de Extensão desenvolvidos pela Universidade no período de 2010 a 2017.

4.3.1 Os Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs)

Ratificando o papel da UFFS de compromisso com a transformação social, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento equitativo, uma vez que foi criada sob demanda direta dos movimentos sociais que compõem a MESOMERCOSUL, uma das estratégias de Responsabilidade Social é a definição dos cursos de graduação e de pós-graduação com base nas necessidades expostas pela comunidade que circunscreve os *campi*.

Desse modo, para a análise dos PPCs dos Cursos, destacados na Tabela 2 da Metodologia, dito: Agronomia, Enfermagem, História e Letras (Chapecó); Agronomia e Letras (Cerro Largo); Agronomia e Pedagogia (Erechim); Agronomia e Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias (Laranjeiras do Sul); Medicina (Passo Fundo) e Ciências Biológicas e Medicina Veterinária (Realeza), foi, num primeiro momento, realizada a busca pela palavra Responsabilidade, para verificar se havia referência à Responsabilidade Social no PPC. Numa segunda busca, foi digitada a palavra Compromisso, procurando correlações com Compromisso Social. Após isso, alguns itens mais específicos dos PPCs foram lidos, entre eles: justificativa de criação do curso, objetivo do curso, matriz curricular, tópico de articulação ensino, pesquisa e extensão e perfil do egresso, buscando identificar outras características da temática RSU, conforme esboço no Quadro 6 da Metodologia, o que incluiu termos como:

direitos humanos, cidadania, inclusão social, meio ambiente, democracia, interdisciplinaridade, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local/regional, ética, voluntariado, e integração entre ensino, pesquisa e extensão. O Apêndice I apresenta pontos importantes, de cada um dos PPCs, que possuem alinhamento com a temática em estudo, considerando a descrição por grande área do conhecimento.

Porém, antes de tratar especificamente de cada PPC, é necessário ratificar a Resolução nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014, a qual aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece em seu Art. 12 que o currículo é organizado em três domínios de formação: Comum, Conexo e Específico. Esses domínios perpassam pelos Componentes Curriculares (CCRs) que são ofertados e outras modalidades de organização do conhecimento. Observa-se que o domínio comum possui alinhamento com a Responsabilidade Social ao prever a inserção crítica do acadêmico no contexto social e profissional, ao passo em que busca

desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às **valorações sociais**, às relações de poder, à **responsabilidade socioambiental** e à organização sociopolítico-econômica e **cultural** das sociedades (UFFS, 2014b, p. 12 e 13, grifo nosso).

Também, o domínio conexo converge para a temática em estudo ao tratar dos CCRs que “possibilitam o diálogo **interdisciplinar** entre diferentes cursos” (UFFS, 2014b, p. 12 e 13, grifo nosso).

Cabe ressaltar que no início das atividades dos cursos eram previstas obrigatoriamente 11 disciplinas para o domínio comum, no entanto, em 2012, a partir de debates realizados e destacados em orientação institucional interna, a obrigatoriedade desse domínio foi reduzida para sete disciplinas, as quais serão expostas no decorrer da análise dos PPCs.

Ao iniciar a pesquisa mais geral, observou-se que os PPCs dos Cursos de História e Letras (Chapecó), Letras (Cerro Largo) e Medicina Veterinária (Realeza) não apresentaram referência às palavras e termos correlatos a Responsabilidade Social e Compromisso Social. Por outro lado, o Curso de Medicina (Passo Fundo) apresenta na Justificativa do Curso um tópico específico sobre Responsabilidade Social.

No tópico específico sobre Responsabilidade Social do PPC de Medicina é evidenciado o SINAES e a necessária avaliação da RS instituída pela Lei. Com isso, além

da organização e funcionamento enquanto instituição, também as ações de ensino, de pesquisa e de extensão precisam ser planejadas e executadas de modo a favorecer e fortalecer o compromisso de Responsabilidade Social, respondendo às demandas da sociedade. É nesse viés que tanto o Curso de Medicina como os CCRs foram pensados como uma responsabilidade da UFFS perante a comunidade em que está inserida (UFFS, 2018n).

O Curso de Medicina da UFFS, *campus* Passo Fundo, fruto da mobilização de um conjunto de atores sociais da região, totalmente integrado ao SUS, oferece uma formação baseada na **integração ensino-serviço-comunidade**, por meio do desenvolvimento de ações pedagógicas no cotidiano dos serviços de saúde e das comunidades, tais como **atividades de imersão, estágios, atendimentos em ambulatórios, visitas domiciliares, projetos de pesquisa, de extensão e de cultura**, além das residências em saúde, permitindo que a comunidade acadêmica exercite sua **responsabilidade social** (UFFS, 2018n, p. 38, grifo nosso).

Assim o PPC prevê, além dos princípios e diretrizes do SUS, a ética, a solidariedade e a humanização como pilares no processo de formação do médico, que se refletem no perfil do curso, nas seguintes características (UFFS, 2018n, p. 52, 53 e 55, grifo nosso):

[...]

V – A **preservação da biodiversidade com sustentabilidade**, de modo que, no desenvolvimento da prática médica, **sejam respeitadas as relações entre ser humano, ambiente, sociedade e tecnologias**, e contribua para a incorporação de novos cuidados, hábitos e práticas de saúde, gerando conscientização e responsabilidade de cada um na **preservação da biodiversidade e da qualidade de vida das pessoas**;

[...]

O graduando será formado para ser capaz de: compreender os princípios, diretrizes e políticas do sistema de saúde; participar de ações de gestão e gerenciamento para **promover o bem estar da comunidade; exercer a liderança democrática e o trabalho em equipe, a serviço do compromisso social e da defesa do direito à saúde**.

[...]

O graduando deve ser capaz de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, desenvolvendo a independência e a autonomia intelectual, com **responsabilidade e compromisso na formação de futuras gerações de profissionais de saúde**.

Para além do PPC de Medicina, nas justificativas de criação e nos objetivos dos 13 cursos analisados se observa uma relação direta com as demandas regionais, o que

demonstra uma relação inicial de Responsabilidade Social que a UFFS estabelece com a sociedade.

Os cursos estão voltados ao progresso econômico, em áreas como a agricultura e produção de alimentos, com enfoque em agroecologia, como é o caso de Agronomia e Medicina Veterinária, mas estendem também a preocupação com a preservação do meio ambiente e sustentabilidade. A formação em licenciaturas e ciências da saúde é direcionada à carência de profissionais de nível superior em atividade na Mesorregião, um dos desafios que a Universidade pretende superar para a melhoria da vida da população que carece de recursos e oportunidades.

Conforme previsto no PDI, a elaboração de cada PPC esteve condicionada a momentos de debate e reflexões entre docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos e comunidade, sobre a função dos cursos na região em que se encontram inseridos, vinculado a uma visão histórica, científica, ética e política. Com isso, os cursos adquirem o compromisso de colaborar para o “desenvolvimento regional e passam a ter, em seu fazer pedagógico, o compromisso de formar egressos para a autonomia do agir e do pensar, mediados pelos conhecimentos técnicos e científicos e orientados pelo compromisso social” (UFFS, 2012a, p. 47). Assim, o perfil dos egressos engloba atitudes como o respeito aos direitos humanos, à equidade, solidariedade, respeito ao meio ambiente, respeito e valorização da diversidade e participação social. Outras atitudes que também são promovidas são a crítica, a congruência, a ética, a cooperação, o comprometimento, a autoformação, o empreendedorismo e a atividade profissional.

A estrutura curricular é formada pelo conjunto de componentes curriculares de Domínios Comum, Conexo e Específico, os quais buscam fortalecer a corresponsabilização da comunidade acadêmica para com o desenvolvimento da região em que o curso está inserido.

Conforme regulamentação interna, o domínio comum deve ser cursado por todos os estudantes da graduação e busca propiciar conhecimentos que promovam o desenvolvimento humano e socioprofissional. Como foi exposto, alguns cursos, que ainda se orientam pelo primeiro PPC ofertam 11 disciplinas desse domínio, e os cursos com novos PPCs têm a obrigatoriedade de ofertar apenas sete CCRs. Evidencia-se que as disciplinas de Introdução ao pensamento social e Meio ambiente, economia e sociedade permanecem em todos os PPCs, demonstrando um alinhamento importante com a

temática em estudo. Já a disciplina de Direitos e cidadania, obrigatória na primeira versão dos PPCs, permaneceu, nos cursos que tiveram revisão dos Projetos, apenas no domínio comum de Agronomia, em Laranjeiras do Sul e Medicina, em Passo Fundo. Os cursos de Agronomia, dos *campi* Cerro Largo e Erechim, incluíram-na como optativa ou como Atividade Curricular Complementar (ACC); História, de Chapecó, e Ciências Biológicas, de Realeza, não fazem mais referência ao CCR. Percebe-se, então, que na reestruturação cada curso considerou suas particularidades para a definição dos CCRs, perdendo-se talvez um pouco da ideia de uma formação humana e social. Apesar de que, em uma das entrevistas realizadas com os gestores, foi exposto:

A redução do peso, do tronco comum, foi decorrente de um debate que eu diria maduro, eu me coloco no grupo daqueles que acham que a redução do tronco comum não trouxe prejuízos. Eu não acho que você tem uma boa formação tendo mais disciplinas, eu não faço parte dessa corrente de pensamentos, não é o fato de ter mais disciplinas num curso que você vai assegurar que aquela formação é mais densa, aliás, a tendência no mundo é ter menos disciplinas. Nós ainda temos cursos com cinco anos, é muito, exceto alguns que exigem mais, a medicina por exemplo. Mas grande maioria poderia tranquilamente se dar conta com quatro anos, porque você aprende hoje de mil formas, você não precisa ter banca escolar, um horário e um professor ali pra te ensinar. [...] o que conta é o aprendizado, o que conta não é o número de horas, não é a quantidade de dias que o aluno fica numa sala de aula, às vezes ele pensando com a cabeça lá na litosfera. O que conta é o aprendizado e é isso que tem que estar colocado de forma clara.

Como exceção aos demais cursos, no PPC de Agronomia do *Campus* Laranjeiras do Sul é destacado que a temática Direitos Humanos está prevista como tema transversal em diversos CCRs como Introdução ao pensamento social, Direitos e cidadania, Realidade do campo brasileiro, História da Fronteira Sul e Soberania e segurança alimentar e nutricional. Em relação às questões ambientais, além dos princípios indicados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, o tema aparece especificamente também em disciplinas como Introdução à Ecologia, Fundamentos de Agroecologia e Soberania e segurança alimentar e nutricional (UFFS, 2017c).

Cabe relatar que apenas o Curso de Medicina (UFFS, 2018n) aborda o tema da Equidade, ao destacar nos referenciais orientadores que tal perspectiva visa garantir uma cidadania plena, sem preconceitos, onde as desigualdades são tratadas de forma justa. Para isso, uma ética do cuidado e respeito às necessidades da pessoa deve permear a formação do acadêmico e sua atuação profissional.

No Domínio Conexo, que agrupa elementos promotores da integração curricular e do princípio da interdisciplinaridade, percebeu-se pouca relação dos CCRs com a temática da RSU. Alguns cursos ofertam as disciplinas de Responsabilidade socioambiental, Soberania e segurança alimentar e nutricional e Libras, apesar de que após revisões de PPCs essas disciplinas passaram a ser optativas na maioria dos casos.

Já no Domínio Específico, que se refere ao conjunto de CCRs traduzidos em disciplinas, seminários, oficinas, entre outros, próprios de determinadas áreas do conhecimento e processos formativos, o currículo dos cursos analisados pouca referência faz a Responsabilidade Social, e muitos ainda limitam a possibilidade de os estudantes decidirem sobre parte do percurso curricular que desejam realizar na Universidade, ao delimitarem, por exemplo, a escolha de disciplinas optativas.

Como destacado no documento final da II COEPE, na implantação da proposta curricular dos cursos (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 110):

[...] observa-se a existência de grandes dificuldades e até de resistências, pois há casos em que os domínios comum e conexo são tratados como meros “anexos” aos cursos e até posicionamentos de docentes e/ou coletivos contrários à sua presença, apoiados na lógica da profissionalização. Contudo, o conhecimento crítico da realidade, enquanto leitura de mundo, bem como a intervenção qualificada e emancipatória, pressupõem uma integração dos três domínios formativos. A discussão do currículo constitui, ainda, um grande desafio.

Na mesma lógica, foi evidenciado que coletivos de docentes são, frequentemente, bastante receptivos às determinações dos conselhos profissionais, e não se observa a mesma receptividade quando se trata das demandas dos movimentos sociais e das organizações populares, tornando-se um desafio importante a discussão do que se compreende como autonomia universitária e acadêmica (GEREMIA *et al.*, 2018).

Os debates da última COEPE deixaram ainda evidentes as dificuldades para o fortalecimento do modelo agroecológico nos cursos de Agronomia, por concepções e conceitos já formados pelos ingressantes ou ainda pelas propostas de formação, concebidas pelos docentes, que muitas vezes são próximos e familiarizados com o modelo tradicional, e encontram dificuldade para se abrirem às experiências alternativas. Tais problemas precisam ser discutidos e problematizados continuamente para que os fins da formação e as estratégias de seu desenvolvimento sejam mais explícitos.

Sobre os cursos da área de saúde, os presentes na COEPE evidenciaram a necessidade de fundamentar os PPCs, as pesquisas e a extensão universitária da UFFS na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), como forma de modificar a realidade no campo das práticas assistenciais.

Ficou claro o reconhecimento de que os cursos de licenciatura da UFFS se esforçam por fortalecer os vínculos com a escola, em busca do cumprimento de seu papel formativo, voltado para o desenvolvimento regional no campo da Educação Básica (GEREMIA *et al.*, 2018).

A respeito da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, embora a Universidade tenha como orientação teórica a indissociabilidade entre as três atividades fins, conforme consta nos PPCs (item articulação ensino, pesquisa e extensão), na COEPE demonstrou-se que na prática ainda persiste a fragmentação disciplinar e a hierarquização entre essas dimensões da formação.

Faz-se necessária uma flexibilidade maior da carga horária de ensino, para proporcionar um maior protagonismo aos estudantes, bem como fortalecer as atividades de iniciação à investigação e a interação social para que elas sejam garantidas na formação inicial dos cursos de graduação. Importante ainda é a incorporação de mais temáticas de desenvolvimento regional e urbano nos PPCs dos cursos, buscando aprimorar a formação de profissionais que possam responder bem às demandas da Região, além de assegurar 10% da carga horária curricular para extensão, conforme o PNE (GEREMIA *et al.*, 2018).

Esse contexto já pode ser observado na reestruturação do PPC de Medicina, que entre as justificativas para o novo projeto traz a necessidade de “Fortalecer o ensino dos Temas Transversais – Educação Ambiental, Inclusão, Educação das Relações Étnico-raciais, História Afro-brasileira e Indígena, Direitos Humanos – ao longo de todo o itinerário formativo dos acadêmicos, num viés transdisciplinar” (UFFS, 2018n, p. 35). Também na revisão do PPC de Agronomia (LS) se visualizou “a necessidade de uma prática acadêmica na qual, efetivamente, se concretize a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, diminuindo a carga horária de CCRs para que o aluno possa vivenciar outras práticas formativas (UFFS, 2017c, p. 19).

Ao tratar dos 10% da carga horária curricular que deveria ser direcionada à extensão, alguns cursos tendem a destacar em seus PPCs que isso se efetiva por meio das ACCs (projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão,

seminários, simpósios, congressos, conferências, disciplinas isoladas oferecidas por outros cursos ou outras IES, voluntariado, entre outras atividades), que representam de 210 a 240 horas de atividades. Entretanto, considerando a carga horária total dos cursos analisados, nenhum atinge os 10% de extensão se consideradas apenas as horas de ACCs.

Destaca-se que ainda há cursos que dividem as ACCs em grupos específicos, como é o caso de História (Atividades em pesquisa, Atividades em cultura e movimentos sociais e Atividades em extensão e aprimoramento profissional), Pedagogia (Atividades em pesquisa, Atividades em extensão e aprimoramento profissional e Atividades em cultura) e Ciências Biológicas (Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, Atividades de interesse comunitário e coletivo, e de formação social, humana e cultural, e Atividades relacionadas à educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana), perdendo-se então, em partes, o direcionamento estritamente extensionista.

Apesar de Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2009) retratarem que alguns cursos já buscam incorporar em seus PPCs atividades de extensão, e que elas podem ocorrer na forma de estágios supervisionados, aplicação de atividades práticas e trabalhos de campo (COSTA, 2018), ACCs, oferta de vagas para retorno de graduado, aluno especial, além de outros programas que sejam destinados aos vários segmentos da sociedade, o Gestor 2 enfatiza que:

[...] você vai ver que no regulamento da graduação está previsto que os cursos de graduação poderão utilizar parte da sua ou realizar parte da sua carga horária através de atividades de extensão. Mas, se você for procurar os PPCs dos cursos vai ver que raros são os cursos que preveem atividade de extensão no processo de formação da graduação. Então, a gente está com dificuldades com relação a isso, a extensão aqui na Universidade, embora quando a Universidade surge, a extensão era pra ser o carro chefe vamos dizer assim, que fosse muito fortalecido, exatamente também por conta de uma forte ligação com a comunidade regional, ela continua ainda num segundo plano.

Complementarmente, o Gestor 5 destaca:

[...] tem que avançar nesse processo de conscientização da extensão no corpo docente, acho que o cenário começa mudar agora um pouco porque foi aprovado há uns 15 dias no Conselho Nacional de Educação uma resolução que trata das diretrizes nacionais da extensão, o que passa a ser obrigatória para as instituições de ensino superior a questão da curricularização da extensão, 10% da carga horária dos cursos de graduação terão que ser de extensão. Agora não é mais meta, terá 2, 3 anos para cumprir. A avaliação dos cursos vai

considerar isso, ou seja, como o curso faz extensão, se a instituição prevê que seja contabilizado na docência.

A nova regra abordada pelo Gestor refere-se à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que ‘Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências’.

As novas diretrizes (BRASIL, 2018) também regulamentam que as atividades acadêmicas de extensão devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação na forma de componentes curriculares. A inserção da Extensão nos currículos é opcional na pós-graduação. As IES têm prazo até dezembro de 2021 para implementar as ações previstas. Em outras palavras, o que antes era um indicativo para as universidades passa a ter obrigação legal. Com isso, a UFFS deverá em, no máximo, três anos desenvolver 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos na forma de componentes curriculares de extensão.

Prosseguindo com a descrição dos PPCs da Universidade, cabe expor que em todos os projetos é prevista a realização de estágio curricular obrigatório, que varia de 210 a 900 horas (com exceção de Medicina) a depender do curso. Para além, todos têm prevista a possibilidade de realização de estágio não obrigatório com carga horária livre, e que poderá ser realizado a qualquer momento a partir do ingresso no curso. Porém, como destacado pelos participantes da II COEPE, ainda fica explícita a necessidade do desenvolvimento, pela Universidade, de audiências públicas para o debate, principalmente, da concepção dos cursos oferecidos, “pois a estrutura curricular criada e materializada ainda não tornou a UFFS realmente inovadora e transformadora” (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 114).

Frente ao exposto, visualiza-se um direcionamento construtivo dos PPCs para as temáticas vinculadas aos Eixos *Campus* responsável e Formação profissional e cidadã, contudo para os Eixos Gestão social do conhecimento e Participação social se observa pouca fundamentação em práticas de pesquisa, extensão, interdisciplinaridade e voluntariado, para além do previsto nas ACCs e nos estágios obrigatórios. Além disso, denota-se a estrutura de hierarquização que ainda ocorre com as atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFFS, pois não se observa a sua indissociabilidade. A Figura 7

expressa os principais pontos positivos (azul) e negativos (vermelho) de cada Eixo, conforme identificado nos PPCs.



Figura 7 - Principais pontos positivos e negativos da RSU nos PPCs
FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Por fim, na entrevista realizada com o Gestor 1, este expressou a preocupação quanto às ênfases dos programas de Mestrado:

É na interação com os problemas da região que se define problemas de pesquisa para a academia. Mas essa é a forma que nós imaginávamos de uma universidade, e disso também, nós estamos um pouco mais longe agora. Mais longe porque também os nossos programas de pós-graduação, se a gente olhar para as suas ênfases, elas estão muito mais distantes do que a própria graduação. Aquilo que eu falava da agronomia com a ênfase em agroecologia, primeiro nós ainda temos essa ênfase. Mas agora quais são os mestrados que tem? Nós temos um mestrado em Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável, nós o chamamos de interdisciplinar. Ele não é interdisciplinar, mas nós o chamamos assim. Chamamos de mestrado em Agroecologia, mas de agroecologia se faz muito pouco. A maioria dos professores que estão lá não foram formados na área de agroecologia [...]. Veja outras áreas, por exemplo, que é muito mais grave. Tínhamos uma ênfase em energias renováveis, essa ênfase na graduação já nem existe. Nós temos dois mestrados que trabalham com ambientes e tecnologias sustentáveis, um em Cerro Largo e o de Ciência e Tecnologia Ambiental em Erechim, e que apresentam esse sustentável como lema, até bonito, mas se a gente olhar para o que efetivamente vem sendo produzindo, do ponto de vista da sustentabilidade, está muito distante, e isso na pós-graduação tem virado meio regra. Nós temos cursos de pós-graduação adaptados ao que a CAPES quer e a CAPES quer aprovar. [...]. Em termos de graduação e pós-graduação, a nossa pós-graduação

tem muito menos ênfase do que a graduação. Isso também nos revela um pouco da trajetória que a universidade seguiu depois da chegada dos professores e da maioria dos estudantes que quiseram outros enfoques.

Ao analisar rapidamente os Projetos dos Cursos de Mestrado, especificamente, eles não fazem referência à Responsabilidade Social. Porém, destaca-se que a I COEPE serviu de norteadora para a definição das grandes linhas de pesquisa da UFFS e, por conseguinte, definiram o futuro dos cursos de pós-graduação.

4.3.2 Os Projetos de Pesquisa da UFFS

Considerando que o objetivo presente neste tópico é o de análise das principais ações de pesquisa desenvolvidas pela UFFS entre 2010 e 2017, foram solicitados à PROPEPG os dados dos projetos, sendo as informações recebidas de forma tabulada por *campi*. A partir dos dados recebidos, calculou-se que a Instituição desenvolveu, no período supracitado, mais de 1.500 Projetos de Pesquisa (sem contabilizar as renovações), considerando editais internos e externos, projetos de doutorado, interinstitucional, demanda espontânea e edital conjunto.

No âmbito da UFFS, as políticas de pesquisa passaram a ser estabelecidas a partir de fevereiro de 2010, posteriormente ao ato de criação da PROPEPG e, em seu interior, no âmbito da Diretoria de Pesquisa. Devido à sua importância e dimensão estratégica, a UFFS conferiu ao tema uma estruturação pública por meio da realização da COEPE.

Dentre os objetivos da COEPE esteve a definição de diretrizes para a pesquisa, que permitissem equacionar o imperativo de investimentos na produção de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas de que o País carece, e a democratização do acesso a eles (UFFS, 2013b).

Com os resultados da COEPE, a Universidade “é desafiada a organizar as atividades de Pesquisa de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, popular e de qualidade e desempenhando seu papel de *locus* de problematização da realidade social” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p. 54). Tal cenário coaduna com alguns princípios e diretrizes que estão presentes no processo de criação da UFFS e que estabelecem a Responsabilidade Social Universitária.

Ainda neste viés, o Regimento Geral da Universidade no Art. 66 (UFFS, 2016c, p. 24) reforça que uma das diretrizes da pesquisa é “II - a relevância científica e o compromisso social”.

Já os princípios fundamentais que orientam a pesquisa na Universidade são (UFFS, 2013b): Humanismo, Pluralidade, Justiça cognitiva, Autonomia intelectual, Cooperação, Sustentabilidade, Transformação social, Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e Interdisciplinaridade. Estes princípios, as diretrizes e os objetivos da política de pesquisa buscam ser potencializados e implementados na Instituição por meio de alguns programas e ações prioritárias, como: Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT), Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa (PRO-AGP), Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PRO-APEC), Programa de Apoio à Internacionalização (PRO-INTER), Programa de Apoio à Publicação (PRO-EDITAR), Programa de Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação (PRO-INOVAR) e Programa de Formação em Pesquisa e Pós-Graduação (PRO-FORMAR).

É importante destacar que atualmente a Instituição conta com 111 Grupos de Pesquisa certificados junto ao Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (UFFS, 2018o), sendo que o aumento dos grupos foi gradativo a cada ano.

A partir da organização dos dados dos Projetos de Pesquisa por período (2011 a 2017 – em 2010 não houve projetos institucionalizados), identificou-se que em alguns casos não estavam tabuladas informações quanto ao Grupo de Pesquisa e Área do Conhecimento, e também nenhum projeto apresentava a Linha de Pesquisa¹⁴ objeto da ação. Mediante tal constatação, definiu-se por realizar a análise dos projetos por amostragem aleatória simples, sem reposição para, com isso, ter um levantamento mínimo das ações mais desenvolvidas.

Considerando o quantitativo de projetos desenvolvidos a cada ano, e a relativa necessidade de acessar os processos físicos para consultar as informações faltantes por meio do Sistema de Gestão de Processos e Documentos (SGPD) da UFFS, definiu-se que para cada ano seria analisado um quantitativo de 20% dos projetos.

¹⁴ As linhas de pesquisa expressam as temáticas comuns de investigação que orientam os projetos de pesquisa e demais atividades dos Grupos de Pesquisa.

Foram então avaliadas informações como grupo de pesquisa, área do conhecimento e linha de pesquisa de 306 projetos de pesquisa da UFFS. Os dados aproximados dos projetos desenvolvidos a cada ano e o quantitativo analisado por esta pesquisa estão detalhados na Tabela 5.

Constata-se que 2016 foi o ano em que mais projetos de pesquisa foram desenvolvidos na Instituição, e 2011 foi o ano com o menor quantitativo, justificável pelo fato de a Instituição estar apenas no seu segundo ano de funcionamento.

Tabela 5 - Quantitativo de Projetos de Pesquisa desenvolvidos anualmente e analisados na pesquisa

Ano	Quantitativo aproximado de Projetos*	Percentual de 20% dos Projetos analisados
2011	79	16
2012	142	28
2013	121	24
2014	267	53
2015	292	58
2016	360	72
2017	276	55
Total	1.537	306

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

* O cálculo foi feito considerando o ano de publicação do Edital. Eventualmente quando essa informação não estava disponível, foi considerado o ano de abertura do Processo. Para além, foram excluídos os projetos que não continham número de protocolo junto à UFFS, uma vez que inviabilizavam a pesquisa.

Com base nos projetos selecionados, tabulou-se o Quadro 8, que apresenta o resumo das principais ações desenvolvidas pela Universidade no período de 2011 a 2017, englobando dados sobre os grupos de pesquisa, número de projetos e as linhas de pesquisa trabalhadas.

Considerando os dados apresentados, fica evidente que a maioria das ações esteve direcionada ao grupo de cursos das ciências agrárias, destacando-se pesquisas em solo, produção e colheita, manejo de plantas, agroecologia, sanidade e patologia animal. Outros destaques se dão na área ambiental, com ações em bioenergias, produtos naturais, saneamento e qualidade ambiental. Por fim, cita-se as pesquisas ligadas às licenciaturas, com ações em matemática, formação de professores, língua e discurso e políticas educacionais. Áreas que aparecem com menos evidencia são da saúde, arquitetura, gestão e desenvolvimento econômico.

Quadro 8 - Ações de pesquisa da UFFS no período de 2011 a 2017

Ano	Grupo de Pesquisa	Nº de Projetos	Linhas de Pesquisa
2011	Agroenergia	2	Beneficiamento e armazenamento, Fertilidade do solo, Melhoramento vegetal e Sistema de produção Sistemas de produção, melhoramento e pós-colheita de vegetais visando à produção de bioenergias
2012	Agroenergia	4	(1) Bioprocessos e aplicação em bioenergias (3) Sistemas de produção, melhoramento e pós-colheita de vegetais visando à produção de bioenergias
	Educação Matemática, Científica e Tecnológica	2	Educação matemática Formação de professores
	Estudos e Pesquisas em Administração	2	Gestão estratégica Gestão da inovação
	Núcleo de Estudos Território, Ambiente e Paisagem	2	Paisagem Dinâmica da paisagem
	Sanidade Animal	2	Sanidade animal Atividade biológica de produtos naturais
2013	Agroenergia	2	Bioprocessos e aplicação em bioenergias Sistemas de produção, melhoramento e pós-colheita de vegetais visando à produção de bioenergias
	Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas	2	Manejo e tratos culturais em culturas Manejo e tratos culturais em culturas e Manejo integrado de plantas daninhas
	Métodos Numéricos e Modelagem Computacional	2	Modelagem matemática aplicada à engenharia
	Teorias e Processos de Desenvolvimento	2	Dinâmicas socioambientais e experiências de desenvolvimento Teorias do desenvolvimento
2014	Monitoramento e Qualidade Ambiental	5	(4) Saneamento ambiental e Processos tecnológicos (1) Gestão de recursos naturais
	Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas	4	Manejo e tratos culturais em culturas Manejo integrado de plantas daninhas Manejo sustentável da água em sistemas agropecuários subtropicais Produção e ambiência animal no manejo sustentável
	Ensino de Ciências e Matemática	3	(1) Políticas educacionais e currículo (2) Formação de professores e práticas pedagógicas
	Projeto e Tecnologia da Arquitetura	3	O projeto, métodos e técnicas na Arquitetura e Urbanismo A arquitetura e sua inserção no sítio Dinâmica espacial e sociedade
	Sanidade Animal	3	Anestesiologia animal Patologia animal Fisiopatologia da reprodução animal
2015	Monitoramento e Qualidade Ambiental	6	(2) Qualidade ambiental e saúde (4) Saneamento ambiental e processos tecnológicos
	Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas	5	(3) Manejo e tratos culturais em culturas (2) Manejo sustentável em sistemas agropecuários subtropicais

continua

Quadro 8 - Ações de pesquisa da UFFS no período de 2011 a 2017 (continuação)

2015	Ensino de Ciências e Matemática	5	(2) Políticas educacionais e currículo (3) Formação de professores e práticas pedagógicas
	Agroenergia	4	Bioprocessos e aplicação em bioenergias Sistemas agroecológicos de produção Manejo integrado de plantas daninhas Resíduos de agrotóxicos ou produtos bioativos
	Toxicologia Comparada	3	Genotoxicidade ambiental Toxicologia comparada Ecotoxicidade ambiental
2016	Monitoramento e Qualidade Ambiental	6	(5) Saneamento ambiental e processos tecnológicos (1) Monitoramento e qualidade ambiental
	Agroecologia	4	(3) Sistemas de produção agroecológicos (1) Agroecologia
	Biociências	3	Biodiversidade e Conservação
	Interdisciplinar Saúde e Cuidado	3	(2) Condições crônicas de saúde (1) Abordagem do cuidado no processo de saúde e doença
	Lingua(gem), discurso e subjetividade	3	Linguagem e identidade Literatura e mediação Língua e discurso
	Tecnologia de Alimentos e Alimento Seguro	3	(2) Tecnologia de alimentos (1) Alimento seguro
2017	Ensino de Ciências e Matemática	7	(4) Ensino-aprendizagem (1) Formação de professores e prática pedagógica (1) Políticas educacionais e currículo (1) Práticas de ensino
	Solos e Ambiente	4	Química do solo Fertilidade do solo e adubação Física do solo Manejo e monitoramento de solo e água em ecossistemas agrícolas e naturais
	Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas	3	(1) Manejo integrado de plantas daninhas e Manejo e tratos culturais em culturas (2) Matologia
	Monitoramento e Qualidade Ambiental	3	Saneamento ambiental Saneamento ambiental e Processos tecnológicos Tratamento de águas de abastecimento e residuárias
	Núcleo de Estudos em Fitossanidade	3	(1) Ciência do solo (2) Matologia
	Núcleo de Estudos Natureza, Ambiente e Paisagem	3	Dinâmicas naturais da paisagem Desenvolvimento territorial e planejamento ambiental Teoria da Urbanização

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Ao revisar as informações estruturadas dos 306 projetos de pesquisa, foi possível observar que os grupos mais representativos no período analisado (2011 a 2017) foram respectivamente: Monitoramento e Qualidade Ambiental (21 projetos), Agroenergia (18), Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas (16), Ensino de Ciências e Matemática (13), e Sanidade Animal (10). Para fins de comparação dos objetivos desses grupos com os eixos de RSU de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), elaborou-se a Figura 8. É importante

destacar que, em leitura prévia dos objetivos de cada grupo, identificou-se que o de Monitoramento e Qualidade Ambiental não está atualizado na base do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq (UFFS, 2018o), com isso não foi possível identificar sua finalidade de atuação e correlacionar com a RSU. Além disso, nenhum dos grupos apresentados na figura desenvolve ações no Eixo *Campus* Responsável. Ainda, por meio da análise, identificou-se que não existe correlação direta dos objetivos do Grupo Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas com o Eixo Formação Profissional e Cidadã, porém entende-se que ao envolver alunos e bolsistas nas pesquisas e ações na sociedade, indiretamente se desenvolve esse eixo.

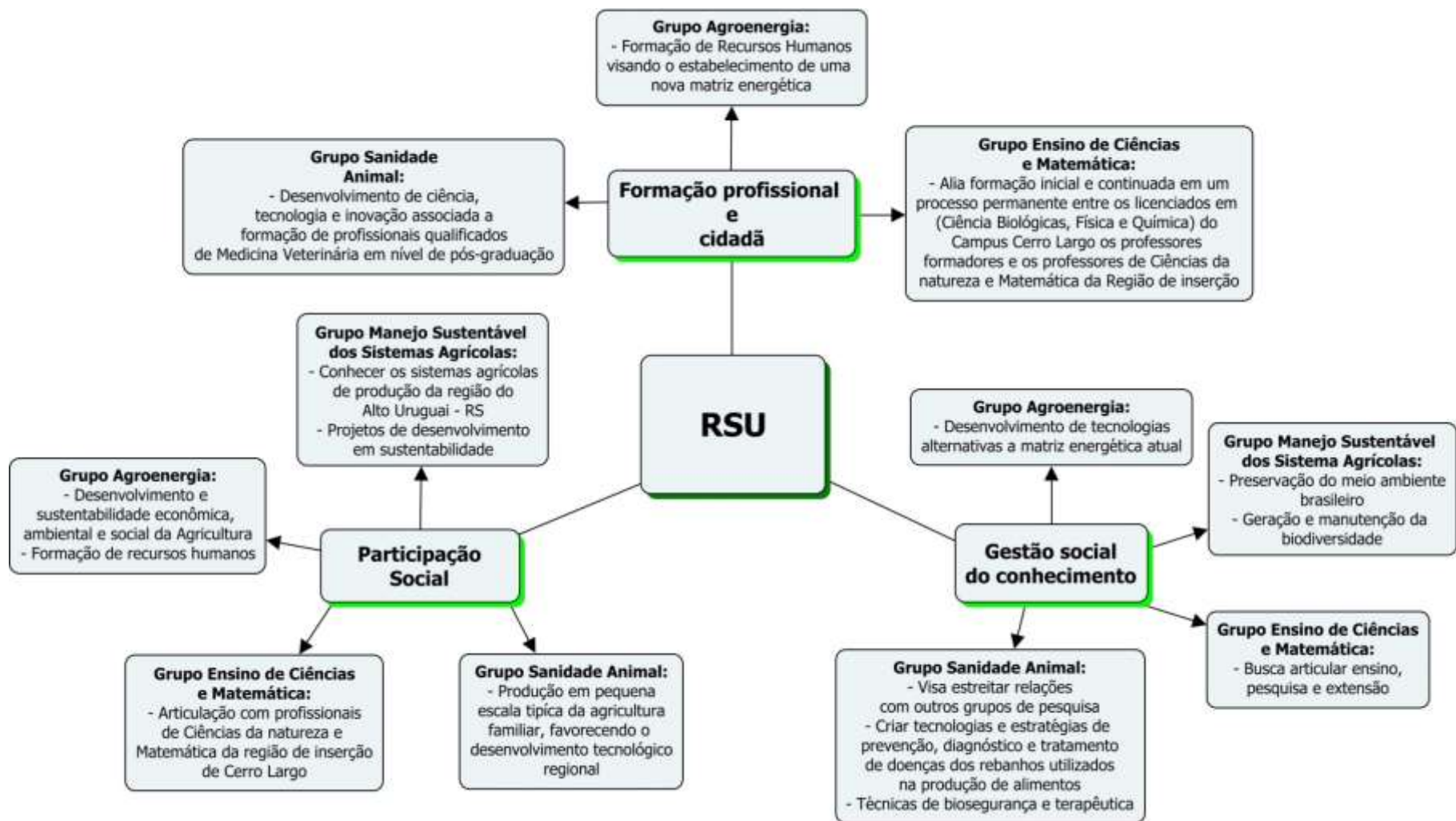


Figura 8 - Comparação dos Grupos de Pesquisa com os Eixos de RSU
 FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Como se observa, os objetivos dos grupos estão alinhados às demandas da região de inserção da UFFS, citando especialmente a agricultura familiar, biodiversidade e sustentabilidade, e a educação básica da MESOMERCOSUL. Quanto às áreas de conhecimento, as mais representativas em cada ano estão retratadas no Quadro 9. Destaque para a área de Ciências Agrárias que foi a mais significativa e corrobora com as ações mais desenvolvidas. Tal fato pode estar relacionado ao quantitativo de quatro cursos de Agronomia que são oferecidos na Instituição e também pela oferta do curso de Medicina Veterinária.

Quadro 9 - Áreas de Conhecimento mais representativas nos Projetos de Pesquisa desenvolvidos no período de 2011 a 2017

Ano	Áreas de Conhecimento
2011	Linguística, Letras e Artes (3) Ciências Agrárias (2) Ciências Biológicas (2) Filosofia (2)
2012	Educação (4) Medicina Veterinária (3) Linguística, Letras e Artes (3)
2013	Ciências Agrárias (4) Linguística (3) Administração (2)
2014	Ciências Agrárias (8) Educação (5) Ciência e Tecnologia de Alimentos (4)
2015	Ciências Agrárias (7) Engenharia Agrícola (4) Ciências Biológicas (4) Ciências Humanas (4) e Educação (4)
2016	Ciências Agrárias (10) Engenharias (7) Educação (5) Ciências Humanas (5) Ciências da Saúde (5)
2017	Ciências Agrárias (11) Educação (7) Ciências Humanas (7)

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Para além dos projetos desenvolvidos, destaca-se que o número de pesquisadores da UFFS evoluiu do ano de 2010 (14) a 2015 (357), e oscilações pontuais foram observadas em 2016 (336), 2017 (309) e 2018 (334). Tal cenário corrobora também com a evolução dos grupos de pesquisa destacados anteriormente.

Tabela 6 - Número de bolsas de pesquisa ofertadas

<i>Campus</i>	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
Cerro Largo	30	35	31	44	66	58	32
Erechim	23	62	44	53	48	39	43
Passo Fundo	0	0	0	7	2	1	2
Chapecó	50	68	43	29	53	50	47
Laranjeiras do Sul	12	19	13	13	26	12	25
Realeza	10	22	18	20	38	8	29
Total	125	206	149	166	233	168	178

FONTE: PROPEPG, 2018.

A Tabela 6 apresenta o quantitativo de bolsas ofertadas no período de 2011 a 2018. Pelos dados vislumbrados, distingue-se um total de 1225 bolsas ofertadas nas modalidades de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC),

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), PIBIC da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Agroecologia (UFFS), PIBIC, PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC – Af), PIBITI e Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC – EM) do CNPq, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) e PROBITI da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), e Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC e PIBIT) e Programa de Bolsas de Ações Afirmativas e Inclusão Social (PIBIS) da Fundação Araucária. Tal cenário contribui para o envolvimento dos discentes nas pesquisas realizadas, resultando também em uma maior possibilidade de atendimento social.

Nos últimos anos, vem crescendo também o número de estudantes voluntários nessa importante atividade da Instituição, a qual também tem sido incentivada por agências de fomento. Até 2015, mais de 200 estudantes foram inseridos como voluntários e ajudaram docentes a desenvolver suas pesquisas (UFFS, 2015a).

Como universidade em implantação é necessária certa paciência histórica para que possam ser colhidos os frutos da pesquisa. Conforme abordado pelos participantes da II COEPE, são muitas as ações realizadas no âmbito do Desenvolvimento Regional, Urbano e Políticas Públicas, com projetos desenvolvidos especialmente no âmbito da extensão, e eventos que visaram à capacitação da comunidade regional, a fim de contribuir para o efetivo desenvolvimento das realidades urbana e rural. Entretanto, a UFFS tem almejado esses temas e não pode perdê-los de vista, pois ainda há muito a ser alcançado e existe a necessidade de se consolidar o já iniciado.

Com relação à formação continuada, foram referidas distintas iniciativas de formação desenvolvidas pela UFFS em parceria com os sistemas de ensino e evidenciada a participação de muitos professores da rede pública de ensino nos programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* ofertados pela UFFS (GEREMIA *et al.*, 2018).

Várias ações/atividades também já foram desenvolvidas quanto à Gestão, Cooperativismo e Economia Solidária, mas consolida-se, cada vez mais, o sentimento de que essas ações são pontuais e marginais: “A UFFS ainda não incorporou o objetivo da construção de um projeto econômico em que a cooperação e não a competição seja o

princípio central, de forma que há ainda um longo caminho a percorrer para a materialização da colaboração solidária” (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 52).

Existe também um limite pessoal e estrutural por parte da UFFS para atuar em todas as áreas que abarcam as questões e problemáticas ambientais. Assim, há necessidade de desenvolver cada vez mais a formação de profissionais que amparem a produção de soluções ambientais com vistas ao atendimento das soluções de problemas locais, especialmente a realidade de cada *campus* e também as demandas acadêmicas.

Conforme elencado pelos participantes da II COEPE, a pesquisa na Universidade deve estar mais direcionada ainda à produção de alimentos saudáveis, bem como à melhoria das condições de vida da população na Mesorregião, de diagnósticos e apoio técnico aos produtores rurais. Uma questão de extrema relevância destacada na Conferência foi o fato de que estão ocorrendo ações pautadas no modelo tradicional, incluindo pesquisas amparadas na lógica da Capes, sendo imperativo recompor e ampliar os espaços públicos de discussão, com o objetivo de consolidar o projeto de universidade pública e popular.

Frente aos resultados apresentados, observa-se que a pesquisa a ser desenvolvida não pode estar desvinculada da realidade que se apresenta para a Universidade, e essa realidade é expressa pelas demandas dos diferentes grupos sociais; além disso, apesar de a UFFS estar direcionada, em partes, à promoção de pesquisas vinculadas ao MESOMERCOSUL, muitas áreas ainda continuam deficitárias, a exemplo da Gestão e desenvolvimento econômico, Teorias e processos de desenvolvimento, Saúde e cuidado e Soluções ambientais.

4.3.3 Os Projetos de Extensão da UFFS

Para detalhar as principais ações de extensão desenvolvidas pela UFFS no período de 2010 a 2017, foram solicitados dados dos programas e projetos para a PROEC, que forneceu acesso a planilhas com portfólio de informações necessárias para explicar as atividades.

Antes, no entanto, faz-se necessário enfatizar que a Política de Extensão da Universidade é regulamentada pela Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/CPPGEC, que dispõe, entre várias informações, sobre as Áreas de Conhecimento, a Área Temática

principal, a Área Temática secundária (opcional - é empregada quando as ações estão relacionadas a mais de uma área) e as Linhas de Extensão em que as atividades de extensão devem ser classificadas, de acordo com o Plano Nacional de Extensão (UFFS, 2017d). Para além das 53 Linhas de Extensão, a UFFS apresenta em seu regulamento as temáticas prioritárias, conforme os fóruns trabalhados na I COEPE.

Para efetivação da extensão, as atividades e ações são classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, de acordo com o FORPROEX, sendo que no período de 2010 até 2017 a UFFS desenvolveu um total de 1.470 ações de extensão¹⁵.

Considerando as modalidades apresentadas, optou-se, devido ao quantitativo de informações, por considerar para a análise apenas os programas e os projetos de extensão que representam mais de 43% das atividades de extensão (PROEC, 2018) e conforme Art. 10 da Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/PPGEC, são definidos como (UFFS, 2017d, p. 14, grifo nosso):

Art. 10. As ações de extensão serão classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, de acordo com as definições do FORPROEX (2001/2002) que seguem abaixo:

§1º Programa: Conjunto articulado de Projetos e outras Ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente **integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino**. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

§2º Projeto: Ação processual e contínua de **caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico**, com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto pode ser:

I - Vinculado a um Programa de Extensão (Projeto faz parte de uma nucleação de ações);

II - Não-vinculado a um Programa de Extensão (Projeto isolado).

[...].

Ao analisar os dados constantes nas planilhas da PROEC observou-se que, em alguns casos, não constava detalhada a Linha de Extensão da ação e não era fornecido o número do processo para acesso no SGPD da UFFS. Nesses casos, o programa ou projeto foi eliminado da análise. A Tabela 7 resume o número de programas e projetos de extensão analisados em cada ano e o quantitativo eliminado.

¹⁵ A PROEC disponibiliza na página institucional catálogos de programas e projetos de extensão institucionalizados para o período de 2010 a 2016, conforme link: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/extensao-e-cultura/extensao/catalogos>.

Tabela 7 - Quantitativo de Programas e Projetos analisados

Programa/Projeto*	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Programas analisados	0	3	5	0	0	1	24	4	37
Programas eliminados	0	1	4	0	0	0	7	2	14
Projetos analisados	13	13	42	86	16	88	26	35	319
Projetos eliminados	5	0	8	13	5	9	4	15	59

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

* Institucionalizados por demanda espontânea ou por demanda interna

Considerando as análises realizadas, os quadros 10 e 11 detalham as principais ações em projetos e programas que ocorreram em cada ano. Em alguns casos foram identificadas Linhas de Extensão do FORPROEX e da COEPE, sendo então indicados separadamente.

Quadro 10 - Principais Projetos de Extensão desenvolvidos pela UFFS no período de 2010 a 2017

Ano	Área Temática	Linha de Extensão	Nº de Projetos
2010	Cultura	Artes Integradas	7
	Educação	Formação de Professores	2
2011	Cultura	Artes Integradas	6
2012	Cultura; Educação	Linguagem e comunicação*	4
	Meio ambiente; Tecnologia e Produção	Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural*	4
	Educação	Alfabetização, leitura e escrita	3
	Educação	Formação de professores	3
2013	Tecnologia e Produção; Educação	Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural*	6
	Educação; Cultura; Saúde	Conhecimento, cultura e formação humana*	3
	Educação; Saúde	Formação de professores	13
	Meio ambiente; Saúde; Trabalho	Segurança alimentar e nutricional	4
	Saúde	Saúde humana	4
	Trabalho; Educação; Tecnologia e Produção	Desenvolvimento regional, Inovação tecnológica	9
2014	Tecnologia e produção	Desenvolvimento regional, Desenvolvimento urbano, Desenvolvimento tecnológico	3
	Saúde	Políticas e práticas de promoção de saúde coletiva*	2
2014	Direitos humanos e justiça; Educação	Formação de professores	7
	Saúde	Políticas e práticas de promoção de saúde coletiva*	3
2015	Meio ambiente; Cultura	Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural*	3
	Meio ambiente	Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade*	3
	Tecnologia e produção; Trabalho	Desenvolvimento regional, tecnologias e inovação*	3
	Educação; Saúde	Formação de professores	12
	Saúde; Educação	Saúde humana	12
	Tecnologia e produção; Cultura	Desenvolvimento tecnológico	8

continua

Quadro 10 - Principais Projetos de Extensão desenvolvidos pela UFFS no período de 2010 a 2017
(continuação)

2015	Tecnologia e produção; Meio ambiente; Educação	Desenvolvimento rural e questão agrária	6
	Tecnologia e produção	Empreendedorismo	4
2016	Educação; Saúde	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	4
	Educação	Formação de professores	2
2017	Trabalho; Meio ambiente	Desenvolvimento regional, tecnologias e inovação*	4
	Educação; Cultura	Formação de professores	6
	Educação; Cultura	Línguas estrangeiras	4
	Educação	Alfabetização, leitura e escrita	2
	Educação	Artes visuais	2
	Comunicação	Comunicação estratégica	2

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

* Projetos de Linhas de Extensão da COEPE.

Quadro 11 - Principais Programas de Extensão desenvolvidos pela UFFS no período de 2011 a 2017

Ano	Área Temática	Linha de Extensão	Nº de Programas
2011	Educação	Alfabetização, leitura e escrita	2
	Direitos Humanos e Justiça	Direitos individuais e coletivos	1
2012	Comunicação	Alfabetização, leitura e escrita	1
	Educação	Tecnologia da informação	4
2015	Saúde	Saúde humana	1
2016	Tecnologia e produção; Educação	Desenvolvimento rural e questão agrária	4
	Educação; Saúde	Formação de professores	3
	Saúde	Saúde humana	3
	Tecnologia e produção	Empreendedorismo	2
2017	Trabalho; Meio ambiente	Desenvolvimento regional, tecnologias e inovação*	1
	Educação	Línguas estrangeiras	1
	Meio ambiente	Questões ambientais	1
	Multidisciplinar	Saúde humana	1

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

* Projetos de Linhas de Extensão da COEPE.

Para além, destaca-se que em 2010 não foram desenvolvidas atividades nas áreas de Direitos Humanos e Justiça e em Saúde. No ano seguinte, novamente não apareceram ações em Saúde e Trabalho e Meio Ambiente. Porém, dos três programas desenvolvidos, as áreas temáticas de destaque foram Educação e Direitos Humanos e Justiça.

Apesar do aumento de projetos em 2012, mais uma vez não foram registradas ações na área de Trabalho, e em Saúde apenas uma atividade foi registrada, ligada a Políticas e práticas de promoção de saúde coletiva.

Em 2013, não foi identificado nenhum programa, contudo houve novo aumento dos projetos executados; mesmo assim não foram realizadas ações na área temática de Comunicação e de Direitos Humanos e Justiça.

Entre as áreas trabalhadas nos projetos do ano de 2014 ficaram de fora a de Comunicação, Trabalho e de Meio ambiente. Já no ano de 2015 todas as áreas foram trabalhadas, prevalecendo atividades de Formação de professores, Saúde humana, Desenvolvimento tecnológico, Desenvolvimento rural e questão agrária e Empreendedorismo.

Já no ano de 2016, foram desenvolvidos vários programas, impulsionados pelo Edital nº 522/GR/UFFS/2016, que tinha como objetivo apoiar Programas de Extensão para o período de setembro de 2016 a dezembro de 2019, vinculado ao Programa de Iniciação em atividades de Extensão da UFFS. Foram analisados então 24 programas e 26 projetos. Comunicação e Cultura foram as duas áreas temáticas que não aparecem nos programas. Por fim, para o ano de 2017, observou-se que não foram registrados programas ou projetos na área de Direitos Humanos e Justiça.

Em síntese, aos dados apresentados para as ações/atividades de Extensão, o Quadro 12 expressa as Linhas de Extensão mais representativas trabalhadas a cada ano. Um primeiro destaque vai para o fato de que dos oito anos analisados, apenas em cinco se registrou Programas de Extensão.

Quadro 12 - Linhas de Extensão mais desenvolvidas no período de 2010 a 2017

Ano	Linhas de Extensão dos Projetos	Linhas de Extensão dos Programas
2010	Artes integradas	--
2011	Artes integradas	Alfabetização, leitura e escrita
2012	Linguagem e comunicação; e Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural	Tecnologia da informação
2013	Formação de professores	--
2014	Formação de professores	--
2015	Formação de professores; e Saúde humana	Saúde humana
2016	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Desenvolvimento rural e questão agrária
2017	Formação de professores	Foram quatro programas, nenhum prevaleceu.

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Já o Quadro 13 apresenta a definição das Linhas de Extensão com prevalência nas ações/atividades desenvolvidas. Destacam-se questões como produção e difusão da cultura, cursos de línguas, atendimento aos agricultores familiares, formação de professores, metodologias e estratégias para o ensino e a aprendizagem, alfabetização e leitura e promoção da saúde; todas essas relacionadas aos fins de constituição e compromisso social da Universidade. Além disso, as linhas foram relacionadas aos eixos de RSU, buscando entender sua relação.

Quadro 13 - Definição das Linhas de Extensão mais desenvolvidas no período de 2010 a 2017

Linha de Extensão	Definição	Eixos de RSU relacionados com a Linha
Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado: memória, produção e difusão cultural e artística.	- Gestão social do conhecimento: ao tratar da produção artística; - Participação social: ao tratar da prática artística.
Linguagem e comunicação	Projetos sobre multiculturalismo e diversidade linguística; cursos especializados na área de Libras e Braille, Centro de Línguas: cursos de língua estrangeira oferecidos à população e à comunidade acadêmica, cursos de língua portuguesa oferecidos à população e à comunidade acadêmica, cursos de tradutor/intérprete em Libras, cursos das línguas de imigração (alóctones), qualificação de serviços de tradução e de revisão textual, oferta de Curso em Língua Indígena, Projeto sobre formação de leitura e de produção escrita. Atividades de Extensão que abordem o trabalho com leitura e produção textual para professores de todas as áreas de conhecimento, e cursos que promovam a inclusão linguística.*	- <i>Campus</i> responsável: cursos de língua estrangeira e de português; - Formação profissional e cidadã: cursos de línguas, serviços de revisão e tradução textual, cursos que promovam a inclusão linguística; - Gestão social do conhecimento: multiculturalismo e diversidade linguística; - Participação social: Atividades de Extensão que abordem o trabalho com leitura e produção textual para professores de todas as áreas de conhecimento, e de inclusão linguística.
Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural	Disseminação de tecnologias para o saneamento rural, que envolvem a captação de água da chuva e gestão da água nas pequenas agroindústrias e propriedades rurais, Cursos de Extensão e capacitação nas áreas de agropecuária, cooperativismo, empreendimentos agroindustriais e energias renováveis, qualificação de técnicos agropecuários, apoio para a certificação participativa de processos e produtos agroecológicos, Projetos de Extensão para os agricultores familiares, abordando: Agroecologia e sustentabilidade da agricultura familiar, produção de alimentos tradicionais e sementes crioulas, qualidade de vida, turismo rural e geração de novas fontes de renda, e empreendimentos solidários para pequenas propriedades. Residência em Medicina Veterinária Extensionista.*	- Formação profissional e cidadã: residência em Medicina Veterinária Extensionista; - Gestão social do conhecimento: qualificação de técnicos agropecuários; - Participação social: saneamento rural, como captação da água da chuva e gestão, cursos e projetos de Extensão para agricultores, apoio para a certificação participativa de processos e produtos agroecológicos.

continua

Quadro 13 - Definição das Linhas de Extensão mais desenvolvidas no período de 2010 a 2017 (continuação)

Formação de professores	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal, educação étnico-raciais, educação intercultural e educação indígena, educação para o respeito inter-religioso, educação, gênero e orientação.	Formação profissional e cidadã: aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal; - Gestão social do conhecimento: educação étnico-raciais, educação intercultural e educação indígena, educação para o respeito inter-religioso, educação, gênero e orientação; - Participação social: formação e valorização de professores.
Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades, humanização dos serviços, prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários, assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento, clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.	- <i>Campus</i> responsável: prestação de serviços institucionais em saúde; - Formação profissional e cidadã: humanização dos serviços; - Participação social: assistência à saúde de pessoas.
Metodologias e estratégias de ensino/ Aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.	- Formação profissional e cidadã: metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem
Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos, formação do leitor e do produtor de textos, incentivo à leitura, literatura, desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas e educação letrada bilíngue para indígenas.	- Formação profissional e cidadã: desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas e educação letrada bilíngue para indígenas; - Gestão social do conhecimento e Participação social: alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos.
Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas, inclusão digital.	- Formação profissional e cidadã: desenvolvimento de competência informacional; - Gestão social do conhecimento: inclusão digital.
Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural, assistência técnica, planejamento do desenvolvimento rural sustentável, organização rural, comercialização, agroindústria, gestão de propriedades e/ou organizações, arbitragem de conflitos de reforma agrária, educação para o desenvolvimento rural, definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural, avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.	- Formação profissional e cidadã: educação para o desenvolvimento rural; - Gestão social do conhecimento: iniciativas em desenvolvimento rural e agrário; - Participação social: definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural, avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural, gestão das propriedades.

FONTE: Elaborado pela autora com base em UFFS, 2017d.

* Linhas de Extensão da COEPE.

Como pode ser visualizado, as Linhas de Extensão seguem o previsto no PDI (UFFS, 2012a) e o determinado no Regimento Geral da Universidade, que em seu Art. 69 (UFFS, 2016c, p. 24) discorre que as diretrizes da extensão possuem alinhamento com a Responsabilidade Social, ao estabelecer “I - compromisso com a transformação social; [...] V - compromisso com o desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico sustentável e solidário”. Desta forma, as ações têm como objetivo geral promover uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade, porém ainda poucas ações são voltadas ao *Campus* responsável, como pode ser observado na Figura 9, que retrata como as Linhas de Extensão se distribuem entre os eixos da RSU, a partir das identificações feitas no Quadro anterior.

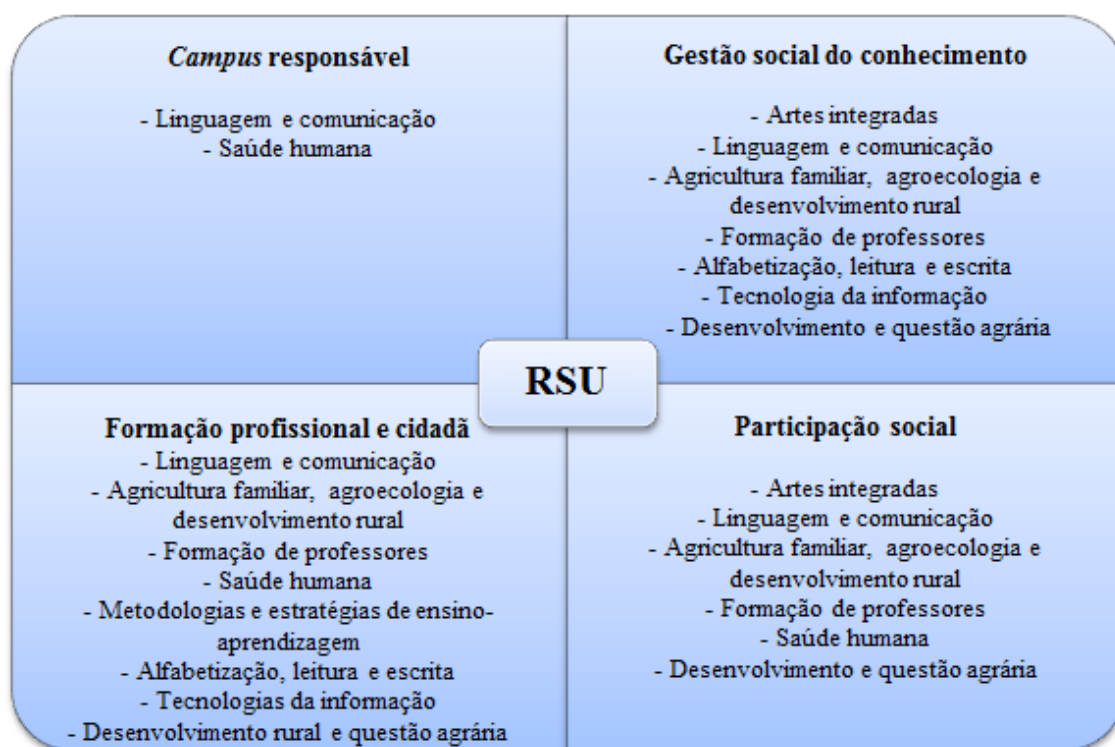


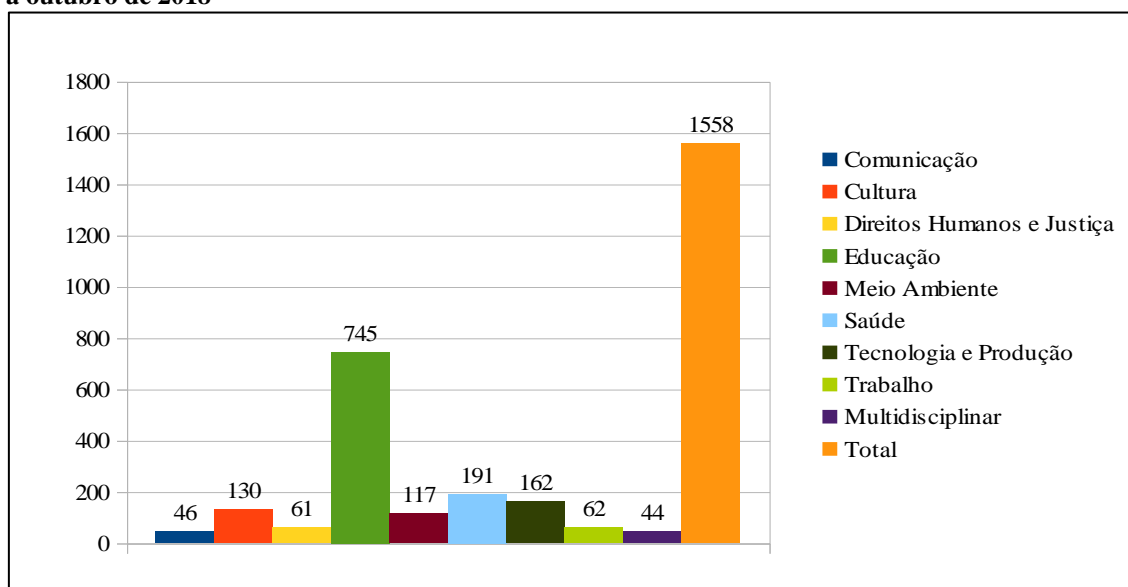
Figura 9 - Distribuição das Linhas de Extensão entre os eixos da RSU
FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Dado o papel transformador da UFFS que está proposto em seus princípios norteadores de atuação é possível compreender as atividades de extensão como contempladas por uma gestão com compromisso social, após o levantamento das informações acima.

Entretanto, também é importante assinalar que no decorrer dos anos houve linhas de extensão que não apareceram em momento algum nos Programas e Projetos

desenvolvidos. Um exemplo é a Linha de Extensão da COEPE de Juventude, cultura e trabalho. Nas Linhas do FORPROEX não aparecem ações/atividades em: Artes plásticas, Endemias e epidemias, Estilismo, Fármacos e medicamentos, Jovens e adultos, Propriedade intelectual e patente, Saúde animal, Segurança pública e defesa social, Terceira idade e Uso de drogas e dependência química.

Gráfico 1 - Quantidade de Projetos de Extensão desenvolvidos por Área Temática no período de 2010 a outubro de 2018



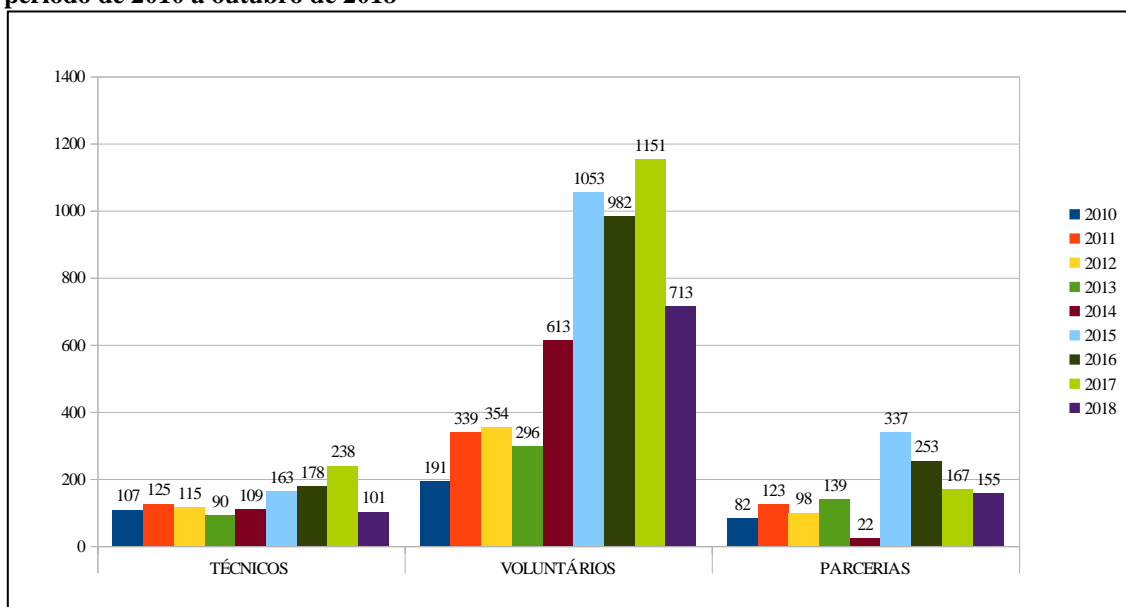
FONTE: PROEC, 2018.

Como destaca o Gráfico 1, do total de Programas e Projetos, a Área Temática que mais se destacou nas ações/atividades no período de 2010 a outubro de 2018 foi Educação, e a que menos ações/atividades englobou foi Comunicação. O fato de a Educação prevalecer possui clara relação com o quantitativo de cursos de licenciatura da Universidade e as demandas consecutivamente expressas pela Mesorregião nesse cenário.

De acordo com informações da PROEC, o quantitativo de Projetos e Programas por *Campus* se mantém de certo modo equânime ao longo dos anos, porém poucas são as ações que ocorrem de modo multicampi/Reitoria.

O quantitativo de docentes coordenadores de ações de extensão tem-se elevado ao longo dos anos na UFFS, uma vez que em 2010 havia apenas 104 coordenadores, em 2013, 281 e em 2017 esse número mais que quadruplicou em relação ao início das atividades, com 479 coordenadores, sendo que uma estabilidade foi percebida nos anos de 2014 (263) e 2015 (259).

Gráfico 2 - Quantitativo de TAEs, Voluntários e Parcerias envolvidos nos Projetos de Extensão no período de 2010 a outubro de 2018



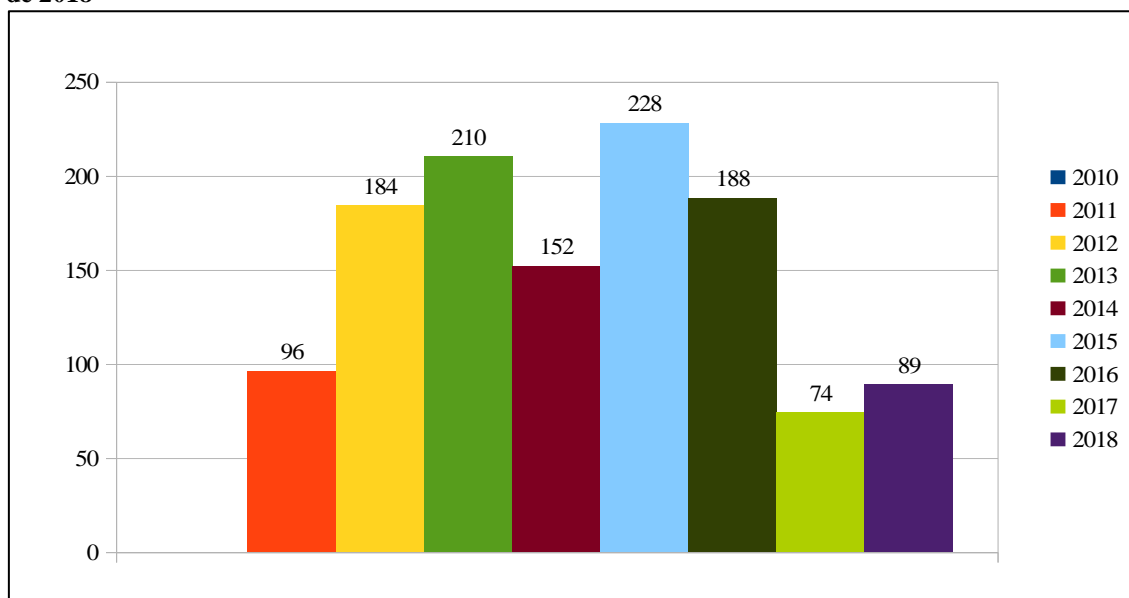
FONTE: PROEC, 2018.

Já o quantitativo de Técnicos, Voluntários e Parcerias envolvidos nos Editais e Demanda espontânea das atividades de Extensão se configura conforme o Gráfico 2. Cabe retratar o número de parcerias que são realizadas, em especial no ano de 2015, em que houve praticamente o dobro de parceiros, quando comparado aos outros anos, com exceção de 2016.

Por fim, ainda se retrata o quantitativo de bolsistas atendidos pelos Projetos e Programas de Extensão da UFFS, até outubro de 2018, conforme Gráfico 3.

Como bem destacaram os Gestores 5 e 6, a redução no número de bolsas nos últimos anos tem impactado no atendimento das necessidades regionais e também no desenvolvimento do aluno, que tem menos oportunidade de prática conjunta do ensino, da pesquisa e\ou extensão, visando à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade. O Gestor 6 ainda pontuou: “Eu defendo que nós temos que ter bolsas, fundamentalmente bolsas pra fins acadêmicos, pra gente ampliar o número de alunos que tenham oportunidade extraordinária de ser um aluno de iniciação científica, por exemplo”.

Gráfico 3 - Quantitativo de bolsistas de ações/atividades de Extensão no período de 2010 a outubro de 2018



FONTE: PROEC, 2018.

Como representado nos quadros e gráficos expostos, poucas ações foram direcionadas aos direitos humanos e cidadania, sendo tal fato também expresso nas discussões que ocorreram na II COEPE. Com isso, uma das propostas da comunidade universitária é o estabelecimento de editais específicos de extensão universitária para formulação de política global em direitos humanos e cidadania (GEREMIA *et al.*, 2018).

Além disso, foi enfatizado na Conferência que a cultura e as artes não são valorizadas nos editais e bolsas oferecidas pela UFFS. Se revisados os dados dos projetos e programas, fica evidente que as temáticas de artes pouco foram retratadas após 2010 e 2011, mesmo com a instituição de uma Diretoria de Arte e Cultura, o que não significa que não estejam sendo desenvolvidas ações nas outras modalidades de extensão, como cursos e eventos mais característicos de aspectos de arte e cultura e que não foram analisados nesta pesquisa.

Outro fato relevante expresso na II COEPE é o de que “a extensão não tem se caracterizado como prioridade institucional” (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 153) e que há uma burocracia exagerada para encaminhar e institucionalizar projetos. Ademais, a participação dos técnicos administrativos é limitada, uma vez que não podem atuar como orientadores de bolsistas.

A importância da pesquisa e da extensão para que a UFFS afirme seu compromisso social reside na relação que ambas têm com os problemas com os quais a

sociedade se defronta (BOTOMÉ, 1996), em especial da comunidade da MESOMERCOSUL. A Universidade precisa tirar do local a sua motivação, para que suas ações sejam também globais (ROSSATO, 2006), buscando contribuir com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Dado o papel transformador da Universidade que está proposto em seus princípios norteadores, é possível compreender as atividades de extensão como contempladas por uma gestão com compromisso social, ao ponto em que se consulta a comunidade universitária por meio de fóruns de discussão que norteiam várias das ações da Universidade, porém poderia haver um planejamento prévio que direcionasse efetivamente os projetos ao viés da RSU. Dessa maneira, tanto a Pesquisa como a Extensão podem intensificar o compromisso social da UFFS, pois apresentaram crescimento a cada ano em quantidade e volume. Na pesquisa, merecem destaque as parcerias com órgãos de fomento e fundações de apoio externas, que auxiliam como aporte de recursos financeiros. Por outro lado, esse cenário pode se tornar um limitador, visto que a Universidade ainda não possui uma fundação própria e os recursos que a união concede são insuficientes para garantir o crescimento e desenvolvimento dos projetos. As Atividades de Extensão, por sua natureza prática e intervencionista necessitam de muitos recursos financeiros para serem executadas. Portanto, apesar de todos os esforços em superar os desafios, algumas preocupações precisam ser pontuadas, não apenas nessas áreas, mas, abrangendo todos os aspectos da gestão. Assim, ainda há que se avançar.

Também, de acordo com a nova Resolução da Extensão Universitária, publicada em dezembro (BRASIL, 2018), as IES devem cumprir, até dezembro de 2021, os dispostos na meta 12.7 do PNE 2014-2024 e incluir em seus PDIs a concepção de Extensão, o planejamento das atividades de extensão, a forma de registro das modalidades extensionistas, as estratégias de inclusão da Extensão nos currículos e de participação dos estudantes nas atividades de Extensão, a política de implantação do processo de autoavaliação e indicadores e, por fim, previsão e estratégias de financiamento das ações extensionistas. Mediante tal regramento, tende-se a constituir um processo de extensão mais sólido nas universidades.

Em tese, frente as observações feitas nesse segundo objetivo específico, conclui-se que nos PPCs a pesquisa e a extensão estão sendo pouco desenvolvidas, nos Projetos de Pesquisa se retrata o pouco alinhamento com as temáticas de gestão institucional,

seguido do ensino e, por fim, nos Projetos de Extensão também se visualiza pouco direcionamento para o eixo *Campus* Responsável, seguido da própria Participação social.

4.4 A CONCEPÇÃO DA COMUNIDADE REGIONAL SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFFS

No decorrer dos anos a Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) revelou-se de extrema relevância para o processo de implantação e de consolidação da UFFS (2018d), uma vez que orienta a construção das políticas institucionais para a graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Considerando então os dois livros resultantes da I e II COEPE, apresentados na sequência e as entrevistas realizadas com representantes da comunidade regional (egressa da graduação, representantes dos três conselhos superiores e representantes de duas associações/entidades/movimentos sociais inativos na UFFS) buscou-se, neste tópico, entender a concepção da comunidade regional sobre a Responsabilidade Social da UFFS, por meio da correlação com os quatro eixos de RSU propostos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009).

4.4.1 A I e II COEPE

A I COEPE, intitulada ‘*CONSTRUINDO AGENDAS E DEFININDO RUMOS - I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS*’, realizada no ano de 2010, contou com a participação de mais de quatro mil pessoas dos três estados que integram a região de abrangência da Universidade. A partir de seus resultados foram sintetizados os debates e as principais decisões de um processo participativo que envolveu a comunidade acadêmica e, em grande número, a comunidade regional. Trevisol, Cordeiro e Hass (2011, p. 32, grifo nosso) enfatizam a importância da comunidade nesse processo: “quanto mais inserção na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade. Ao realizar o seu compromisso político e epistemológico, e sua **responsabilidade social**, a UFFS acaba por promover sua própria democratização”. A organicidade dos dez princípios norteadores do PPI da UFFS foi a primeira dimensão promovida/fortalecida pela Conferência, e por meio de 11 fóruns temáticos abordados, pretendeu-se aprofundar a interlocução entre a comunidade universitária, com o objetivo de estabelecer as políticas

e as agendas prioritárias da UFFS nas áreas da pesquisa e da extensão e suas articulações com o ensino. Os fóruns foram assim estruturados, conforme Figura 10:



Figura 10 - Fóruns temáticos da I COEPE
FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

Já a II COEPE ocorreu entre final de 2017 e início de 2018, sendo intitulada como ‘*O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na Perspectiva de uma Universidade Popular*’.

As atividades atinentes à avaliação da I COEPE e de sensibilização para a realização da II aconteceram no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2016, sendo disponibilizados um conjunto de dados acadêmicos em relação ao ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da cultura. Do mesmo modo, foram apresentados artigos acadêmicos, dissertações e teses que tratavam de temas estratégicos vinculados às áreas prioritárias de atuação da Instituição, produzidos e/ou orientados por pesquisadores da UFFS (GEREMIA *et al.*, 2018).

Quanto à participação, equiparando à I COEPE, observou-se uma concentração de painelistas docentes da UFFS e uma redução da participação da comunidade universitária em alguns fóruns temáticos.

Em sua segunda edição, a Conferência buscou fortalecer os princípios norteadores que originaram a UFFS, particularmente os compromissos com a construção coletiva, a participação social, a democracia e a cultura da avaliação e do planejamento. Para isso foram estabelecidos 12 fóruns temáticos, conforme Figura 11.

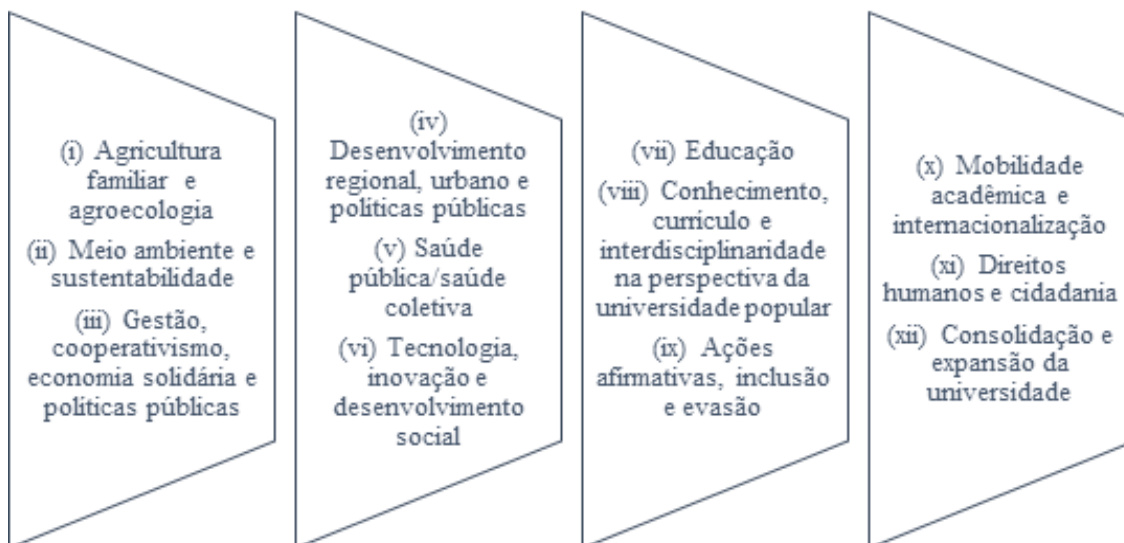


Figura 11 - Fóruns temáticos da II COEPE
FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

A partir desses fóruns foram aprofundados os debates sobre os principais desafios institucionais e o fortalecimento da participação da comunidade universitária na definição das diretrizes e ações prioritárias que devem orientar o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura nos próximos cinco anos. As discussões também proporcionaram a avaliação das ações desenvolvidas nos anos iniciais e forneceram importantes subsídios para a elaboração do novo PDI (GEREMIA *et al.*, 2018).

Considerando então os debates da I e II COEPE, buscou-se relacionar as ações propostas com os eixos estruturantes da RSU defendidos por Vallaey, Cruz e Sasia (2009) e apresentados no Quadro 7 da Metodologia da Pesquisa. Além disso, são apresentadas e correlacionadas as manifestações da comunidade regional que participaram das entrevistas, sendo os participantes nomeados de Conselheiro 1 (do CONCUR), 2 (do CONSUNI) e 3 (do CES), Representante 1 (de Santa Catarina) e 2 (do Rio Grande do Sul) de entidades não ativas e Egressa.

Antes de relatar os fatos, é importante enfatizar que também foi feita uma busca pelas palavras Responsabilidade Social e Compromisso Social nos dois documentos resultantes das Conferências. No livro da I COEPE o termo Responsabilidade Social aparece em dois fóruns, todavia foi empregado para referenciar organizações externas à UFFS. A palavra Compromisso Social por sua vez apareceu apenas no Fórum de Educação básica e formação de professores: debates e desafios, quando expressado que:

[...] ficou claro o sentimento de que a UFFS terá um papel muito importante na formação de professores para o ensino básico regional, não só por ser uma instituição que articula ensino, pesquisa e extensão, mas também pela sua preocupação com a qualidade formativa e o **compromisso social** (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p. 217, grifo nosso).

Já na II COEPE, a Responsabilidade Social como termo não foi identificada e o Compromisso Social se fez presente no Fórum Meio Ambiente e Sustentabilidade, na seguinte redação:

destarte, a busca da implementação de políticas públicas de sustentabilidade ambiental exige um maior conhecimento das legislações, de um diagnóstico da situação dos municípios em escala local e regional com o engajamento dos gestores públicos e da UFFS em parcerias na proposição de políticas mais eficientes. A Universidade tem um **compromisso social** de difundir conhecimento técnico e científico para a formação de uma consciência cidadã mais sustentável (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 45, grifo nosso).

Numa segunda referência, a palavra apareceu no Fórum de Saúde Pública-Saúde Coletiva “Nesse ínterim, destacamos que a UFFS, por sua história, estrutura, localização geográfica e **compromisso social**, deve direcionar forças no ensino, na pesquisa, na extensão e na cultura em defesa da promoção de saúde, inclusive através da alimentação saudável” (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 78, grifo nosso).

Feita essa explanação inicial, no próximo tópico passa-se, então, a detalhar os eixos da Responsabilidade Social Universitária, para conhecer a concepção que a comunidade regional tem quanto às ações de RS na UFFS.

4.4.2 Eixo *Campus* Responsável

A primeira dimensão a ser analisada é o *Campus* Responsável, que implica a gestão socialmente responsável da Instituição e dos seus procedimentos, contemplando: Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação, Desenvolvimento pessoal e profissional, bom clima laboral e aplicação dos direitos trabalhistas, Meio ambiente, Transparência e democracia e Comunicação e divulgação responsável.

No que concerne às vertentes de **Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação**, na I COEPE essas temáticas não foram abordadas especificamente em um Fórum. Já na II COEPE o Fórum XI foi intitulado como *Direitos Humanos e Cidadania*, destacando que a UFFS pauta os direitos humanos como princípio fundante,

constando nos principais documentos institucionais (Estatuto, Regimento, PDI etc.) a preocupação com a cidadania e a defesa dos direitos humanos, fato que se reafirma nos documentos acadêmicos em iniciativas de ensino (PPCs), pesquisa, extensão e cultura, e como componentes curriculares indissociáveis da formação dos estudantes e do perfil dos egressos.

Cabe enfatizar que a Universidade mantém em sua estrutura o Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello (CRDHIR) atuando no atendimento dos casos de violação, prestando suporte às vítimas e constituindo-se como referência dos diferentes agentes públicos e privados que atuam na área. Apesar da estrutura, instituída perante uma cooperação entre a UFFS e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foram apontadas na II COEPE (GEREMIA *et al.*, 2018) fragilidades internas de gestão no tratamento dado a situações concretas de violação de direitos e orientação cidadã. Para tal, foi assinalada a necessidade de constituição de estruturas administrativas específicas, com equipe multiprofissional exclusiva, e a instalação de sedes locais em todas as cidades onde a Instituição possui *campus*. A comunidade evidenciou ainda que o CRDHIR deve se tornar indutor das políticas internas e melhorar o fluxo de informação sobre as atividades promovidas.

Outro aperfeiçoamento necessário na UFFS se refere ao fortalecimento da temática de Direitos humanos e cidadania nas atividades de ensino, uma vez que é percebida uma fragilidade curricular. A comunidade universitária entende que a temática deve ser tratada de forma concreta, enquanto tema transversal, interdisciplinar, e que seja também contemplada em disciplinas específicas, ofertadas em todos os cursos, de modo a formar os estudantes nos preceitos básicos da vida em sociedade e do respeito mútuo, dando-lhes instrumentos para reflexão sobre os processos de discriminação e exclusão e ferramentas para atuação nas situações concretas (GEREMIA *et al.*, 2018). Tal cenário corrobora com o levantamento feito nos PPCs e apresentado anteriormente, onde se aponta a perspectiva de que os projetos estão perdendo a ideia de uma formação humana e social, uma vez que componentes curriculares, como o de Direitos e Cidadania, foi eliminado de alguns cursos. Assim como já exposto para a graduação, os participantes da II COEPE apontaram a necessidade de fortalecimento do tema também nas iniciativas de pós-graduação, pesquisa e extensão.

Na pesquisa, houve sugestão da incorporação das temáticas de gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais, bem como direitos humanos, e a promoção de ações efetivas de educação em direitos humanos nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação e demais atividades. Na extensão, da mesma forma, as propostas convergem para incorporação de atividades ligadas às questões de gênero, diversidade e relações étnico-raciais.

Em relação aos dados coletados com a comunidade regional por meio de entrevista, o Conselheiro 1 destacou que não tem conhecimento do tema na Instituição, mas que por ser uma universidade federal, que segue regulamentos do governo, acredita que não devem ocorrer maiores problemas quanto aos direitos humanos, equidade de gênero e discriminação entre os servidores. Porém, enfatizou que existe certa dificuldade na comunidade de conhecer a estrutura organizacional da Universidade, por exemplo, quem são as pessoas que ocupam cargos de gestão.

O Conselheiro 2 lembrou-se da pós-graduação *lato sensu* oferecida no *Campus Realeza*, em Direitos Humanos, que foi uma demanda da comunidade, e hoje já está em sua segunda edição. No quesito direitos humanos e de trabalho elencou que já ouviu algumas críticas, como por exemplo, na possibilidade de organização do sindicato dos técnico-administrativos, os quais alegam que não há uma liberação da Universidade para que participem de atividades externas. Entende que, da mesma forma que a Universidade propicia espaços para a participação da comunidade regional, é preciso instituir a possibilidade dos alunos (enquanto representações nos *Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs*), dos educadores e técnico-administrativos conseguirem se inserir nos espaços fora da Instituição, de lutarem pela Universidade e por seus direitos enquanto comunidade acadêmica.

O Conselheiro avalia também como importante que o CRDHIR decentralize algumas ações, e considera a possibilidade de instituir uma estrutura mínima em cada *campus*. Lembrou que em uma das últimas sessões do Conselho de *Campus* houve ponderações, por parte de educadores e próprios alunos, em relação à ausência de alguns profissionais que deem uma atenção maior para a questão dos direitos humanos e atendimento especializado, como por exemplo, de psicólogo. Ele pontuou ainda que a UFFS é plural, “é um espaço universal, acho que já vem desse sentido de que é um espaço que todos devem se sentir parte dentro da universidade e é um desafio de como a gente

trata algumas situações de intolerância”, referindo-se a questões de etnia, gênero e geração (em relação aos jovens na agricultura), para os quais visualiza uma certa intolerância política, que a Universidade precisa administrar, para evitar impactos negativos à comunidade universitária.

Quanto à equidade de gênero, o Conselheiro elencou que no *Campus Realeza* se contempla essa dificuldade nos cargos de gestão, uma vez que hoje há três homens nos cargos superiores. Já em Laranjeiras do Sul e em Chapecó se observa uma prevalência de mulheres. Ele entende que essa questão perpassa por um desafio que é permanente, para o qual devem ser criados espaços de valorização do trabalho e do protagonismo das mulheres na Universidade.

Tomara que possamos logo visualizar uma reitoria de mulheres também, formada por mulheres, mas aí eu vejo que tem mais dificuldades, porque há uma cultura, que não adianta a gente esconder, nossa sociedade ainda é muito machista, colocando muitas vezes uma superioridade nos homens e a inferioridade nas mulheres. Eu não vejo dessa forma, e a Universidade, por ter tudo isso que a gente já falou dessa relação social, de jeito nenhum ela pode, acho que ela tem que chegar num momento, talvez na próxima COEPE, enfim, construir esse processo de paridade de gênero entre homens e mulheres, e trazer isso pra dentro das instâncias da Universidade. Também não é obrigar o *campus*, a Universidade, é valorizar aqueles profissionais, educadoras ou professoras pra vir pros espaços de gestão também.

“Corporativismo crescente, tanto de professores como de servidores”, foi a resposta do Conselheiro 3 quando questionado sobre às práticas de direitos humanos e de trabalho da UFFS. Em relação à equidade de gênero, destacou que os cargos de gestão, por exemplo, do *Campus Cerro Largo*, são prioritariamente de homens brancos e heterossexuais, e entende que tal fato pode estar vinculado à região de inserção do *campus*, que na sua visão é muito conservadora. “É um desafio enorme de avançar nesse processo de identidade de gênero, de inclusão social, de povos originados, indígenas, negros, ciganos, e assim por diante [...]”

Já a Egressa expressou que a equidade de gênero é uma das coisas que mais chamou sua atenção dentro do próprio curso de Agronomia, pois a questão era muito bem esclarecida e não havia discriminação, “nós convivíamos de certa forma bem tranquilos com todas as expressões, desde gênero até de outras formas de expressão”.

O Representante 1, de entidade não ativa, não conhece o CRDHIR, mas visualiza que a Universidade atende minimamente as questões de direitos humanos e equidade de

gênero. Na mesma perspectiva manifestou-se o Representante 2, enaltecendo que não possui conhecimento das questões de direitos humanos e de trabalho, mas entende que por ser uma universidade com uma perspectiva diferente, não deveria haver muito a reparar nessas questões. Quanto à equidade de gênero pontuou: “Então, mesmo não tendo um detalhe de como funciona, a gente entende que esse é um tema caríssimo pra uma universidade do caráter da UFFS”. Expôs que a Instituição auxiliou no rompimento de alguns paradigmas na Região onde se instalou, especialmente na cidade de Erechim, porque a comunidade acadêmica que veio para a UFFS possui características sociais, culturais e de gênero diferentes (negros, indígenas, gays, lésbicas), o que foi muito positivo, pois demonstrou para o povo outro cenário, ao qual não estavam habituados.

Para além do Conselheiro 2, os demais participantes demonstraram ter pouco conhecimento dos fatos e ações da UFFS nos quesitos abordados. As principais ponderações convergem para uma atuação mais presente e aberta do CRDHIR.

Em relação ao **Desenvolvimento pessoal e profissional, bom clima laboral e aplicação dos direitos trabalhistas**, fatores correlatos apareceram nas entrelinhas das discussões realizadas nas conferências. Na II COEPE, foram apontadas a necessidade de combate ao baixo aproveitamento dos recursos humanos nas instituições e a supervalorização dos artigos científicos na carreira docente, a promoção de formação continuada e permanente para servidores docentes e técnicos visando sua qualificação, o incentivo a políticas de capacitação dos servidores técnico-administrativos para avançar na qualificação dos serviços prestados e a permissão e incentivo à coordenação e à participação dos TAES em projetos de pesquisa, extensão e cultura.

O Conselheiro 1 expôs que não conhece as políticas da Universidade para o desenvolvimento dos seus servidores: “[...] desconheço assim 100% de como funciona essa questão de cargos e salários dentro da Instituição, se tem bem definido, se os treinamentos e o desenvolvimento são de acordo com aquele cargo e salário. Se não existe privilégios”. Quanto ao clima de trabalho, enfatizou que percebe “que as pessoas são um pouco frias no relacionamento. Cada um cuida do seu, sabe? [...] Eu não sei se funciona bem a comunicação interna. Porque aonde a relação é fria, a comunicação não funciona muito bem, ela sempre fica com algum ruído, alguma coisa assim”.

Quanto ao desenvolvimento pessoal e profissional, o segundo Conselheiro enfatizou:

Nós temos que olhar uma crítica que a comunidade regional faz em relação à Universidade, que é observar no momento dos editais, na contratação dos profissionais, um perfil que seja um pouco mais alinhado ao que a Universidade busca. Falando primeiro, nessa questão de papel social, porque nós temos alguns educadores que não consideram, ou alguns profissionais dentro da Universidade, que não consideram a comunidade regional [...]. Sabe, há uma certa desconexão com aquilo que a Universidade foi pensada. [...] a gente precisa olhar e determinar alguns perfis que tenham essa compreensão, esse papel social de universidade.

Quanto ao clima de trabalho, afirmou que parece ser bem tranquilo, sob um olhar mais macro. Entretanto, numa perspectiva interna, num olhar micro, se percebe algumas dificuldades, como por exemplo, na relação dos servidores que possuem visões opostas da Instituição, do seu papel social. O Conselheiro 3 pontuou que:

Tem um número expressivo de professores e docentes especialmente que tiram o afastamento pra fazer doutorado. E eu vi que, claro que na luta é importante isso, essas vagas tem sido feitas com as contratações temporárias pra suprir vagas nesse período de qualificação profissional [...]. Eu acho que é importante reiterar a minha observação. Que objetivo tem esses docentes? Engordar o currículo? Pra melhorar a questão salarial? Mas não deve ser esse o foco principal, o foco é buscar uma qualificação que dá respostas efetivas pra um projeto de desenvolvimento sustentável, de qualidade de vida, aqui na região e da macrorregião.

Ressalta-se que o Conselheiro faz referência à Resolução Conjunta nº 1/CONSUNI CGRAD-CONSUNI CPPG/UFFS/2015, que Aprova o Regulamento de Afastamento para Participação Docente em Programa de Pós-Graduação e Pós-Doutoramento.

Tal regramento considera os preceitos da carreira docente federal e apesar de um dos objetivos dos afastamentos ser o de ampliar e qualificar a presença da Universidade na região onde está inserida, conforme inciso V do Art. 3º, o Art. 15, que trata dos requisitos para a concessão do afastamento, apenas exige que “I - a área do curso pretendido deve estar vinculada à área de atuação do servidor na UFFS” (UFFS, 2015c). Tal fato corrobora com o questionamento apresentado pelo Conselheiro 3, pois somente avaliando se o curso tem relação com a atuação do docente, não se analisa se a formação pretendida tem vinculação com a realidade regional.

No tocante ao clima de trabalho, o entrevistado reiterou o funcionamento do Conselho Comunitário do *Campus* Cerro Largo, onde se tem observado, nos últimos

tempos, “certo cansaço de muitos atores, que se decepcionaram”, o que culminou na diminuição da participação da comunidade regional. “Ocorre um cansaço, uma frustração, uma decepção, muitos membros do Conselho Comunitário se afastaram e estão desmotivados”, e os motivos para isso são o aumento da burocratização e a falta de iniciativas que sejam direcionadas à região.

Nesse cenário, aponta-se o caso do Conselho Comunitário do *Campus* Chapecó, que no último ano não constituiu gestão, ou seja, apesar da constituição desse Conselho ter sido uma demanda reiterada na I COEPE, parece que seu papel não desperta mais o mesmo interesse da comunidade.

A Egressa não se manifestou em relação ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, apenas elencou que “A UFFS tem uma imagem boa em relação aos acadêmicos, em relação a quem trabalha nela, isso é importante a nível regional porque isso permite uma boa convivência”. Quanto ao clima laboral, enfatizou que na época da sua graduação era agradável e que as pessoas tinham a livre possibilidade de estar comunicando qualquer fato aos superiores.

Já os Representantes 1 e 2 destacaram que não têm conhecimento das políticas de desenvolvimento pessoal e profissional, clima laboral e aplicação dos direitos trabalhistas na UFFS.

No quesito **Meio ambiente**, as duas COEPEs tiveram fóruns específicos sobre a questão. Na I COEPE foram apresentadas demandas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão – abrangendo estudos sobre produções alternativas de energia –, a análise de impactos ambientais das hidrelétricas, o desenvolvimento de métodos inovadores e ambientalmente sustentáveis para tratamento de esgoto, a participação da UFFS nos fóruns de planejamento e implantação das políticas de gestão ambiental, os projetos para a captação de água da chuva, a análise e redução de impactos ambientais causados pela criação de reservatórios hidrelétricos e os cursos de extensão em educação ambiental. A gestão ambiental nos *campi* da Universidade se fez presente em um fórum distinto, no qual foi elencada a necessidade da promoção de cursos que englobem a temática ambiental e de projeto que englobe o comprometimento com a gestão adequada dos resíduos e efluentes da própria instituição, propondo soluções adequadas para destino de esgoto e resíduos, bem como para o uso sustentável da água (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011).

Na II COEPE, no Fórum de *Meio Ambiente e Sustentabilidade*, o principal item debatido foi a água para a manutenção da biodiversidade; também ficou evidente que estão sendo realizados debates e estudos sobre o uso de agrotóxicos na Universidade.

Apesar de os principais encaminhamentos dados na COEPE e outros debates realizados com a comunidade universitária sinalizarem a necessidade de delimitar, e até mesmo proibir, o uso de agrotóxicos, o Conselho Universitário decidiu em 14 de dezembro de 2018, após análise do tema em três sessões e amplo estudo de comissões, que:

Art. 3º Fica permitida a utilização de agrotóxicos do tipo II - produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.

§ 1º A utilização de produto fitossanitário aprovado para a agricultura orgânica será permitida em pesquisa experimental e/ou em culturas/animais/meio ambiente, sendo que seu uso deve estar previsto no projeto de pesquisa institucionalizado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG) [...].

[...]

Art. 4º Fica permitido o uso de agrotóxicos sintéticos, nos campi da UFFS, em atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidas em laboratórios e casas de vegetação.

[...]

Art. 5º Fica proibida, à exceção do disposto nos arts. 4º e 7º, em todas as ações, atividades, programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação tecnológica e gestão, nos espaços próprios da UFFS, a aquisição e o uso de agrotóxicos e afins [...].

Art. 7º O uso de agrotóxicos sintéticos nos setores administrativos será permitido para o controle de insetos/doenças/plantas nocivas, quando métodos preventivos não forem eficientes, desde que não haja outro método viável capaz de garantir o controle. Essa medida, a critério da gestão do *campus* ou da Reitoria, deve ser aplicada após o esgotamento de métodos alternativos menos agressivos ao ambiente.

Art. 8º Fica a UFFS obrigada a, prioritariamente, incentivar e fortalecer ações, atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa, extensão, inovação tecnológica e gestão de modo a se constituir em referência local, regional, nacional e internacional no não uso de agrotóxicos que não se ajustem à produção de alimentos saudáveis, na preservação do ambiente natural e no desenvolvimento de conhecimentos e práticas de agricultura orgânica e/ou de base ecológica (UFFS, 2018p, p. 2-3).

Os fóruns da II COEPE pontuaram ainda a importância do aumento de projetos de extensão na área de educação ambiental, pesquisas sobre aproveitamento dos resíduos sólidos, qualificação do tratamento de resíduos da agricultura, a proibição da participação de laboratórios (empresas) na organização e financiamentos de cursos ou encontros nas áreas de produção de alimentos, saúde e meio ambiente, além da criação de cursos e

programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* para atender às deficiências na área ambiental.

Percebe-se também que, mesmo após sete anos da I COEPE, ainda permanecem muitas ações a serem realizadas na parte ambiental, em especial nos *campi*, apesar da constituição de um Departamento de Gestão Ambiental em 2012. Foram elencadas proposições na II COEPE quanto à promoção da preservação de áreas de interesse ambiental no entorno da Universidade, ao aprimoramento da gestão ambiental do *campus*, abertura e divulgação de projetos voltados às questões ambientais que considerem a realidade de cada *campus* – uma vez que a Universidade tem um compromisso social de difundir conhecimento técnico e científico para a formação de uma consciência cidadã mais sustentável – e o estreitamento da relação da UFFS com as mídias locais e da região com o objetivo de divulgar os eventos/espços de diálogo.

No que concerne às entrevistas, o Conselheiro 1 (do CONCUR) pontuou que não tem conhecimento de alguma política ambiental, mas acredita que devam ser realizadas ações nesse sentido. Já os Conselheiros 2 (do CONSUNI) e 3 (do CES) lembraram que a Universidade enfrenta uma situação peculiar em relação à ênfase na produção agroecológica, com a intensa discussão sobre o uso ou não de agrotóxicos. O Conselheiro 2 externou o sentimento dos trabalhadores da agricultura familiar do estado do Paraná:

nós, particularmente enquanto comunidade externa, enquanto movimento que pensou e demandou a criação da Universidade aqui da região, a gente aposta na agroecologia enquanto um modelo de produção que deve ser adotado, que a Universidade deve pensar e produzir ciência e tecnologia sobre isso e não pensar no mercado, naquilo que já existe ou pensar na produção convencional. Então, esse é um desafio que a gente entende que a Universidade deve ter; essa responsabilidade social e ambiental.

Enfatizando a falta de árvores no *campus*, o Conselheiro 3 lembrou ainda das poucas ações ambientais que são realizadas: “estão deixando muito a desejar nessas boas práticas de gestão ambiental, de preservação ambiental”.

O Representante 1 (de Santa Catarina), por sua vez, ressaltou que não conhece as políticas de gestão ambiental da UFFS. Apenas destacou a ênfase do curso de Agronomia em agroecologia e a realização das feiras agroecológicas que ajudam a criar uma consciência mais saudável nas pessoas. O Representante 2 (do Rio Grande do Sul), do mesmo modo, declarou não conhecer as políticas ambientais da Universidade.

Quanto à **Transparência e democracia (boa gestão)**, esses temas aparecem de forma dispersa na I e II COEPE. Os relatos destacam a importância do exercício de uma gestão democrática e participativa, mediante o uso de diferentes instrumentos de participação, contudo apontam que tais instrumentos ainda são insuficientes para o efetivo envolvimento da comunidade nas questões centrais da gestão universitária. Os espaços de participação são muitos, mas as condições de participação e o acesso às informações em termos desiguais tornam o peso da comunidade regional marginal na definição e execução das políticas na UFFS. A descentralização das definições e decisões em dezenas de unidades colegiadas, voltadas para o currículo, para o ensino, a pesquisa e a extensão, inibe e até mesmo afasta a participação da comunidade do essencial, da ação da Universidade (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011; GEREMIA *et al.*, 2018). Tal situação corrobora com o exposto anteriormente pelo Conselheiro 3 e pode justificar a falta de interesse na participação do Conselho Comunitário no último ano.

Como bem apontado na II COEPE, a construção de uma universidade popular, aberta ao diálogo com os movimentos sociais, constitui-se num desafio histórico para a Universidade, uma vez que algumas limitações legais e institucionais dificultam esse processo. Com base na legislação vigente, a composição dos conselhos exige 70% de docentes, o que limita a participação mais efetiva dos movimentos sociais. Também os processos de seleção docente, focados na lógica acadêmica tradicional, não levam em consideração a atuação nos movimentos sociais e das organizações populares, de forma que muitos docentes que integram o quadro de servidores não se reconhecem e não encampam o projeto de universidade popular. O fortalecimento dos conselhos comunitários e estratégico social, a formação continuada dos docentes e a discussão da política de contratação constituem alternativas que desafiam a UFFS para o enfrentamento dos limites legais e institucionais em favor do desenvolvimento do projeto institucional. Igualmente, existe a necessidade de reconhecimento por parte da gestão das propostas do Conselho Comunitário e encaminhamento e deliberação no Conselho de *Campus*.

Por entender que sempre conseguiu ter acesso às informações que precisava e que “o relacionamento da comunidade interna e externa funciona bem, tem um certo respeito. [...] É fácil a gente cobrar, é fácil a gente saber o que precisa cobrar. E isso faz com que

a comunidade interna até nos respeite bastante”, o Conselheiro 1 visualiza que não existem problemas quanto a transparência e democracia na UFFS.

O segundo Conselheiro pontuou que a própria consulta para a escolha de reitor e diretores de *campus* também é uma responsabilidade com a sociedade, no sentido que a ela também é ouvida, exercendo voto com o mesmo peso que os servidores e discentes. Esse, entre outros elementos, denota o compromisso da Universidade com a participação social. Enfatizou também que os conselhos exercem uma gestão com transparência, assim como ocorre no processo orçamentário, para o qual o Conselho Comunitário é consultado.

Alegando que os Conselhos sempre foram atendidos, seja em algum pedido de esclarecimento ou prestação de informação, o Conselheiro 3 manifestou sua satisfação para o quesito transparência. Acentuou que também nunca observou sonegação ou manipulação financeira. Mas, na questão democrática, reiterou a desmobilização do Conselho Comunitário e do Conselho Estratégico Social, por muitas vezes não serem ouvidos ou compreendidos nas suas demandas.

Se a nossa direção não for além dos limites, dos muros da Universidade e se aliar com a sociedade civil, os atores que precisam e que é estratégico [...], nós vamos, como diz o ditado popular, é um cenário muito ameaçador que nós temos pela frente. A responsabilidade social diria assim, retomar a aliança com a sociedade, com as comunidades, é vital, é fundamental, pra preservar inclusive os empregos pra quem está lá concursado hoje, porque, do contrário, expandir os investimentos que é uma questão que está na ordem do dia, já está congelado já faz um bom tempo, está investimento zero. Estamos administrando hoje as verbas de custeio e sendo administradores da crise, e isso é muito pouco pra quem tinha uma expectativa de que a UFFS fosse uma universidade democrática, mas popular em especial.

A Egressa preferiu não se manifestar sobre o quesito de transparência, e elencou que quanto à democracia, os processos ocorrem de forma muito cuidadosa, buscando ouvir toda a comunidade universitária.

O Representante 1 enfatizou que não acompanha muito as atividades de gestão, então não consegue opinar sobre a transparência. Quanto à democracia, destacou a participação da comunidade nas eleições da reitoria e os processos seletivos, que atendem pessoas com menos renda, negros, pessoas com necessidades especiais, indígenas e haitianos.

Já o Representante 2 expressou que, pelo pouco que tem acompanhado, “tem um processo bastante próximo, bastante democrático, e que enfim, a Universidade tem

cumprido esse papel”. No geral, destaca-se que dos itens descritos até o momento, a transparência e democracia foram os mais bem avaliados.

Por fim, quanto ao quesito de **Comunicação e divulgação responsável**, na I COEPE foi elencada a premência de formação de uma rede de comunicação entre a Universidade e outros meios de comunicação, o que parece que ainda não ocorreu, uma vez que a II COEPE apontou para: a importância da melhora da comunicação da UFFS com a sociedade, a construção de estratégias de comunicação para a compreensão do projeto de universidade popular no âmbito regional, o investimento na divulgação para que a comunidade conheça e reconheça de fato a UFFS, a criação da rádio universitária, publicização das ações do CRDHIR com acesso direto na página principal da UFFS e alocação de profissional de comunicação dedicado. Além disso, nas duas Conferências prevaleceu a necessidade de implantação de uma Editora da UFFS¹⁶, ação que já foi atendida pela Instituição.

O Conselheiro 1 percebe que, apesar da comunicação ocorrer de forma responsável, existem dificuldades de se obter informação no site da UFFS:

eu acho o site muito pesado, deveria ser um pouco mais clean, um pouco mais leve, um pouco mais fácil de você acessar. Eu percebo que eles se preocuparam em fazer um site para atender a comunidade interna e externa. O melhor seria um que atendesse a comunidade externa, e que interna tivesse acesso. [...] Eu acho que falta isso, falta ter esse cuidado, ou que seja uma página inicial e que depois eu consiga direcionar interno e externo.

Quanto à divulgação da Universidade, complementou:

no primeiro ano de fundação, no primeiro e segundo ano, eu percebi que ela estava muito no jornal divulgando as ações, mais para fazer acho que talvez uma publicidade de que estava chegando, de que existia. E enfim, que as pessoas tinham que fazer uso disso. Mas acho que agora deu uma esfriada um pouco. Eu percebia que o Reitor sempre estava presente em vários eventos e tal, e hoje não se percebe mais isso. Não sei o que houve que esse movimento acabou esfriando um pouco. [...] por mais que ela seja a instituição que tenha o DNA mais social para o agronegócio, para a agricultura familiar, não pode deixar de estar presente no setor produtivo. Porque o setor produtivo é que emprega ou que fomenta esse agronegócio. Eu acho que ela deveria se envolver mais nesse sentido, bem mais.

¹⁶ Informações sobre a Editora podem ser consultadas na página da UFFS: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/editora-uffs/editora.

O Conselheiro lembrou que há pouco foi criada a primeiro rádio web da Universidade, mas que ainda é um instrumento pouco conhecido, “eu um dia acessei e escutei um pouquinho, mas talvez precisa definir um cronograma, um processo aonde talvez a universidade possa ser mais conhecida pra fora”. Além disso, pontuou:

[...] acho que a gente precisa medir até quantas pessoas está chegando, que forma está chegando isso. E, a partir disso, qual a estratégia que a gente vai utilizar pra chegar a mais pessoas, se é através da rádio web ou se é através das redes sociais, ou informativo, enfim, aí a gente precisa buscar. [...] Nós temos alguns cursos que nós estamos tendo poucas inscrições ou chegando pouca gente pra fazer inscrições, ou mesmo tem inscrições, mas tem evasão depois. Talvez a expectativa do que é a Universidade não foi compreendida antes da pessoa conhecer. Então acho que esse é o papel da comunicação social [...].

A fala do Conselheiro 3 também foi na mesma direção:

[...] acho que está muito internista a publicação e ela tem que repercutir na comunidade, tem que aparecer na comunidade, mas como eu falei anteriormente, aonde estão as boas práticas de responsabilidade social? Onde estão as experiências de extensão universitária? Projetando as universidades pra terem dados, serem socializadas, multiplicadas, enfim... [...] não adianta fazer belas peças acadêmicas [projetos, TCCs, dissertações] pra depois colocar na prateleira e pegar pó, se ela não tem incidência concreta, uma vida concreta na sociedade regional ou macrorregional; essa é a minha preocupação.

Nesse sentido, também se manifestou a Egressa, ao afirmar que a comunicação institucional ocorre de uma forma socialmente responsável, mas quem não possui contato direto com a instituição poucas informações recebe, especialmente nas cidades ou nos lugares um pouco mais distante da sede dos *campi* da Universidade, ou seja, “a divulgação de marketing e os próprios trabalhos de parcerias da Universidade serão sempre voltados à cidade sede ou polo das universidades, não àquelas que as rodeiam ou estão um pouco mais distantes”.

O Representante 1 não soube dizer se a Universidade usa de meios oficiais, como televisão ou rádio para divulgação; ele se informa mais sobre a Instituição a partir de conversas pessoais com a comunidade acadêmica e por meio de WhatsApp.

Manifestando seu agrado sobre a forma de divulgação dos acontecimentos da Universidade, expressou-se o Representante 2 destacando que apesar de não participar das atividades, em decorrência das agendas, a entidade se vê envolvida na Universidade e é comunicada dos fatos que ocorrem. Assim, diferente dos Conselheiros, afirmou:

eu acho assim, aquilo que a gente tava falando no início, quando foi pra fundar a Universidade foi feito todo aquele movimento, enfim, envolvimento de todo mundo. Com o passar do tempo cada um foi assumindo a sua agenda e se deu menos importância, diria assim, para os temas que a Universidade está pautando. Eu acho que nós, enquanto comunidade regional, enquanto entidade, é que pecamos nesse sentido, [...] porque a Universidade oferece esses espaços, dialoga, convida, chama, divulga, mas é que a gente acaba, às vezes, por conta de outras agendas, acaba não dando importância pra aquilo que a Universidade precisa. Então, te diria que a Universidade faz o papel dela, o que tá faltando é nós como sociedade assumir nosso papel.

Nesse processo, deve-se atentar para um importante papel da Universidade: pensar sobre si mesma, nas suas funções plurais e no exercício social. Entretanto, cada indivíduo que compõe o universo da Universidade, seja internamente ou na sociedade, deve significar e ressignificar o pensamento da própria identidade dela, e qual o seu exercício social, para que ambas trabalhem em sinergia.

Ao ponto em que a UFFS disponibiliza meios de participação da comunidade regional ela constrói mútuos benefícios, pois demonstra interesse pelas demandas locais e regionais, busca melhorar sua formação acadêmica e produzir novos conhecimentos por meio da investigação aplicada. Quando os entrevistados e os resultados da COEPE sinalizam para o descontentamento da atuação da comunidade regional nos conselhos representativos da Universidade, demonstra uma falta de sinergia no desenvolvimento da RSU, ao passo que se não houver participação social, não se assegura um clima organizacional ético e não se afirma os valores de solidariedade e desenvolvimento sustentável, que deveriam ser vetores importantes na estrutura universitária.

Nesse ponto, também fatos apontados na COEPE e nas entrevistas precisam ser analisados pela Universidade, como a falta de reconhecimento do sindicato, os traços de corporativismo, o desalinhamento da formação dos servidores com a realidade regional, os instrumentos de participação regional, que ainda são considerados insuficientes, e a necessidade de ampliar ou modificar a divulgação.

Quadro 14 - Síntese da concepção da comunidade regional sobre o Eixo *Campus* responsável

Eixo <i>Campus</i> responsável	
<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A preocupação com a cidadania e a defesa dos direitos humanos constam nos principais documentos institucionais (Estatuto, Regimento, PDI, etc.) e se reafirmam nos documentos acadêmicos (PPCs); - Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello (CRDHIR); - Especialização em Direitos Humanos no <i>Campus</i> Realeza; - Rompimento de paradigmas quanto a questões de gênero e sexualidade; - Afastamento dos docentes para capacitação em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado; - Departamento de Gestão Ambiental; - Ênfase na agroecologia; - Promoção das feiras agroecológicas; - Instituição do Conselho Comunitário e Conselho Estratégico Social; - Voto da comunidade regional para escolha do reitor e diretores de <i>campus</i>; - Transparência e democracia; - Comunicação ocorre com responsabilidade social; - Editora da UFFS; - Web Rádio Fronteira Sul. 	<p>Aspectos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fragilidades internas de gestão do CRDH no tratamento dado a situações concretas de violação de direitos e orientação cidadã; - Dificuldade no reconhecimento da estrutura administrativa institucional; - Pouco apoio da Universidade para a organização do sindicato dos servidores TAES; - Ausência de profissionais que deem uma atenção maior para a questão dos direitos humanos e atendimento especializado nos <i>campi</i>; - Prevalência masculina nos cargos de gestão; - Corporativismo crescente; - Baixo aproveitamento dos recursos humanos nas instituições e a supervalorização dos artigos científicos na carreira docente; - Relações frias entre servidores, considerando visões opostas de trabalho; - Perfil pouco alinhado dos profissionais com os princípios defendidos pela Universidade; - Afastamento docente para capacitação não considera o alinhamento do estudo com as demandas regionais; - Baixa participação da comunidade regional no Conselho Comunitário e CES; - Uso de agrotóxicos; - Poucas árvores nos <i>campi</i>; - Ações da UFFS são pouco divulgadas.

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Ultimando o Eixo *Campus* responsável, esboçasse no Quadro 14 a síntese da concepção da comunidade regional, pela qual se observa que ocorre uma confluência entre o quantitativo de pontos positivos e negativos expostos durante as entrevistas e consulta documental.

4.4.3 Eixo Formação Profissional e Cidadã

Este eixo, de acordo com Vallaey, Cruz e Sasia (2009) abarca a gestão socialmente responsável da formação acadêmica (em seu tema, organização curricular, metodologia e proposta didática), que deve estar direcionada para promover competências de responsabilidade em seus graduados, tendo uma relação estreita com os problemas reais (econômicos, sociais, ecológicos) da sociedade e o contato com os atores externos envolvidos com esses problemas. O eixo abrange, ainda, as políticas de inclusão, a formação com pensamento crítico e autônomo, a promoção da empregabilidade e

aprendizagem ao longo da vida, a promoção do sucesso educativo e combate ao abandono, a integração da aprendizagem baseada em projetos sociais e voluntariado solidário, além da promoção da mobilidade e da colaboração, nacionais e internacionais (ORSIES, 2018).

Assim, quanto ao fator **Inclusão Social** houve reconhecimento por parte dos participantes da II COEPE que a UFFS, ao longo de seus anos iniciais de implantação, percorreu importantes caminhos na direção da superação dos desafios elencados na I Conferência:

com relação à universalidade de acesso ao ensino de graduação e pós-graduação, suas políticas incorporam fatores socioeconômicos (escola pública e renda) e adotam reserva de vagas através de cotas (étnico-raciais e pessoas com deficiência) em níveis correspondentes aos indicativos sociais, além disso, também se ocupam com a definição de áreas de conhecimento prioritárias, procurando conferir-lhe enfoques socialmente relevantes e adotar uma estrutura curricular que abarca diferentes domínios formativos. A Universidade também promoveu ações de acompanhamento estudantil voltadas para a permanência dos estudantes. Contudo, há ainda muito que se discutir acerca das “exigências” do mundo contemporâneo, da “evolução e dinamização” do conhecimento em todos os seus domínios, dos “avanços” pedagógicos e da construção de programas socialmente “relevantes”, com o propósito de contribuir para a solução de problemas locais, regionais, nacionais e internacionais, considerando, especialmente, que estamos situados em uma região de fronteira (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 13).

Ainda de acordo com os participantes da II COEPE, a política institucional de acesso à graduação desmistifica a ideia de que a universidade pública federal é restrita aos filhos da elite financeira ou de molde meritocrático, destinada aos melhores alunos, que frequentaram escolas particulares. Todavia, a compreensão dessa possibilidade de acesso ainda não está consolidada entre os estudantes do ensino médio, o que exige mais divulgação e relacionamento da UFFS com esse público.

Outro fator significativo apontado na COEPE é o fato de a Instituição ofertar cursos em parcerias com outras instituições ou entidades sociais, tais como os interdisciplinares de Educação do Campo, Agronomia e História (PRONERA), promovendo ações diretamente voltadas às demandas de setores vulneráveis da sociedade.

Entretanto, alguns cursos, tais como os de Agronomia ou de Engenharias, ainda são considerados de mais difícil acesso a determinados segmentos da população, principalmente aqueles que necessitam conciliar estudos com o trabalho. Assim, a UFFS

ainda é considerada pela comunidade como Instituição elitista em certos aspectos, por exemplo, na dificuldade de alguns públicos acessarem os cursos ditos de maior prestígio, como o curso de Medicina, mesmo com o emprego das cotas. Para tal, foram propostas ações de consolidação, integração e ampliação das políticas de inclusão. O *campus* indígena continua se apresentando também como uma pauta de extrema relevância (GEREMIA *et al.*, 2018).

Ações de formação continuada para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação da UFFS, que permitam fornecer apoio no processo de inclusão, bem como garantir que as equipes dos setores de acessibilidade possam atuar de forma qualificada visando auxiliar a permanência de alunos indígenas, pardos, pretos, LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros), trabalhadores e demais, diante do alto número de desistência devido às dificuldades encontradas no seu cotidiano acadêmico, são essenciais, conforme manifestado pelos participantes da II COEPE. Ainda, entendem como necessário o aumento do efetivo de servidores que atuam nos setores de acessibilidade, e melhorias na infraestrutura física e material para assegurar a acessibilidade.

Para além, houve menção a alguns problemas derivados de discriminação, de insuficiência do atual modelo de cotas, da não organização dos grupos de diversidade para obterem maior representatividade nos espaços da Universidade e do fato de certos regulamentos acadêmicos não serem discutidos com a participação de todos os interessados.

Por outro lado, foi reconhecida a implementação das comissões de verificação para o acesso por autodeclaração étnico-racial, garantindo que estas sejam utilizadas por pessoas de legítimo direito. Contudo, foi dado destaque às possibilidades de avanços a partir da atuação dos Núcleos de Estudo Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) nos *campi*, bem como o estímulo de organização e ocupação de espaços para os demais segmentos representativos da diversidade presentes na UFFS, para que o debate seja permanente e propositor de avanços na questão. Com isso, é necessário reconhecer que a efetiva democratização passa pelo desafio de garantir políticas de permanência eficazes que levem esses jovens à conclusão dos cursos.

De acordo com Geremia *et al.* (2018), os auxílios socioeconômicos são considerados fundamentais, porém ainda se configuram como insuficientes para o

atendimento das demandas de estudantes oriundos de contextos mais vulneráveis, devendo ser reforçadas ações já existentes, como as voltadas para os restaurantes universitários e de atendimento pelas equipes do Setor de Atendimento aos Estudantes, pois, mesmo com suas limitações elas têm se mostrado fundamentais para a permanência.

A implementação de programas de cuidados de crianças para fomentar a permanência das estudantes que são mães, a promoção do acompanhamento pedagógico aos acadêmicos indígenas por meio da criação de tutorias indígenas, a garantia de disponibilização de horários dos professores para atendimento aos estudantes e o fortalecimento e ampliação das equipes dos Setores de Assuntos Estudantis (SAEs) em todos os *campi*, foram ações apontadas na II COEPE.

Em relação aos entrevistados, o Conselheiro 1 (do CONCUR) pontuou que conhece parcialmente o processo seletivo da Universidade, sabe que existem as cotas, política para indígenas e haitianos, mas não sabe explicar como efetivamente funcionam. Nesse ponto, voltou a destacar a política de comunicação da UFFS “a gente não sabe quais os cursos que a Universidade tem, por incrível que pareça. E olha que a gente está lá! Então não é querer apontar uma falha – sabe? Mas só para reforçar, que fique bem claro quais são os cursos que tem”. O Conselheiro 2 (do CONSUNI) ressaltou como importantes as ações desenvolvidas pela Universidade:

[...] a Universidade está engatinhando nesse processo de considerar esse público mais marginalizado que é formado por indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais. Mas o desafio é esse, dentro das condições da Universidade é dar condição pra que esse público possa continuar estudando. Em função da própria responsabilidade social que ela tem [...].

Ele lembrou ainda do regime de alternância, ação que precisa ser mais assumida pela Universidade no oferecimento de cursos que permitam que o estudante não perca o vínculo com o campo.

Destacando a importância das políticas de ingresso expôs o Conselheiro 3 (do CES) que a UFFS precisa avançar na permanência dos estudantes, principalmente num momento de crise. Destacou que a comunidade regional, mas principalmente a gestão deve reagir pró-ativamente, fazer mobilizações para a questão orçamentária e a manutenção do ensino público. Acrescentou ainda uma preocupação relatada pelos docentes, em reunião do Conselho de *Campus*:

teve muitos professores dizendo “- olha, eu tô sendo psicólogo, eu tô sendo isso, tô sendo aquilo, tô fazendo o meu possível pra tratar de algumas situações, mas a gente precisaria ter um espaço que olhasse isso de uma forma mais efetiva”. [...] Então é uma necessidade talvez, eu vejo das dificuldades que a Universidade tem hoje, mas talvez pensar de descentralizar algumas ações, mas o que significa isso, também tem que ter profissional no *campus*. [...] Agora o desafio é como você constrói isso pra que se tenha essa atenção, [...] de ter esse olhar mais pra questão das pessoas na Universidade, seja os educandos ou os educadores.

A Egressa apenas pontou que as ações de inclusão e permanência são bem desenvolvidas e de extrema relevância para a região. O Representante 1 (de Santa Catarina) enfatizou:

[...] é uma das únicas que você vê negros, que você vê muitas mulheres, assim, pelo ver você mais ou menos imagina que são pessoas que tem menos capacidade econômica, pelo jeito de se vestir, pelo jeito de se alimentar, tudo. [...] Então ela proporciona uma possibilidade de atender a diversidade e eu não sei quantas vagas tem pra negros, pra isso e pra aquilo, não sei disso. Mas eu percebo que ela é diferente dos outros, das outras universidades.

Já no quesito **Presença de temáticas cidadãs e de responsabilidade social nos projetos curriculares (desenvolvimento sustentável, ética profissional e cívica, gestão da RS, entre outros), e Integração de atores sociais externos no desenho das matrizes curriculares**, o Conselheiro 1 disse não ter conhecimento de que a comunidade regional participe da elaboração ou revisão das matrizes curriculares, mas seria uma ação muito interessante a ser desenvolvida. Já o Conselheiro 2 enfatizou:

eu efetivamente não participei de nenhum processo assim, mas eu sei que acontece e tem esse envolvimento da Universidade, da comunidade regional na Universidade, nessa definição das diretrizes, que se dá, muitas vezes, quando a direção leva isso pro Conselho Comunitário e se monta uma comissão. Eu sei que teve umas comissões, há um tempo atrás, num Conselho Comunitário, que fez essa avaliação um pouco nesse aspecto, e no próprio Conselho de *Campus*, porque é o espaço que delibera na Universidade e tem a participação da comunidade regional, então é uma possibilidade também de contribuir na construção e na definição das diretrizes e dos cursos.

“Que eu tenha conhecimento efetivo é praticamente zero. O que se faz lá, as atualizações ou ajustes enfim, são muito mais feitos nas instâncias da própria Universidade” foi a observação do Conselheiro 3. A Egressa desconhece que a comunidade regional tenha participado da elaboração das matrizes curriculares: “Não conheço ninguém, nem um egresso que tenha sido chamado para contribuir com os cursos

após a formação. A não ser em algumas matérias específicas quando isso foi movido pela ideia de algum professor específico e não de todo um curso”. O Representante 1 também não possui informações sobre este tópico. Já o Representante 2 salientou que a entidade já recebeu convite para participar de agenda sobre a estruturação de PPCs, porém não teve disponibilidade para participar.

Pelos discursos percebe-se que se trata de ações isoladas de alguns cursos ou talvez até mesmo de *campus* em convidar a comunidade regional para estruturação de um ou outro PPC. Além das questões apontadas na análise dos PPCs, fica evidente para os participantes da COEPE que a UFFS precisa fortalecer, principalmente, o modelo agroecológico nos cursos de Agronomia.

Na I COEPE foi elencada a necessidade de fomentar a cooperação entre estudantes e professores de diferentes cursos, *campi* e instituições com a perspectiva de promover: processos e práticas pedagógicas orientadas por valores humanistas e coletivistas, justiça social e democracia, a formação de profissionais desvinculados do sistema empresarial, o estímulo para que os jovens permaneçam no campo, com a inserção no currículo de disciplinais como agroecologia, cooperativismo, sindicalismo, cultura e história das organizações rurais e pensar o perfil do egresso voltado para o desenvolvimento regional.

Na II COEPE, os participantes evidenciaram a necessidade de inclusão nas ementas das disciplinas dos temas de gestão, economia, produção e serviços, economia solidária, cooperativismo e autogestão.

Nos tópicos de **Articulação entre profissionalização e voluntariado solidário e a relevância social da educação**, os entrevistados destacaram que não conhecem ações de voluntariado da UFFS. Nos documentos da I COEPE também não foram identificadas informações concernentes especificamente ao voluntariado, sendo algumas direcionadas à colaboração formativa. Já na II Conferência o voluntariado se mostrou mais evidente, assim como a colaboração formativa.

Na I COEPE, os participantes manifestaram a importância da estruturação de incubadoras de cooperativas populares e empresas sociais, do incentivo à criação de incubadoras tecnológicas e da criação de um parque tecnológico. Já na II COEPE houve maior exteriorização: estabelecimento de parcerias com instituições por meio de empresas juniores, projetos de pesquisa e extensão, fomento de pesquisas sobre redes de colaboração solidária, organização de uma rede de colaboração solidária multicampi para

promover o consumo solidário, elaboração de projetos de educação popular e mobilização em economia solidária, diálogo com o poder público local para celebração de parcerias com a Universidade, estímulo e fortalecimento das incubadoras sociais e empresariais, celebração de parcerias com os municípios do entorno dos *campi* da UFFS para criação de incubadoras sociais, tecnológicas e empresariais, fomento da criação de empresas de base tecnológica e a criação de condições legais que favoreçam o seu desenvolvimento, bem como o reconhecimento e promoção da Universidade como espaço-tempo de formação política e cultural, para além do profissional.

A respeito desses tópicos, além de não conhecerem ações de voluntariado, os Conselheiro 1 e 2 destacaram que não têm conhecimento de vínculos e acordos de colaboração formativa que são desenvolvidos pela UFFS, mas entendem que os formados estão bem preparados para exercer seu papel profissional e cidadão, com responsabilidade social.

O Conselheiro 3 pontuou que não acompanha as políticas quanto aos convênios e parcerias, e que conhece apenas um termo de cooperação da UFFS com a *Universidad Nacional de Misiones (UNAM)* da Argentina, que trata de agroecologia, mas não tem conhecimento das experiências que foram ou estão sendo desenvolvidas. Quanto aos egressos da Universidade ele destacou:

eu me preocupo com os egressos, me preocupo em dois sentidos. Nós estamos tendo aqui um grande esvaziamento das turmas, os que estão se formando efetivamente é um percentual muito pequeno em relação às turmas de origem. Segundo lugar, é importante ter uma formação técnica, rigorosa, consistente, de solidez profissional, sim é importante. Agora, nessa dimensão de cidadania, da perspectiva de compromisso... Pode anotar aí, em breve vão retirar a ênfase em agroecologia e vão ingressar num curso totalmente tradicional, vão ser executores do pacote de insumos químicos. Bom, qual é o compromisso com a agroecologia que têm os profissionais? Qual é o compromisso que tem o egresso do curso de Engenharia Ambiental com a sustentabilidade ambiental, com a preservação do Rio Uruguai que é o rio mais importante da América Latina? [...] formando egressos da nossa Universidade? Está muito longe dos nossos sonhos, aquilo que a gente desejaria.

A Egressa destacou o vínculo que o curso de Agronomia possui com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), com a Cooperativa Familiar de Chapecó e com algumas outras famílias de agricultores, nas quais se desenvolviam trabalhos de campo. Lembrou também do curso de Enfermagem que, por exemplo, executa seus estágios dentro dos postos de saúde da cidade. Mas,

sugeriu que deve ocorrer uma maior integração da teoria com a prática nas comunidades onde a UFFS está inserida e um maior contato dos estudantes com a realidade profissional. Ela entende ainda que os egressos que se formam na Universidade são, em geral, cidadãos diferenciados, que possuem “um compromisso com o desenvolvimento da região, porque a própria Universidade prega isso, que ela está aí pra desenvolver a região, então o desafio dos egressos é trabalhar pra que isso seja verdade”.

O Representante 1 ressaltou que não tem muito conhecimento do assunto. Entretanto, lembrou que a entidade que representa possui uma parceria em construção com a UFFS e que estão buscando compreender melhor a Universidade para participar mais ativamente. Também estão demandando, com certa regularidade, estudos e palestras de professores da Universidade sobre economia, política, curso de línguas. Em relação aos egressos, enfatizou que não vê uma resposta dos alunos para o perfil que a Universidade trabalha. Observa que muitos alunos se formam com uma visão distorcida da proposta da UFFS, especialmente na questão da agroecologia:

[...] se vê alguns alunos comprometidos sabe, principalmente alguns que vieram com uma formação já antes de entrar na Universidade, que vieram de um movimento social, que vieram de uma família que tinha uma visão diferente. Agora, aqueles que vêm de uma base, digamos assim, historicamente favorável a esse modelão que está aí, são poucos que eu percebo uma mudança, então esse é um questionamento que poderíamos nos fazer com o que a educação... pra transformação.

“Não tenho conhecimento”, foi a declaração do Representante 2 ao ser questionado se a Universidade possui convênios, acordos e parcerias visando a colaboração formativa. Ele acredita que nesse quesito falta um pouco mais de divulgação da Universidade para que tais projetos se estabeleçam. Quando questionado se os egressos possuem um perfil cidadão, ético e social, destacou “parece que há um diferencial bem interessante nesse sentido com as pessoas que eu convivo, que eu converso, eu sinto que há mais do que o cara só sair como um técnico profissional. Acho que esse talvez seja o grande objetivo na formação da Universidade”.

Como fato concreto, sabe-se que as IES têm, naturalmente, um impacto direto na formação de jovens e profissionais e no modo que passarão a entender, interpretar e valorizar certas questões após sua formação. Nesse sentido, observa-se que a UFFS possui um cuidado no alinhamento da formação com o atendimento de certas conjunturas locais,

porém como evidenciado nos fóruns da COEPE e pelos entrevistados, há situações dos processos de ensino-aprendizagem, construção curricular que necessitam de aperfeiçoamento e que derivam na permanência do aluno na Universidade e no seu perfil de egresso.

Como lembram Guzman *et al.* (2017), para proceder a uma efetiva materialização da RSU no projeto educacional institucional é essencial a celebração de acordos que possam beneficiar a comunidade acadêmica e tenham projeção social. Nesse aspecto, observa-se que a comunidade regional possui poucos conhecimentos sobre os vínculos e acordos de colaboração formativa, o que pode indicar pouco desenvolvimento das ações, ou ainda a falta de divulgação das mesmas, restringindo sua utilidade a determinados públicos.

Frente aos levantamentos realizados neste Eixo, tabulou-se o Quadro 15, na próxima página, que sintetiza os pontos positivos e negativos da RSU no quesito Formação profissional e cidadã da UFFS.

Quadro 15 - Síntese da concepção da comunidade regional sobre o Eixo Formação profissional e cidadã

Eixo Formação profissional e cidadã	
<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura curricular com diferentes domínios; - PPCs consideram atividades de formação humana, cidadã e ética; - Oferta de cursos em parcerias com outras instituições ou entidades sociais, tais como os interdisciplinares de Educação do Campo, Agronomia e História; - Estabelecimento de parcerias, acordos de colaboração formativa; - Criação de Empresas Juniores e Incubadora de Negócios; - Reconhecimento do processo seletivo utilizado pela Universidade (cotas e fator escola pública); - Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas; - Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos; - Implantação das comissões de verificação para o acesso por autodeclaração étnico-racial, garantindo que estas sejam utilizadas por pessoas de legítimo direito; - Atuação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI); e - Restaurantes Universitários. 	<p>Aspectos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixo envolvimento da comunidade regional no desenho das matrizes curriculares; - PPCs estão perdendo a estrutura pensada para o desenvolvimento regional; - Pouco incentivo ao voluntariado solidário; - Baixa divulgação de convênios, parcerias e acordos que são realizados, visando aperfeiçoar o currículo; - Desvirtuamento dos docentes e egressos com as demandas regionais, com a visão da UFFS; - Pouca integração da teoria com a prática nas comunidades; - Compreensão da possibilidade de acesso à UFFS ainda não está consolidada entre os estudantes do ensino médio; - UFFS ainda é considerada pela comunidade como instituição elitista em certos aspectos, por exemplo, na dificuldade de alguns públicos acessarem os cursos ditos de maior prestígio (Medicina, Agronomia e Engenharias). - Não organização dos grupos de diversidade para obterem maior representatividade nos espaços da Universidade; - Alguns regulamentos acadêmicos não são discutidos com a participação de todos os interessados; e - Auxílios socioeconômicos ainda são insuficientes.

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

4.4.4 Eixo Gestão Social do Conhecimento

Este eixo trata da gestão socialmente responsável da produção e disseminação de conhecimento, pesquisa e modelos epistemológicos promovidos em sala de aula. Para tal foram pesquisados os itens Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação, Difusão, a transferência e a troca de conhecimentos socialmente relevantes com os públicos desfavorecidos e promoção da inter e transdisciplinaridade (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009).

Observa-se que a **Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação** ocorre ainda de forma modesta na UFFS. Ficou evidente nos depoimentos da I COEPE o papel político que a UFFS pode exercer no desenvolvimento de políticas públicas de interesse dos movimentos sociais, ao apontarem para demandas e ações prioritárias comuns e, também, específicas, fruto das especificidades regionais, como a preservação da memória regional, as discussões sobre gestão escolar, formação continuada, valorização das licenciaturas e políticas públicas.

Registraram-se na II COEPE preocupações com relação às possibilidades de celebração de parcerias entre a Universidade e outras instituições, especialmente com instituições privadas, tendo em vista a preservação da dimensão pública da Universidade. As dificuldades na interação da sociedade com a UFFS também se fizeram presentes, houve crítica de que a Instituição se coloca muitas vezes como prestadora de serviços.

Paralelamente a isso, o Conselheiro 2 destacou como importante o compromisso que a UFFS assumiu com a agricultura familiar e o cooperativismo:

[...] a Universidade assumiu esse compromisso conosco no sentido de desenvolver um processo de extensão aonde a gente possa trazer pra dentro da Universidade essa preocupação com a agricultura familiar e com o futuro dela, e buscando fazer com que também esses jovens tenham a opção de permanecer no campo, se capacitar, observar e avaliar como projeto de vida. [...] A mesma coisa em relação ao cooperativismo, os sistemas de cooperativa também tem demandado da Universidade que possa ser um instrumento de capacitação, mas também de dinamização do processo de organização em forma de cooperativa, associações, enfim... Então, essas são algumas demandas, alguns exemplos que a gente vê dessa interação e esse assumimento também da responsabilidade social na região.

Ele lembrou, ainda, de um projeto desenvolvido pelo sindicato e um docente da UFFS sobre redes sociais de aprendizagem, voltado para a agricultura, por meio do qual os agricultores aprenderam como utilizar a tecnologia e, principalmente a internet, pra levar o conhecimento a mais pessoas sobre a realidade no meio rural, sobre os desafios, sobre as perspectivas que se visualiza para a agricultura no futuro. Na sequência, ainda abordou outro projeto de capacitação de jovens em agricultura sustentável, gestão e inovação tecnológica, que foi muito importante. Enalteceu que todo ano a UFFS participa da festa da semente, onde tem apresentado resultados de pesquisas e técnicas de plantio e produção, sendo que tal ação poderia se transformar numa comunicação social, como a exemplo dos dias de campo e tardes demonstrativas. Contudo, lembrou que, muitas vezes, as demandas da comunidade regional não são atendidas porque os docentes não são cobrados em carga horária para desenvolverem a extensão.

Expressou-se o Conselheiro 3 destacando sua participação em um projeto desenvolvido pela UFFS sobre Escolas Interculturais de Fronteira que buscou integrar as escolas a partir da fronteira, utilizando questões pedagógicas e culturais. Ele lembrou um segundo projeto de extensão desenvolvido junto aos catadores de Cerro Largo, que objetivou ajudá-los na organização e no trabalho de reciclagem. De restante, não conhece outras experiências de integração:

[...] nós tínhamos essa expectativa muito maior como lhe falei, de ter o trabalho de responsabilidade social, o que acontece de fato se tiver a extensão universitária, se tiver projetos de caráter comunitário, pra melhorar a vida das pessoas que precisam da presença dessa instituição de educação pública. Então, o que eu constato e certamente não falo só por mim, há uma certa frustração crescente de muitos atores que abraçaram com determinação a história pra poder conquistar a Federal da Fronteira Sul. Então, ela está muito no segundo plano, está deixando a desejar com certeza a questão da sua responsabilidade social, que é um compromisso destacado.

A Egressa citou que conhece vários projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFFS, tais como: projeto de sementes crioulas, projeto de diálogo sobre a sustentabilidade dos processos produtivos das unidades produtivas familiares, projeto sobre pomares e outras experiências feitas em propriedades rurais.

Já o Representante 2 destacou que tem conhecimento de que a comunidade regional pode propor temas de extensão para a Universidade, mas não soube afirmar se já ocorreu e como deve ser o fluxo para tal procedimento. Acrescentou que participou de ações da Universidade que foram direcionadas à produção de laranja, situação que aproximou professores e alunos com a realidade de muitas famílias da região. Também enfatizou que possui uma perspectiva grande quanto aos estudos agroecológicos que estão sendo desenvolvidos. Por outro lado, o Representante 1 ficou surpreso ao saber que a comunidade pode propor ações extensionistas para a Universidade e que a Instituição já desenvolveu mais de 3000 projetos de pesquisa e de extensão.

Quanto à **Difusão, transferência e troca de conhecimentos socialmente úteis aos públicos desfavorecidos**, o Conselheiro 1 (do CONCUR) expôs que isso ainda é muito insipiente na Instituição e teria que melhorar para o atendimento pleno:

[...] no início se dizia muito isso, que ia atingir mais a agricultura, o agronegócio, falava em Via Campesina. Então não sei se era esse o objetivo inicial, acho que não está sendo mais. Pelo menos se desvinculou um pouco disso. Eu não vejo mais a Instituição assim. E eu acredito que daqui para a frente a tendência é ela se modificar quase que totalmente.

Entendendo que as experiências ocorrem muito pouco na Universidade, e que vários educadores e profissionais não têm a compreensão dessa necessidade, o Conselheiro 2 (do CONSUNI) pontuou que a UFFS precisa atentar mais para as demandas da região, pois muitas atividades são desenvolvidas com interesse do pesquisador e desvinculadas da ação social.

O Conselheiro 3 (do CES) expressou que se trata de iniciativas isoladas: “tem alguns docentes que têm procurado ter uma relação mais direta na questão das aldeias indígenas, nos povos indígenas. Eu vejo, assim, que é do perfil de alguns docentes, mas que não é uma política institucional propriamente dita”.

Na fala da Egressa, ela destacou:

eu entendo, sim, que a UFFS participa da difusão e transferência de conhecimentos socialmente úteis a públicos desfavorecidos. Mas, especialmente, não tanto a UFFS em si, como alguns grupos que se formam a partir da UFFS, como por exemplo, o grupo de estudantes que auxiliam alunos de ensino médio em cursos preparatórios para o Enem sem que tenham qualquer remuneração para isso.

Compreende o Representante 1 (de Santa Catarina) que a UFFS deve proporcionar aos menos favorecidos alguns conhecimentos importantes, mas não reconhece ações efetivas.

Já os debates da II COEPE apontaram para o fato de que a UFFS, como uma universidade popular, deve estar aberta ao reconhecimento de que o conhecimento pode ser e é gerado em uma multiplicidade de locais (cooperativas, propriedades rurais, aldeias indígenas, quilombos, movimentos sociais, sindicatos, entre outros), de múltiplas formas e com diferentes racionalidades. Para realizar seus propósitos, a Universidade precisaria compreender essas condições e promover o diálogo com os diferentes grupos sociais e os diferentes saberes por eles gerados no contexto regional em que ela se situa.

A necessidade de implantação de cursos condizentes com a realidade do trabalhador rural e dos moradores de assentamentos e ocupações foi um dos destaques da II COEPE. Ainda outras ações foram elencadas, como: priorização de estudos, trabalhos de extensão e investigações científicas concentrados sobre a agroecologia, a agricultura familiar e a realidade do povo do campo, assim como a realização de projetos e oficinas diversas, elaborados em conjunto com as comunidades indígenas.

Por fim, no quesito **Promoção da inter e transdisciplinaridade**, ficou evidenciado nos debates da I e II COEPE que tais questões ainda estão pouco presentes na realidade da Universidade, tanto é que na II COEPE foi reforçada a necessidade de avanço e promoção da interdisciplinaridade, do reconhecimento e promoção da Universidade como espaço-tempo de formação política e cultural, para além do profissional e do fortalecimento das atividades de ensino mediante a inclusão da pesquisa e da extensão em todos os PPCs.

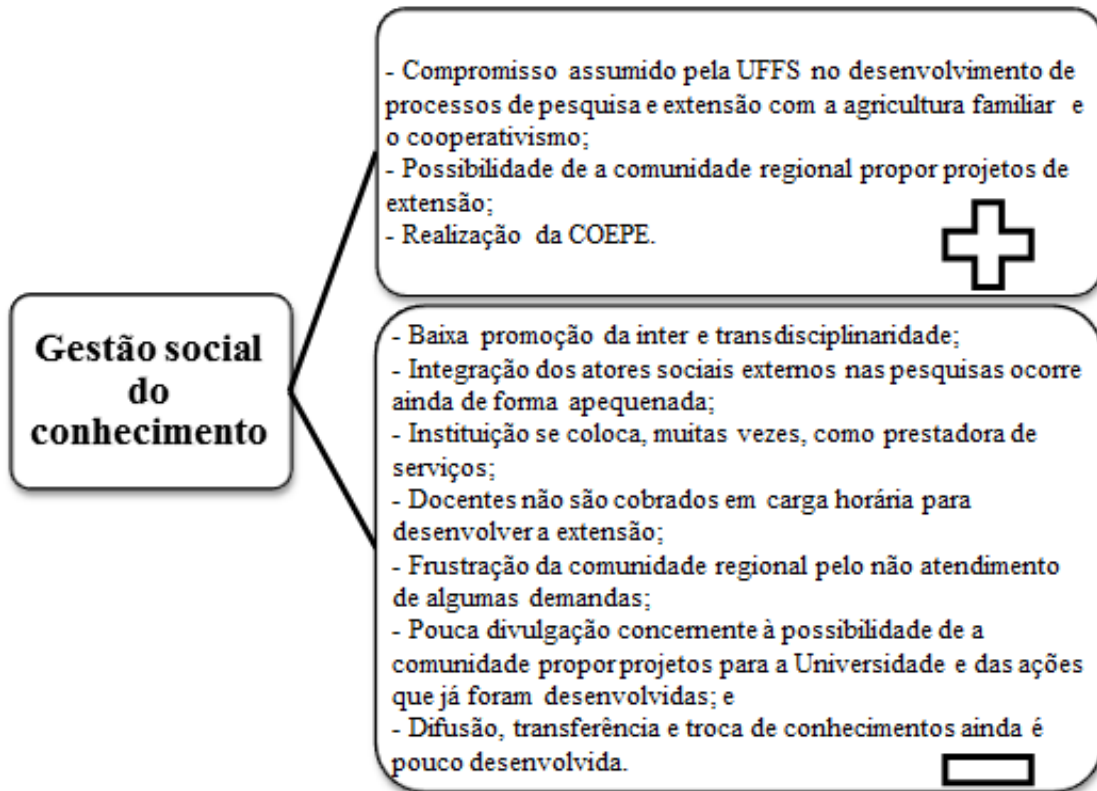


Figura 12 - Síntese da concepção da comunidade regional sobre o Eixo Gestão social do conhecimento
 FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

A Figura 12 ilustra os pontos positivos e negativos expressos pela comunidade regional na avaliação do Eixo Gestão social do conhecimento. No geral, se observa a necessidade de a UFFS socializar com a comunidade regional que ela pode propor ações de pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, incentivar a comunidade acadêmica nos processos de divulgação, transferência e troca de conhecimentos, principalmente aos menos favorecidos, ações que pouco se evidenciaram nas falas apresentadas.

4.4.5 Eixo Participação Social

O quarto e último eixo, a Participação Social, visa responder como a Universidade deve ser organizar para que interaja permanentemente com a sociedade, a fim de promover um desenvolvimento mais humano e sustentável.

Quanto ao item **Integração da formação acadêmica com a projeção social (articulação da extensão com a pesquisa e ensino)**, denota-se que a grande maioria das propostas apresentadas nas duas conferências possui um alinhamento no sentido da

aprendizagem mútua, ou seja, de desenvolver estudos para a comunidade e de que haja integração entre alunos e docentes à realidade regional de inserção da UFFS.

Na I COEPE, por exemplo, foram destacadas: a valorização do povo Guarani e da história missioneira, campanha de alfabetização de adultos, criação de cursos das línguas guarani, kaingang, alemã, italiana e polonesa, bem como de libras e braile, preservação do conhecimento tradicional das populações ribeirinhas, criação de grupos de pesquisa sobre a cultura alimentar da população de abrangência da UFFS – em especial população rural e indígena –, conscientização dos jovens sobre drogas, violência, trânsito, doenças sexualmente transmissíveis e demais temas transversais, promover formação e treinamento de lideranças e aproximar, por meio de atividades culturais, as comunidades de indígenas e de negros do contexto acadêmico.

Na II Conferência, houve proposições para a promoção de debates para a implantação de ambulatório para atendimento à população LGBT e para os casos de hormonização, incentivo a práticas de saúde nas comunidades excluídas, como migrantes, indígenas, LGBT e pessoas em situação prisional, analisar o atendimento às mulheres vítimas de violências na região e apoio à criação da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência na região, e a ampliação de estudos e trabalhos no âmbito inter e transdisciplinar com a saúde.

Quanto à **Luta contra o assistencialismo e paternalismo no serviço universitário para a comunidade**, os entrevistados destacaram que não visualizam que a Universidade tenha feito ou faça uso do assistencialismo ou paternalismo. O Conselheiro 2 até ponderou que pode ser algo que esteja presente na Universidade, mas de forma mais velada. “[...] como a gente não está tão internamente na Universidade a gente ouve alguns relatos, algumas situações que a gente considera que precisaria ter um pouco mais de tratamento com o olhar um pouco mais descentralizado, de fortalecer os nossos espaços de decisão”. O Representante 1 enfatizou que a questão política, devido à Universidade ter sido criada por um governo de esquerda, acaba prejudicando determinadas ações. Exemplificou que a entidade em que trabalha tinha a perspectiva de formação de profissionais, que o projeto havia sido encaminhado para a UFFS e praticamente aprovado, porém com a troca de governo, que ocorreu em 2016, o projeto não se concretizou devido ao corte de recurso.

Por fim, no que concerne à **Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento**, os fóruns da I e II COEPE evidenciaram que a Universidade tem muito a evoluir nessa questão e que constantemente novas ações serão demandadas da educação superior. A exemplo disso, na I COEPE foram enfatizadas muitas ações, como: alavancar debates e sugestões acerca do desenvolvimento regional, realizar um levantamento de bens históricos e culturais da região, reconstrução/recriação das identidades locais através das formas da cultura regional popular, consolidação de um laboratório de História e Arqueologia, pensar a integração na Fronteira Sul (Uruguai e Argentina), resgatar a história e a cultura local das pessoas que viveram em regiões atingidas com a construção das barragens, desenvolver os municípios da região enfrentando a realidade de êxodo rural, pesquisar o potencial de novas atividades econômicas para o desenvolvimento da região, estudos espaciais sobre mobilidade populacional e industrial, análise dos indicadores sociais e econômicos das regiões de abrangência da UFFS, tais como violência, saneamento básico, saúde, políticas (participação política), desigualdade social e educação, construção de um observatório desses indicadores sociais e econômicos, promovendo diagnósticos permanentes para a formulação, gestão e avaliação de políticas.

Na II COEPE, algumas ações foram reiteradas e outras novas explanadas: realização de ações/cursos para melhoria da gestão das unidades de produção familiar, desenvolvimento de estudos, pesquisas e debates sobre os impactos políticos, sociais, ambientais, sanitários e na saúde humana, vinculados ao desenvolvimento do agronegócio, fomento à criação ou a parceria para criação de observatórios sobre as políticas urbanas e o desenvolvimento regional, reconhecimento da resistência da UFFS em ser aceita por alguns grupos locais e desenvolvimento de estratégias para que a compreendam como um agente de política pública para o desenvolvimento da região, e, finalmente, busca de parcerias com países do hemisfério norte para realização de projetos em conjunto nos países em desenvolvimento (trilaterais ou multilaterais).

De acordo com Geremia *et al.* (2018), um fator crucial a ser analisado pela Instituição é a resolução da relação entre a solução de problemas locais e regionais versus a cobrança por produção acadêmica (que pode gerar afastamento das questões regionais). A UFFS deve levar em conta também, nas parcerias e alianças que vier a estabelecer, o alinhamento estratégico com a sustentabilidade e a agroecologia, a garantia do caráter público das pesquisas e projetos de extensão – com devolutiva para as comunidades e

sujeitos pesquisados – e a valorização da extensão e da cultura, constantemente diminuídas diante da pesquisa e do ensino na Universidade, como estratégia de fortalecimento do projeto de universidade popular.

A mobilidade acadêmica e o processo de internacionalização na UFFS são processos que precisam ser ampliados, viabilizando e auxiliando o intercâmbio de estudantes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores por meio de programas com instituições estrangeiras parceiras. Alguns problemas levantados nos debates da II COEPE e que desafiam a UFFS, são: a) grande evasão nos cursos de línguas e provas de proficiência; b) não definição de critérios de aceitação de alunos estrangeiros, tanto regulares como intercambistas, sobretudo no que se refere ao nível de português; e c) a consolidação da mobilidade internacional e a ampliação da mobilidade nacional e *intercampi* na Universidade.

Conforme visão do Conselheiro 1 (do CONCUR), “acredito que ela [UFFS] tinha que estar mais presente, hoje ela está um pouco afastada”. O Conselheiro 2 (do CONSUNI) entende que tal situação passa muito pela forma como o *campus* é gerido, e que “a instituição tem que estimular os diretores, os *campus*, a dinamizar essa participação da Universidade nos espaços regionais”. No *Campus Realeza*, ele percebe que ocorre essa preocupação com a participação nas agendas locais, mas que ainda pode haver avanços.

De modo contrário, o Conselheiro 3 (do CES) enfatizou:

então o que passa a ser a lógica principal da maioria dos professores e até dos servidores é de, como se diz popularmente/ironicamente, “engordar o currículo deles”, e de fato o trabalho de extensão universitária que é marca presente de responsabilidade social, ela está muito alheia daquilo que é a nossa expectativa. [...] Tem cotas pra pesquisas, pra fazer projetos, captar recursos fora, bolsas de pesquisa, bolsa de orientação de estudantes, que daí acaba envolvendo um pouco os estudantes. Então nesse sentido sim, eles adotam, a maioria está satisfeita, eu reconheço o fato da maioria das pessoas estarem satisfeitas porque estão com um raciocínio corporativista, pra eles, eles estão sendo bem atendidos, mas nós, a sociedade, que repercutimos as demandas da sociedade, não estamos satisfeitos porque não está tendo incidência na vida concreta. Nós temos aqui enormes problemas de empobrecimento da região, de crescimento da miséria que é reflexo da crise, especialmente aqui do período do golpe a nível nacional, e que não tem mais investimentos públicos que eram fundamentais pra economia. [...] Olha, falta muita ação proativa institucional.

A Egressa não soube dizer se a Universidade participa ativamente da agenda local e nacional de desenvolvimento. Entende que os regramentos institucionais são direcionados para tal, mas isso em sala de aula varia de acordo com os princípios de cada professor.

eu creio que as maiores necessidades da comunidade regional não são totalmente atendidas pela responsabilidade social da UFFS, porque a própria Universidade, na maioria das vezes, os *campus* estão em locais distantes dos centros das cidades, o que impede uma convivência boa e uma interação maior da Universidade para com as comunidades onde está inserida. Até porque, por exemplo, muitos chapecoenses sequer sabiam da existência da UFFS, mesmo cinco anos após a implantação.

Já o Representante 1 (de Santa Catarina) manifestou: “vejo que tem um esforço muito grande da Universidade em participar das agendas, em muitas vezes até limitado a Universidade falar sobre o que pensa”, como por exemplo, o uso de agrotóxicos.

Por fim, o Representante 2 (do Rio Grande do Sul) enalteceu que a UFFS preza pelo atendimento das demandas locais, em especial no campo do cooperativismo, mas, “agora a nível nacional não sei se teria uma resposta mais segura, porque não tenho visto a Universidade em grande debates”. Ainda em atenção à necessidade da comunidade regional, destacou:

Eu acho que precisaria avançar bastante ainda, acho que nós temos um grande tema que está posto aqui, não sei o que a Universidade pode avançar nesse sentido, porque eu acho que o grande problema, olhando assim no aspecto cooperativo ou agricultura familiar que a gente vê na região, que vê no estado, vê no Brasil, que é o tema da sucessão familiar. [...] Tenho até minhas dúvidas se a Universidade prepara as pessoas pra, digamos, dar uma sequência na propriedade, acho que poucas as pessoas que saem da Universidade voltam a implementar ações, mesmo em áreas específicas, tipo agronomia, veterinária. [...] Eu acho que esse seria um grande tema, que se a gente quisesse realmente fazer algo concreto teria que se pensar isso. Também não é uma responsabilidade só da Universidade, é da comunidade, mas acho que a Universidade poderia nos ajudar nesse debate, que acho que é o tema que mais nos preocupa hoje.

Em fechamento a esse Eixo, idealizou-se a Figura 13 que apresenta, de forma resumida, a concepção da comunidade regional sobre a Participação social na UFFS, sendo que os pontos negativos predominam fortemente.

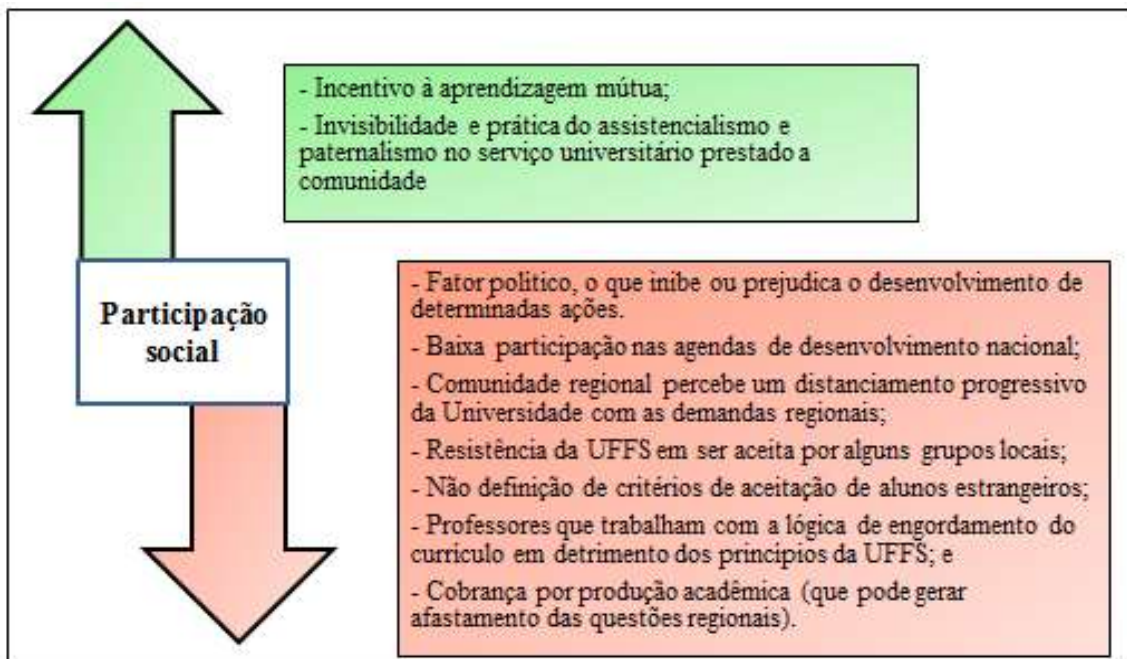


Figura 13 - Síntese da concepção da comunidade regional sobre o Eixo Participação social
FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Frente as verificações feitas até o momento se redigiu uma análise geral do ponto de vista da comunidade regional sobre a RSU na UFFS, conforme item a seguir.

4.4.6 Análise geral sobre a RS da UFFS do ponto de vista da comunidade regional

Responder às demandas apresentadas nas Conferências é uma enorme responsabilidade para a Universidade, dada a amplitude das reivindicações e das proposições que, em determinados pontos, ultrapassam o papel da Instituição. O que fica evidente é que a Universidade se revitaliza mediante o diálogo permanente com seu espírito originário.

Como observam os entrevistados, a UFFS possui uma Responsabilidade Social muito grande com a Região na qual está inserida, apesar de avançar a cada ano nas ações, ainda não atinge totalmente as necessidades expressas. O fato é que as demandas regionais nunca cessarão, e a UFFS, a cada ciclo, deve se renovar/aperfeiçoar para exercer e efetivar seu compromisso.

Cabe lembrar que os documentos resultantes das duas COEPES expressam o ponto de vista da comunidade universitária, ou seja, conglomeram tanto as observações da comunidade acadêmica como da comunidade regional.

Como já enfatizado na concepção de RS da UFFS, o lugar (geográfico, político e social) de seu nascimento, além de inseri-la na história do ensino superior brasileiro como universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e para a definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ou seja, a Universidade foi concebida e consolidada como direcionamento para o princípio da democratização, numa relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade, assim o mesmo conhecimento científico levado para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento para dentro da UFFS.

Observa-se que, na gestão, a participação da comunidade marca presença nas decisões da UFFS por meio do Conselho Estratégico Social (CES), em nível geral, e do Conselho Comunitário (CONSCOM), no âmbito de cada *campus*. Esses conselhos, compostos especialmente por membros da sociedade civil, configuram-se como espaço para uma gestão democrática e popular, além de serem instrumentos para que a sociedade opine e participe dos rumos da Universidade, pois possibilitam que ela contribua com a comunidade e o desenvolvimento regional. O objetivo é assegurar que a UFFS mantenha-se comprometida com a inclusão social e com a produção e disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Reconhece-se o papel representativo nos conselhos superiores; entretanto, a capacidade de atuação na estrutura atual é insuficiente e o caráter apenas consultivo dos Conselhos Comunitários e do Conselho Estratégico Social inibe uma participação efetiva. Os debates realizados pelos Fóruns da II COEPE (GEREMIA *et al.*, 2018) apontam para a importância da construção de instrumentos e espaços de participação direta da comunidade na gestão pública e na implementação das políticas públicas. Assim, o modelo de gestão a ser perseguido pela UFFS, seja na execução de políticas públicas, na gestão institucional, na extensão, na pesquisa ou no ensino, deve sempre fundamentar-se na participação e na autogestão social. O desafio posto para a UFFS é, pois, o desenvolvimento de estudos que ajudem a aprofundar a autogestão para um modelo mais democrático, envolvendo toda comunidade universitária.

Ainda nesse limiar, esboçou-se a Figura 14 que apresenta, de acordo com a visão da comunidade regional, o desenvolvimento dos eixos de RSU na Universidade, permitindo compreender que a Participação social, expressa essencialmente pela extensão

universitária, ainda é muito deficitária, seguido do desenvolvimento do conhecimento, por meio da realização de pesquisas pouco alinhadas ao desenvolvimento regional. Outrossim, a gestão institucional e o ensino são melhor avaliados, considerando as diretrizes e políticas desenvolvidas, porém, também podem e devem passar por constantes aperfeiçoamentos, frente aos aspectos negativos identificados.

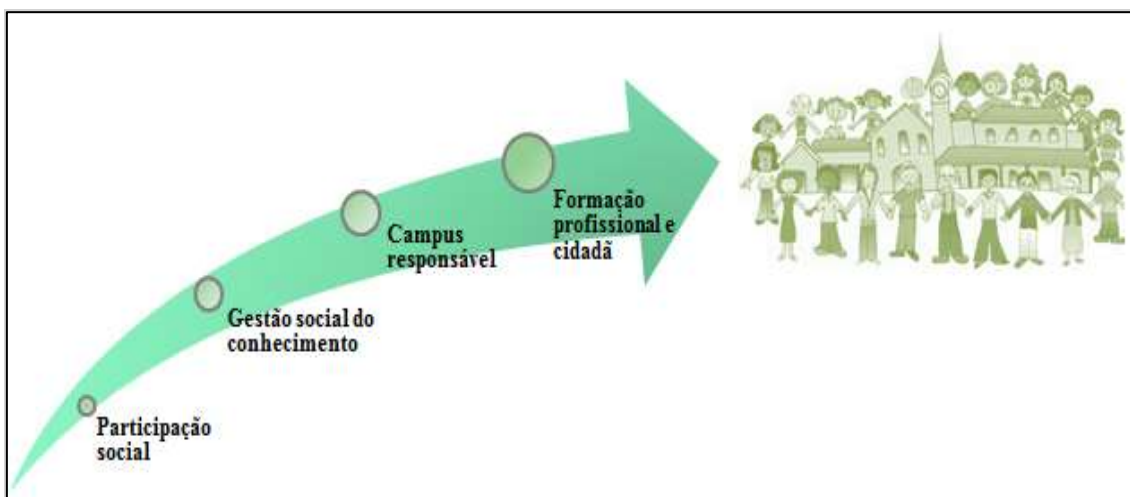


Figura 14 - Desenvolvimento dos Eixos de RSU conforme avaliação da comunidade regional
FONTE: Elaborado pela autora, 2019.

Assinala-se que a RS é um desafio histórico e institucional amplo e, ao mesmo tempo, específico da UFFS, uma vez que aponta para a natureza, a complexidade e a processualidade da implementação de uma universidade que se propõe a ser popular e exercer o seu compromisso social.

Ou seja, ao fomentar o caráter de universidade popular, os movimentos sociais problematizam a tradição elitista do ensino superior e desafiam a UFFS a ver-se enquanto um bem público a serviço da sociedade e da transformação social, impondo desafios como uma política de ingresso inovadora, uma estrutura curricular e formação alinhadas às demandas da região MESOMERCOSUL e à participação da comunidade regional na vida universitária, tendo sempre como ideia principal a democratização.

4.5 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFFS

Neste tópico o intuito é descrever a percepção da comunidade acadêmica da UFFS sobre a RS, para isso foram coletados dados por meio de entrevista com gestores, realização de grupo focal com os servidores técnico-administrativos em educação e aplicação de questionário com docentes e discentes.

O conhecimento das ações de RSU praticadas pela UFFS foi investigado com oito gestores, envolvendo todos os pró-reitores e o vice-reitor, para averiguar se as ações realizadas são devidamente compreendidas e divulgadas ao público envolvido. O Quadro 16 apresenta o quantitativo de discentes e docentes respondente do questionário, conforme curso e *campus*.

Quadro 16 - Discentes e docentes participantes da pesquisa conforme curso e *campus*

<i>Campus</i> *	CH				CL		ER		LS		PF	RE		Total
	Agro.	Enf.	His.	Letras	Agro.	Letras	Agro.	Ped.	Agro.	Ed. Cpo.	Med.	Bio.	Vet.	
Discentes	4	11	9	8	11	9	11	10	6	7	12	13	12	123
Docentes	4	9	2	7	6	3	4	5	5	8	7	3	2	65

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

*Notas: CH – Chapecó; CL – Cerro Largo; ER – Erechim; LS – Laranjeiras do Sul; PF – Passo Fundo; RE – Realeza.

**Agro. – Agronomia; Enf. – Enfermagem; His. – História; Ped. – Pedagogia; Ed. Cpo. – Interdisciplinar em Educação do Campo; - Med. – Medicina; Bio. – Ciências Biológicas; Vet. – Medicina Veterinária.

Os 133 alunos responderam a perguntas de três dos quatro eixos propostos no Quadro 6 da Metodologia (*Campus* Responsável; Formação profissional e cidadã e Participação social) e os docentes responderam a questionamentos sobre os quatro eixos investigados.

Quanto ao perfil dos alunos e professores, a Tabela 8 resume as informações sobre gênero e idade.

Tabela 8 - Caracterização da amostra por gênero e idade

Público	Gênero feminino	Gênero masculino	Até 19 anos	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	Mais de 60 anos
Discentes	71,4%	28,6%	16,5%	63,2%	13,5%	6%	0,8%	0%
Docentes	60%	40%	--	6,2%	38,5%	27,7%	26,2%	1,5%

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Quanto ao semestre que os alunos estão cursando, dos 123 estudantes da graduação (10 alunos respondentes são de mestrado), 16,5% estão no 2º período, 11,3% no 4º período, 17,3% no 6º período, 14,3% no 8º período, 17% no 10º período e o restante se divide nas demais fases. Como pontuam Vallaey, Cruz e Sasia (2009) é importante verificar a opinião de alunos de diferentes níveis do curso, e isso foi possível neste estudo.

Mais da metade (52,3%) dos professores tem de 5 a 10 anos de Instituição, 32,3% têm de 1 a 6 anos e o restante menos de 1 ano. O alto nível de formação também é evidenciado, sendo que 61,5% acumulam o título de doutorado e 15,4% pós-doutorado, outros 18,5% têm mestrado completo e três participantes possuem especialização completa. Também 55,4% ministram disciplinas no domínio específico, outros 27,7% no domínio comum, 16,9% no domínio conexo e apenas 23,1% ministram aula na pós-graduação *stricto sensu* na UFFS.

Já no que concerne aos mestrandos, houve 10 respondentes, de 12 inicialmente previstos. Apenas os Programas de Pós-Graduação em História (CH) e o de Saúde, Bem-Estar e Produção Animal Sustentável na Fronteira Sul (RE) tiveram um respondente cada, os demais programas selecionados, conforme Tabela 3 da Metodologia, atingiram os dois respondentes previstos.

Dentre o perfil dos seis TAEs que participaram do grupo focal, destaca-se que cinco são do gênero feminino e um do masculino. O Quadro 17 retrata o perfil dos participantes.

Quadro 17 - Perfil dos TAEs participantes do Grupo Focal

Cargo	Setor em que atua	Tempo de UFFS
Assistente em Administração	Diretoria de Extensão	1 ano e 5 meses
Pedagoga	Assuntos Estudantis e Acessibilidade	6 anos e 6 meses
Assistente em Administração	Secretaria Geral de Cursos	4 anos e 6 meses
Secretária Executiva	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	5 anos e 3 meses
Técnico em Assuntos Educacionais	Diretoria de Organização Pedagógica	6 anos
Assistente em Administração	Diretoria de Pós-Graduação	5 anos e 6 meses

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Cada TAE, assim como os gestores, recebeu numeração arábica, para indicação de suas falas, não necessariamente na ordem apresentada nesse Quadro. Importante lembrar que os TAEs se manifestaram apenas para o Eixo *Campus* Responsável, mas, eventualmente, algumas falas, devido a seu teor, foram enquadradas nos outros três eixos em discussão.

Para retratar cada um dos quatro eixos de RSU, conforme abordado por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) e apresentado no Quadro 6 da Metodologia, são apresentadas as visões dos participantes da pesquisa, complementadas, quando pertinente, com informações institucionais e, por fim, correlacionadas com a literatura, visando a triangulação dos dados. Assim, apresenta-se na sequência as informações para o Eixo *Campus Responsável*.

4.5.1 Eixo *Campus Responsável*

A gestão socialmente responsável trata da coerência entre os princípios institucionais e a identidade da Universidade, em um ambiente que favoreça a inclusão, a participação e a melhoria contínua. Nesse sentido, analisou-se para o Eixo os seguintes temas: Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação; Desenvolvimento pessoal e profissional, bom clima laboral e aplicação dos direitos trabalhistas; Meio ambiente; Transparência e democracia; e Comunicação e divulgação responsável (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009).

Conforme expresso no PDI, entre os princípios assumidos pela UFFS para o cumprimento da Missão e dos Objetivos, está a defesa da dignidade e dos direitos humanos e o combate aos preconceitos de qualquer natureza (UFFS, 2012a). Ao retratar, então, as políticas e ações nas vertentes de **Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação**, apresenta-se na Tabela 9 as manifestações dos docentes e discentes.

Os professores se manifestaram de forma positiva aos questionamentos, já os discentes demonstraram não haver concordância com os itens apresentados, ao assinalarem que ocorre discriminação por gênero, raça, status socioeconômico ou orientação política ou sexual na UFFS e se demonstraram neutros para a igualdade de gênero nos cargos de gestão.

Observa-se que, entre os discentes, os cursos mais críticos quanto à observância de discriminação foram todos os cursos de Agronomia, Letras (CH), Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias (LS) e Medicina (PF). Destaca-se que os alunos de mestrado, em sua maioria, não percebem atos de discriminação.

Tabela 9 - Respostas dos docentes e discentes para as perguntas de Direitos humanos, equidade de gênero e não discriminação

Perguntas	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
DOCENTES							
11. Existe igualdade de gênero nos órgãos de gestão da universidade.	10,80%	10,80%	15,40%	29,20%	33,80%	5	4
12. Não há discriminação no acesso ao ensino, nem por gênero, religião, raça, orientação política ou sexual.	1,50%	3,10%	10,80%	27,70%	56,90%	5	5
DISCENTES							
9. Eu não percebo discriminação por gênero, raça, status socioeconômico ou orientação política ou sexual.	30,80%	23,30%	7,50%	25,60%	12,80%	1	2
10. Existe igualdade de gênero no acesso a cargos de gestão.	5,30%	12,80%	29,30%	26,30%	26,30%	3	4

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Já no que concerne à igualdade de gênero, os cursos que mais apresentaram resposta neutra foram Enfermagem e Letras (CH); Pedagogia (ER); Medicina (PF) e Veterinária (RE). Outros três cursos expressaram percentual significativo na discordância parcial, ou seja, de que não existe igualdade de gênero na gestão: Agronomia (CL) com 36,40%, Agronomia (ER) com 36,40% e Biologia (RE) com 30,80%. Os mestrandos, por sua vez, indicaram que parcialmente existe igualdade de gênero.

Em perguntas correlatas à discriminação, os gestores enfatizaram, principalmente, a atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial (CRDHIR), que busca, em essência, garantir que os direitos fundamentais sejam efetivados na Mesoregião da Fronteira Sul. Entretanto pautou o Gestor 5:

tem na Universidade o centro de direitos humanos que deveria estar inserido dentro da extensão e não dá conta disso. Tem-se uma equipe em cada *campus*, mas não tem uma prática de direitos humanos ou ações articuladas. Se for pesquisar o povo de Erechim por exemplo, Cerro Largo, Passo Fundo e perguntar, muitas pessoas nem vão saber que tem um Centro de Referência lá.

Apesar do CRDHIR ser institucionalizado, o Gestor indica, assim como exposto pela comunidade regional, que deveriam ocorrer ações mais efetivas também no âmbito interno da Universidade, principalmente para com a comunidade discente, assim como deve ser pensada a descentralização e regulamentação das atividades para os *campi*, uma

vez que foi constatado que, atualmente, a atuação do Centro nos *campi* ocorre de modo informal.

O Gestor 1 lembrou ainda das capacitações e elaboração de manuais, como o Código de Ética, e que a UFFS consegue:

estabelecer relações com as outras estruturas que lutam por direitos, como por exemplo os sindicatos. Então, garantir o direito de organização sindical e com essas organizações estabelecer acordos, isso também é um pacto claro no sentido de reconhecer o que a legislação trabalhista propõe. A atualização trabalhista propõe que se faça acordos, mas que seguem sempre os direitos assegurados em lei.

Entretanto, posicionou-se o TAE 5 contrário ao manifestado pelo Gestor, quanto ao apoio da Instituição ao sindicato:

em termos sindicais eu diria que temos duas coisas, dois pontos de vista, duas realidades. A primeira é que a Universidade nunca reconheceu o sindicato enquanto entidade representativa, isso numa série de práticas e demandas, desde simplesmente não responder um ofício, não há um reconhecimento. [...] O segundo fator é o envolvimento com os técnicos. Nós ainda não temos essa possibilidade, não temos conseguido articular mais, nos unir mais, justamente pra levantar e discutir essas demandas, desde a questão da avaliação, de dimensionamento, progressão da carreira, ponto eletrônico. [...] Então ainda nós temos essa dificuldade de articulação.

O exposto corrobora também com o cenário apresentado pelo Conselheiro 2, no objetivo anterior, em que expõe que a Universidade demonstra pouco apoio à atuação dos técnicos no sindicato.

Ademais, os gestores destacaram algumas ações internas que trabalham a questão dos direitos como, por exemplo, os intervalos de folga, a atuação da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD) e da Comissão de Ética (CE), entendendo assim que a UFFS assegura os direitos humanos de acordo com a legislação nacional.

Na questão da equidade de gênero, o Gestor 1 ressaltou que na Universidade:

[...] nós não aceitamos que as conquistas de gênero sejam reduzidas a uma caracterização de ideologia, pelo contrário, as lutas de gênero estão aí para superar uma outra ideologia, que é a ideologia do machismo, do patriarcado [...]. Então o desafio maior que nós temos é de construir relações que não sejam discriminatórias, inclusive atuando de forma corretiva ou educativa quando situações assim acontecem. Eu lamento, por exemplo, que na reitoria a gente não tenha no mínimo metade mulher, mas isso é um processo histórico

também, porque já havia pró-reitoras mulheres [...]. Mas sei também das dificuldades de mulheres assumirem determinados cargos em algumas situações. Por exemplo, quando estão em licença maternidade, fazem outras opções de tempo para sua vida. [...] É um esforço manter não só um certo discurso a favor da equidade e contrário a qualquer forma de discriminação, porque não é só em relação a mulher, é em relação também aos LGBT's, é também em relação a todas as outras formas de discriminação [...]. Então, todas as formas de discriminação, a Universidade não pode aceitar nenhuma forma de opressão, preconceito e discriminação. Mas não só no seu discurso, nas relações que estabelece com as pessoas.

No geral, os gestores pontuaram que não veem maiores problemas quanto à equidade de gênero e que o acesso aos cargos de gestão tem acontecido muito mais ao natural do que com uma ação positiva, afirmativa, no sentido de garantir uma equidade em relação ao número de mulheres e de homens, ou seja, não se enquadra em ato de discriminação. Entretanto, os gestores 3, 4 e 5 acreditam que tem espaço para avanços no sentido de equilibrar a participação dos diferentes gêneros. Como sugeriu o Gestor 5, a UFFS poderia instituir uma política para acesso aos cargos de gestão.

Por outro lado, o Gestor 6 observa que, na UFFS, as mulheres são maioria, “então a Fronteira Sul já é uma instituição, nesse aspecto, feminina”.

no caso dos estudantes, chega a ser 67% dos estudantes são mulheres e tem alguns cursos que é praticamente 90, quase 100% de meninas. Então a equidade de gênero se resolve desta forma, agora tem outras desigualdades de gênero, mas que elas não têm haver exatamente com o cargo e a função que a pessoa exerce dentro da Universidade. Tem desigualdade de gêneros que tem séculos, eu diria que é milenar inclusive, portanto tem um lastro de enraizamento cultural imenso e que não vai ser também uma universidade sozinha que vai transformar numa década. De toda maneira, é importante ter isso presente e ter isso como grande desafio, de como instituição formadora pode ser parte de um processo que produz melhor a igualdade de gênero.

Os TAEs, por sua vez, destacaram que a questão de gênero é mais um ponto através do qual se percebe a falta de democracia e também de transparência, pois não se trata só da distribuição de funções às mulheres, “é pelos próprios critérios, pelas ideias e quando elas têm algum cargo de direção, muitas vezes, não conseguem desempenhar o reconhecimento por parte dos pares, dos semelhantes, então eu acho que isso acontece bastante” (TAE 5). Já a TAE 4 complementou que “você ser mulher e mãe torna-se um agravante para ser considerada apta a assumir um cargo” (sic). Mediante tal colocação, observa-se uma relação com o exposto também pelos alunos, quando se demonstraram neutros em relação ao cenário, o que indica que poderiam ser empregadas melhorias, pois

se a Universidade desempenha o papel de um agente social que cria, transmite e dissemina conhecimentos, constituindo exemplo e referência para a sociedade, não se podem admitir disparidades nesse âmbito (FARBER; VERDINELLI; RAMEZANALI, 2012).

Sabe-se que a representatividade feminina nos cargos de gestão é alvo de constantes pesquisas, uma vez que ainda se percebe uma baixa participação do gênero nos escalões mais altos das organizações, o que não é diferente na UFFS, pois é fato que os homens são maioria nos cargos, a exemplo de todos os pró-reitores, que são homens. Tem-se que pela Universidade ser formadora de consciência, de visões, deve-se fazer mais presente na construção de neutralidade das identidades, dos papéis e ideologias de gênero. É necessário edificar as mesmas condições, trabalhar em conjunto, complementar as diferenças na busca da excelência na gestão, no ensino, na pesquisa, na extensão e, principalmente, na formação de profissionais com consciência da necessidade de sermos todos cidadãos, com direitos iguais. Um passo importante nesse processo seria os(as) gestores(as) e servidores(as) analisarem a realidade interna em que estão inseridos(as) e questionarem o que têm sido feito, do ponto de vista institucional, para alterar essa realidade, e o que poderia ser feito diferente.

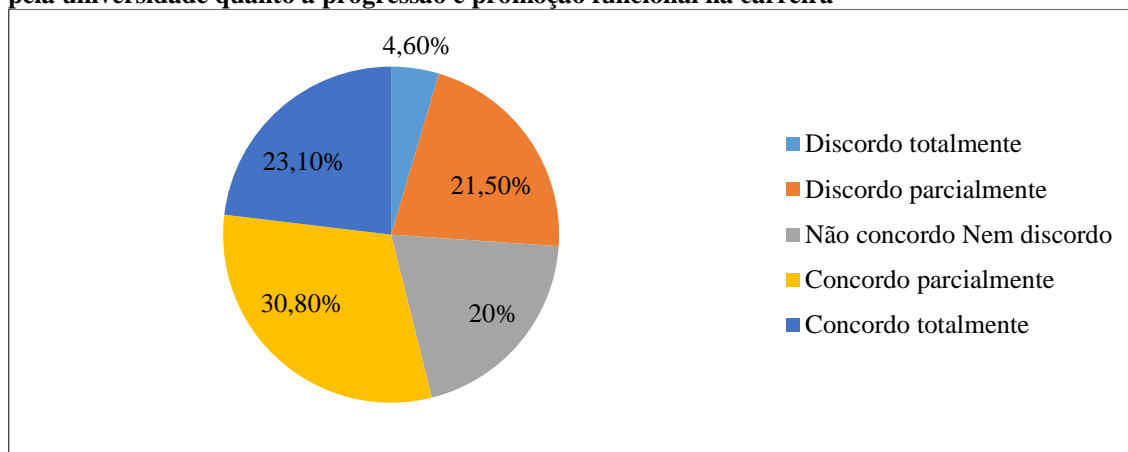
Fora isso, uma ação importante da UFFS a ser destacada, vinculada ainda à questão dos direitos humanos e de gênero, é a Resolução nº 11/2016-CONSUNI, que dispõe sobre o uso de nome social. Tal regulamento foi embasado no Programa Nacional de Direitos Humanos de 2010, Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais de 2009, e, principalmente, no Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que garante o uso do nome social e o reconhecimento de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. Uma sugestão para a UFFS, buscando melhorar ainda mais este indicador, poderia ser a institucionalização de uma Política de Equidade de Gênero, como a exemplo do realizado pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)¹⁷, que objetiva a construção de relações sociais mais igualitárias entre homens e mulheres, entre pessoas cissexuais e transexuais, entre negras e brancas, promovendo o respeito à pluralidade cultural, de gênero, de orientação sexual e de identidade, ou ainda o Plano de Igualdade de Género da

¹⁷ Disponível em: https://unila.edu.br/sites/default/files/files/18_2017%20-%20Aprova%20a%20pol%C3%ADtica%20de%20equidade%20de%20g%C3%AAnero%20no%20C3%A2mbito%20da%20UNILA_vers%C3%A3o%20final%20.pdf.

Universidade da Beira Interior (UBI) - Projeto UBIgual¹⁸, que tem por intuito promover a incorporação, a permanência e o desenvolvimento da carreira profissional, com vista à obtenção de uma participação igualitária de homens e mulheres em todas as ocupações e níveis de responsabilidade, bem como, influenciar os futuros profissionais que educa, alcançando assim um efeito multiplicador dos seus valores na sociedade local e nacional.

O segundo tema analisado refere-se ao **Desenvolvimento pessoal e profissional, bom clima laboral e aplicação de direitos trabalhistas**. Nesse o Gestor 1 destacou o plano de carreira da UFFS: “as pessoas têm direito a progredir, elas têm as suas progressões, as suas avaliações que são feitas rotineiramente pela Instituição, isso também pressupõe ganhos salariais”.

Gráfico 4 - Respostas dos docentes para a pergunta: estou satisfeito com as avaliações desenvolvidas pela universidade quanto a progressão e promoção funcional na carreira



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Para tal, os docentes apontaram que não possuem o mesmo ponto de vista em relação às *avaliações desenvolvidas pela Universidade quanto a progressão e promoção funcional*, conforme dados do Gráfico 4.

Para melhor compreender os resultados, aplicou-se o cálculo de moda e mediana, e ambas indicaram o valor quatro, que significa concordância parcial com as avaliações de progressão e promoção desenvolvidas pela Universidade.

No que concerne aos *benefícios sociais e profissionais oferecidos pela UFFS*, 46,20% concordaram parcialmente que estão satisfeitos, já outros 21,50% foram neutros quanto ao questionamento. Por outro lado, docentes de cursos como Agronomia (CH),

¹⁸ Disponível em: https://eige.europa.eu/sites/default/files/plano_igualdade_genero_da_ubi.pdf.

Agronomia (LS), Biologia e Veterinária (RE) demonstraram um percentual elevado de insatisfação com os benefícios oferecidos.

Para além desses fatos, mais de 70% dos participantes concordaram que *a Universidade oferece instalações e possibilidades que permitem o desenvolvimento pessoal e profissional*. Ou seja, de maneira geral, os docentes mostraram-se parcialmente satisfeitos com os fatores de desenvolvimento pessoal, profissional e direitos trabalhistas, uma vez que a progressão e a promoção são baseadas em regulamentos federais, que também estabelecem certos limites para atuação da UFFS.

Elencou o Gestor 1 como importante a UFFS instituir a formação de lideranças e continuar o processo de reestruturação interna, que está sendo desenvolvido pela Pró-reitoria de Planejamento, uma vez que se percebeu a necessidade de redistribuir as atividades meio e fim, após o processo inicial de obras, licitações e concursos.

Os Gestor 2, 3, 6 e 8 elencaram que a UFFS disponibiliza programas de capacitação¹⁹ e qualificação aos servidores, seja no ponto de vista profissional ou acadêmico. Entretanto, o Gestor 5 relatou que para os TAEs a política de qualificação precisa melhorar. Também pontuou que, tanto para docentes como para os TAEs, precisa ter um plano de capacitação visando priorizar pesquisas que atendam às necessidades da Universidade e da região onde está inserida. Tal observação coaduna com o observado veementemente pelo Conselheiro 3 (no item 4.3), que a UFFS incentiva o aperfeiçoamento dos servidores, mas não faz uma cobrança para que se dediquem ao estudo de temáticas da região ou que sejam direcionados à filosofia de atuação da Universidade.

Outras adversidades foram apresentadas pelo Gestor 4:

acho que a grande dificuldade da Universidade, acho que, principalmente, com relação aos servidores técnicos, é talvez não conseguir fazer um escalonamento de saída. [...] Me parece que às vezes dá um congestionamento no sentido de várias pessoas querendo sair ao mesmo tempo, acho que isso gera uma dificuldade. Agora, existem os incentivos, além da saída que é o PLEDUCA, mas como também tem as capacitações internas. Já foi muito mais forte no

¹⁹ Para os servidores docentes o afastamento para capacitação é regulamentado pela Resolução Conjunta nº 1/CONSUNI CGAE-CPPGEC/UFFS/2018, conforme já observado no item 4.3.

Para os servidores técnico-administrativos em educação é ofertado o Plano de Educação Formal (PLEDUCA), regulamentado por meio da Resolução nº 4/CONSUNI CAPGP/UFFS/2017. A partir dele, há concessão de horas (4, 8, 12 ou 16), situações em que o TAE dedica parte da carga horária semanal às atribuições regulares do cargo e parte do tempo à capacitação na linha de educação formal (UFFS, 2017e). Além da capacitação para formação, a carreira federal tem prevista a Licença Capacitação de 90 dias, que pode ser solicitada a cada quinquênio de exercício.

passado, no início tinha uma capacitação muito forte, depois isso foi reduzindo, talvez por questões orçamentárias, mas já foi mais forte. [...] mas a Universidade hoje tem as possibilidades, tem as oportunidades de sair, talvez não num ritmo ou pra todos ao mesmo tempo, talvez isso ainda falta calibrar melhor.

Também o Gestor 7 manifestou sua preocupação, mas em relação às avaliações de desempenho:

existem setores e estruturas específicas que cuidam da carreira, mas também respeitando as leis, um interstício para uma progressão, para promoção, e a partir das avaliações das chefias. Eu entendo que nesse ponto nós temos bastante o que avançar ainda, considerando que a nossa avaliação ela é muito mais centrada na percepção da chefia em relação ao seu subordinado, do que uma questão mais ampla de, por exemplo, uma avaliação 360 graus. Estamos mexendo algumas questões na estrutura para melhorar a parte de desenvolvimento pessoal.

Da mesma forma se manifestaram os técnicos administrativos, entendendo que o processo ocorre de forma muito “mecânica”, proforma, e que alguns servidores desenvolveriam melhor as atividades se estivessem lotados em setores que teriam alinhamento com suas habilidades. A TAE 4 ressaltou:

eu percebo que em relação à avaliação do desempenho, na minha opinião, deveria ter uma avaliação realmente real, podemos assim dizer, não sendo ambíguo, mas de realmente avaliar conforme as habilidades e desenvolvimento daquele servidor. Eu vejo, pelo menos dentro do meu próprio trabalho, que as avaliações são cinco²⁰ pra todos e dá pra perceber que não é bem assim que funciona, não é bem assim [...] Então, eu acho que, na minha opinião, a avaliação deveria ser reformulada, devia de ter aí um conjunto de fatores, não apenas chamar o servidor para apresentar aqui tua avaliação, assina e vamos dar o encaminhamento.

Destaca-se que, conforme o Decreto nº 5.707 (BRASIL, 2006), no serviço público, um dos principais objetivos da avaliação de desempenho é o levantamento de informações da eficiência diante do serviço prestado pelo servidor, por meio dos resultados práticos do ano anterior, permitindo que a avaliação subsequente possa beneficiar o órgão público de maneira singular.

Nesse sentido, aponta-se que a UFFS deveria rever as práticas quanto à avaliação de desempenho dos servidores, uma vez que o desenvolvimento e a gestão da avaliação de desempenho permite que as organizações, além de incutir um ritmo de trabalho,

²⁰ Cada fator de desempenho recebe uma avaliação quantitativa com atribuição de notas de 1 a 5.

direcionem suas ações e políticas com o objetivo de melhorar o desempenho organizacional e contribuir, sobremaneira, com seus serviços à sociedade (LUCENA, 2011). Ou seja, as avaliações de desempenho refletem sobre a motivação e satisfação dos servidores e quanto melhor for o feedback, mais as atividades e o clima de trabalho tendem a evoluir positivamente.

Apesar dos gestores visualizarem que a UFFS desenvolve boas ações para o desenvolvimento profissional, no que concerne à qualificação, a TAE 1 relatou a baixa participação dos colegas em projetos de extensão. Tal situação também ficou evidente na II COEPE, na qual os participantes apontaram a necessidade de haver incentivo e liberação dos TAEs para participarem das ações ou, até mesmo, coordenarem atividades.

Esclarecedor e incisivo foi o TAE 5 ao apontar:

o próprio PLEDUCA, participação no SIASS, participação em projetos de pesquisa, é uma demanda histórica da academia, porque num primeiro momento eles não podiam participar, os técnicos. Houve um movimento, uma articulação para que minimamente houvesse a possibilidade, mas a ideia original é que nem isso fosse possível. Participando do CONSUNI, reuniões, houve um movimento para garantir isso. Aí o que aconteceu? As normativas impõem uma série de restrições dessas participações, seja PLEDUCA, seja participação em coordenar/participar em projetos de pesquisa, extensão, a própria capacitação. Começa pelo simples fato de não conseguir fazer isso em seu horário de trabalho, por exemplo, tem que ficar sentado na frente do computador e não poder estar se capacitando ao mesmo tempo [...]. Então essa série de dificuldades acaba desestimulando a participação.

A TAE 1 lembrou que o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) está desenvolvendo mais ações nos últimos anos, mas que dificilmente consegue se organizar para participar. Que se sente frustrada, porque muitas vezes as tentativas de participação não são autorizadas pela gestão. Em complemento, a TAE 4 manifestou a restrição que as chefias impõem para participação nas demandas de capacitação do próprio setor, exemplificando, “tinha-se aprovado as demandas de capacitação para aquele número de pessoas, em uma atividade específica, e na hora de ser aprovado, a chefia disse não, somente um vai. Tinha-se recurso para três! [...] cada um deles ia ter um agregamento de conhecimento pro setor”.

Enquanto atualmente se tem informações de que em torno de 196 docentes foram contemplados com afastamento integral para cursarem doutorado e pós-doutorado no período de 2014 a 2018 (CPPD, 2019), dos TAEs, 279 servidores usufruíram do benefício

do PLEDUCA, também para o período de 2014 a 2018, sendo 28 contemplados com afastamento integral e os demais usufruíram apenas da concessão de horas (4, 8, 12 ou 16 horas por semana) para realizarem seu aperfeiçoamento, seja em nível de graduação, pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* (COMITÊ PLEDUCA, 2018).

Quadro 18 - Total de servidores por formação

Servidores Docentes		
Titulação	Mai 2011	Dezembro 2017
Doutor	99	446
Mestre	189	213
Especialista	0	27
Total geral	208	686
Servidores Técnico-Administrativos em Educação		
Titulação	Mai 2011	Dezembro 2017
Doutor	0	15
Mestre	11	141
Especialista	70	351
Graduado	123	140
Técnico - Ensino Médio	69	43
Total geral	273	690

FONTE: Elaborado pela autora com base em Tosta *et al.* (2018) e UFFS (2018m).

A qualificação dos servidores da UFFS pode ser melhor observada no Quadro 18, que detalha o comparativo da titulação em 2017 em relação ao segundo ano de funcionamento (2011), apresentando um cenário bem animador.

Em pesquisa realizada por Balsanello e Recktenvald (2016), a capacitação demonstrou ser um dos maiores fatores de desmotivação dos TAEs da UFFS – *Campus Chapecó*, que apontaram ser necessário o oferecimento de mais cursos presenciais pela Instituição ou até mesmo a oportunidade de participação em eventos. Os pesquisadores ainda observaram que, para fins de progressão, a maioria dos TAEs faz uso de cursos à distância. Como observado nas páginas 6, 7 e 8 do Programa de Capacitação (PCA) 2017-2020, a grande parte das capacitações previstas continuam sendo em âmbito não presencial (UFFS, 2017e).

Para além da capacitação, os servidores indicaram na pesquisa (BALSANELLO; RECKTENVALD, 2016, p. 12), que:

[...] os itens preço praticado pelo Restaurante Universitário, espaços de alimentação, descanso e lazer, política salarial da carreira, capacitação, jornada de trabalho, fluxos de trabalho, valorização profissional e crescimento profissional são considerados pelos STAE's como fatores desmotivadores.

Cenário esse que continua a ser apontado como insatisfatório pelo TAEs, pelos resultados da presente pesquisa. Quanto ao quesito Bom clima laboral, o Gestor 1 apontou que a Universidade busca adotar um ambiente saudável de trabalho, por meio das análises de insalubridade e periculosidade, e também democrático, em que as chefias participam de reuniões semanais e de planejamento e podem repassar isso aos servidores. Na mesma linha de compreensão, expressaram-se os Gestores 3 e 4, ao destacarem que existe preocupação da UFFS com o clima de trabalho, citando ações desempenhadas pelo Departamento de Qualidade de Vida no Trabalho (DQVT). Entretanto, o Gestor 3 acredita que ainda faltam políticas e processos mais claros sobre quais são as responsabilidades de cada servidor.

Já o Gestor 5 expressou que a UFFS vive um clima difícil, de descontentamento com gestão e processos burocráticos, o que “vai criando um sentimento de não pertencimento”. Enfatizou a necessidade de políticas, por parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para promover um melhor ambiente de trabalho. Também o Gestor 7 entende que o clima laboral é um dos pontos que precisa de melhorias: “Nós não temos ainda programas de capacitação de chefia, que talvez se enquadre mais no indicador anterior que você falou, mas que tem um reflexo direto no clima e trabalha também os relacionamentos”. Na mesma lógica, o Gestor 2 manifestou “a Universidade mais responde aos conflitos, atua quando há conflitos, do que no sentido de ter uma política de desenvolvimento pessoal, que essa é produzir ações focadas nessa questão, acho que talvez aqui tem um gargalo inclusive”.

Quanto aos TAEs, esses manifestaram que existe um clima de trabalho razoável, primeiro porque as mães não tem um lugar próximo para deixar seus filhos, devido à distância do *Campus*, o que acaba gerando preocupação. A TAE 4 destacou que, apesar de receber o auxílio escola, a Universidade oferta o curso de Pedagogia e que no próprio *campus* poderia ser criado um espaço para uma creche escola, não só para os filhos dos servidores, mas para as alunas também, porém entende que uma questão orçamentária impede de realizar a ação no momento. No mesmo sentido, a TAE 1 lembrou que existem quatro laboratórios do curso que estão praticamente sem uso e poderiam ser direcionados para atendimento das crianças.

Um segundo fator que impacta o clima de trabalho é que não há um espaço organizado para convívio dos TAEs, por exemplo, para descansarem no horário de

almoço. Geralmente, cada setor organiza um espaço para almoço dentro da própria sala, uma vez que o valor cobrado pelo RU inibe seu uso contínuo e a sala onde são disponibilizados micro-ondas e mesa só acomoda de três a quatro pessoas. A TAE 4 enfatizou “nós tivemos que nos mobilizar e comprar micro-ondas e geladeira e nós almoçamos no setor”. Em acréscimo, manifestou a TAE 6 “na maioria das vezes a gente almoça na própria mesa de trabalho né, a gente sobe lá no cantinho onde a gente colocou o micro-ondas e a geladeira, esquenta a comida e volta e fica cada um na sua mesa”. Também lembraram que não há espaço para descanso “a gente até tem lá o bloco da biblioteca que tem o terraço lá, que é um espaço bem grande, mas que se você quiser ir na hora do meio-dia é um solão que não dá pra ficar” (TAE 6). Ainda ao final, a TAE 1 reiterou que não são realizadas atividades que visem a integração entre setores.

Referente aos itens abordados até aqui (direitos humanos, de trabalho, qualificação profissional, clima de trabalho) o Gestor 7 ponderou:

nas relações de trabalho nós não temos como inovar na criação de leis, e como servidores públicos acabamos seguindo tão somente aquilo que a lei tem uma previsão clara. Então não há muito de gestão proativa nestas questões, considerando que nós somos muito condicionados a um cumprimento de parâmetros que já vêm de legislações superiores. No entanto, essas legislações elas já têm uma preocupação com estas questões: direitos humanos e do trabalho. [...] A carreira em si ela também tem leis específicas de equidade de gênero e não discriminação. No que diz respeito aos cargos em si, não tem como você tratar com pesos e medidas distintas, considerando que o concurso público ele já é fechado para que não haja esse tipo de discriminação. Pelo contrário, até há um movimento agora para reparação de injustiças sociais históricas, não é? As cotas, por exemplo, esse é um movimento muito forte de equidade, mas não relacionado ao gênero em si, mas a equidade relacionada à etnia, à raça. Para evitar racismo e coisas assim. Então o Estado brasileiro já está se movimentando nesse sentido, e nós evidentemente seguimos isso. No entanto, no que diz respeito à nomeação de órgãos, de pessoas para as funções de confiança e cargos de direção, isso se faz muito mais por uma afinidade de visão do que fazendo distinção ao gênero ou outra coisa.

Em oposição ao manifestado pelos servidores TAEs, os servidores docentes concordaram parcialmente, em 60%, que *existe um bom ambiente de trabalho entre os servidores*. Já em relação à *promoção do trabalho em equipe e à solidariedade* houve concordância parcial (52,30%), entretanto mais de 38% dos participantes também discordaram dessa afirmação.

Observou um docente, na questão aberta do questionário, que: “O *Campus Chapecó* da UFFS, em sua especialidade, não permite a convivência dos sujeitos sociais

em uma interação com o ambiente. São necessários espaços de fruição ambiental, social e política”. Também uma discente enfatizou que “A faculdade não incentiva a convivência entre seus próprios atores (alunos, servidores, etc.). Também não incentiva o esporte acadêmico, nem atividades relacionadas ao lazer”. Tais manifestações corroboram com o manifesto pelos TAEs, ou seja, no geral, a comunidade acadêmica percebe que falta a convivência entre segmentos. Aplicando estudo para o pessoal não docente de cinco universidades da América Latina, Rodríguez e Hernández (2017) identificaram cenário parecido, pois apesar de haver níveis mínimos e suficientes de boa qualidade nas relações interpessoais, os servidores relataram ser necessário fortalecer essas dinâmicas dentro das universidades se elas realmente quisessem ser o fundamento mínimo da RSU.

Ainda, os discentes, quando questionados se *existe um bom clima de trabalho entre os trabalhadores da Universidade*, expressaram 48,10% de concordância parcial e 23,30% de concordância total. Já no que concerne ao *respeito e colaboração entre professores e alunos*, a maioria manifestou concordância parcial (57,10%). Em outra pergunta, 46,60% manifestaram que parcialmente as *relações interpessoais são de respeito e cordialidade*.

Percebeu-se, no decorrer da análise até aqui realizada, o quanto a legislação impacta na gestão pública. Muitas vezes, esses aspectos legais, baseados em critérios burocráticos, impedem uma gestão mais apropriada pela área de Gestão de Pessoas, que não pode fugir de critérios já pré-estabelecidos nas bases jurídicas. Apesar de tal, observa-se que a UFFS incentiva a capacitação docente ao máximo, considerando o quantitativo de professores afastados integralmente para *stricto sensu*. Para os TAEs também há incentivo, porém mais limitado, o que tende a gerar descontentamento da categoria. Percebe-se ainda o pouco incentivo dos gestores para que os servidores participem de capacitações, muitas vezes aquelas promovidas pela própria Instituição.

Nesse cenário, é relevante destacar a atuação do SIASS, inaugurado em 1º de fevereiro de 2013, que atende diretamente a aproximadamente 2.250 servidores vinculados a órgãos partícipes. Entre as principais atividades realizadas anualmente, destacam-se as pertinentes a(o): Dia Nacional da Saúde; Dia Nacional de Combate ao Tabagismo; Dia do Desafio; palestras sobre primeiros socorros; Dia da Mulher; combate ao câncer; Semana de Saúde do Servidor; exames médicos periódicos; Novembro Azul;

Dia do Homem; Outubro Rosa; campanha de doação de sangue; Campanha de Pausas; oficinas de inteligência emocional, entre outras.

Para além, o SIASS aplicou uma enquete, em 2017, sobre a saúde e o trabalho, voltada aos servidores das instituições parceiras. A enquete teve por objetivo a coleta e a análise dos dados sobre qualidade de vida no trabalho, para subsidiar ações para o ano de 2018 e 2019.

Dos 2.200 servidores dos órgãos do SIASS (2018), houve um total de 811 respondentes, com maior número de respostas dos órgãos da UFFS (562) e do Instituto Federal de Santa Catarina (175) (todos os *campi*).

De acordo com os resultados, uma quantidade expressiva de servidores apontou transtornos relacionados à saúde mental, motivo para a equipe técnica direcionar suas ações às atividades de promoção que favoreçam ao servidor obter informações e acessar alternativas que melhorem o bem-estar. Destaca-se também que o trabalho interfere significativamente na saúde dos servidores e que aspectos de desconforto quanto a infraestrutura e as relações interpessoais estão entre os principais causadores de estresse, desmotivação e afastamentos (SIASS, 2018).

O SIASS (2018, p. 1) identificou ainda que o assédio moral, que englobou a violência verbal, sexual e física, permeia o contexto das relações de trabalho. “A maior parte das indicações de assédio são realizadas por chefias e um número expressivo ocorre entre colegas, chamando a atenção a existência de casos nos quais o assédio é praticado pelos subordinados para com suas chefias, indicando dificuldades de gestão”.

Embora haja níveis mínimos e suficientes de qualidade nas relações interpessoais, os resultados da presente pesquisa, aliados aos dados institucionais, sugerem que é necessário fortalecer essas dinâmicas dentro da UFFS para preservar o fundamento mínimo da Responsabilidade Social Universitária no Eixo *Campus* responsável, principalmente, nos quesitos de clima laboral, gestão de recursos humanos e processos democráticos, resultados esses que corroboram com o estudo realizado por López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016) nas IES públicas mexicanas.

Também os gestores precisam se comprometer com a identificação da percepção dos servidores sobre o clima laboral no setor (estrutura, cultura, normas, valores, condições financeiras, liderança), visando aperfeiçoar os aspectos positivos que reforçam a identidade e os sentimentos de pertencimento e satisfação dos servidores com a UFFS

e cumprimento de sua missão (MORO *et al.*, 2012; STEFANO; ZAMPIER; KOSZALKA, 2014; RIFANE; BASTOS, 2014; ORSIES, 2018). Importa sublinhar que a liderança é um dos fatores críticos de sucesso da implementação da responsabilidade social nas IES (ORSIES, 2018).

Assim, para aperfeiçoamento das questões relacionadas à capacitação e clima laboral propõem-se, conforme esboçado pelos próprios pesquisados, que a UFFS deve: clarificar os critérios e requisitos para os cargos de chefia; capacitar os gestores em temas de liderança; estimular a participação dos servidores em atividades que visem ao desenvolvimento pessoal; incentivar o desporto, a cultura e outras atividades recreativas que possibilitem uma integração e um desenvolvimento pessoal entre os servidores e dedicar maior atenção à administração e resolução de conflitos.

Mebarack e Ruiz (2018), ao estudarem a RSU na *Utec*, destacaram que as universidades que adotaram a Responsabilidade Social como um modo de vida, conseguem desenvolver um grande senso de pertencimento nos funcionários, integram famílias, realizam projetos que visam melhorar a saúde dos funcionários e, em geral, melhorar a qualidade de vida de todos, com o desenvolvimento de: convivência entre colaboradores; reuniões culturais; promoção de concertos, workshops, competições, exposições; campanhas para prevenir doenças; serviços de saúde; entre outros.

Concernente ao **Meio ambiente**, que tem por intuito observar a gestão ambiental, a criação e manutenção de um *campus* ambientalmente sustentável, seguro e saudável, o Gestor 1 enfatizou que a UFFS possui um departamento que cuida da gestão ambiental²¹ e que possui indicadores que busca atender, considerando legislações nacionais.

A gestão ambiental envolve uma série de indicadores que nós tentamos atender. Mas não só indicadores como também políticas que possam servir para a gente consolidar aquilo que nós defendemos até nos cursos. [...] O Departamento de Gestão Ambiental tem cumprido uma parte disso, mas também o esforço todo com as obras [...]. Então desde a separação de lixo até a forma como as pessoas lidam com os recursos naturais nas áreas experimentais. Falei antes dos agrotóxicos por exemplo, mas também nas imediações onde circulam as pessoas. Isso também é qualidade ambiental, nós

²¹ O Departamento de Gestão Ambiental (DGA) trata-se de um setor vinculado à Secretaria Especial de Laboratórios, que tem como atribuições: implementar ações de sustentabilidade; elaborar e atualizar a política ambiental; gerir o Plano de Gerenciamento de Resíduos; acompanhar o gerenciamento de resíduos químicos e biológicos e a coleta seletiva solidária; gerir os recursos hídricos e energéticos; fazer proposições quanto às adequações ambientais; acompanhar e sugerir medidas para as compras sustentáveis; contribuir e promover a educação ambiental na comunidade universitária (UFFS, 2018i).

termos um ar puro, termos água não contaminada, termos uma atenção especial aos recursos que hoje são nossos e que estão no âmbito da Universidade para serem zelados e darmos passos a mais que isso. A nossa relação também para fora quando trabalhamos com educação ambiental, trabalhamos com escolas, trabalhamos com empresas [...].

Também destacando a atuação do Departamento de Gestão Ambiental, manifestou-se o Gestor 2 em relação às ações de coleta seletiva de lixo, e de coleta de agentes contaminantes e ao debate sobre o uso de agrotóxicos na Universidade. Lembrou que, de certa forma, a preocupação ambiental está registrada em alguns documentos institucionais, estabelecendo princípios como, por exemplo, a questão da agroecologia nos cursos de Agronomia.

Quanto ao princípio da agroecologia, que permeia os fins de constituição da UFFS e está presente nos PPCs dos cursos de Agronomia, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, na criação do Mestrado em Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável, se percebe, frente as manifestações expressas nessa pesquisa, que existem dificuldades para o fortalecimento do modelo na Instituição, as quais ficaram mais evidentes na discussão em torno da regulamentação do uso de agrotóxicos, sendo que estes problemas precisam ser discutidos e problematizados continuamente pela comunidade universitária, uma vez que a agroecologia tem papel importante, especialmente para a agricultura familiar, estrutura representativa da região de inserção da UFFS, pelos benefícios econômicos e os relativos à segurança alimentar, à qualidade de vida e à sustentabilidade.

Atividades ambientais adicionais foram citadas pelos demais Gestores, como as campanhas de economia de energia e economia de papel; monitoramento de consumo de energia elétrica e de água; a política de compras sustentáveis; o uso de energia solar nos restaurantes universitários; o tratamento dos efluentes; o transporte terceirizado (menos veículos rodando). Assim sendo, entendem que a Universidade atende à legislação pertinente e demonstra sua preocupação com a gestão ambiental.

Contudo, observou o Gestor 4 que as ações ainda são bastante tímidas e que avanços podem ser pensados, entre eles, prosseguir com os estudos e debates sobre energia limpa. Já os servidores TAEs fizeram referência às orientações que recebem quanto à separação de lixo, economia de energia, plantio de árvores no *campus*, porém observaram que falta mobilização e cuidado da própria comunidade acadêmica. Também observaram Rodríguez e Hernández (2017) essa realidade em cinco universidades latino-

americanas, ao passo que o pessoal não docente expôs que as universidades são ambientalmente responsáveis e que são oferecidas capacitações a respeito do tema.

Do mesmo modo que os gestores, os docentes e os discentes concordam parcialmente que a UFFS toma medidas para a proteção do meio ambiente no *campus* e consideram que adquiriram hábitos ecológicos, conforme respostas apresentadas na Tabela 10. Cabe evidenciar que os alunos de mestrado tiveram prevalência de respostas neutras para os hábitos ecológicos.

A maioria dos docentes, entretanto, entende que, apesar de ser ambientalmente responsável, a Universidade não oferece formação em questões ambientais. Também os alunos, em sua maioria, não souberam expor se a equipe da Universidade recebe treinamento e diretrizes para o cuidado do meio ambiente no *campus*, considerando o alto percentual de respostas neutras.

Tabela 10 - Respostas dos docentes e discentes para as perguntas relacionadas ao meio ambiente

Perguntas	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
DOCENTES							
14. A Universidade é ambientalmente responsável.	4,60%	16,90%	9,20%	47,70%	21,50%	4	4
15. Existe uma política institucional para a proteção do meio ambiente no <i>campus</i> .	3,10%	13,80%	15,40%	43,10%	24,60%	4	4
16. O pessoal docente e não docente recebe formação em questões ambientais da Universidade.	20,00%	23,10%	18,50%	29,20%	9,20%	4	3
17. A organização da vida no <i>campus</i> permite que as pessoas adquiram hábitos ecológicos apropriados.	7,70%	23,10%	18,50%	38,50%	12,30%	4	4
DISCENTES							
13. A Universidade toma medidas para a proteção do meio ambiente no <i>campus</i> .	3,80%	6,00%	15,80%	42,90%	31,60%	4	4
14. Adquiri hábitos ecológicos desde que estou na faculdade.	12,80%	6,00%	27,80%	27,10%	26,30%	3	4
15. Percebo que a equipe da Universidade recebe treinamento e diretrizes para o cuidado do meio ambiente no <i>campus</i> .	7,50%	8,30%	41,40%	29,30%	13,50%	3	3

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Como expresso por um dos docentes “pelo que observo, as questões de responsabilidade ambiental são muito recentes na UFFS”. Manifestou-se também uma aluna de mestrado do *Campus Erechim* quanto à disponibilização de lixeiras:

seria interessante que nas salas de aula houvesse um lixeiro para lixo orgânico e outro para lixo seco (*Campus Erechim*). Pois, como só há uma lixeira, os lixos acabam sendo misturados, e acredito que a separação adequada do lixo seja apenas o primeiro incentivo a outras demandas ecológicas que são necessárias em nosso planeta.

Face ao exposto, percebe-se que a Universidade desenvolve orientações e aplica diretrizes no cuidado com o meio ambiente, como a coleta seletiva, compras e obras sustentáveis, plantio de árvores, gerenciamento de resíduos perigosos, consumo de água e energia, porém faltam treinamentos ou realizações de cursos de educação ambiental para a comunidade acadêmica.

Quanto às compras sustentáveis, ressalta-se que a UFFS (2019d) teve a melhor média no tema Compras/Licitações Sustentáveis com a prática “Concessão sustentável de restaurantes universitários²²”, conforme resultado da Chamada Pública Boas Práticas A3P do Ministério do Meio Ambiente, lançada em novembro de 2018.

Quanto ao Departamento de Gestão Ambiental (DGA), merece destaque o trabalho realizado pela Comissão de Desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade da UFFS, instituída por meio da Portaria nº 1135/GR/UFFS/2012, com o encargo de elaborar, acompanhar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável. As ações a serem construídas envolvem as seguintes temáticas (UFFS, 2017a, p. 7):

1. Atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental;
2. Compras e contratações sustentáveis;
3. Materiais de consumo (papel branco, copos descartáveis, impressões);
4. Energia (consumo e gasto);
5. Água e esgoto (consumo e gasto);
6. Resíduos sólidos;
7. Deslocamento de pessoal.
8. Qualidade de vida no trabalho.

22 Entre as informações levadas em consideração para a seleção da iniciativa da UFFS está a de que, desde 2016, a Instituição compra alimentos para os RUs produzidos por agricultores locais, o que possibilita a diminuição do transporte e de poluição. O controle de sobras e a redução da produção de lixo, bem como o uso de saneantes biodegradáveis, também foi levado em consideração. Pode-se citar como resultados principais: integração e apoio ao desenvolvimento da comunidade local/regional (especialmente da agricultura familiar); aquisição e oferta de produtos/refeições de qualidade; otimização de recursos; redução de danos ambientais (diminuição da poluição e da produção de resíduos) (UFFS, 2019d).

A partir dessas temáticas, estão definidas 42 propostas, entre elas: Licitações sustentáveis; Espaços verdes no *Campus*; Distribuição de água pluvial de reúso por gravidade; Uso de transporte alternativo – Projeto bicicleta no *campus*; Compostagem termofílica, entre outras ações que podem ser verificados no site da UFFS, na página destinada à sustentabilidade.

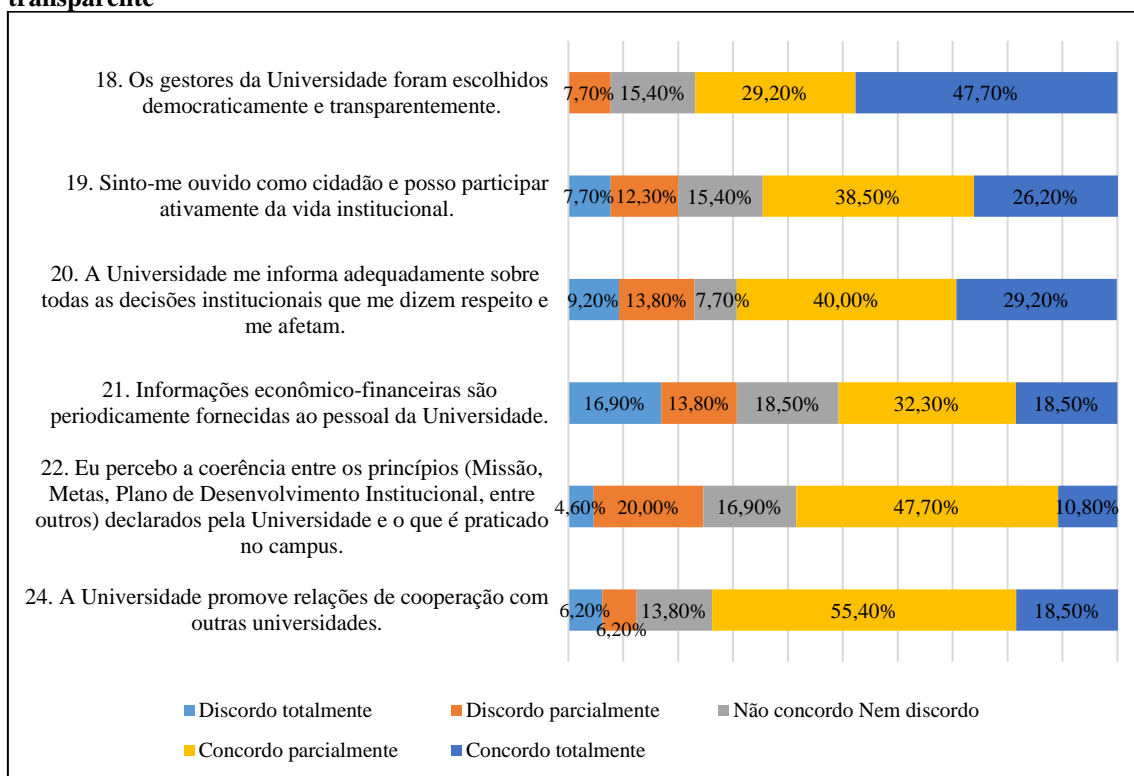
Portanto, a Universidade detém um grande desafio e responsabilidade de promover o desenvolvimento sustentável no centro de suas ações, fazendo cumprir a determinação legal quanto à gestão ambiental e atuando na interlocução com a sociedade externa, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, incentivando e indicando possíveis alternativas coerentes para com o futuro.

No que se refere ao tema **Transparência e Democracia**, os discentes, em sua maioria (34,60%), foram neutros quando questionados se *os processos para eleger os gestores são transparentes e democráticos*. Diferente disto, 25,60% concordaram totalmente com a afirmativa e outros 18% concordaram parcialmente. Ou seja, um maior percentual de discentes, entre eles os mestrandos, tem a opinião de que os processos de eleição são transparentes e democráticos, ainda que não em sua plenitude. Por outro lado, os docentes expressaram grande concordância com essa afirmativa, alcançando um percentual de 76,9% das respostas.

Quando os alunos foram interrogados se *os gestores tomam as grandes decisões de maneira democrática e consensual*, as respostas ficaram muito parecidas entre concordo parcialmente (29,30%) e não concordo nem discordo (28,60%). Para os alunos do mestrado houve maior número de respostas de concordância parcial.

Em relação a ser informado de forma transparente sobre o que lhes diz respeito e afeta a Universidade, os discentes e os docentes mostraram-se satisfeitos. Também expressaram concordância parcial com a afirmação de que as informações econômico-financeiras são periodicamente fornecidas e que há coerência entre os princípios declarados pela Universidade e o que é praticado no *campus*, conforme exposto nos Gráficos 5 e 6.

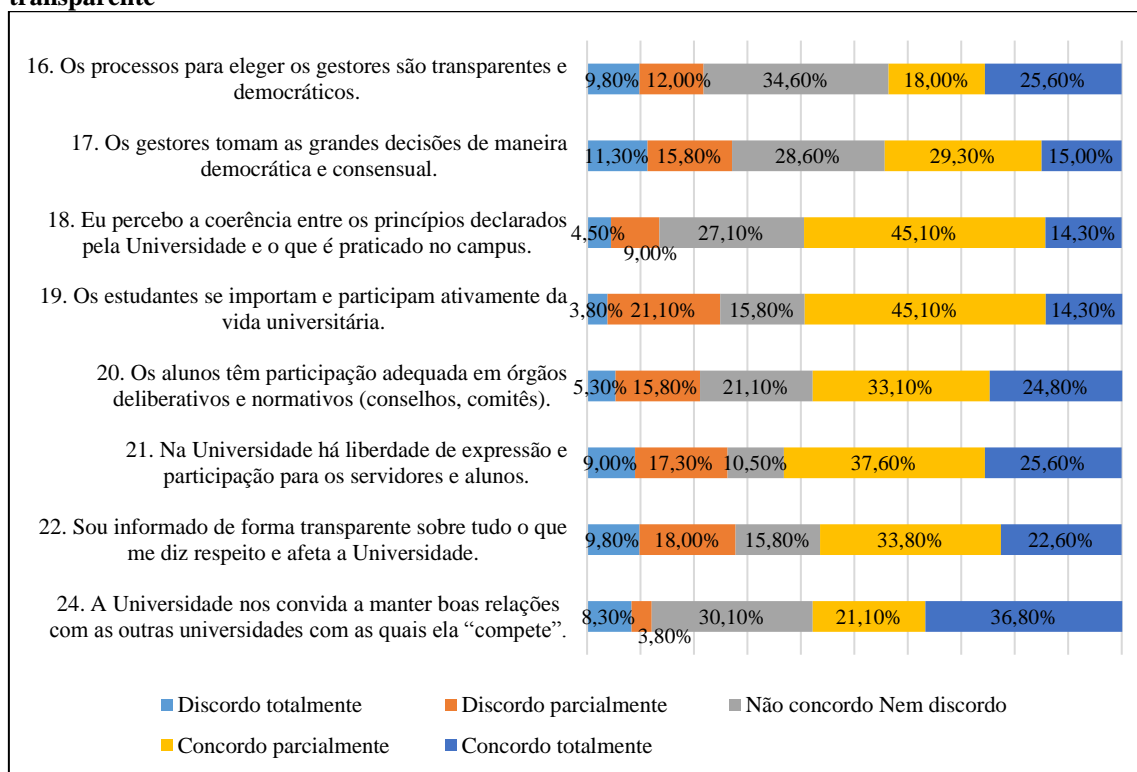
Gráfico 5 - Respostas dos docentes para as perguntas relacionadas à gestão democrática e transparente



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Os discentes da graduação expressaram concordância parcial e os mestrandos concordância total para com o quesito liberdade de expressão e participação da comunidade acadêmica, assim como visualizam que o seu segmento se importa e participa ativamente da vida universitária, tendo participação adequada em órgãos deliberativos e normativos e sendo ouvidos como cidadãos. Os docentes também expressaram que são ouvidos pela Universidade e podem participar da vida institucional, sendo a UFFS socialmente responsável com a comunidade acadêmica.

Gráfico 6 - Respostas dos discentes para as perguntas relacionadas à gestão democrática e transparente



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Por fim, os dois públicos pesquisados concordaram ainda que a Universidade promove relações de cooperação com outras universidades e que a comunidade regional participa da vida universitária do *campus*.

Manifestaram-se dois discentes quanto à democracia, sendo que um expôs que observa uma “autocracia velada” e o segundo discente discorreu ser necessário:

melhorar a integração entre a comunidade acadêmica, pois seus atores sociais estão dentro e fora da Universidade, mas suas relações e seu espaço social não estão na mesma proporção. Muitos esqueceram a verdadeira missão e comprometimento que cada um deve ter como cidadão participante da vida social em nossa comunidade... não é só o governo e sim a governança que deve estar presente em nossos espaços acadêmicos.

Um docente também se manifestou criticamente sobre as questões gerais abordadas até o momento, na análise do Eixo *Campus Responsável*:

a Instituição levanta a bandeira da agricultura familiar apenas para autopromoção. A realidade mostra que nunca saíram de suas salas para ver a realidade do campo [...]. Os gestores, em sua maioria, não ministram aulas para saber as dificuldades diárias vividas pelos docentes; cargos importantes são

atribuídos a servidores sem mérito na área. O assédio moral vertical e horizontal é frequente e nítido, porém é negligenciado pelos gestores. Não existe gestão de conflitos. [...] A evasão de alunos e servidores é bastante considerável por motivos relacionados ao assédio moral. [...] A UFFS é um colégio e está longe de ser uma Universidade.

Quanto aos técnicos administrativos, o participante 5 evidenciou:

a parte da transparência, em alguns pontos, aliás, muitos pontos, ela é por força de lei, é obrigada a ser, mas há alguns pontos que a gente não percebe a transparência. Na medida que, por exemplo, os processos de remoção, que são tão dificultados, então tu não sabe qual critério, então a transparência não existe. A partir do momento em que você não sabe qual o critério pra ser deferida ou não a remoção, existe, às vezes, um critério escrito lá, técnico, mas político, o que perpassa isso não fica claro.

Enfatizou ainda que as designações para funções gratificadas, que não são transparentes, ocorrem sem definição de critérios internos, com decisões que vêm de cima para baixo. Já quanto à democracia, expôs:

a parte da gestão democrática, eu diria que ela é um pouco meio proforma, até pela própria força de lei, de quando se diz que, na lei, 70% tem que ser docentes, então isso praticamente exclui a democracia nos outros setores, independente se externo, estudantes, técnicos, então a democracia fica restrita entre os docentes, então ai é uma concepção maior nacional que fica complicada, então ela ficaria um pouco restrita na participação da consulta a eleição de reitor e vice e diretores, mas tu elege só reitor e vice e não elege nenhum pró-reitor ou secretário, não tem a menor ideia do que vai vir dali, então essa democracia também é um pouco falha nesse aspecto.

De modo geral, os outros TAEs também visualizaram as mesmas questões, destacando que as nomeações ocorrem mais por amizade e relações político partidárias, e que as maiores funções gratificadas se concentram na Reitoria, sendo que os *campi* sofrem com o redimensionamento de funções.

O Gestor 1 não se manifestou em relação aos cargos e funções gratificadas. Lembrou da Lei da Transparência que orienta as ações da Universidade e destacou a importância e boa atuação da Ouvidoria. Como exemplo, citou o prêmio de melhor desempenho em transparência²³ que a UFFS recebeu. Porém, manifestou sua preocupação com o PDI, ao expressar a baixa participação da comunidade universitária na II COEPE:

23 A UFFS é a universidade federal com melhor desempenho em Ranking da Transparência das Universidades Federais 2017, implementado pelo jornalista Cristiano Alvarenga. A UFFS mereceu a liderança no ranking em decorrência da rapidez no atendimento aos pedidos de informação. Conforme os

então, o PDI passa a ser mais um processo assim burocrático que tem que ser feito, que precisa ser feito, é uma exigência. Mas ele não tem mais aquela força enquanto dinâmica que nós tínhamos lá no início. Infelizmente nós perdemos força na construção do nosso próprio perfil.

Os Gestores 2, 3, 4, 6, 7 e 8 também pontuaram que a Universidade opera de acordo com a regulação nacional e que tem uma atuação relativamente boa nos quesitos transparência e democracia, citando a representação da comunidade regional nos órgãos deliberativos e na escolha dos dirigentes (reitor e diretores), o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), a Ouvidoria, a Auditoria Interna (AUDIN) e o CONCUR. No quesito transparência o Gestor 2 complementou:

estamos numa boa transparência, embora eu acho que isso poderia se fazer um trabalho de divulgação maior, uma coisa é disponibilizar informação, outra coisa é fomentar que a sociedade olhe pra essa informação e isso talvez a gente não funcione muito bem, porque de maneira geral o que nós temos é a disponibilização da informação, então é algo que a gente poderia avançar, não tenho dúvidas.

O Gestor 5, por sua vez, entende que a transparência e a democracia poderiam melhorar. Destacou, por exemplo, que apesar do bom trabalho da Ouvidoria, poderia haver um sistema mais eficiente de denúncia ou reclamação. Enalteceu também o SIC, entretanto, visualiza que precisa ser realizada pela gestão uma avaliação participativa, para ouvir os segmentos quanto aos quesitos de transparência e democracia, pois atualmente falta diálogo. Lembrou ainda da baixa participação da comunidade regional nos conselhos, pois muitas pautas não são relacionadas ao segmento, o que os desmotiva a participar.

Conforme evidenciado, a Ouvidoria exerce um papel importante no que concerne a transparência. Instituída por meio da Resolução Nº 1/CONSUNICA/UFFS/2015, é um órgão de assessoramento, principalmente no que concerne à comunicação com a comunidade, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais e melhoria dos serviços públicos prestados. A título de exemplo, no período de 2018, a Ouvidoria (UFFS, 2019f) recebeu 219 demandas diversas. Dessas, 178 foram atendidas, isso é, o usuário recebeu

dados da pesquisa, a UFFS respondeu todos os 102 pedidos de informação solicitados durante o ano de 2016, com média de atendimento de 5,24 dias. Durante esse tempo, a Instituição solicitou prorrogação de prazo em apenas cinco solicitações (4,9%).

resposta diante da sua manifestação. Os assuntos que originaram as manifestações abrangem várias questões, sendo que os mais recorrentes estão ligados à educação/ensino superior (28); assédio moral (15); obras públicas (12); conduta docente (10); educação/ensino (9); universidade pública (8) e administração (da Universidade) (7).

Outra política consiste na criação, em 2018, do Comitê de Gestão de Integridade, em atendimento ao disposto no Art. 14 do Decreto nº 9.203 de 2017. O Comitê é encarregado de promover a estruturação, execução e o monitoramento do Programa de Integridade da UFFS, objetivando, principalmente, a institucionalização de ações de prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos de corrupção. Ao mesmo tempo, deve buscar garantir que as boas práticas de governança sejam desenvolvidas na Universidade (UFFS, 2018q).

Em tese, visualiza-se que os discentes se abstiveram quanto às perguntas de democracia e transparência, ao passo em que houve elevado percentual de respostas neutras. Os TAEs, por sua vez, expressaram seu descontentamento com a forma como se dá o acesso aos cargos de gestão e a falta de critérios explícitos para os pedidos de remoção, fatos que poderiam ser revisados pela gestão, pois se visualiza um conflito de visões entre os participantes da pesquisa e sabe-se que muito ainda a que se discutir sobre essas realidades, principalmente o acesso aos cargos de gestão. Já para os gestores, o principal problema reside na participação da comunidade universitária nos conselhos e o fomento ao acesso à informação (transparência).

Por fim, em relação ao uso de uma **Comunicação e divulgação responsável**, todos os segmentos pesquisados compreendem que ela ocorre de forma responsável, com promoção de valores e temas de responsabilidade social, como observado por Rodríguez e Hernández (2017) em seu estudo com pessoal não docente das universidades da América Latina. Entretanto os participantes TAEs e os gestores expuseram que ela ainda é muito acanhada, o que faz com que a comunidade conheça pouco a UFFS.

Como a TAE 6 discorreu:

eu acho que tem que melhorar bastante, principalmente na relação com a comunidade externa, na questão de investimento e divulgação, porque me parece que a Universidade assim, é, decidiu, a gestão que está, por não investir em publicidade²⁴, em nada disso né. Apesar de fazer tanto tempo que a gente

²⁴ Para o trabalho de comunicação são seguidos alguns princípios, dentre eles destaca-se “a opção institucional de não comprar espaços publicitários, nem contratar agências” (UFFS, 2012a, p. 63), o que,

já está instalado, quanta gente [...] não sabe nem o nome da Instituição, o que dirá o resto das ações, enfim, tanto que, eu falo mais do meu setor, [...] a gente tem cursos, aí claro, entra toda uma questão também de análise de demanda, que também não é feita na Universidade, mas os cursos muitas vezes abrem os editais e não tem inscritos pra preencher a vaga, 30 vagas. [...] A gente tem visto que cada vez menos pessoas se inscrevem, não ficam sabendo.

Os demais TAEs enalteceram que é muito difícil encontrar as informações no site da Universidade e entendem que a comunidade regional deve sentir ainda mais dificuldade de encontrar informações.

A TAE 1 lembrou ainda que o próprio material que, muitas vezes, é produzido pelos setores não é atrativo ou é difícil de compreender, então a Universidade precisa melhorar a questão da comunicação com o seu público de interesse e também produzir material para os alunos de ensino médio que vêm visitar as unidades, uma vez que fica difícil explicar para eles como devem fazer as buscas no site. Complementou que a UFFS poderia fazer mais uso de parcerias para divulgação: “Às vezes a gente quer produzir material, quer contar com parceiro pra ajudar a divulgar, mas tem muitas barreiras. Ah, não tem dinheiro pra investir, não dá pra investir, não dá pra aproveitar o canal que tem aberto com as parcerias também! Aí fica como?”

Os gestores também entendem que a comunicação não informa suficientemente as atividades da Universidade: “questões muito simples, ainda há gente pensando que nós deveríamos, que nós estaríamos cobrando uma mensalidade, quanto custa para estudar nessa universidade. Oito anos e tem pessoas que ainda pensam assim (GESTOR 1)”. Complementou: “[...] E não é por culpa da Diretoria de Comunicação, não é também só porque a equipe está ainda reduzida, eu acho que deveria ampliar sim, mas a forma como historicamente se comunica aqui na região ela não está direcionada às universidades”.

Assim, os gestores propuseram melhorias quanto a: operabilidade do site (apesar do atual ter melhorado muito em relação ao antigo); realizar estudo sobre o impacto de uma mudança política, que investiria recurso em divulgação ou publicidade; desenvolver matérias mais robustas sobre pesquisas e projetos; usar meios de comunicação alternativos (como rádio) para atingir mais o público da Fronteira Sul. Para além, também lembraram das iniciativas positivas, como a ampliação das mídias eletrônicas, principalmente o uso do facebook e a aplicação visual (imagens) da comunicação.

apesar de incluir políticas internas e externas de comunicação, de certo modo dificulta uma divulgação mais ousada.

O objetivo do Eixo *Campus* Responsável é reafirmar os valores diários e promover um comportamento organizacional responsável por parte de todos os membros da comunidade universitária, assim cada grupo de partes interessadas apontou áreas desafiadoras específicas relacionadas à Responsabilidade Social da UFFS. Os alunos concordam que é necessário um acompanhamento maior das questões de discriminação. O corpo técnico-administrativo indicou a necessidade de estabelecer critérios para avaliações de desempenho mais reais e a melhoria na comunicação das decisões administrativas, mas também encontrou outras áreas mais críticas como a pouca participação na vida acadêmica e a necessidade de melhoria da comunicação com a comunidade regional. Os professores expressaram que não recebem formação em questões ambientais e, por fim, os gestores pontuaram a necessidade de melhoria nos processos relacionados ao desenvolvimento pessoal e profissional, clima laboral, participação da comunidade regional nos conselhos e nos processos de comunicação.

Tabela 11 - Percentuais finais do Eixo *Campus* Responsável

Segmento e Curso	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Total Docentes	6,90	13,70	14,40	42,00	23,00
Total Discentes	7,80	12,70	20,80	34,80	23,90

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Para fins de elucidação, apresenta-se, na Tabela 11, os percentuais finais do Eixo *Campus* Responsável para as manifestações dos segmentos docente e discente.

Como identificado, em termos gerais, a UFFS atende ao que a legislação nacional estabelece, e os alunos, o corpo docente, o pessoal administrativo e os gestores concordaram parcialmente que a Universidade tem desempenhado um trabalho justo em relação às práticas de Responsabilidade Social, como López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016) observaram em sua pesquisa na *UNACAR*, mas há que se avançar em algumas questões, principalmente no clima laboral, na equidade de gênero nos cargos e na comunicação com a comunidade regional.

4.5.2 Eixo Formação Profissional e Cidadã

A universidade tem um impacto direto na formação dos estudantes, em sua maneira de entender e interpretar o mundo, a forma como se comportam e valoram certas coisas em sua vida, influenciando na definição da ética profissional e seu papel social. Para tal, deve buscar promover políticas de inclusão, a formação com pensamento crítico e autônomo, a promoção da empregabilidade e aprendizagem, a integração da aprendizagem baseada em projetos sociais e voluntariado solidário e, ainda, a promoção da mobilidade e da colaboração, nacionais e internacionais (ORSIES, 2018), questões que foram pesquisadas neste Eixo.

No quesito **Inclusão social**, o Gestor 1 explanou:

recebemos o prêmio de inclusão social²⁵ do país, através daquela concorrência que o Banco Santander faz entre as universidades para ver quem mais inclui. Nós incluímos especialmente aqueles que, nessa região, não conseguiam acessar a universidade pública. [...] São as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e camponeses, agricultores, pescadores. [...] São, em geral, aqueles que mais precisam da educação pública. Esses nós temos conseguido integrar pelo nosso sistema de acesso, de 90% da escola pública, isso tem sido decisivo. Mais dois programas de seleção especial, que são o Programa de Inclusão Indígena (PIN) e o Pró-Haiti. Também os nossos cursos de Educação do Campo, são dois, que funcionam em regime de alternância e conseguem trazer para a Universidade pessoas que não têm como participar de cursos oferecidos na forma regular. Dois cursos também do PRONERA, um em Veranópolis e outro em Pontão, mostram a direção que essa Universidade assumiu desde a sua origem. Mas, para além da política de inclusão, evidentemente, também nos interessa a permanência, o sucesso dos estudantes, que eles possam concluir os cursos, combater a evasão, a repetência, a retenção. [...] Inclusão de fato, não só dar a oportunidade, mas fazer com que possam no tempo necessário se formarem e com boa qualidade.

O Gestor 2 complementou:

A Universidade atende à legislação com relação as políticas afirmativas do estado brasileiro, basicamente a lei das cotas, que aí já envolve estudantes de escola pública, estudante de baixa renda, estudantes negros, pardos, indígenas e, mais recentemente, os portadores de deficiência. Mas, para além disso, inclusive, a Universidade ela avança naquilo que está na lei, quando, por exemplo, tem uma cota escola pública de quase o dobro do mínimo previsto na lei, a lei prevê 50% e a Universidade trabalha com algo em entorno de 88, 89% das vagas. E isso se repercute nos demais grupos sociais, porque a

²⁵ Prêmio Guia do Estudante – Destaques de 2014 na categoria Inclusão. A premiação faz parte dos Prêmios Santander Universidades e tem como objetivo reconhecer as IES que mais se destacaram no período de julho de 2013 a junho de 2014. A Universidade Federal da Fronteira Sul concorreu na categoria Inclusão com o projeto “Política de Ingresso na Graduação”.

aplicação pra negros, pardos e indígenas e pra pessoa com deficiência é sobre a cota em escola pública, no momento que a Universidade aumenta escola pública ela aumenta as vagas disponíveis pra esses grupos em especial. Para além disso, a Universidade tem hoje um programa pra acesso dos estudantes indígenas, para além daquilo que está na cota, na lei das cotas, garantindo pelo menos uma vaga por curso de graduação para indígenas e, para além disso, faz um programa especial com vagas experimentais, geralmente duas vagas experimentais por curso que a Universidade tem autonomia. O mesmo acontece para os imigrantes haitianos, que inclusive já estamos ampliando para abrir para outros imigrantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica no país, vamos encaminhar isso para o conselho em breve. Então, de maneira geral, tem essa preocupação, responde a essas demandas e também internamente tem inclusive comitês, comissões, que procuram garantir um apoio especializado para esses públicos, além, evidentemente, das políticas de auxílio financeiro.

Quando questionado se as mudanças no processo seletivo, no ano de 2012 (adesão ao Sistema de Seleção Unificada - SISU), diminuiu o ingresso de alunos da região de inserção da UFFS, o Gestor 2 enfatizou:

[...] até 2012, nós tínhamos um ingresso que chegava a média 94, 95% dos estudantes que ingressavam na Universidade eram estudantes que tinham feito o ensino médio em escola pública. De 2012 pra frente, que a gente abandona o fator escola pública e entra nas cotas por conta da lei e isso continua sendo mais ou menos parecido, caiu pra 90 a 92% a participação de estudantes de escolas públicas, ou seja, diminuiu muito pouco. O que a gente tem observado, com relação aos estudantes regionais, ou não, é que hoje, em média, em torno de 85% dos estudantes são da região Sul. [...] De maneira geral, se você olhar os dados do censo da educação superior, que foi publicado recentemente pelo Inep, eles verificaram isso, que é em torno de 10% a média nas universidades superiores, das universidades brasileiras, as federais em especial, em torno de 10% os estudantes são de fora da região, do estado, da região onde elas estão. Então nós estamos aqui entre 14 e 15%, em alguns cursos e isso varia muito de curso, ou seja, nós não estamos muito diferente do resto.

Para além, aponta-se que a UFFS estabeleceu uma cota para alunos que frequentaram parcialmente a escola pública (pelo menos um ano com aprovação), que, atualmente, corresponde a 2%. A cota escola pública, de acordo com a legislação, deve ser dividida em duas partes, uma delas para os alunos que provêm de famílias com renda bruta per capita de até um salário mínimo e meio; a outra parte será ocupada por egressos da escola pública sem a restrição salarial. No âmbito dessas divisões, a Universidade reserva uma cota para pardos, negros e indígenas, de acordo com o percentual populacional desses segmentos, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação a cada Estado da Federação (GIOLO, 2018).

Os gestores 3, 4, 7 e 8 entendem que a UFFS é precursora da política inclusiva, seja pelos processos e programas especiais de seleção que possui, seja pela assistência estudantil, que atende, entre as universidades públicas, o maior número de estudantes em termos percentuais. Lembrou o Gestor 6 que os indígenas possuem vagas reservadas também para a pós-graduação, tanto na especialização como no mestrado. O Gestor 5 destacou ainda a bolsa cultura, que é destinada aos alunos mais carentes, mas ponderou que:

[...] no último período, toda a questão orçamentária para bolsa cultura vinha de recurso do PNAE, agora sai dos recursos próprios, de 50 bolsas veio para 12. [...] então tem uma restrição muito grande das bolsas. De um lado tem-se o acesso dos indígenas, haitianos, alunos de escola pública, alunos de baixa renda e, do outro lado, não tem a garantia de bolsas de permanência para pesquisa e extensão, o que acaba impactando na permanência do aluno, principalmente do aluno noturno, que trabalha durante o dia e que tem dificuldades para se manter.

Da mesma forma, os discentes e docentes entendem que a *UFFS trabalha na perspectiva de inclusão escolar e superação das desigualdades regionais* ao manifestarem mais de 80% de concordância. Como expressou uma acadêmica “Tenho a dizer apenas elogios, desde que iniciei aqui fui bem recebida, tendo sempre um alguém para responder às minhas dúvidas. Amo muito”.

Para além das expressões da comunidade acadêmica, na II COEPE foi pontuado que, concernente a política de cotas, as deliberações reforçaram o entendimento já exposto na I COEPE, de que a política é um direito e que as ações afirmativas consistem em programas voltados para o acesso de sujeitos de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas, visando a concretização do “princípio constitucional da igualdade e a eliminação dos efeitos da discriminação étnico-racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de constituição física, promotora de uma inclusão real e da redução dos índices de pobreza entre esses extratos populacionais” (GEREMIA *et al.*, 2018, p. 121). Ou seja, a UFFS estaria, nesses termos, cumprindo o que estabelecem os regulamentos federais.

Além do que está previsto na lei, cabe exaltar a suplementação de vagas para negros, indígenas e estrangeiros, que representa um fator relevante de Responsabilidade Social, como o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), aprovado pela Instituição por meio da Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013. Outra importante ação, refere-se ao Programa de Acesso à Educação Superior da *UFFS* para Estudantes

Haitianos (PROHAITI), criado em uma parceria entre a Universidade e a Embaixada do Haiti no Brasil. Foi instituído pela Resolução nº 32/2013-CONSUNI e o primeiro processo seletivo ocorreu em março de 2014, oportunizando o acesso de 27 haitianos aos cursos de graduação. Atualmente são 35 alunos com matrícula ativa (UFFS, 2018h).

Também o *Campus* Indígena está contemplado no Plano Plurianual (PPA) (2016-2019) da Instituição. A proposta do *Campus* é diferenciada, e vem ao encontro das necessidades desses povos, enquanto cultura e costumes singulares que precisam ser cultivados e preservados.

Quanto às políticas para consolidação da inclusão, a UFFS implantou, em 2012, o Núcleo de Acessibilidade, órgão executivo que tem por finalidade atender a comunidade acadêmica com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade, promovendo ações que tendam a eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que limitem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional. No final de 2017, a Universidade contava com 11 estudantes e oito servidores com deficiência visual; seis estudantes e três servidores com deficiência auditiva; sete estudantes e 11 servidores com deficiência física e dois estudantes com transtornos funcionais específicos (UFFS, 2018m).

Diante disso, o estímulo à permanência desses estudantes ocorre também por meio de ações [...] Dentre as ações que são desenvolvidas na instituição para a promoção da acessibilidade, destaca-se: o contato com os estudantes matriculados e familiares para saber sobre as necessidades individuais; o empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes e servidores com deficiência visual; disponibilização de material adaptado; celebração de convênios e parcerias com associações, secretarias de educação municipais e estaduais, órgãos governamentais e não governamentais; disponibilização de tradutor/intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação com estudantes surdos e nos eventos institucionais; capacitação dos servidores para melhor atender a comunidade com deficiência, dentre outras (UFFS, 2018m, p. 111).

Em relação às políticas de ensino institucionalizadas, que possibilitam a formação de cidadãos mais conscientes do seu papel na sociedade, em consulta ao site da Pró-Reitoria de Graduação (UFFS, 2019a), observou-se que são detalhadas ações como: Programa de Monitoria de Ensino; Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID e PIBID-DIVERSIDADE); Programa de

Mobilidade Acadêmica; Grupos de Estudo; Programa de Estágios e Programa de Tutoria Acadêmica. O Quadro 19 resume o número de alunos atendidos por algumas das ações expostas.

Quadro 19 - Alunos contemplados pelas políticas de ensino

Quantitativo de alunos contemplados
Programa de Monitoria de Ensino: No período de 2012 a 2017, foram disponibilizadas um total de 492 monitorias remuneradas e 563 não remuneradas.
Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA): Participantes da 1ª edição de 2010-2012: 15 professores; 1.739 alunos dos cursos de licenciatura da UFFS; 4.050 (SC), 3.155 (RS) e 3.310 (PR) alunos das escolas participantes. Na 2ª edição de 2014-2016: 102 professores; sete técnicos administrativos; 3.673 alunos dos cursos de licenciatura da UFFS; não ocorreram atividades de formação de professores, por isso as escolas não participaram diretamente.
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): No período de 2014 a 2017, foram contemplados 946 bolsistas.
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID-DIVERSIDADE: Atende 60 acadêmicos bolsistas.
Programa de Mobilidade Acadêmica: No período de 2014 a 2018 foram beneficiados 45 estudantes.
Grupos de Estudo: Atualmente a Universidade conta com 66 Grupos de Estudo ²⁶ .
Programa de Estágios: No período de 2010 a 2017, foram realizados 2.324 estágios não obrigatórios e 11.402 estágios obrigatórios.
FONTE: PROGRAD, 2019.

Observa-se que todas as políticas possuem relação com a RSU, uma vez que tratam de atividades que promovem o ensino integrado e contextualizado, a aproximação com a prática profissional na área de formação, servem de apoio acadêmico à aprendizagem e à permanência dos estudantes, ainda originam parcerias e acordos de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras.

Mas, o êxito das atividades de ensino resulta também de ações de apoio e assistência estudantil, voltadas especialmente às necessidades dos alunos que compõe o público alvo da Universidade.

Em relação à permanência, como destacado pelos pesquisados, a UFFS tende a ser referência no atendimento aos estudantes. Assim, para garantir a permanência do discente indígena, foram previstas ações de apoio acadêmico; formação político-social; promoção da educação das relações étnico-raciais com a comunidade acadêmica; celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos; apoio financeiro; adoção de uma política de moradia estudantil e, ainda, para fins de acompanhamento das ações,

²⁶ Informação dos grupos em andamento encontram-se disponíveis em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/programas/grupos-de-estudos-1>.

foram constituídas uma comissão geral e uma comissão local do PIN em cada *campus* (UFFS, 2018h).

Por meio da Portaria nº 448/GR/UFFS/2014, foi criada a Comissão Institucional Permanente de Acesso e Acompanhamento à Educação Superior da UFFS para Haitianos, que tem, entre suas atribuições, o dever de acompanhar e coordenar o PROHAITI; incentivar projetos de pesquisa e extensão para que envolvam estudantes haitianos e sensibilizar a comunidade acadêmica para a inclusão da diversidade na Instituição (UFFS, 2018h).

Buscando reduzir as taxas de retenção e evasão dos cursos, garantir condições de permanência dos alunos e minimizar as implicações das desigualdades sociais e regionais na continuação da formação e conclusão da educação superior, a UFFS estabeleceu um conjunto de bolsas e auxílios, a partir de diversos programas de apoio aos discentes, como: Programa de Bolsa Permanência; Bolsa Cultura; Auxílio-alimentação; Auxílio-transporte; Auxílio-moradia; Auxílio Estudantil; Auxílio Ingresso e Auxílio Emergencial (UFFS, 2019b).

Para além dessas políticas, no PDI (UFFS, 2012a), ainda é prevista concessão de Bolsa Esporte dentro de determinadas modalidades para facilitar a realização de esportes na Universidade, como prevê o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Como destaca Recktenvald (2017), em 2014, o Programa Bolsa Esporte deixou de existir na UFFS e foi criada uma nova modalidade de auxílios financeiros para participação em eventos esportivos, mediante demanda. Porém, os Jogos Universitários da UFFS (JUUFFS) foram realizados, em sua quarta e última edição, em 2015, no *Campus Laranjeiras do Sul*. A descontinuidade dos JUUFFS foi decorrente da limitação orçamentária frente a uma demanda crescente de auxílios socioeconômicos, considerados mais essenciais na permanência.

No PDI ainda é feita referência ao Auxílio-creche, benefício que seria concedido aos acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica não contemplados com vagas nas creches públicas. Porém, tal auxílio somente passou a ser ofertado neste ano (2019), por meio do Edital nº 38/GR/UFFS/2019.

Para além do apoio financeiro, a Universidade oferece apoio e acompanhamento psicopedagógico, por meio do atendimento, nos Setores de Assuntos Estudantis dos

campi, de psicólogo, assistente social e pedagogo. Porém, atualmente, somente os *campi* Cerro Largo e Realeza contam com atendimento pedagógico (UFFS, 2019c).

Quanto à estrutura física, destaca-se a construção dos Restaurantes Universitários, que contribuem com à permanência dos discentes na UFFS, visto que proporcionam à comunidade universitária refeições básicas, necessárias e de qualidade, por um valor acessível.

A Moradia Estudantil, que teria como finalidade atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de comprovada carência financeira, ainda não foi construída pela Universidade, devido às restrições financeiras. Também a construção ou locação de espaços para a prática esportiva, prevista no PNAES, não se tornou realidade. Como destacou o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, quanto a moradia estudantil:

existe a demanda por parte dos estudantes e estava no PPA fazer um estudo de viabilidade e criar condições pra discutir a moradia, isso foi feito. Por enquanto, assim, o resultado, a conclusão do estudo, foi ser importante fazer, desde que tenha recursos para tal. Tendo em vista também que já foi o segundo ano de capital zero né, então a discussão ficou parada. Então hoje não teria, não se vislumbra moradia estudantil, a curto prazo pelo menos não [...]. Atualmente aqui na Universidade tem-se dois entendimentos, tem um que defende a moradia ser importante, que garante o espaço dos estudantes e há outro entendimento que diz que a moradia vai restringir, porque tem um custo de manutenção muito elevada e não vai ter vagas, são vagas limitadíssimas. Então, o atual modelo que a gente tem que é o pagamento de auxílio moradia ele estaria atendendo um maior número de alunos, então acho que essas duas teses elas vão rivalizar com o tempo. Mas o nosso compromisso enquanto reitoria é, considerando que a gente não vai conseguir efetivar a moradia estudantil, é que a gente vá aprimorando, acho que o auxílio moradia ainda precisa encontrar um formato mais adequado que atenda melhor as necessidades dos estudantes, que é o nosso objetivo de trabalho. [...] Mas independente do que pensar, de qual o desenho que for, ele só vai ser implementado se tiver aprovação dos estudantes, [...] a gente tenta construir essas opções em conjunto.

Observa Recktenvald (2017) que a UFFS é uma Universidade em que, diferentemente das IFES tradicionais, os estudantes socioeconomicamente vulneráveis são a maioria, principalmente a partir de 2013, ano em que se notou um grande crescimento do número de discentes vulneráveis, explicado pelo novo modelo de ingresso via SiSU, pela adesão à lei de cotas e outros processos seletivos de ações afirmativas.

Os percentuais médios de atendimento aos estudantes iniciaram altos em 2010, com 40% dos estudantes, diminuindo nos dois anos seguintes, sendo que em 2013 o

percentual voltou a aumentar e criou-se nova tendência de elevação. Em 2016 o percentual de beneficiários chegou a 50% dos alunos da UFFS (RECKTENVALD, 2017).

Nesse cenário, destaca-se que a UFFS ainda não possui implantadas políticas de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação, que estão em processo de estruturação (UFFS, 2018m). Importante lembrar que os alunos egressos assumem papel estratégico para compreensão da efetividade social e profissional dos conhecimentos adquiridos no período universitário. A vivência da Universidade com os formados permitiria avaliar a necessidade de adequação da estrutura curricular e resgatar aspectos intervenientes desse processo, motivando o aluno afetivamente pelo viés de cuidado e da responsabilidade que a Instituição assume perante a sua carreira profissional. Como lembra Villarreal (2014), um dos principais impactos que a Universidade tem na sociedade são os próprios formandos, motivo pelo qual a RSU deve ter como objetivo, em primeiro lugar, garantir que eles tenham as competências profissionais exigidas pelas organizações, bem como com um comportamento ético e um compromisso social inquestionável.

No quesito **Presença de temáticas cidadãs e de responsabilidade social nos projetos curriculares (desenvolvimento sustentável, ética profissional e cívica, gestão da RS, entre outros)**, percebe-se que a maioria dos gestores visualiza que as temáticas se fazem presentes nas disciplinas de domínio comum, porém notam que está havendo cada vez mais desprioridade com temas como cidadania, ética cívica e responsabilidade sociambiental, conforme já observado quando da análise dos PPCs. Já os docentes e os discentes entendem que as temáticas se fazem presentes no currículo e são incentivadas pela Universidade.

O Gestor 6 apontou que os currículos abrangem, de modo geral, as questões sustentáveis, éticas e cidadãs, mas:

[...] nem sempre as disputas que se dão em torno do currículo, os debates que se dão em torno do currículo, e as políticas curriculares, elas têm estas prioridades que tu está dizendo, quase sempre, no geral, tem outras que são da natureza mais acadêmica e formativa propriamente [...]. Então nem sempre essas dimensões colocadas elas têm peso no currículo, porque as grandes disputas não são em torno desses temas, são em torno dos pesos que as disciplinas, que aquelas ciências, têm na composição do currículo.

Na mesma vertente, o Gestor 5 compreende que a inclusão das temáticas de responsabilidade social no currículo depende da definição do próprio curso ou ocorre de modo transversal.

Entendendo que os PPCs nasceram com a proposta de terem inclusos temas como desenvolvimento sustentável, ética profissional e cívica, responsabilidade social, tendo em vista que a UFFS possui esse perfil, percebe o Gestor 4 que:

[...] os PPC's incluíram isso, e agora nessa caminhada uns estão passando por uma revisão. [...] Pelo que acompanhei a maioria não manteve esses elementos [...], então sim, existe essa divisão periódica. Acho que a gente vai precisar, com o tempo, melhorar isso, porque algumas coisas perderam um pouquinho de força, de alguns cursos né? e então, talvez, a Universidade logo logo vai ter que retomar algumas questões referentes a isso.

Com a mesma percepção manifestou-se o Gestor 1, enfatizando que a UFFS teve um retrocesso em 2011-2012, quando reduziu o tronco comum a um conjunto de nove componentes curriculares, alguns optativos, que perdeu seu sentido inicial “[...] não deu a continuidade para a ideia que estava por detrás, que era a ideia da interdisciplinaridade. [...] A nossa formação acadêmica é muito tradicional”.

Também o TAE 5 destacou que percebe uma hiperespecialização no currículo:

[...] a gente percebe, embora nada empírico, que alguns professores a prática é mais voltada para isso. Eles querem tornar o aluno especialista naquele conteúdo daquele componente, isso, às vezes, também interfere, a gente percebe, nos processos de reformulação dos próprios projetos pedagógicos dos cursos, que há um distanciamento entre alguns domínios, entre o comum que foi criado justamente para se ter essa formação cidadã, mas ele não se articula com os específicos do curso, então há ainda uma série de limites que têm que ser perpassados.

Frente ao exposto, destaca-se, conforme a literatura pertinente, que visando reintegrar ou fortalecer a RS no currículo, a UFFS poderia oferecer cursos ou disciplinas sobre responsabilidade cívica e consciência social, sobre democracia e injustiças sociais e propiciar o envolvimento dos estudantes na prática de serviços comunitários (FILHO, 2013). Para isso, Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2009) propõem as modalidades de *estágio social obrigatório* denominadas de Atividade Curricular em Comunidade (ACC) e Atividade Curricular em Instituição (ACI), visando uma formação universitária interdisciplinar, multidimensional, reflexiva e engajada. Além disso, ressalta-se que a RSU deve estar presente cotidianamente na sala de aula e ser usada no planejamento de

estratégias, metodologias e avaliações de ensino (MARTÍNEZ-USARRALDE *et al.*, 2017).

Já os professores e alunos parecem entender que a UFFS oferece uma educação ética e cívica que os ajuda a ser pessoas socialmente responsáveis. Os professores também percebem que os estudantes estão bem informados sobre as injustiças sociais e os riscos ambientais, o que corrobora com as respostas dos alunos da graduação e do mestrado, quando confirmaram que a Universidade os motiva a se colocarem no lugar dos outros e a reagirem contra as injustiças sociais e econômicas presentes no contexto social, além da formação permitir que sejam cidadãos ativos em defesa do meio ambiente. Esses resultados podem ser observados na Tabela 12.

Tabela 12 - Respostas dos docentes e discentes para as perguntas relacionadas à presença de temáticas cidadãs e de responsabilidade social nos projetos curriculares

Perguntas	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
DOCENTES							
26. A Universidade oferece aos alunos uma educação ética e cívica que os ajuda a ser pessoas socialmente responsáveis.	4,60%	9,20%	12,30%	44,60%	29,20%	4	4
28. Eu percebo que os estudantes estão bem informados sobre as injustiças sociais e os riscos ambientais do mundo de hoje.	6,20%	15,40%	15,40%	49,20%	13,80%	4	4
29. O(s) curso(s) em que ministro aulas são atualizados e respondem às necessidades sociais do ambiente.	1,50%	13,80%	9,20%	50,80%	24,60%	4	4
35. São realizadas reuniões com graduados da especialidade para discutir a adequação do currículo às demandas sociais atuais.	23,10%	15,40%	16,90%	29,20%	15,40%	4	3
DISCENTES							
26. A Universidade me oferece uma educação ética e cidadã que me ajuda a ser uma pessoa socialmente responsável.	0,00%	8,30%	8,30%	33,80%	49,60%	5	4
27. Meu curso é realmente integral, humano e profissional, e não apenas especializado.	0,80%	10,50%	7,50%	30,80%	50,40%	5	5
28. A Universidade me motiva a me colocar no lugar dos outros e a reagir contra as injustiças sociais e econômicas presentes em meu contexto social.	5,30%	7,50%	15,80%	30,10%	41,40%	5	4

continua

Tabela 12 - Respostas dos docentes e discentes para as perguntas relacionadas à presença de temáticas cidadãs e de responsabilidade social nos projetos curriculares (continuação)

29. Minha formação me permite ser um cidadão ativo em defesa do meio ambiente e informado sobre os riscos e alternativas ecológicas para o desenvolvimento atual.	0,80%	6,80%	17,30%	32,30%	42,90%	5	4
30. As várias disciplinas que tenho em meu curso são atualizadas e respondem às necessidades sociais do meu ambiente.	5,30%	9,00%	15,00%	38,30%	32,30%	4	4

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Ainda, os discentes da graduação concordam parcialmente e os mestrandos totalmente que as disciplinas são atualizadas e respondem às necessidades sociais, proporcionando-lhes uma formação integral, humana e profissional. Ou seja, os dois segmentos entendem que o currículo preserva temáticas cidadãs e de responsabilidade social, o que, de certa forma, não converge para o que foi postulado pelos Gestores.

Porém, uma discente enalteceu:

não adianta o professor e Instituição estar ligado e promover ações sociais e estar envolvido a estas ações, se não são capazes de enxergar o próprio aluno universitário na sala de aula como parte deste meio. O aluno tem estado cada vez mais debilitado, doente e pressionado psicologicamente. Como discente, sinto que precisamos de mais atenção e sensibilização por parte da Universidade como um todo.

É importante destacar que, para a formação cidadã, não basta apenas transmitir a informação por meio de sua previsão no currículo universitário, é necessário que existam ações reais da UFFS, que não visem somente o fortalecimento dos conhecimentos, mas também que impactem nas atitudes e comportamentos dos estudantes (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009). Na mesma linha de raciocínio, lembram Avendaño Castro, Paz Montes e Parada-Trujillo (2016) que não basta que os conteúdos curriculares sejam estipulados para garantir que a cidadania seja realmente promovida na comunidade educativa, uma vez que requer uma reflexão contínua sobre o que é estabelecido, o que é feito ou não feito e o que é necessário para manter, melhorar ou mudar, e isso é conseguido por meio de avaliação.

Ainda em relação aos dados da Tabela 13, apesar dos docentes entenderem que os cursos são atualizados e respondem às necessidades sociais, não houve a mesma concordância quando indagados se são realizadas reuniões com colegas para examinar os aspectos de responsabilidade social ligados à carreira que ensinam, uma vez que a moda

resultou em valor quatro, mas a mediana indicou valor três. Tal resultado corrobora com o expresso por um Gestor quando mencionou que a maioria dos docentes direciona as preocupações com o currículo para a questão profissional, e temas de compromisso e desenvolvimento social são deixados em segundo plano nas discussões. Cabe evidenciar que os cursos que expressaram maior discordância quanto ao questionamento foram: Letras (CH), Letras (CL), Pedagogia (ER) e Biologia (RE).

Nesse ponto, também cabe apresentar algumas ponderações feitas pelos discentes. Um acadêmico de Erechim expressou que:

os concursos públicos para professores da Agronomia da UFFS sem recortes para a ênfase em agroecologia, trouxeram pessoas desqualificadas para interagir com o tema e proporcionar uma formação direcionada às demandas que a região e seus mais diversos atores progressistas demandaram. Mas vamos mudar isso.

Outro discente enfatizou que a UFFS tem compromisso social, porém alguns alunos não compreendem esse lado singular da Instituição. Nessa lógica, cabe relatar o que discorreu uma acadêmica, que confirma o manifestado pelo Gestor 1, que os próprios alunos não priorizam disciplinas de formação cidadã:

entendo o compromisso que a Instituição tem para com a formação de cidadãos, no entanto, acho um tanto exagerado montar uma grade como a de cursos de áreas relacionadas à biologia ou áreas da saúde que tem tamanha carga horária dedicada somente às matérias sociais, e mesmo que se tenha esse compromisso, o intuito da Instituição deve ser, querendo ou não, a especialização e profissionalização. Fica extremamente complicado quando priorizam a montagem de uma grade cheia de matérias sociais pra um curso de Medicina Veterinária por exemplo, sendo que deixa-se incompleto o próprio ensino da área por ocorrer essa priorização de matérias sociais com demasiada carga horária. Acho válida a formação de cidadão, mas acho muito desnecessária essa quantidade de matéria social que temos, e isso sim precisa melhorar. A gente não precisa de todo esse volume de matéria social, e sim, de mais horário para conteúdos da nossa área.

Ainda nesse Eixo, houve manifestações dos TAEs sobre a questão da evasão:

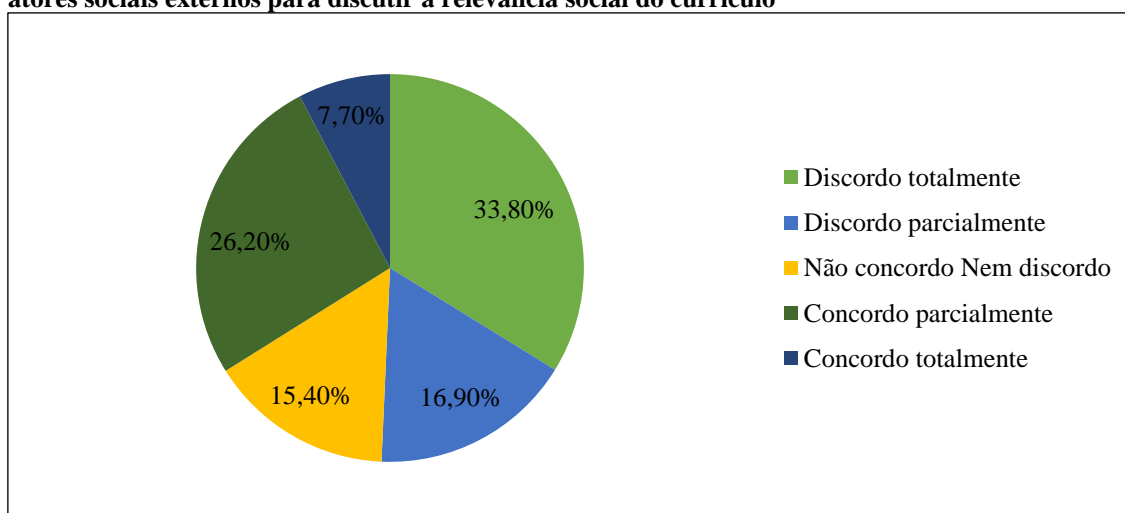
[...] sobre a questão da evasão, ah mas porque a UFFS optou pelas licenciaturas né? tem gente que ainda não sabe que isso foi por uma demanda que veio dos movimentos sociais, mas ao mesmo tempo será que esses movimentos sociais, que demandaram esse tipo de curso, estão realmente se inserindo neles, estão aproveitando essa oferta. A gente sabe que a Universidade tem uma evasão muito grande, tem um número de vagas que acaba sobrando inclusive. Até que ponto os movimentos sociais estão utilizando. Eu falo isso porque em contato com movimentos sociais, desde MST, quilombolas, movimento de mulheres,

enfim, o que a gente percebe é que muitas vezes eles nem sabem que a Universidade foi criada para eles, que cursos são ofertados, como eles podem ingressar. Talvez o papel da Universidade não esteja atendendo para chegar até eles, para divulgar de maneira que eles tenham conhecimento (TAE 1).

Para além do enfatizado pela TAE, é relevante expor que, no ano de 2015, a UFFS decidiu pela redução das turmas de alguns cursos de licenciatura, frente ao alto percentual de evasão, geralmente acima de 30% (UFFS, 2015d).

Ainda, frente às constatações em relação ao domínio comum e às práticas dos docentes quanto a definição do currículo, pauta-se que a UFFS não desenvolve a RSU como estilo de vida, pois ela não se apresenta como o que Mebarack e Ruiz (2018) chamam de currículo oculto, quando as ações ocorrem de forma gradual e natural.

Gráfico 7 - Resposta dos docentes para a pergunta: Na minha especialidade, temos reuniões com atores sociais externos para discutir a relevância social do currículo



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Já no que se refere à **Integração de atores sociais externos no desenho das matrizes curriculares**, os docentes expressaram maior discordância com o item, conforme representado no Gráfico 7.

Tal resultado corrobora com o exposto pela egressa (no objetivo anterior) e alguns gestores (conforme se verifica nas falas à frente) quando dizem que a integração ocorre de maneira isolada, por iniciativas pessoais de alguns cursos ou mesmo docentes. Ressalta-se que os cursos que demonstram integrar os atores externos na discussão dos PCCs, pelas respostas, foram Enfermagem (CH), Letras (CL) e Agronomia (ER).

Também quando questionados se *são realizadas reuniões com graduados da especialidade para discutir a adequação do currículo às demandas sociais atuais*,

29,20% dos professores concordaram parcialmente e outros 15,49% concordaram totalmente. Entretanto, 38,50% expressaram sua discordância e 16,90% se mantiveram neutros. Observa-se que os cursos que expressaram maior concordância foram novamente Enfermagem (CH), Letras (CL) e Agronomia (ER), agora com a adição de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias (LS).

Na questão aberta do questionário um professor expôs:

os modelos de gestão e de ensino-aprendizagem na UFFS são anacrônicos e não se vê perspectiva de mudança. Os colegiados de curso se tornaram instâncias meramente burocráticas. O corpo docente, em geral, é extremamente conservador e não quer se dedicar à extensão e, muitas vezes, nem sequer à pesquisa. Também são resistentes à discussão sobre ensino-aprendizagem. As tarefas burocráticas na Universidade só crescem, em geral com tendência a transferir responsabilidades aos docentes.

Por sua vez, os Gestores 1, 3, 4, 6 e 7 lembraram que os PPCs iniciais foram estruturados a partir de demandas dos movimentos sociais, que inclusive indicaram os cursos a serem ofertados pela UFFS e reforçam isso pela COEPE. Porém, os Gestores 1, 4 e 7 não souberam informar se, depois desse processo inicial, a comunidade regional é convidada a opinar sobre as matrizes curriculares. Já o Gestor 6 lembrou das diretrizes curriculares nacionais, que precisam ser atendidas na construção dos PPCs [...], o que também limita o atendimento de todas as demandas sociais.

O Gestor 5 enalteceu que a comunidade regional e os egressos não são ouvidos nos desenhos das matrizes curriculares, a menos que ocorra por iniciativa voluntária de um curso ou docente. Lembrou que a comunidade e os alunos podem ter representação nos colegiados de cursos, basta ser feita a indicação, conforme estabelece o Regulamento da Graduação, mas que atualmente se percebe uma baixa participação nessa instância.

Aliado ao manifesto do Gestor 5, o Gestor 2 esclareceu:

é, de maneira geral, ainda é um exercício solitário da Universidade. Os PPC's passam, claro, na aprovação final deles, na Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do CONSUNI, aonde a gente tem representação da comunidade externa, mas essa participação é no processo de aprovação, não de elaboração. O Regulamento da Graduação, o Regimento Geral da Universidade, mas, especialmente, o Regulamento da Graduação prevê que, no âmbito dos colegiados, pode haver representação da comunidade externa, mas nem todos os colegiados tem essa representação. Digo isso porque o colegiado é o responsável pela revisão, elaboração dos PPC's, então ali também é muito tênue a participação. Mas há algumas iniciativas no sentido de garantir essa participação, então alguns cursos, mas são iniciativas isoladas de fazer uma

audiência pública pra discutir o PPC que está sendo proposto. Então, poderia dizer assim, que de maneira geral hoje isso é muito tênue, muito fraco na verdade. Até há uma intencionalidade, mas não acontece de fato, ainda é um exercício interno.

Nesse cenário reverbera a necessidade de desenvolver estratégias e espaços comuns para que atores sociais externos sejam integrados no desenho das matrizes curriculares, evitando o impacto da delimitação dos campos de estudo e não democratização da ciência (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009). Pode-se sinalizar também que o resultado da baixa integração dos atores sociais externos tenha relação com conflitos de interesse e políticos, seja dos docentes e também da própria comunidade regional, fato que reprime o desenvolvimento da responsabilidade social.

Por fim, relativo à **Articulação entre profissionalização e voluntariado solidário e a relevância social da educação**, tem-se que a UFFS, na visão dos participantes, busca associar conteúdos específicos da profissionalização com temáticas sociais e que incentiva a participação em projetos sociais. Para confirmar tal conjuntura, várias ações foram citadas pelos gestores, conforme se observa na sequência.

Os Gestores 4 e 6 citaram as Empresas Júniores, a Incubadora de Tecnologias Sociais da PROEC, a Incubadora de Negócios do curso de Administração, as parcerias com as escolas para formação de professores, as parcerias com cooperativas, os estágios que são desenvolvidos na comunidade, como é o caso dos hospitais e postos de saúde, os programas de residência pedagógica, o PIBID. Complementou o Gestor 1 sobre os projetos: Fronteira em Movimento; Rondon, Transição agroecológica das propriedades familiares de 100 agricultores de Chapecó, que, para além da formação profissional, abarca a inserção social; Permabil; Farroupilha; AdministraCão; Ciclismo, dos *campi* Laranjeiras do Sul e Cerro Largo; Trilha ecológica, do *Campus* Chapecó; a coleta de materiais eletrônicos dos cursos de Engenharia Ambiental, entre vários outros de cuidado com os animais e o plantio de árvores nos *campi*.

Complementarmente, os Gestores 5 e 2 citaram os cursos Interdisciplinares em Educação do Campo, que ocorrem em regime de alternância, também Agronomia e História em parceria com o PRONERA. O Gestor 2 citou ainda a Clínica de Nutrição e o Hospital Veterinário do *Campus* Realeza, que fazem atendimento e prestam serviços à comunidade.

O Gestor 3, em seu entendimento, observa que a Universidade não tem incentivado o voluntariado, “se fosse esse o objetivo poderia ter políticas mais claras de que isso seria o desejado”. Tal cenário também foi identificado por Cavalcante (2014) no Instituto Federal da Bahia, em que a maioria dos Gestores indicaram que a instituição não desenvolve um programa de voluntariado ou desconhecem tal ação. Para além, o Gestor lembrou do ambulatório no *Campus* Passo Fundo. Ainda, no que concerne a atuação das Empresas Júniores, destacou:

as empresas júniores são acho que na área de gestão, principalmente, mas acho que dos estudantes, foram as precursoras da relação Universidade e empresa. Elas foram as primeiras que quebraram, de certa forma, porque a gente tinha meio que um tabu também, aí no começo, de chegar perto de empresas, porque de certa forma as empresas eram o capital contra os movimentos sociais e nisso faltava, e talvez ainda falte um pouco. Ou seja, a sociedade é composta também pelas empresas e não só pelos movimentos sociais. A gente tem que conseguir interagir com todos e harmonicamente, inclusive ajudar que eles consigam interagir pacificamente e colaborativamente dentro da sociedade.

Em relação à articulação e ao voluntariado desenvolvido pelas empresas juniores, cabe ressaltar que o site da UFFS não está atualizado quanto a esses dados. Em pesquisa on-line, foram identificadas cinco empresas júniores, a citar-se: Sem Fronteiras Consultoria Jr., do curso de Administração do *Campus* Chapecó; EngTech Jr. – Soluções Ambientais, do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do *Campus* Erechim; Integração Junior, do curso de Administração do *Campus* Cerro Largo; Desenvolve Consultoria Júnior, empresa do *Campus* Laranjeiras do Sul, constituída pelos cursos de Ciências Econômicas, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Agronomia; Ambienta Jr., do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do *Campus* Chapecó. Além das empresas júniores, cita-se a criação da Incubadora de Negócios (INNE) no *Campus* Chapecó, que oferece suporte a empreendedores para que desenvolvam ideias inovadoras e as transformem em empreendimentos de sucesso (UFFS, 2018j), e o Centro Vocacional Tecnológico em Cooperativismo, Agroindustrialização e Agroecologia (CVT), que opera em espaço próprio no *Campus* Laranjeiras do Sul. O CVT é um centro de ensino, pesquisa e extensão que visa a divulgação e a produção de conhecimento científico, tecnológico e técnico prático e a transferência de conhecimentos organizacionais e tecnológicos, buscando a melhoria de

processos, para o desenvolvimento econômico e social sustentável da Messoeregão (UFFS, 2018k).

Como destacado pelo Gestor 3 sobre a questão da abertura da UFFS para as empresas, cabe expor o que observam Alamilla *et al.* (2017) quando afirmam que a cidadania não deve ser exclusiva de um setor público ou privado, mas requer ações conjuntas entre diferentes atores e contextos sociais. Diante disso, a Universidade deve estabelecer mecanismos que lhe permitam trabalhar em conjunto com outras instituições, indivíduos e organizações que fortaleçam sua instituição, a formação do corpo discente e a comunidade em geral. Importante lembrar que na II COEPE foi ressaltada a preocupação em se realizar esse processo de abertura, para que sejam preservados os princípios institucionais.

Tabela 13 - Respostas dos docentes e discentes para as perguntas relacionadas a articulação entre profissionalização e voluntariado solidário e a relevância social da educação

Perguntas	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
DOCENTES							
30. No(s) meu(s) curso(s), os alunos têm que fazer atividades que impactem positivamente o ambiente social.	6,20%	10,80%	12,30%	50,80%	20,00%	4	4
31. Eu costumo ligar os conteúdos temáticos ensinados aos problemas sociais e ambientais de hoje.	3,10%	1,50%	4,60%	43,10%	47,70%	5	4
32. Tive a oportunidade de vincular disciplinas sob minha responsabilidade com projetos sociais fora da Universidade.	20,00%	6,20%	18,50%	26,20%	29,20%	5	4
33. Participei de atividades voluntárias de solidariedade com colegas e alunos.	16,90%	6,20%	13,80%	35,40%	27,70%	4	4
DISCENTES							
31. No meu curso, tive a oportunidade de me relacionar cara a cara com a pobreza.	15,80%	9,80%	24,10%	29,30%	21,10%	4	4
32. No meu curso, tive a oportunidade de participar de projetos sociais fora da Universidade.	12,80%	9,80%	18,80%	28,60%	30,10%	5	4
34. No meu curso tenho a possibilidade de conhecer especialistas em questões de desenvolvimento social e ambiental.	3,80%	12,80%	26,30%	33,80%	23,30%	4	4
35. No meu curso, tenho a oportunidade de fazer pesquisa aplicada para resolver problemas sociais e/ou ambientais.	5,30%	9,00%	20,30%	33,10%	32,30%	4	4

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Concernente aos questionários, as respostas dos professores e acadêmicos para a articulação entre profissionalização e voluntariado solidário e a relevância social da educação, são retratadas na Tabela 13.

Como se observa, os docentes afirmaram, em maior ou menor grau, que costumam ligar os conteúdos temáticos ensinados aos problemas sociais e ambientais de hoje. Tal fato foi corroborado respectivamente pelos discentes da graduação e do mestrado, que concordaram parcialmente e totalmente que no decorrer do curso conheceram especialistas em questões de desenvolvimento social e ambiental.

Ainda na mesma vertente, os professores concordaram que já tiveram a oportunidade de vincular disciplinas com projetos sociais fora da Universidade. Também mais de 58% dos alunos confirmaram que tiveram a oportunidade de participar de projetos sociais e se relacionar cara a cara com a pobreza. Quanto aos alunos do mestrado, observou-se um empate nas respostas de discordância e concordância, levando a entender que alguns cursos disponibilizam ou incentivam tal ação e outros não.

Importante é que as IES possuam programas que contemplem as formações ou as inclinações dos alunos, pois existem diferenças em relação às habilidades e atitudes que devem ser consideradas na concepção de projetos sociais. Também a relação dos docentes com o alunado é uma das características necessárias ao desenvolvimento da RSU, pois como pontuam Ribeiro e Magalhães (2014, p. 145), “a qualidade das atividades de investigação e de docência é elencada como o primeiro e mais importante compromisso social da universidade, por serem as suas atividades básicas”.

Percebe-se, ainda, que a comunidade acadêmica se une para desenvolver atividades voluntárias, apesar dos gestores perceberem pouco desenvolvimento dessa atividade. Por fim, muitos alunos destacaram que já desenvolveram pesquisa aplicada para resolver problemas sociais e ou ambientais, em especial os acadêmicos de Enfermagem e Letras (CH), Letras (CL), Agronomia e Pedagogia (ER), Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias (LS), Medicina (PF), Ciências Biológicas (RE) e os mestrandos.

Como destacou uma acadêmica “Há oportunidades de projetos sociais e etc., em que os alunos podem participar, o problema é que não são todos que tem acesso a eles, somente aqueles que estão mais ‘perto’ dos professores responsáveis”. Pontua Siqueira (2006, p.11) que o professor tem uma RS pelo conhecimento moral, social e político que

engendra e articula com os alunos, ou seja, deve buscar desenvolver seu trabalho de forma a repassar aos discentes conhecimento e práticas cidadãs, como o desenvolvimento de projetos comunitários e a promoção do trabalho voluntário, que contribuem sobremaneira para o desenvolvimento da RSU (LEIGH-HUNT *et al.*, 2015). Nesse caso, não deveria haver seletividade de alunos por fatores pessoais.

A Tabela 14 apresenta o percentual final do Eixo Formação Profissional e Cidadã, de acordo com os cursos e segmentos respondentes do questionário, sendo que prevaleceram para os docentes as respostas de concordo parcialmente e para os discentes as respostas de concordo totalmente, ou seja, os alunos possuem uma avaliação mais positiva desse Eixo, o que corrobora com a pesquisa feita com os alunos da UNACAR, que demonstraram estar de acordo com as ações desse Eixo (LÓPEZ-NORIEGA; ZALTHEN-HERNÁNDEZ; CERVANTES-ROSAS, 2016).

Tabela 14 - Percentual final para o Eixo Formação Cidadã e Profissional

Segmento e Curso	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Total Docentes	13,10%	12,20%	13,20%	39,20%	22,30%
Total Discentes	5,30%	9,10%	17,20%	32,80%	35,60%

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Embora também o PDI (UFFS, 2012a) estipule determinadas estratégias que incentivem os alunos a participarem de atividades fora da Instituição, contribuindo para sua vivência, como: intercâmbio e mobilidade estudantil, inserção regional, práticas profissionais e transformação social, os agentes envolvidos no processo de responsabilidade social da Universidade, ou seja, servidores e alunos precisam estar disponíveis e entenderem sua participação nesse processo, enquanto desenvolvimento da competência social²⁷, importante elemento para que se possa compreender o papel da IES para com seu entorno e, também, para a construção do conhecimento (SIQUEIRA, 2006).

²⁷ A competência social é expressa pela capacidade de estabelecer relações entre as esferas do saber e social; é a capacidade de compartilhar conhecimentos e aprendizados advindos da experiência de vida cotidiana para o trabalho e vice-versa; refletida na capacidade de criticidade frente à realidade, alicerçada na dimensão ética (FARIAS, 2003).

Este segundo Eixo, Formação profissional e cidadã, teve como propósito dar respostas a como a Universidade deve se organizar para que forme cidadãos responsáveis e fomente um desenvolvimento mais humano e sustentável. De modo geral, se percebe um direcionamento e compromisso da UFFS para uma formação que seja tanto profissional como cidadã, contudo é preciso haver cuidado para que as disciplinas com vertente social não percam ainda mais sua relevância, pois como lembram Bolan e Motta (2007) a formação humanística não deveria ser relegada a determinadas disciplinas, mas perfazer o conteúdo transversal de toda matriz curricular. Por fim, também é importante que os colegiados convidem a comunidade e os egressos a participarem da estruturação curricular e envolvam mais os acadêmicos em projetos sociais. Importante lembrar que o trabalho colaborativo e o processo de ensino-aprendizagem criam um valor para a sociedade, ou seja, um capital social, que beneficia os indivíduos, mas também a sociedade de forma mais global (GÓMES; ALVARADO; PUJOLS, 2018).

4.5.3 Eixo Gestão Social do Conhecimento

A universidade deve buscar a gestão socialmente responsável da produção do saber e das tecnologias e dos modelos epistemológicos, a fim de evitar a fragmentação do saber, proporcionar a articulação entre tecnociência e sociedade, potencializar a democratização da ciência e influir na definição e seleção dos problemas da agenda científica. Neste Eixo foram, então, pesquisados os itens Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação; Difusão, transferência e troca de conhecimentos socialmente relevantes com os públicos desfavorecidos e Promoção da inter e transdisciplinaridade, para verificar se a UFFS promove ações visando uma gestão social do conhecimento.

Em relação à **Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação**, o Gestor 1 ponderou:

essa era a nossa expectativa. Antes dos professores chegarem, a I COEPE definiu quais seriam as grandes linhas de pesquisa. Nós tivemos dez grandes fóruns temáticos que definiram o futuro dos cursos de pós-graduação. [...] Nós esperávamos que os professores seguissem isso. Já teve um primeiro impacto quando alguns professores não queriam mais nem receber o livro da COEPE na chegada. O segundo impacto, foi quando eles se mobilizaram contra aquilo que estava naquele livro. [...] E a pesquisa, que havia sido projetada para uma linha pela comunidade regional, ela começa a ser vinculada ao interesse dos

pesquisadores e suas carreiras acadêmicas. [...] Isso significa um claro distanciamento da Universidade e dos problemas reais da sociedade.

Pondera-se que, nesse caso, pode haver problemas de comunicação entre a Universidade e os docentes, complexidade implícita na trajetória universitária, o que tende a influenciar no exercício da pesquisa e da extensão.

As falas dos outros Gestores se pautaram na mesma vertente, que, para além da COEPE, não existem instrumentos que visem a integração da comunidade no desenho das pesquisas e que os docentes buscam, em geral, desenvolver pesquisas na sua área. O Gestor 3 lembrou que uma das formas de vincular os pesquisadores aos temas demandados pela região ocorre quando da publicação de um edital direcionado para projetos específicos, como aconteceu há pouco na área de agroecologia. Complementou que muitas linhas, seja na pesquisa ou na extensão, são fomentadas e não se tratam de uma demanda totalmente espontânea. O Gestor 5 ponderou ainda que a integração ocorre de forma mais isolada por grupos de pesquisa da Universidade, que estabelecem relações com outros grupos e participam de editais externos ou parcerias que são institucionalizadas. Por fim, o Gestor 7 enfatizou as parcerias e convênios para definir ações de pesquisa, como o acordo de cooperação internacional com a universidade de Mondragon, que resultou na criação do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP).

Já os posicionamentos dos docentes são apresentados na Tabela 15. Nas perguntas 37, 38 e 39 a opção não concordo nem discordo foi a mais assinalada, podendo indicar que o segmento não possui conhecimento se os atores sociais externos são integrados nas linhas de investigação, demonstrando ser um desafio para a Universidade e para os pesquisadores, mas essencial para o desenvolvimento de oportunidades para pesquisas transdisciplinares, nas quais diferentes agentes se envolvem, e ocorre o alinhamento com os princípios universitários (LANG *et al.*, 2012; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ; MAINARDES, 2016).

Como relatou o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação na entrevista, atualmente, na UFFS, 364 professores possuem projeto de pesquisa, o que configura 46,13% do total (789) de docentes da Universidade. Esse cenário pode justificar o montante de respostas neutras para as perguntas apresentadas na Tabela.

Tabela 15 – Respostas dos docentes para o item Integração dos atores sociais externos nas pesquisas e nos desenhos das linhas de investigação

Pergunta – Docentes	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
36. A Universidade possui linhas de pesquisa voltadas para o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental.	0,00%	3,10%	16,90%	47,70%	32,30%	4	4
37. Os tópicos de pesquisa são definidos em consulta com os grupos de interesses externos.	6,20%	10,80%	40,00%	36,90%	6,20%	3	3
38. Durante a investigação, há processos de consulta aos usuários dos resultados por meio de entrevistas, reuniões da comunidade ou outros dispositivos.	3,10%	1,50%	50,80%	30,80%	13,80%	3	3
39. Os grupos externos envolvidos na pesquisa participam de sua avaliação final, cujos resultados são integrados ao documento.	6,20%	7,70%	46,20%	30,80%	9,20%	3	3
43. A Universidade estabelece alianças e sinergias com outros atores (governo, empresas ou ONGs) para elaborar políticas de conhecimento, linhas de pesquisa ou campos de treinamento adequados às exigências sociais.	4,60%	20,00%	26,20%	38,50%	10,80%	4	3
45. A Universidade dispõe de mecanismos regulares de monitoramento das políticas públicas, bem como de identificação e análise das principais questões da sociedade.	6,20%	15,40%	35,40%	36,90%	6,20%	4	3
46. A Universidade promove e estimula o diálogo entre pesquisadores e formuladores de políticas.	13,80%	15,40%	30,80%	33,80%	6,20%	4	3

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Para os questionamentos 45 e 46, as respostas foram muito parecidas, entre concordo parcialmente e não concordo nem discordo, o que resultou nos mesmos valores de moda (4) e mediana (3) em ambas as perguntas. Mesmo os gestores indicando que a UFFS participa de conselhos municipais e regionais de políticas públicas, parece que tal participação não repercute sobre as linhas de pesquisa que são investigadas. Também pode indicar um desconhecimento dos docentes sobre a questão, como já observado em outras perguntas deste Eixo.

Nesse sentido é adequado mencionar os estudos de Gómes, Alvarado e Pujols (2018) sobre a relação da pesquisa com atores externos. Produzir pesquisa apenas para fins de avaliação institucional ou prestígio não é suficiente, e tal cenário precisa ser avaliado pela UFFS, para evitar impactos negativos sobre a gestão do conhecimento.

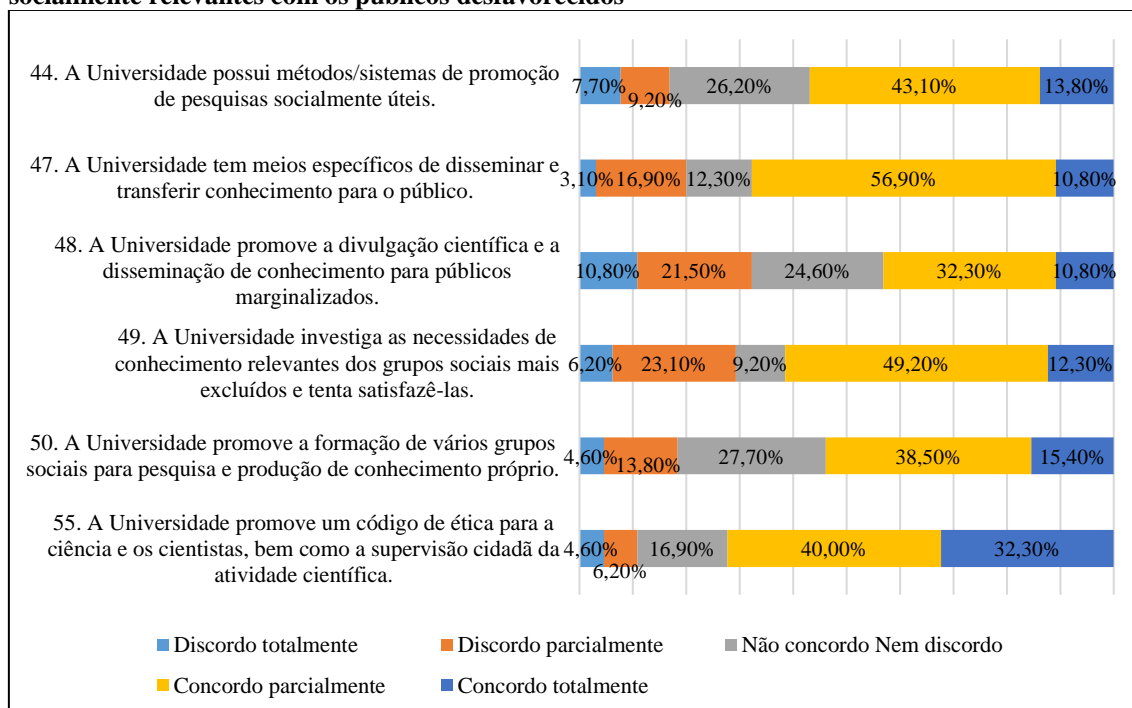
Apesar do cenário indicar que as pesquisas são muito mais definidas por interesse de investigação dos docentes, do que pelo atendimento das demandas da sociedade, os

professores concordam que a Universidade possui linhas de pesquisa voltadas para o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental. Também corroboram que a UFFS estabelece alianças e sinergias com outros atores (governo, empresas ou organizações não governamentais) para elaborar políticas de conhecimento, linhas de pesquisa ou campos de treinamento adequados às exigências sociais.

Em relação à **difusão, transferência e troca de conhecimentos socialmente relevantes com os públicos desfavorecidos**, a Gráfico 8 expressa as respostas dos docentes para as perguntas desse tópico.

O cenário apresentado demonstra que, na visão dos docentes participantes, a UFFS busca disseminar, transferir e fazer a troca de conhecimentos com o público. Quando especificamente questionados em relação ao público marginalizado, as respostas tenderam ao neutro e discordo parcialmente, ou seja, apesar da Universidade estar inserida em um contexto de público menos favorecido, ela até demonstra preocupação pelas suas necessidades, mas pouco promove a divulgação e difusão do conhecimento. Por fim, os professores concordaram que a UFFS aplica o código de ética para a ciência e pesquisa, bem como realiza a supervisão cidadã da atividade científica.

Gráfico 8 - Respostas dos docentes para o item difusão, transferência e troca de conhecimentos socialmente relevantes com os públicos desfavorecidos



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Também os gestores percebem que a Universidade poderia disseminar, transferir e fazer a troca de conhecimentos com mais dedicação. Mas que existem ações fundamentais, como trazer o público desfavorecido para dentro da Universidade, de formar quem não tinha quase nenhuma probabilidade:

interiorizar a universidade já é abrir oportunidade para os menos favorecidos [...]. Por exemplo, os haitianos. Nós somos o primeiro programa Pró-Haiti do Brasil. [...] Fomos atrás dos estudantes indígenas para que eles compreendessem que eles podiam entrar aqui mesmo sem fazer o ENEM. Fomos atrás dos estudantes quilombolas, estudantes filhos de assentados, daquelas mulheres que nunca pensaram estudar porque tiveram filhos, netos até, e agora estão estudando [...]. O menos favorecido é justo que esteja aqui dentro. [...] E nós sabemos do contexto dessas pessoas, como é essa estrutura familiar, 87% são a primeira geração da família a ir para uma universidade. [...] Eu acredito que o menos favorecido, ele é capaz de provar maior rendimento acadêmico do que o mais favorecido. [...] E é isso que nós provamos aqui, nós provamos que as notas, o desempenho dos menos favorecidos, é tão bom quanto o daqueles outros que historicamente tiveram acesso (GESTOR 1).

No mesmo contexto, direcionou-se a fala dos Gestores 6 e 7. Já o Gestor 2 ponderou que, de maneira geral, há pouca comunicação dos resultados de pesquisas para a comunidade regional. Contudo, existem alguns programas e atividades que visam a difusão, transferência e troca de conhecimentos, como o PIBID, Educação Tutorial PET, em cinco *campi*,

[...] e isso também acontece com alguns projetos de pesquisa de alguns docentes, a gente sabe que vinculam essa coisa entre fazer/desenvolver a pesquisa internamente, mas ao mesmo tempo estar, a partir de um programa de extensão, estar em diálogo com uma comunidade, com a região e prever ali os processos devolutivos. Mas de novo são só iniciativas pontuais ou iniciativas de características de determinados programas.

Na mesma linha, o Gestor 5 entende que a difusão e troca ocorrem mais pelos grupos de professores que acabam estabelecendo uma relação com a comunidade regional:

a incubadora em Laranjeiras tem uma relação interdisciplinar enorme e tem trabalhos que chegam a nível internacional. Mas, infelizmente, é só uma experiência, não é o todo da Universidade. [...] Devemos avaliar o seguinte: tem todo esse marco regulatório (COEPE, política de extensão, política de pesquisa, regulamentos e etc.), opções que a Universidade fez e temos uma produção acadêmica baixa, artigo, livro, projetos que têm relação efetiva com grupos sociais, projetos ligados em redes com outras instituições. Se a

Universidade está aí para produzir conhecimento e tu produz pouco, é preocupante!

No quesito **Promoção da inter e transdisciplinaridade**, os docentes, conforme respostas da Tabela 16, indicaram que apenas alguns grupos incorporam pessoas externas nas pesquisas ou, até mesmo, que possuem desconhecimento desse fato por não participarem de grupos de pesquisa, considerando que para o o questionamento 41 houve maior posicionamento neutro, com moda e mediana indicando também para o não concordo nem discordo, apesar de mais de 45% dos professores ter concordado que as equipes de pesquisa interdisciplinar buscam incorporar atores não universitários.

Para as perguntas 51 a 54 prevaleceram as respostas de concordância, ou seja, os resultados das pesquisas são incorporados ao ensino, os alunos devem praticar pesquisa durante sua formação e os docentes possuem disponibilidade e recursos financeiros para alunos bolsistas.

Tabela 16 - Respostas dos docentes para o item promoção da inter e transdisciplinaridade

Pergunta – Docentes	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
40. Problemas multidimensionais (que tratam de muitos aspectos) são investigados de forma interdisciplinar.	7,70%	7,70%	33,80%	40,00%	10,80%	4	4
41. As equipes de pesquisa interdisciplinar buscam incorporar atores não universitários.	6,20%	12,30%	35,40%	30,80%	15,40%	3	3
42. Na Universidade existem meios/formas de capacitação transdisciplinares para professores e pesquisadores.	15,40%	7,70%	24,60%	38,50%	13,80%	4	4
51. A Universidade promove a incorporação permanente de resultados de pesquisa, estudos de caso e metodologias nos currículos.	9,20%	16,90%	21,50%	43,10%	9,20%	4	4
52. Os estudantes de graduação devem necessariamente praticar pesquisas durante a sua formação.	6,20%	3,10%	4,60%	21,50%	64,60%	5	5
53. Projetos e programas de pesquisa incorporam sistematicamente os alunos.	1,50%	12,30%	10,80%	47,70%	27,70%	4	4
54. Pesquisadores da Universidade têm tempo e recursos para ajudar os alunos que desejam fazê-lo.	24,60%	15,40%	9,20%	36,90%	13,80%	4	4

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Apesar do cenário parecer favorável à integração acadêmica na sociedade, é importante ponderar que um aluno destacou que a UFFS não oferece oportunidades em

projetos de pesquisa e extensão para acadêmicos que trabalham no contra turno das aulas, e complementou:

outra coisa muito comum na UFFS é a questão de informações referentes a vagas em grupos de pesquisa, de estudos e até mesmo abertura de editais. Essas informações são repassadas a apenas alguns alunos (alunos que passam o dia todo na UFFS e são apadrinhados por professores). Sim, isso ocorre na UFFS! É muito comum essa exclusão de alunos por terem tempo para se dedicar a projetos, mas ao mesmo tempo a Universidade não muda as políticas para integrar essas pessoas.

Já os gestores, em sua maioria, entendem que a inter e a transdisciplinaridade se fazem presentes nos princípios e documentos institucionais, apesar do Gestor 1 ponderar que a UFFS é uma IES que não pode ser caracterizada por ser interdisciplinar, primeiro porque os cursos de graduação não possuem um direcionamento para a formação entre áreas e, em segundo, pelas atividades do *stricto sensu*, pois “os nossos mestrados interdisciplinares não são interdisciplinares”.

Por outro lado, o Gestor 2 ponderou que existe uma intenção de promoção da inter e transdisciplinaridade a ser desenvolvida pela UFFS:

existe uma intenção colocada nos nossos documentos, evidentemente que no ensino de graduação, em especial, isso é necessário, porque, de maneira geral, os cursos, embora tenham uma área de formação, eles dialogam com outras áreas, então por isso no currículo da graduação está previsto o domínio conexo, que são aqueles exatamente comuns, por tratarem conteúdos, por tratarem de áreas do conhecimento que são comuns a mais de um curso. [...] Então sim, tem essa intenção, tem esse fomento e me parece que na pesquisa também, especialmente quando a gente olha a organização da pós-graduação, que vários dos mestrados que criamos são mestrados da área multidisciplinar ou interdisciplinar, exatamente porque buscam aproximar professores, pesquisadores de diferentes áreas para constituir um grupo de pesquisa.

No mesmo direcionamento manifestaram-se os Gestores 3, 4, 6 e 8. O Gestor 3 citou os cursos interdisciplinares em Educação do Campo, mas ressaltou que “essa interdisciplinaridade seria muito mais fácil para você aplicar pela pesquisa ou pela extensão, para a solução de um problema interdisciplinar e não fazer uma formação de um profissional interdisciplinar necessariamente”. Já o Gestor 5 ressaltou que a Universidade avançou nas estratégias de programas e projetos interdisciplinares, porém “A dificuldade é o recurso, quanto menos bolsas temos, menos fomento temos”.

A manifestação do Gestor 7 deu-se no sentido de demonstrar que a promoção da inter e transdisciplinaridade precisa avançar,

[...] eu vejo que ainda é incipiente porque eu já atuei em instituições onde havia um programa mais formal de transdisciplinaridade, inclusive nas avaliações. [...] Nós não temos isso ainda, porque o nosso modelo curricular ele trabalhou em cima dos domínios, domínio comum, conexo e específico. Esse conexo ele teria, em tese, a obrigação de trabalhar essas conexões com as outras áreas, mas me parece que ele está sofrendo até ataques porque não está conseguindo ser prático o suficiente conforme tinha sido idealizado.

Importante lembrar que os princípios definidos na I COEPE, assim como a Missão e os Objetivos da UFFS, estão alicerçados em princípios que visam a interdisciplinaridade e a integração das três atividades fim, conforme exposto pelos gestores e retratado no Art. 6º do Estatuto (UFFS, 2015b, p. 6):

- [...]
- h) Universalidade do conhecimento, amparada na interdisciplinaridade e no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - i) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - j) Integração entre formação geral, de área e específica nos currículos;

Alinhado a tais expressões, os currículos da graduação foram estruturados em três domínios, dentre eles o Domínio Conexo, que pode ser explicado como um conjunto de CCRs que se situam em espaço de interface interdisciplinar entre áreas do conhecimento e/ou conjunto de cursos de graduação da Universidade. Como redigido no relatório de 2017 da CPA (UFFS, 2018m), observa-se que em alguns *campi* o Domínio Conexo é composto por poucos CCRs, o que reduz ainda mais a tendência interdisciplinar. Fato que corrobora com o exposto pelo Gestor 7.

Ressalta-se que, desde a I COEPE, as ações em pesquisa avançaram, como a exemplo da criação de alguns mestrados, entre os quais estão mais relacionados os de Desenvolvimento e Políticas Públicas e de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, que além de formar quadros qualificados dentre os egressos, contribuíram para a produção do conhecimento a respeito da realidade regional. Foi reconhecido e exaltado o PIBID, a ser mantido e ampliado, cujas características permitem transformar as redes em agentes (co)formadores de professores e é visível na qualidade da formação dos alunos.

De modo geral, nota-se que as respostas dos docentes para o Eixo Gestão Social do Conhecimento, apesar do elevado grau de respostas neutras, foram positivas, indicando a existência parcial da inter e transdisciplinaridade, ou seja, os professores conseguem enxergar o conhecimento de forma sistêmica e não como algo isolado. Os Gestores já se demonstraram mais céticos, indicando que a interdisciplinaridade está perdendo foco no currículo e há necessidade de incorporação dessa metodologia nos projetos de pesquisa. Nessa lógica, idealiza-se que ainda há resistência da comunidade acadêmica em relação aos temas interdisciplinares (BEVILACQUA, 2011), o que tem prejudicado a RS da UFFS.

Tabela 17 - Percentuais finais dos docentes para o Eixo Gestão Social do Conhecimento

Escala	Percentual
Concordo totalmente	16,80%
Concordo parcialmente	38,70%
Não concordo Nem discordo	25,20%
Discordo parcialmente	12,00%
Discordo totalmente	7,40%

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Para além do apresentado na Tabela 17, que destaca os percentuais finais dos docentes para o Eixo Gestão Social do Conhecimento, relata-se a diferença geral das respostas dos professores de Letras (CH) e Ciências Biológicas (RE), que apresentaram o maior quantitativo de respostas neutras, enquanto que Agronomia (CL) indicou maior percentual de respostas na escala discordo totalmente.

A partir da percepção de que a pesquisa está relacionada à Responsabilidade Social Universitária (RSU), por aprimorar e produzir conhecimentos que são conduzidos aos estudantes através do ensino e repassados a sociedade, pela extensão, ressalta-se que a área ainda apresenta desafios. O primeiro deles refere-se, portanto, à produção de conhecimento socialmente relevante, ou seja, é necessário que as demandas da região sejam avaliadas de uma perspectiva mais ampla, levando em conta os desafios e as demandas que lhe são impostos pela sociedade como um todo, superando o viés econômico ou estratégico com alcance social apenas para uma fração da sociedade. Um segundo desafio concerne à percepção de que há necessidade de mais incentivos à pesquisa com os discentes e, por fim, o avanço na promoção da interdisciplinaridade.

Nesse sentido, como sugestões, apontam-se a valorização da pesquisa aplicada e da pesquisa-ação participante, pois é por meio delas que se estimula, tanto a comunidade acadêmica como a externa, a auxiliar nos problemas identificados (VALLAEYS, 2018b).

4.5.4 Eixo Participação Social

A universidade gera impacto sobre a sociedade e seu desenvolvimento, não somente porque forma profissionais e líderes, mas porque ela mesma é um ator social. Assim, foram verificadas na UFFS as vertentes: Integração da formação acadêmica com a projeção social; Luta contra o assistencialismo e o paternalismo; Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento.

Referente à **Integração da formação acadêmica com a projeção social (articulação da extensão com a pesquisa e ensino)**, os Gestores 4 e 5 destacaram que pouco existe dessa articulação, dificultada devido aos recursos para bolsas, e que a publicação de editais conjuntos de pesquisa e extensão pode ajudar a desenvolver as áreas em sintonia.

O Gestores 2, 3 e 7 enaltecem que as políticas institucionais indicam um direcionamento para articulação das áreas, mas que, na prática, é difícil, em algumas áreas, o docente ministrar aula, ser pesquisador e extensionista, sendo as ações ainda muito isoladas. Além disso, a academia não incentiva a prática da extensão, uma vez que por meio da pesquisa o docente consegue mais publicações e pontua no currículo. Também o Gestor 1 destacou a dificuldade de articular o ensino com o social, pois muitos docentes querem apenas ministrar aula, sem vincular-se à região.

O Gestor 2 destacou, como exemplo, que no Regulamento da Graduação está previsto que os cursos poderão utilizar carga horária para extensão, mas nos PPCs essa realidade não se apresenta, pois são poucos os cursos que têm um direcionamento extensionista. Lembrou que “Não temos ações efetivas que garantam aquela intencionalidade. Então hoje um docente, mesmo um docente de 40 horas dedicação exclusiva, ele não está obrigado a fazer atividades de extensão e pesquisa, é obrigado ao ensino, por uma determinação legal”.

Diferente do exposto pelos gestores, os docentes participantes da pesquisa sugerem que existe uma integração parcial entre a formação acadêmica e a projeção social, conforme respostas na Tabela 18.

Tabela 18 - Respostas dos docentes para as questões relacionadas à Integração da formação acadêmica com a projeção social

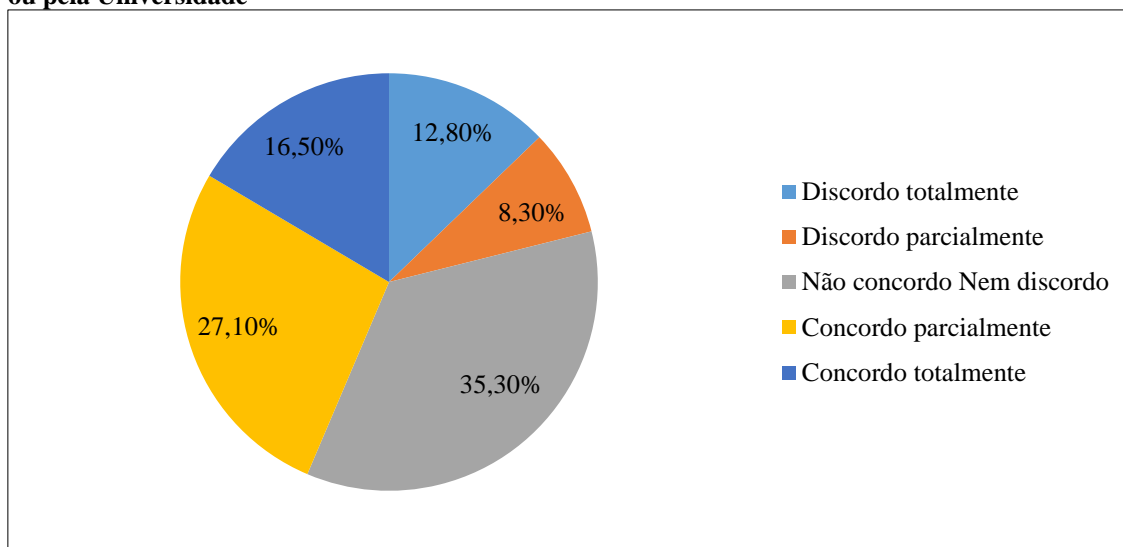
Pergunta – Docentes	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
64. Os projetos ... permitem a articulação de conhecimentos tradicionais e não acadêmicos com conhecimentos especializados.	1,50%	7,70%	7,70%	53,80%	29,20%	4	4
65. ... permitem que atores não acadêmicos integrem conhecimento especializado em suas vidas diárias.	3,10%	7,70%	12,30%	53,80%	23,10%	4	4
66. ... são uma fonte de novas atividades acadêmicas e aprendizagem significativa para diferentes disciplinas de carreira.	4,60%	4,60%	15,40%	36,90%	38,50%	5	4
67. ... permitem que os professores pratiquem a aprendizagem baseada em projetos em seu(s) curso(s).	4,60%	3,10%	10,80%	53,80%	27,70%	4	4
68. ... permitem criar novas disciplinas no currículo.	6,20%	16,90%	27,70%	35,40%	13,80%	4	3
69. ... permitem melhorar o dia a dia de seus atores e/ou desenvolver suas capacidades.	3,10%	3,10%	7,70%	56,90%	29,20%	4	4

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Os discentes, no que lhes concerne, foram questionados se *a Universidade promove iniciativas voluntárias e os incentiva a participar*, sendo que 57% concordaram com a pergunta, ou seja, a UFFS se preocupa com os problemas sociais e quer que os estudantes sejam agentes de desenvolvimento (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009).

Entretanto, quando inquiridos se *já fizeram parte de grupos e/ou redes com fins sociais ou ambientais organizados ou promovidos pelo curso ou pela Universidade*, houve um percentual elevado de respostas em não concordo nem discordo (35,30%), seguido de 27,10% de concordância parcial e 16,50% de concordância total, conforme destacado no Gráfico 9. Importante lembrar que cada PPC possui um item específico que prevê a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, mas, como pontuou o Gestor 2, a realidade da extensão não se apresenta como o esperado, conforme também foi identificado pela pesquisadora quando da análise dos PPCs.

Gráfico 9 - Respostas dos discentes para a pergunta: Desde que estive na Universidade, pude fazer parte de grupos e/ou redes com fins sociais ou ambientais organizados ou promovidos pelo meu curso ou pela Universidade



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Também no PPI, instrumento de gestão acadêmica, são estabelecidos princípios orientativos da UFFS, entre os quais observa-se o direcionamento ao compromisso social, como segue (UFFS, 2012a, p. 14):

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;
2. **Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da Instituição;** (grifo nosso)

Entende-se, contudo, que essa integração entre as atividades fins é enfraquecida porque uma das dimensões desperta menor interesse por parte dos professores, que é a extensão. Ela não se encontra no mesmo patamar do ensino e da pesquisa, pois não há previsão legal de um mínimo cumprimento, em horas, nos regulamentos da UFFS. Além de que, a extensão é difícil de ser feita, requer o desapego de condições mais propícias, que são fornecidas em sala de aula ou mesmo nas salas dos professores. Assim, sugere-se que a Universidade trabalhe a consciência, a importância dessa atividade com os docentes e os capacite ao desenvolvimento de projetos extensionistas (CALDERON, 2006).

No que diz respeito à **Necessidade de lutar contra o assistencialismo e o paternalismo**, o Gestor 5 enalteceu que não percebe que ocorram na UFFS essas práticas.

Também os Gestores 4, 7 e 8 visualizam que, no geral, não existe necessidade de lutar contra e que, algumas vezes, ocorreu manifestação isolada, mas não no geral da Universidade. Já os Gestores 2 e 3 entendem que a UFFS, individualmente, fez bastante esforço para que não se tornasse assistencialista e paternalista, pois isso está colocado no cenário.

Veja, quando você vê as lideranças regionais falando sobre a Universidade, é comum você ouvir a ideia de que a Universidade vai trazer o desenvolvimento pra região, como se fosse uma agência de desenvolvimento. [...] muitas vezes a comunidade tava esperando que você chegue com soluções prontas, pra coisas que a Universidade nem tem resposta ainda. [...] isso está no senso comum sobre o papel da Universidade (GESTOR 2).

Complementou o Gestor 2 que, pela UFFS ter sido criada num momento de governo e articulação de movimentos de esquerda, ocorre alguns problemas nas relações que são estabelecidas com prefeituras, quando essas possuem uma vertente política diferente.

Nessa mesma lógica política, uma discente expressou “gostaria de ter mais liberdade de expressão quanto ao que diz respeito a política. Muitas vezes quando expressamos opinião política contrária ao professor que está em sala não somos bem vistos, principalmente quando falamos sobre a direita”. Com o mesmo fundamento, outro discente expôs “grupos políticos extremos se posicionam impondo esse posicionamento a todos, considerando os demais grupos como irracionais por pensarem diferente”.

Condição incômoda foi exposta por acadêmica:

a faculdade está mais interessada em formar militantes do que pessoas que têm preocupação social. Só há incentivo aos movimentos e aos acadêmicos que têm ligação com grupos políticos organizados [...]. Como sugestão, embora eu saiba que nunca me darão ouvidos, gostaria que a UFFS fosse uma instituição com mais pessoas preocupadas com o ensino técnico e humano e menos preocupadas com vitórias políticas e com cargos para os companheiros.

Outro discente expressou:

a Universidade apresenta forte enviesamento político, com problemas de liberdade de expressão na relação universidade/comunidade e aluno/professor, dando pouco espaço e ouvido para a população mais produtiva das regiões onde se estabeleceu. Apresenta um viés de valorização da discórdia e da separação da população por classes sociais, gêneros, raças. Dá pouco valor a sua participação no efetivo desenvolvimento sócio/econômico das populações que influencia, buscando mais o desenvolvimento do conhecimento de direitos

do que o reconhecimento dos deveres sociais dos cidadãos que forma. A UFFS, muitas vezes, se coloca como local de militância e não de produção e disseminação de conhecimento para real melhora da condição de vida das populações que influencia.

Também os docentes, quando questionados se *os projetos de extensão são desenvolvidos com cuidado para não cair no bem-estar, paternalismo ou não criar feudos*, manifestaram 33,80% de posicionamento neutro, outros 27,70% expressaram concordância parcial e 16,90% concordância total. A moda e mediana resultaram em valor três, ou seja, se percebe nos docentes uma indecisão quanto a ocorrência ou não do paternalismo e da presença de feudos.

Como expressou um acadêmico “A minha Universidade precisa, além de incluir minorias que é a sua função social, dar retorno à sociedade do dinheiro investido, produzindo conhecimento para que as pessoas possam ser agentes de transformação também na economia. Não pode cultivar o Estado paternal”.

Nesse contexto, o Gestor 7 entende que existe uma luta constante contra o assistencialismo, pautada no público que a UFFS atende:

nós temos que ter muito cuidado para não ultrapassar uma linha, que é uma fronteira muito tênue entre assistência – que é necessária – e o assistencialismo, que é um instrumento que alija as pessoas da sua própria capacidade de criar, construir e crescer. No caso dos estudantes essas discussões sempre estão em pauta, porque há pressões de todos os lados.

Também o Gestor 1 se manifestou nesse viés,

desde que nós ampliamos o acesso via SISU, estudantes vieram para cá e queriam que a Universidade fizesse mais do que a sua função. Arrumasse lugar para morar, para comer, para viver, para tudo. Claro que também lutamos pela moradia estudantil, lutamos por um restaurante universitário, lutamos por tudo isso que consideramos qualidade de vida da comunidade acadêmica. Mas, às vezes, a Universidade é vista como o substituto do Estado para tudo. [...] Posso incluir nisso também haitianos [...]. Então, eu sempre fui muito crítico do assistencialismo, mas tem algumas ações que nós somos obrigados a fazer, pelo nosso compromisso com a região. [...] E, às vezes, aquilo que a gente deveria oferecer não consegue oferecer, que é ensino, pesquisa e extensão ao mesmo tempo.

Como se percebe, a preocupação com o atendimento social tende a ultrapassar o caráter filantrópico e assistencialista, apesar de que também se fizeram presente nos debates da II COEPE as dificuldades na interação da sociedade com a Universidade e

houve crítica de que a Instituição se coloca muitas vezes como prestadora de serviços (GEREMIA *et al.*, 2018).

A Universidade não foi criada visando somente o desenvolvimento da região, mas para estudar e sugerir alternativas para a melhoria das condições de vida da população e fazer entender que a sociedade pode gerir, empreender, racionalizar, construir o seu futuro e projetar o seu desenvolvimento. Mas, para isso se fortalecer, inicialmente, a UFFS precisa prosperar na capacidade de organização dos diversos atores sociais e da população, integrando permanentemente a comunidade acadêmica e a regional, fazendo a comunidade entender que é protagonista da dinâmica social (GÓMES; ALVARADO; PUJOLS, 2018).

Por último, quanto à **Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento**, o Gestor 5 enalteceu “Eu acho que participa, está inserida nas dinâmicas, mas poderia enfrentar esta questão da extensão, investir na questão estratégica para poder inserir a Universidade nessa agenda, o desenvolvimento estaria mais dentro da Universidade”.

O Gestor 4 ponderou que a UFFS participa mais indiretamente no desenvolvimento local, ao formar pessoas que se envolvem com a comunidade e, por fim, pontuou o baixo quantitativo de parcerias com entidades formais: “A agenda local com essas entidades que ela tem parceria, os movimentos sociais, agora com entidades formais, por exemplo, prefeitura aqui em Chapecó, não tem e acho que por conta das diferentes visões políticas”.

Também o Gestor 3 visualiza que a Universidade tem se inserido mais localmente, conforme a área de atuação:

me parece, eu acredito, que a área das licenciaturas está bem inserida e faz parte de uma agenda local e principalmente nacional. [...] Aonde não estão os movimentos sociais, acho que deixa a gente um pouco afastado. [...] As incubadoras, ou seja, tem alguns movimentos que são mais recentes que eu acho que vão fechar essas lacunas e vão trazer pelo menos avanços nessa área.

Por outro lado, o Gestor 2 visualiza que a Universidade, hoje, está muito mais inserida na agenda nacional, pautada pela comunidade científica: “localmente a gente tem poucos espaços de debate, proposição da agenda, das demandas do desenvolvimento regional”.

O Gestores 6, 7 e 8 entendem que a UFFS participa ativamente das agendas, tanto locais como nacionais, por meio das atividades dos conselhos e fóruns municipais e regionais e das associações nacionais, como Andifes e Forproex. Quanto à pesquisa e à extensão, o Gestor 7 destacou que a UFFS está fazendo uma caminhada boa, mas nunca vai ser o ideal, pois há falta de estrutura humana e financeira. “Existe um conjunto de iniciativas, mas ao mesmo tempo existem restrições, então avançamos naquilo que podemos”.

Como observado, os gestores tem visões distintas quanto à participação local e nacional, mas o importante é que em algum nível tais ações ocorrem, sempre buscando o alinhamento aos princípios institucionais.

Já os docentes expressaram haver uma integração da UFFS nas agendas locais e nacionais ao pautarem sua concordância no fato de que os projetos são assinados mediante acordo explícito dos participantes (Universidade e comunidade beneficiária); são executados e avaliados de forma participativa e equitativa por ambas as partes; envolvem sujeitos de diferentes especialidades (interdisciplinaridade); integram componentes técnicos, científicos e humanísticos; originam novos conhecimentos e, por consequência, publicações; geram também novas redes e associações; seguem regras éticas estabelecidas e acompanhadas pela Universidade; periodicamente, disseminam seu escopo e resultados para a comunidade universitária e parceiros externos de maneira efetiva; dão origem a novas aprendizagens e projetos por meio da comunicação de boas práticas e erros; são reconhecidos pela Universidade e outras instituições.

O único questionamento em que houve mais respostas neutras (33,80%), foi se *os projetos estão sujeitos ao monitoramento e avaliação de especialistas externos*, sugerindo, inicialmente, um desconhecimento da maioria dos docentes, mas outros 30,80% indicaram concordância parcial com a pergunta e 23,10% concordância total.

Os alunos, por sua vez, responderam as perguntas destacadas na Tabela 19. Para praticamente todas as perguntas manifestaram concordância, ou seja, ocorre uma interação social da Universidade e ela tende a ser inclusiva, participa da agenda local e nacional de desenvolvimento, realiza fóruns e atividades relacionadas a problemas de desenvolvimento sociais e ambientais, incentivando uma formação que promove a sensibilidade social e ambiental. Apenas para a pergunta 42 houve mais respostas neutras

do que concordantes e discordantes, indicando que os discentes podem não ter compreendido a questão ou não detêm o conhecimento da causa.

Tabela 19 - Respostas dos discentes para as perguntas do item: Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento

Pergunta – Discentes	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Moda	Mediana
36. Percebo que minha Universidade se preocupa com problemas sociais e quer que os estudantes sejam agentes de desenvolvimento.	6,00%	7,50%	16,50%	35,30%	34,60%	4	4
37. Percebo que minha Universidade mantém contato próximo com atores-chave do desenvolvimento social (Estado, ONGs, organizações internacionais, empresas).	6,80%	12,80%	21,10%	37,60%	21,80%	4	4
38. A Universidade oferece aos seus alunos e professores oportunidades de interagir com vários setores sociais.	4,50%	9,80%	21,80%	35,30%	28,60%	4	4

continua

Tabela 19 - Respostas dos discentes para as perguntas do item: Participação ativa na agenda local e nacional de desenvolvimento (continuação)

39. Na minha Universidade, muitos fóruns e atividades são organizados em relação a problemas de desenvolvimento, sociais e ambientais.	5,30%	15,80%	18,80%	32,30%	27,80%	4	4
40. Existe uma política explícita na Universidade de acesso à educação acadêmica a grupos marginalizados (população indígena, minorias raciais, estudantes de baixa renda, etc.) por meio de bolsas de estudo ou outros meios.	3,80%	5,30%	11,30%	24,10%	55,60%	5	5
42. No curso de meus estudos, pude constatar que a assistência e o desenvolvimento não estão muito relacionados.	12,80%	11,30%	43,60%	24,10%	8,30%	3	3
44. Estudantes que se formam na minha universidade receberam ensinamentos que promovem sua sensibilidade social e ambiental.	3,00%	10,50%	20,30%	35,30%	30,80%	4	4
45. No decorrer da minha vida de estudante, aprendi muito sobre a realidade nacional e os problemas sociais do meu país.	1,50%	9,00%	12,00%	27,80%	49,60%	5	4

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Apesar dos alunos entenderem que a Universidade mantém contato próximo com atores-chave do desenvolvimento social, eles manifestaram neutralidade em item anterior que questionava se já fizeram parte de grupos e/ou redes com fins sociais ou ambientais organizados ou promovidos pelo curso ou pela Universidade.

Expôs uma das discentes que “podem ser desenvolvidas mais atividades de conscientização político-histórica, social e de pensamento mais amplo (nacional e internacional) do que apenas o âmbito regional”.

Na Tabela 20, apresenta-se os percentuais gerais finais para o Eixo Participação Social, pelos quais se observa uma prevalência de respostas de concordância aos questionamentos apresentados. Novamente, as percepções dos discentes convergem para o identificado por López-Noriega, Zalthen-Hernández e Cervantes-Rosas (2016) na UNACAR, em que os alunos pontuaram estar parcialmente de acordo com as ações promovidas no Eixo.

Tabela 20 - Percentuais finais das respostas dos segmentos docente e discente para o Eixo Participação Social

Segmento	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo Nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Total Docentes	3,90%	7,20%	19,10%	45,20%	24,50%
Total Discentes	6,20%	10,00%	22,70%	30,60%	30,50%

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com os relatos e dados, a UFFS possui uma parcela de responsabilidade significativa para o desenvolvimento econômico, social, técnico e científico da região. O desempenho da Universidade em relação aos esforços de participação social foi parcialmente acordado entre estudantes, corpo docente e gestores. Particularmente, alunos e gestores mostraram que mais oportunidades para trabalhar com comunidades locais são necessárias em projetos com abordagens sociais. Também a produção de pesquisa e os projetos devem incluir outros alunos e atores externos da comunidade, para que possam se beneficiar da experiência, ou seja, é importante avançar na consciência sobre a participação social com as comunidades locais, incentivando explicitamente mais alunos e docentes a fazê-lo.

No que tange a ações permanentes de extensão da UFFS, destaca-se: o projeto Rondon, que faz parte de uma política nacional de intervenção social, com enfoque em regiões específicas; programas de interação entre os estados do sul do Brasil e com outras culturas, inclusive internacionais, também são destaque, como o projeto “NOSOTROS”,

em parceria com universidades argentinas; os programas²⁸ que compatibilizam com as principais causas assumidas na missão institucional da UFFS, como: Programa Fronteira em Movimento; Nos Caminhos da Práxis: Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Pública; Seminário Integrador de Extensão; Incubadora Tecnológica Social; Agroecologia e Economia Solidária (UFFS, 2019e).

Além das parcerias e convênios realizados, visando o aperfeiçoamento da pesquisa e extensão, cita-se a mobilidade acadêmica internacional, realizada por meio de acordos de cooperação, com: Universidade do Minho, em Portugal; *Universidad Nacional de Misiones (UNaM)*, na Argentina; *Mondragon Unibertsitatea (MU)*, na Espanha; *Universidad Popular Madres de Plaza Mayo (UPMPM)*, na Argentina e *Universidad Agraria de La Habana (UNAH)*, em Cuba (GEREMIA *et al.*, 2018).

Estabelecido como o principal canal de diálogo e interação com as comunidades, a extensão volta-se ao entendimento dos principais problemas, construindo alternativas para resolvê-los, por meio do desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a difusão do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida e para a formação cidadã (UFFS, 2012a). Ou seja, nessa quarta dimensão, há aspectos que promovem a formação da cidadania e a Universidade desempenha um papel importante na promoção de atitudes que sensibilizam sua comunidade universitária como agentes politicamente ativos. Cada uma das dimensões impacta diferentes áreas: o social, que inclui as estratégias do PDI que têm impacto sobre os aspectos sociais do corpo discente, professores, egressos, TAEs e comunidade regional; o econômico, no qual são consideradas as estratégias que têm um impacto no ambiente econômico dos grupos de interesse, dos esquemas econômicos locais e nacionais e da própria Instituição; o ambiental, que inclui as estratégias do PDI que têm impacto a favor da sustentabilidade ambiental.

Nota-se que um dos entraves ao desenvolvimento da participação social está relacionado ao baixo incentivo para que os estudantes participem em projetos de pesquisa e extensão. Entende-se que a UFFS poderia reconhecer e incentivar os docentes a considerarem outros fatores para definição de alunos bolsistas, além de comunicar a abertura de editais de pesquisa e extensão ao público.

²⁸ Descrição dos programas disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/extensao-e-cultura/atividades-proec/apresentacao>.

Como bem aponta Gonçalves (2015, p. 1250):

[...] ainda temos muitos estudantes formados nas Universidades públicas sem sequer cogitarem ou vivenciarem atividades de pesquisa ou produção de conhecimento, nem elementos inerentes à extensão, como o diálogo com outros saberes e a interdisciplinaridade. A possibilidade de que participem está posta formalmente, seja por meio de atividades formativas, bolsas, atividades de Iniciação Científica, ou participação em atividades de Extensão, porém, ela não deveria ser somente possível, mas obrigatória (o que implica em garantir condições para tal), conforme o princípio constitucional. Ainda, não se ignora aqui que nas disciplinas dos cursos, possam estar presentes elementos de pesquisa ou de diretrizes da Extensão, mas não há garantias nem exigência de que estejam.

Os TAEs, no grupo focal, também expressaram que sentem pela comunidade regional uma certa frustração, pois as pesquisas e ações extensionistas não estão chegando a eles da forma que desejavam. Ou seja, seria importante a UFFS reavaliar os documentos da COEPE, pois lá estão expressas as maiores necessidades, e ponderar como aperfeiçoar esse processo. Tendo o diagnóstico situacional, a Universidade tem capacidade de planejar racionalmente, economicamente e politicamente as ações que pode ou não atender e estabelecer um retorno à comunidade, assim como criar um planejamento de curto e longo prazo. Logicamente que tal cenário sofre impactos orçamentários, o que a comunidade regional deve também compreender.

Iniciativas conjuntas da Universidade com a comunidade, quer seja no âmbito desportivo (ex: torneios), quer no âmbito cultural (ex: exposições de trabalhos, concertos de música, peças de teatro), também configuram ações importantes com vistas a Participação Social.

4.5.5 Análise geral sobre a RS da UFFS do ponto de vista da comunidade acadêmica

A Responsabilidade Social é uma força motriz do progresso da universidade e se tornou mais evidente nos últimos anos em função de demandas da sociedade e ajustamentos na atuação das IES. Reflete um tipo de postura e de comportamento adotado, especialmente relacionado à gestão, ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Ao analisar a escala mais assinalada por curso, no segmento discente, observou-se, que não há um perfil de respostas determinado por *campus* para os quatro eixos de RSU estudados. Apenas os cursos de Enfermagem e História (CH) tiveram prevalentes as mesmas percepções gerais para cada eixo. Também se visualiza que em nenhum curso prevaleceram respostas discordantes (discordo parcialmente e discordo totalmente).

Na mesma lógica, para os docentes pesquisados, os cursos de Agronomia e História do *Campus* Chapecó possuem, ao final, a mesma visão para os eixos pesquisados. O mesmo ocorreu para os dois cursos do *Campus* Erechim e do *Campus* Laranjeiras do Sul. Ou seja, os professores convergiram para percepções mais idênticas quanto às ações de RSU, quando comparados com os alunos.

Chama atenção o fato de que em dois eixos, um para Letras (CH) – Formação profissional e cidadã – e outro para Agronomia (CL) – Gestão social do conhecimento – prevaleceram percepções totalmente negativas.

Ao final percebeu-se uma sintonia nas respostas dos discentes e docentes de Agronomia (CL), Agronomia (ER) e Agronomia (LS), que possuem, ao final, a mesma percepção, de concordância parcial, para os eixos de RSU pesquisados. O Apêndice J apresenta os gráficos com as escalas de respostas por eixo de RSU, conforme curso e *campus* dos discentes e docentes.

Ainda nesse contexto, comparando os cursos pesquisados para os docentes, em todos os eixos, ao final, houve prevalência da escala concordo parcialmente, já para os discentes nos Eixos *Campus* responsável e Formação profissional e cidadã houve mais respostas de concordo parcialmente, mas para o Eixo Participação social as respostas foram mais propensas ao concordo totalmente. Ou seja, os segmentos visualizam a prática da RS na UFFS, mas existem avanços necessários. Tal conjuntura foi corroborada quando, ao serem inquiridos se a UFFS é uma instituição com compromisso social, os discentes manifestaram que Sim em 68,4% e outros 24,8% expressaram que Talvez seja. Destaca-se que, entre os 10 mestrandos respondentes, nove indicaram a resposta Sim e apenas um aluno assinalou que a Universidade Não possui compromisso social. Por fim, os docentes assinalaram 67,7% que Sim e 23,10% que Talvez a UFFS tenha compromisso social. Também no grupo focal, os TAEs expuseram que consideram a UFFS como socialmente responsável, mas que internamente muitas questões precisam ser revistas, como já detalhado até aqui.

Todos os gestores expressaram que a Universidade possui Responsabilidade Social, e, quando questionados, na primeira pergunta da entrevista, **qual a concepção de RS da UFFS**, o Gestor 1 evidenciou “nós somos uma organização social. Surgimos assim e com uma história que nos dá uma responsabilidade maior, porque surgimos de outras organizações sociais. Então, a nossa concepção de RS é além de ser representação, ela é também própria de todas as universidades”.

Discorreu o Gestor 2 que a RS da UFFS perpassa pelas quatro atividades essenciais, que são o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão e que ela nasce com o compromisso de ter um processo diferenciado em relação a como responde às demandas da sociedade na qual está inserida. Também os Gestores 3, 4 e 5 enalteceram que a trajetória de criação da UFFS constitui uma RS de interiorização do ensino superior, perpassando por várias ações que são realizadas após a constituição, como as políticas de acesso, permanência, meio ambiente, práticas de pesquisa e extensão, que devem ter um direcionamento para as necessidades da comunidade regional. Complementou o Gestor 5 “Não tem como não ter responsabilidade social sem ter compromisso social/acadêmico e você só vai ter isso se você se inserir na região de forma diferente”.

O Gestor 6 enalteceu que “a responsabilidade social é inerente à sua missão, não é algo que tem que ser definido, que tem que fazer um esforço adicional pra definir, é da natureza da instituição”. Expôs que a UFFS está a serviço da sociedade, ou seja, as ações são, fundamentalmente, para atender a comunidade, os que mais precisam e, por isso, a Instituição se intitula como popular.

Já a fala do Gestor 7 foi no sentido de que a RS não é algo exclusivo da Universidade, “Eu vejo muito como uma instituição cumprindo o seu propósito de uma maneira íntegra, ética, respeitando aspectos da legalidade. Uma preocupação com a sustentabilidade, isso significa não apenas um viés da natureza, mas sustentabilidade econômica e financeira”.

“A responsabilidade social da UFFS é algo gigante, eu vejo a Universidade como uma coisa social, econômica, ambiental”, expressou o Gestor 8. Acrescentou, como exemplos,

[...] o Restaurante Universitário compra sua matéria-prima da agricultura familiar, isso é responsabilidade social, eu acho que a gente prioriza para as licitações micro e pequenas empresas, isso é responsabilidade social. Você favorece as empresas que, em tese, não teriam um grande mercado e nós somos um grande comprador, então, nesse sentido, ela é importante no desenvolvimento da região no âmbito externo. Eu acho que pelo perfil de priorizar, por exemplo, escola pública isso é uma questão social ímpar. [...] E com os nossos servidores, eu vejo que todos aqui, de professor a estagiário, do reitor ao estagiário que entra aqui, todos aqui ganham mais do que lá fora, todos tem uma condição de trabalho melhor do que lá fora.

Percebe-se que as falas do gestores estão alinhadas ao que expressam Ribeiro e Magalhães (2014), a RSU é um conceito multifacetado porque está diretamente ligado ao modelo de universidade e a forma como esta se organiza enquanto instituição. Também no primeiro objetivo deste estudo já se observou que a constituição histórica da UFFS estabelece um papel importante no compromisso social que ela assume e que os quatro eixos aqui analisados permeiam a essência da RS com a comunidade universitária e a região em que a UFFS se inseriu.

Muitos dos entrevistados, ao relatarem a sua concepção de responsabilidade social, associaram a ação ao todo, empregando termos como “nós” “a nossa”, demonstrando o entendimento de que a responsabilidade parte da ação coletiva, ou seja, exige o engajamento de toda comunidade universitária para sua consolidação. Quanto aos beneficiários da responsabilidade social, seja pela ação do indivíduo ou de organizações, muitos dos entrevistados relataram termos como: sociedade, organizações sociais, agricultura familiar, empresas, meio ambiente, entre outras expressões que exprimem a coletividade. Esse aspecto vai ao encontro da literatura sobre o assunto, na qual as ações de responsabilidade social representam o retorno, a retribuição para a sociedade.

Importante destacar que nenhum entrevistado apresentou o enfoque de que a RS é desenvolvida apenas pela extensão universitária, ou seja, está superada a visão de que compromisso social é desenvolvido apenas pela via da extensão (VALLAEYS, 2006).

Procurando esboçar de forma sucinta às percepções da comunidade acadêmica sobre as ações de RS da UFFS, idealizou-se o Quadro 20.

Quadro 20 - Síntese da concepção da comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento das ações de RS da UFFS

Eixo <i>Campus</i> responsável	
<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Referência em Direitos Humanos; - Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD); - Código de Ética; - Uso do nome social; - Pleduca; - Afastamento para capacitação docente; - Análises de insalubridade e periculosidade; - Aplicação das cotas para além do previsto na legislação; - Departamento de Gestão Ambiental; - Monitoramento do consumo de energia elétrica, de água, de efluentes, consumo de papel; - Política de compras sustentáveis; - Comissão de Desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade; - Transparência no fornecimento de informações e disponibilização de atos; - Atuação da Ouvidoria, Auditoria interna e do Conselho Curador; - Sistema de Informação ao Cidadão; - Prêmio de maior transparência; - Participação da comunidade regional nos conselhos; - Eleição para reitor e diretores com paridade dos votos entre a comunidade universitária; - Divulgação responsável. 	<p>Aspectos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Universidade não reconhece o sindicato como entidade representativa; - Falta de políticas para promoção de um bom ambiente de trabalho; - Presença de mais homens nos cargos de gestão; - Distribuição dos cargos e funções sem critérios; - Muitos programas de capacitação a distância; - Baixa participação dos TAEs em projetos de extensão; - Participação em atividades do SIASS não autorizadas pela chefia; - Burocracia (fluxos demasiados) e falta de esclarecimentos no encaminhamento de processos; - Falta de espaço de convívio e ações de integração da comunidade universitária; - Pouca mobilização e cuidado da comunidade acadêmica nas questões ambientais; - Redução da presença da comunidade regional nas reuniões dos conselhos; - Dificuldade de encontrar informações (operabilidade) no Site; - Comunicação muito voltada ao institucional e pouco para a comunidade.
Eixo Formação profissional e cidadã	
<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prêmio de inclusão social; - Cota escola pública próxima aos 90%; - Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN); - Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI); - Cursos de Educação do Campo; - Cursos em parceria com o PRONERA; - Núcleo de Acessibilidade; - Comissão Institucional Permanente de Acesso e Acompanhamento à Educação Superior da UFFS para Haitianos; - Políticas de permanência; - Restaurante Universitário; - Domínio comum e conexo dos PPCs, que prevêm questões de cidadania, ética, sustentabilidade; - Atuação das empresas juniores e incubadora de negócios; - Educação continuada de professores; - Clínica de Nutrição; - Hospital Veterinário; - Ambulatório do <i>Campus</i> Passo Fundo. 	<p>Aspectos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do número de bolsas de extensão e cultura; - Bolsas de pesquisa são direcionadas a determinados estudantes; - Redução do domínio comum; - Docentes que não compreendem os princípios da UFFS e trabalham desvinculados dessa realidade; - Ações isoladas de integração da comunidade regional e egressos nas revisões dos PPCs; - Percepção dos alunos sobre o fato de que ocorre discriminação no acesso ao ensino.

continua

Quadro 2021 - Síntese da concepção da comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento das ações de RS da UFFS (continuação)

Eixo Gestão social do conhecimento	
<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização da COEPE; - Editais direcionados a determinadas áreas de pesquisa; - Código de ética para a ciência e pesquisa; - Relativa difusão e troca de conhecimentos com os públicos desfavorecidos; - Criação dos mestrados interdisciplinares; - PIBID. 	<p>Aspectos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de docentes contra as deliberações da COEPE; - Pouco vínculo dos grupos e pesquisadores com a comunidade regional para definir os tópicos de pesquisa; - Grupos externos envolvidos nas pesquisas que não participam da avaliação final; - Pouco diálogo entre pesquisadores e formuladores de políticas; - Pouca comunicação dos resultados de pesquisa para a comunidade regional; - Baixa prática da interdisciplinaridade, principalmente na graduação.
Eixo Participação social	
<p>Aspectos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vível integração entre a formação acadêmica e a projeção social; - Documentos institucionais possuem um direcionamento para a participação social; - Pouca visibilidade de práticas de assistencialismo e paternalismo; - Interação social da Universidade é percebida pela comunidade acadêmica; - A Universidade realiza fóruns e atividades relacionadas a problemas de desenvolvimento, sociais e ambientais, incentivando uma formação que promova a sensibilidade social e ambiental; - Mobilidade acadêmica; - Ações permanentes de extensão. 	<p>Aspectos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouca vinculação entre ensino, pesquisa e extensão; - Academia não incentiva a prática da extensão; - Falta de uma previsão legal interna da UFFS que incentive a extensão; - Coibição a manifestações políticas de direita.

FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Visualiza-se que os respondentes ressaltaram nos pontos positivos, principalmente, políticas institucionais, que, em sua maioria, derivam de regulamentos a nível federal e que, necessariamente, precisam ser efetivadas pela IES, porém a atuação local tem se mostrado bastante efetiva, considerando o enaltecido pelos Gestores. Para além, o Eixo Formação profissional e cidadã foi o melhor avaliado, conforme expresso na Figura 15, abaixo. Já os pontos negativos sobre os quais a UFFS terá que trabalhar resumem-se a questões de: avanço de pesquisas na comunidade regional, previsão legal interna que incentive a prática da extensão, reconhecimento do sindicato dos servidores, clima laboral, incentivo e capacitação dos servidores TAEs e desenvolvimento de comunicação para com a comunidade regional. Importante lembrar que tais pontos tendem a gerar impactos negativos para a Universidade, se não avaliados e reparados.

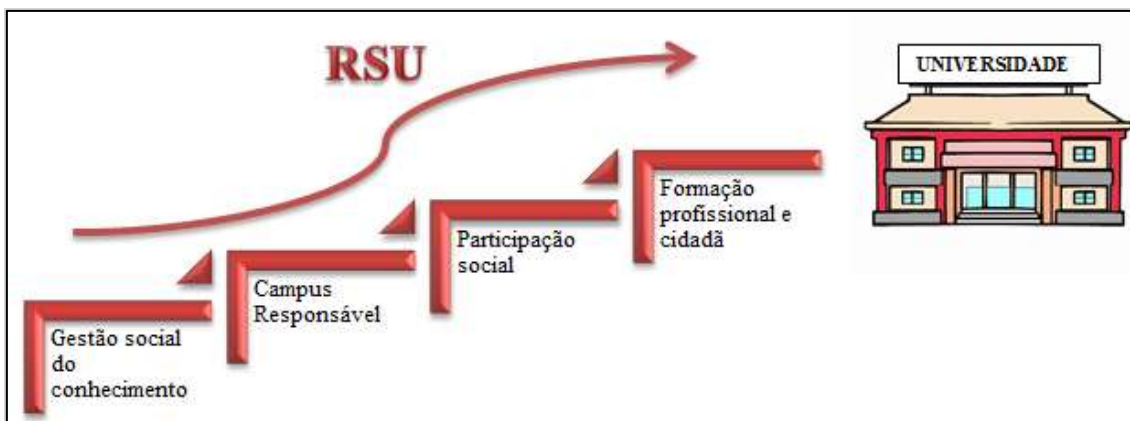


Figura 15 - Desenvolvimento dos Eixos de RSU conforme avaliação comunidade acadêmica
FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Como bem esboçou um professor, na questão aberta do questionário, “A promoção pela Universidade, de uma ou outra situação não é garantia de que professores, alunos, comunidade externa e outros grupos irão inclui-las nas suas ações. Entre um discurso oficial e uma prática real há uma distância considerável”.

Observou outra docente:

embora eu faça uma avaliação crítica deste contexto, acredito que, em maior ou menor grau e dependendo do ambiente, isto [Responsabilidade Social] acontece mais ou menos. Mas a UFFS, como um todo, fomenta este tipo de responsabilidade. Ocorre que nos *campi*, cada direção dá maior ou menor importância ou prioridade para o tema.

Em viés um pouco distinto, destacou um docente “Entendo que a Instituição tem claro sua política de responsabilidade social, porém muitos professores e pesquisadores não respeitam essa deliberação”. Corroborando com tal opinião, expressou outro docente “A UFFS, como instituição, tem o compromisso, mas muitas vezes o corpo docente não colabora e/ou não concorda e/ou não há recursos suficientes para organizar e executar demandas da sociedade”.

Ainda, em âmbito parecido discorreu o TAE 5:

é... basicamente, eu acho que a Universidade, a gente, está num embate, num campo de disputas. Então, há uma série de pensamentos, de ideias... dos docentes, principalmente, que pensam que ela está aqui pra formar alunos, formar profissionais para o mercado de trabalho. Então, a principal missão da UFFS seria formar pessoas para a sociedade, e esse formar pessoas para a sociedade, para o mercado de trabalho, acaba se desvinculando um pouco da ideia do projeto de ser responsável socialmente [...]. Então falta um pouco mais da vontade política da responsabilidade social [...]. É complicado porque temos

muitos técnicos que também acham que é o contrário, que é apenas servir ali pra formar o professor, formar o agrônomo, o engenheiro ambiental, o médico e tá bom. Essa é a nossa função, então a gente esquece às vezes que tá ligado a sociedade como um todo. Pra ser social, tem que ser um pouco mais valorizado ou equilibrado essa relação dentro da Universidade.

Por meio das falas e dos dados apresentados para os quatro eixos, percebe-se que a Responsabilidade Social está presente na concepção institucional, entretanto, ela não constitui, atualmente, uma política sustentável e eficiente, uma vez que há ausência de referências explícitas a ela. Esse cenário também foi percebido por Hernandez-Corchete (2017) ao analisar o caso do *Centro Universitario de La Defensa de Zagarosa* e também corrobora com os achados de Aristimuño e Monroy (2014), que identificaram que a Responsabilidade Social não está sendo assumida na práxis institucional da *Universidad Nacional Experimental de Guayana*, na cidade de Guayana, Venezuela, apesar de ser considerada na missão, visão, princípios e valores da Instituição, sendo necessário que os quadros diretivos desenhem linhas e políticas que possibilitem uma real aplicação nos quatro eixos organizacionais. Também Cavalcante (2014) observou que no IFBA, para o aprimoramento da gestão social, é necessária visão estratégica, programas de sensibilização interna, planejamento estratégico e definição de indicadores de RS. Desse modo, indica-se que ainda deve ocorrer uma ampla discussão da temática na UFFS. Outrossim, é importante estabelecer esse tipo de reflexão, de discussão e sensibilizar a comunidade universitária para que assuma cada dia mais uma postura pró-ativa e socialmente responsável.

Considerando o público diferenciado que a UFFS atende, o Gestor 1 lembrou da **importância das ações de RS para a comunidade acadêmica e a comunidade regional**. Destacou que as grandes linhas pelas quais a Universidade constrói suas diretrizes advêm de um indicativo da sociedade, ou seja, trata-se de uma importante ação de RS com a comunidade, que é “uma pauta que vamos continuar perseguindo”.

O Gestor 2 destacou que as ações de RS poderiam ser empregadas pela UFFS como um indicador “de como que as nossas pesquisas, de como que a formação ela dialoga mais proximamente com aquilo com o que a humanidade, especialmente a sociedade local, se depara”, uma vez que considera o compromisso social ainda insatisfatório:

seja no relacionamento com a comunidade regional, no sentido de criar canais mais efetivos pra que esse diálogo [...], que seja mais orgânico, mais cotidiano. E também do ponto de vista pra comunidade interna, imagino que ainda é insatisfatório, não conseguimos dar vasão para aquilo que gostaríamos e isso tem a ver com a própria atividade de extensão. Até hoje não conseguimos avançar efetivamente na constituição de programas consolidados de extensão e que tenham ali um conjunto de ações permanentes.

Também o Gestor 3 enfatizou como importante a UFFS instituir uma política de avaliação das ações de RS, nas vertentes apresentadas nesta pesquisa, para avaliar as percepções, as expectativas, detectar falhas e corrigi-lás, buscando sempre ações que visem manter o aluno na Universidade, seja fornecendo meios diferenciados de ingresso e incentivos financeiros à permanência, seja na representação nos conselhos e mantendo a formação dos cursos alinhada às demandas da sociedade. O Gestor 4 lembrou que agora, após a estruturação da Universidade, as ações poderiam ser mais abrangentes, porém, as IES se defrontam com uma conjuntura econômica negativa, que interfere na participação social e desenvolvimento local.

Manifestou o Gestor 5 que a importância da RS se resume a muitas questões:

têm várias, desde esta da comunidade acadêmica ser parte de uma Universidade que se insere diferente, que olha para quem nunca foi olhado na região, mas também uma questão pedagógica, por exemplo, os alunos, é importante eles terem uma experiência diferente, que talvez a única experiência diferente que eles teriam na vida seria aqui. Tu tá em meio à sociedade, em um meio elitista, machista, voltada á uma questão econômica e se a Universidade consegue estabelecer estas relações de responsabilidade social de uma outra forma de inserção isso é importante, porque pedagogicamente você mostra pro aluno, pro professor, pro corpo técnico outras possibilidades de enxergar [...], de ter o pensamento homogêneo [...] A essência do compromisso social é poder dar algo efetivo.

Ao final, ponderou que as ações desenvolvidas estão atendendo às necessidades expressas pela região, com compromisso para as questões prioritárias que foram elegidas (agroecologia, o cooperativismo, o compromisso com a extensão popular), mas que avanços são necessários, principalmente nas relações de trabalho, tanto internamente como externamente.

Complementou o Gestor 6 que as ações de permanência precisam avançar, como a construção da moradia estudantil, para manter o aluno em tempo integral na Instituição e incentivá-lo a participar em grupos de estudo e projetos de pesquisa e extensão. Também

entende que as ações “são e serão, no futuro, sempre insuficientes. [...] Nós estamos numa região que historicamente nós ficamos sempre por último, então tem necessidade a toda hora”.

Para além da formação, pesquisa e pós-graduação, o Gestor 7 evidenciou:

[...] a extensão é, no meu entendimento, um dos elementos de maior diálogo em benefício para a comunidade regional. A extensão ela proporciona as ações de responsabilidade social, [...] um benefício direto na comunidade regional, uma vez que a maior parte desses processos, projetos e programas são de atuação direta na comunidade.

Por fim, o Gestor 8 ponderou a questão da empregabilidade, do desenvolvimento que a Universidade trouxe para as regiões onde foi instalada, dos terceirizados que contrata. “Foram 600 milhões para construir a Universidade, mas é um investimento que vai ficar. As pessoas não veem a mudança, mas vai chegar um momento que eles vão perceber”.

Quanto às **Sugestões finais ou críticas para a RS da UFFS**, o Gestor 1 destacou “que a Universidade ainda tem que prezar muito para ser o exemplo”, esclarecendo:

nós temos um papel de vanguarda, de resistência e de construção de novas ideias, que é a coisa mais perigosa para alguns. E eu diria que é a coisa mais livre que um ser humano pode ter, que é conseguir pensar como melhorar a vida das pessoas. Isso a Universidade traz como esperança e muitos ainda nem viram isso acontecer, só viram os prédios, os empregos, o quanto movimenta de dinheiro. Mas não conseguem perceber que a Universidade pode mudar a forma das pessoas pensarem, e pensarem para melhor.

[...]

E não há assim esse risco – que alguns chamam de risco –, de termos uma perda da entidade histórica fundante para essa Universidade, que é a temática da agricultura familiar camponesa, por causa da Fetraf e da Via Campesina, que são as duas grandes frentes de organização social. Nós não temos esse risco, porque a nossa Universidade ela sempre esteve pautada por essas organizações. Teríamos esse risco se essas organizações deixassem de participar. E isso sim, eu vejo como um problema. Em 2009 essa participação era muito maior. [...] E diante disso nós fizemos todo um esforço para que essa participação fosse permanente. Na primeira COEPE tivemos seis mil lideranças participando, se comparar com a segunda COEPE é insignificante a participação. [...] Mas para a Universidade resistir na sua proposta original, nós vamos ter que voltar a mobilizar como foi antes da ideia de a Universidade estar constituída.

“O grande desafio é materializar essa intencionalidade” manifestou o Gestor 2 em relação ao compromisso social. Ponderou que a comunidade regional está desestimulada a participar do Conselho Estratégico Social, e ser uma universidade que dialoga fortemente com a região é o grande desafio”. Quanto à perda de um possível vínculo da UFFS com os movimentos sociais, ressaltou:

eu acho que é negativo evidentemente, eu não tenho dúvida disso. Acho que a Universidade precisa evidentemente ter um diálogo muito próximo para além dos muros, ela não pode ficar enclausurada. Eu sei que há uma discussão muito forte sobre isso, quem vê como negativo, porque há um certo receio de que uma universidade que tem uma relação muito forte com a sociedade local, regional, enfim, ela possa perder um pouco da sua autonomia no sentido em que teria aí um funcionamento, a Universidade passasse a ser gerida muito mais orientada, muito mais, por alguém que é externo a Universidade, passaria a ter uma heteronomia, a comunidade regional que está determinando aquilo que a Universidade faz, por isso ela estaria perdendo a autonomia. Mas nós de, certa forma, trabalhamos isso nos nossos documentos institucionais quando a gente diz que a comunidade universitária inclui a comunidade regional, portanto a comunidade regional ao estar opinando, ao estar discutindo, debatendo, nos ajudando a pensar como agir enquanto Universidade, não é um ser externo, ele é um ser interno, é um ente interno, e portanto não estamos perdendo autonomia. Acho que isso é positivo sim, é positivo ter essa relação, é negativa perdê-las.

Também os Representantes 1 (de Santa Catarina) e 2 (do Rio Grande do Sul) enfatizaram como importante a realização de um trabalho interno sobre a política da Universidade, sobre o envolvimento dela com a comunidade regional. Paralelamente, na II COEPE, os participantes expressaram-se em linhas parecidas, ao destacar que debates sobre o desenvolvimento regional, com o foco na construção de uma identidade e de um sentimento de pertencimento enquanto território, devem ser o foco da Universidade. Ou seja, precisa ser intensificada a compreensão da Universidade como espaço qualificado de diálogo com os movimentos sociais e de construção de conhecimentos socialmente relevantes.

Como desafio, os Gestores 4 e 5 expuseram a conjuntura política, pois há uma preocupação grande em relação aos recursos, que são a base de praticamente todas as atividades desenvolvidas pela Universidade. O Gestor 4 destacou, ainda, o desafio de colocar em prática o que os documentos tratam na perspectiva social e, corroborando com o Gestor 2, mencionou que a Universidade poderia, internamente, trabalhar mais esse conceito (Responsabilidade Social), uma vez que visualiza que ele não está bem assimilado pela comunidade.

O Gestor 6 ressaltou que a UFFS tem que auxiliar a sociedade, por meio das suas forças, da sua capacidade de organização, construir soluções para os problemas que aparecem. “Eu entendo que, ao rediscutir o PDI para os próximos anos, a Universidade pode trazer uma ênfase neste indicador, na Responsabilidade Social, e trabalhar como um guarda-chuva nas demais discussões, nos planos de ação que cada uma das áreas vai colocar em prática”, foi a manifestação do Gestor 7.

Ainda na pergunta aberta do questionário, manifestou-se um acadêmico:

penso que a UFFS tem potencial para avançar no quesito da responsabilidade social, muitas iniciativas ainda são tímidas, em especial quanto a intervenção na realidade, no ensino, na pesquisa e extensão, onde a vulnerabilidade social está mais presente, assumindo o compromisso efetivo com a mudança da realidade na perspectiva de melhorar a qualidade de vida da população.

Pelo exposto, destaca-se que os pesquisados citaram tanto a necessidade de materialização da Responsabilidade Social nos documentos institucionais, como atividades voltadas para a compreensão e divulgação do conceito e das ações, ou seja, desenvolver uma sintonia entre discurso e prática configura-se como um dos principais desafios para a consolidação da RSU (CARBONARI, 2011; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014).

Frente as constatações feitas no decorrer do estudo, como a falta de uma política institucional de RSU, a pesquisadora propõe, no Quadro 21, algumas ações para aperfeiçoamento da Responsabilidade Social na UFFS, de acordo com os quatro eixos de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009). Ações que devem ser discutidas com a comunidade universitária, para avaliar sua pertinência e estruturação.

A partir dos pontos negativos identificados nas Figuras 12 e 13 e nos Quadros 14, 15 e 20, e das propostas apresentadas nesse quadro, a UFFS pode avaliar as maiores fraquezas e estabelecer ordem de prioridade, buscando sua reversão e a implantação permanente de um acompanhamento da RS.

Quadro 22 - Proposição de ações de Responsabilidade Social para a UFFS

Eixo <i>Campus</i> Responsável
<ul style="list-style-type: none">- Constituir estruturas administrativas específicas do CRDH, com equipe multiprofissional exclusiva e descentralização das atividades, com instalação de sedes locais em todas as cidades onde a Instituição possui <i>campus</i>;- Tornar o CRDH indutor das políticas internas e melhorar o fluxo de informação sobre as atividades promovidas;- Incorporar temáticas de gênero, diversidade sexual, relações étnico-raciais e direitos humanos nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão;- Incentivar cursos em Ética, Desenvolvimento e Responsabilidade Social nas diferentes carreiras da Universidade;- Garantir o direito de organização sindical dos servidores e reconhecer suas demandas;- Instituir uma política para acesso aos cargos de gestão e funções gratificadas;- Instituir capacitação em liderança para os gestores;- Estruturar planos de capacitação para os servidores, direcionados as necessidades regionais (nos casos de afastamento para estudo);- Incentivar e liberar os TAEs para participação em mais ações de pesquisa e extensão e avaliar a possibilidade de coordenarem ações;- Oferecer mais capacitações presenciais aos servidores;- Incentivar o desporto, a cultura e outras atividades recreativas que possibilitem uma integração e um desenvolvimento pessoal entre os servidores;- Aprimorar a gestão ambiental do <i>campus</i> (educação ambiental) e a divulgação de ações;- Incentivar projetos acadêmicos e produção científica de estudantes e docentes relativamente à sustentabilidade ambiental e à promoção da saúde e segurança no <i>campus</i>;- Aumentar os projetos de extensão e cursos <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> na área de educação ambiental;- Ouvir a comunidade universitária quanto aos quesitos de transparência e democracia;- Dar mais reconhecimento às propostas dos Conselhos Comunitários;- Divulgar mais a Universidade para a comunidade regional, com investimentos em comunicação;- Realizar treinamento e sensibilizar a comunidade universitária em questões de Responsabilidade Social.
Eixo Formação Profissional e Cidadã
<ul style="list-style-type: none">- Reforçar informações acerca do acesso ao ensino na UFFS, nomeadamente através dos sites institucionais ou da disponibilização do Guia Informativo direcionado aos estudantes de ensino médio;- Integrar, no currículo dos diferentes ciclos de estudos, conteúdos relacionados com a sustentabilidade ambiental, saúde e segurança no <i>campus</i> e estimular a investigação sobre essas temáticas, de forma interdisciplinar;- Fortalecer os direitos humanos e a cidadania nas atividades de ensino (tema transversal e contemplado em disciplinas específicas);- Integrar a comunidade regional e egressos nas discussões de adequação do currículo dos cursos;- Envolver mais os estudantes na prática de serviços comunitários e voluntariado;- Ofertar modalidades de estágio social obrigatório: Atividade Curricular em Comunidade (ACC) e Atividade Curricular em Instituição (ACI);- Promover iniciativas de disseminação de práticas pedagógicas promissoras que promovam aprendizagem colaborativa, nomeadamente através de publicações, seminários e conferências;- Desenvolver avaliação diagnóstica das necessidades de apoio social e psicopedagógico dos novos estudantes;- Incluir temáticas da prevenção, monitorização e combate ao insucesso e abandono escolar nos documentos estratégicos e relatórios;- Institucionalizar o Gabinete de Empregabilidade, como uma estratégia de intervenção desde o ingresso do estudante na universidade até a sua integração no mercado de trabalho, formalizado num Plano de Ação Anual;- Criar uma Plataforma de voluntariado, que reforce a partilha dos projetos nacionais e internacionais de voluntariado nas IES (Tutela - criação do estatuto de estudante-voluntário);- Fomentar pesquisas sobre redes de colaboração solidária;- Organizar uma rede de colaboração solidária multicampi;

continua

Quadro 21 - Proposição de ações de Responsabilidade Social para a UFFS

<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver um programa de embaixadores (alunos com experiências de mobilidade) para divulgação da sua experiência;- Institucionalizar critérios para escolha de alunos bolsistas de pesquisa e extensão;- Implementar programas de cuidado de crianças para fomentar a permanência das estudantes que são mães.
Gestão Social do Conhecimento
<ul style="list-style-type: none">- Fortalecer atividades de ensino mediante a inclusão de ações efetivas de pesquisa e de extensão em todos os PPCs;- Avançar na promoção da interdisciplinaridade no currículo da graduação;- Implantar cursos condizentes com a realidade do trabalhador rural e dos moradores de assentamentos e ocupações;- Intensificar a promoção de jornadas de investigação científica inter e intra disciplinar;- Envolver mais os atores externos na definição das linhas de pesquisa e estruturação de projetos;- Realizar formação que promova competências de trabalho colaborativo entre distintas partes interessadas;- Incorporar metodologias interdisciplinares nos projetos de pesquisa;- Priorizar estudos, trabalhos de extensão e investigações científicas concentrados nas demandas da região da fronteira sul;- Valorizar a pesquisa aplicada e a pesquisa-ação participante;- Divulgar na comunidade universitária os resultados de investigações desenvolvidas. .
Participação Social
<ul style="list-style-type: none">- Trabalhar a importância da extensão com a comunidade acadêmica;- Constituir uma base de dados on-line com divulgação de projetos de extensão à comunidade;- Criar agenda comunitária partilhada de atividades culturais e artísticas, desportivas, de promoção da saúde, entre outras;- Criar cursos das línguas guarani, kaingang, alemã, italiana e polonesa, bem como de braile;- Fomentar a criação ou a parceria para criação de observatórios sobre as políticas urbanas e o desenvolvimento regional;- Pesquisar o potencial de novas atividades econômicas para o desenvolvimento da região;- Publicar editais conjuntos de pesquisa e extensão, para desenvolver as áreas em sintonia;- Produzir pesquisa e projetos com inclusão de mais alunos e atores externos da comunidade, para que possam se beneficiar da experiência;- Fazer devolutiva de ações e projetos para as comunidades e sujeitos pesquisados;- Prosperar na capacidade de organização dos diversos atores sociais e da população em geral;- Avançar na integração com as agendas local e nacional de desenvolvimento.

FONTE: Elaborado pela autora, 2019.

Na Figura 16, elaborada a partir dos levantamentos qualitativos e quantitativos realizados na pesquisa, observa-se que, apesar dos princípios institucionais tornarem clara a ideia de RS da UFFS, os eixos de RSU não se desenvolvem de modo igualitário. O Eixo Formação profissional e cidadã (Ensino) é onde mais se desenvolve a RSU, com características muito positivas nas análises dos PPCs e nas avaliações da Comunidade Acadêmica e Regional, seguido das boas práticas nos Projetos de Extensão. Este eixo ainda precisa melhorar significativamente quanto à presença da pesquisa, uma vez que nos Projetos de Pesquisa a presença do ensino é fraca. O segundo Eixo mais desenvolvido é a Gestão social do conhecimento (Pesquisa), seguido do Eixo *Campus* responsável (Gestão) e, por fim, o Eixo Participação social (Extensão), que possui muito baixa presença nos PPCs e nas concepções da Comunidade Regional sobre a RS da UFFS.



LEGENDA:

- RSU Muito Forte
- RSU Forte
- RSU Fraca
- RSU Muito fraca

- CA Comunidade Acadêmica
- CR Comunidade Regional
- PE Projetos de Extensão
- PP Projetos de Pesquisa
- PPCs Projetos Pedagógicos Curriculares

Figura 16 - Desenvolvimento dos Eixos de RSU na UFFS
FONTE: Elaborado pela autora, 2019.

Assim, avança-se na ideia de que a RSU envolve uma comunidade de aprendizagem mútua de atores internos e externos. Ou seja, mais que o funcionamento da Universidade em si, trata-se de adotar um estilo de vida baseado em RS, que deve permear as principais orientações e ações institucionais (VALLAEYS, 2006; 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta dissertação se caracterizou por ser uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo, com abordagens qualitativa e quantitativa, e teve como temática investigativa a Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A análise dos dados foi realizada por meio das técnicas de análise de conteúdo e estatística descritiva.

Inicialmente, frente ao levantamento teórico realizado para o estudo, constatou-se que a efetivação da RSU vai além da extensão, aparecendo no ensino, na pesquisa e também na gestão universitária, sendo que a implantação de um programa ou de ações de Responsabilidade Social perpassa por uma atribuição coletiva dos agentes internos e externos da IES e deve sempre considerar os princípios institucionais e o contexto de atuação das universidades.

Buscando **Diagnosticar a gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**, definiu-se quatro objetivos específicos: (i) Identificar a concepção que fundamenta a prática da RSU na UFFS; (ii) Caracterizar as principais ações de RSU desenvolvidas até 2017; (iii) Conhecer a concepção da comunidade regional quanto às ações de RS na UFFS; (iv) Compreender a concepção da comunidade acadêmica sobre as ações de RSU na UFFS.

Inicialmente, observou-se que a referida Universidade tem como característica principal um perfil voltado às necessidades que emergem da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Nesse sentido, a consulta aos documentos revela que a instituição define-se como: pública; popular; democrática; autônoma; empenhada com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Mesorregião Fronteira Sul do País; e respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural.

Em função de tais características, presentes nos escritos institucionais e na constituição histórica analisados no primeiro objetivo, afirma-se que a concepção que fundamenta a prática da RSU na UFFS está diretamente relacionada às características do contexto em que se situa. Assim, a comunidade universitária exalta e reafirma a concepção da UFFS e da responsabilidade social que ela assume, que visa garantir em essência: (i) o acesso ao ensino superior público e de qualidade, com compromisso de

inclusão social; (ii) a qualificação profissional e cidadã; (iii) o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão sob o prisma de um ensino crítico e inovador.

Entretanto, apesar dos princípios institucionais tornarem clara a ideia de Responsabilidade Social da UFFS, as referências explícitas se limitam à perspectiva estabelecida pelo SINAES, conforme tópicos que são abordados no PDI e na Autoavaliação realizada pela CPA. Ou seja, ainda não está estruturada uma política de Responsabilidade Social alinhada aos fins de constituição da Universidade.

Quanto à análise documental dos PPCs, Projetos de Pesquisa e Projetos e Programas de Extensão, para avaliar as principais ações de RSU desenvolvidas até 2017, identificou-se um direcionamento construtivo dos PPCs para as temáticas vinculadas aos Eixos *Campus* responsável e Formação profissional e cidadã, com perspectivas de direitos humanos, equidade, solidariedade, ética, respeito ao meio ambiente e respeito e valorização da diversidade. Contudo, para os Eixos Gestão social do conhecimento e Participação social, observa-se pouca fundamentação em práticas de pesquisa, extensão, interdisciplinaridade e voluntariado. Também a reformulação do Domínio Comum evidencia uma perda da ideia de formação humana e social, alinhada à fragmentação disciplinar e hierarquização entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao considerar os Projetos de Pesquisa, constatou-se que a maioria das ações desenvolvidas no período esteve direcionada aos Grupos de Pesquisa em: Agroenergia; Manejo Sustentável dos Sistemas Agrícolas; Ensino de Ciências e Matemática; Sanidade Animal. Ao correlacionar os objetivos de trabalho desses Grupos com os Eixos de RSU de Vallaeys, Cruz e Sasia (2009), observou-se que nenhum dos grupos desenvolve ações no Eixo *Campus* responsável, ou seja, é muito baixa a prática de pesquisas sobre a gestão da Universidade. Porém, as finalidades dos grupos de pesquisa tendem a estar alinhadas aos desafios postos pelos participantes da COEPE, buscando atender às demandas da Fronteira Sul, especialmente a agricultura familiar, a biodiversidade e sustentabilidade e a educação básica, reverberando assim em ações positivas na prática da Participação social. Mas, muitas áreas ainda continuam deficitárias, como a exemplo da gestão e desenvolvimento econômico; teorias e processos de desenvolvimento; e saúde e cuidado e soluções ambientais.

Outrossim, no que concerne às ações de Extensão, a área temática que mais se destacou foi a de educação e a que menos ações englobou foi a de comunicação. Nesse

limiar, as linhas de extensão que tiveram prevalência nas ações/atividades dos projetos e programas desenvolvidos estão relacionadas a: (i) Artes integradas; (ii) Linguagem e comunicação; (iii) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural; (iv) Formação de professores; (v) Saúde humana; (vi) Metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem; (vii) Alfabetização, leitura e escrita; (viii) Tecnologia da informação; (ix) Desenvolvimento rural e questão agrária. Tais linhas envolvem atividades fins aos princípios de constituição e compromisso social da Universidade e estão relacionadas, em alguns termos, com os Eixos de RSU de Vallaey, Cruz e Sasia (2009), especialmente na Gestão social do conhecimento e na Formação profissional e cidadã. Assim como nos projetos de pesquisa, poucas atividades são voltadas ao âmbito do *Campus* responsável, a exemplo de direitos humanos, cidadania e cultura. Tem-se, desse modo, que a Extensão e a Pesquisa podem intensificar o compromisso social da UFFS, tanto no desenvolvimento de projetos como em atividades da estrutura curricular.

Conhecer a concepção da comunidade regional quanto às ações de RS na UFFS foi o terceiro objetivo específico. Inicialmente, destaca-se que, nos documentos das COEPES, prevalece a amplitude de reivindicações e proposições da comunidade universitária, em termos, corroboradas pelos participantes dessa pesquisa. Pelas entrevistas, visualizou-se que a concepção da comunidade parece ainda ser limitada quanto ao desenvolvimento de algumas atividades, o que recai sobre os mecanismos de inserção da UFFS na Mesorregião e os processos de divulgação, principalmente nas vertentes relacionadas a Extensão e a Pesquisa, assim a Universidade deve promover a socialização com a comunidade regional, permitindo que ela possa conhecer os trâmites para propor ações nesses dois meios de atuação. Como bem observaram os entrevistados, a UFFS possui uma Responsabilidade Social muito grande com a região na qual está inserida, e apesar de avançar a cada ano nas ações, ainda não atinge totalmente as necessidades expressas.

No último objetivo específico, ao buscar compreender a concepção da comunidade acadêmica sobre as ações de RSU na UFFS, identificou-se que esse segmento possui percepções diversas sobre as atividades desenvolvidas no Eixo *Campus* Responsável e, em especial, os TAEs, que foram quem mais apontaram necessidades de melhoria nesse Eixo. Embora identificados níveis mínimos e suficientes de qualidade nas relações interpessoais, os resultados da pesquisa sugerem que é necessário fortalecer essas

dinâmicas dentro da UFFS para preservar o fundamento mínimo da RSU, principalmente nos quesitos de gestão de recursos humanos e processos democráticos.

Referente ao Eixo Formação profissional e cidadã, ressalta-se que a UFFS assegura a existência de um sistema de ação social equitativo no ensino superior. Com isso, as avaliações de RSU para a temática foram bastante positivas, com a maioria dos Gestores apontando que a RS se faz presente nas disciplinas do Domínio Comum, porém notam que está havendo cada vez menos prioridade com temas como cidadania, ética cívica e responsabilidade sociambiental, e que a integração de atores externos no desenho dos PPCs acontece por ações isoladas de alguns cursos e não como prática institucional. Já os docentes e discentes entendem que as temáticas de RS se fazem presentes no currículo e são incentivadas pela Universidade, mas os docentes também manifestaram que a integração de atores sociais externos na estruturação dos PPCs pouco ocorre, fator que poderia ser potencializado.

Os participantes também expressaram, ainda que com significativa neutralidade nas respostas dos docentes, que a UFFS busca promover a Gestão social do conhecimento, entretanto, as linhas de pesquisa são muito mais definidas por interesse de investigação dos docentes do que pelo atendimento das demandas da sociedade, e pouco ocorre a prática da inter e transdisciplinaridade.

Já no Eixo Participação social percebeu-se que a UFFS possui uma parcela de responsabilidade significativa para o desenvolvimento econômico, social, técnico e científico da região. O desempenho favorável da Universidade foi acordado entre estudantes, corpo docente e gestores. Particularmente, alunos e gestores mostraram que mais oportunidades para trabalhar com comunidades locais são necessárias em projetos com abordagens sociais.

Ao relacionar as percepções dos agentes internos e externos a Universidade, observa-se que, em geral, entre as ações positivas convergem: a transparência e democracia; a preocupação com a formação cidadã; as políticas de acesso e permanência e a baixa percepção das práticas de assistencialismo e paternalismo. Já os pontos negativos apontados foram: a pouca visibilidade de temáticas de direitos humanos e equidade de gênero nos processos internos; a dessarticulação da formação dos servidores com as necessidades da região; a redução da participação da comunidade regional nos conselhos; os meios de comunicação utilizados, que são pouco eficientes para atingir a

comunidade regional; a falta de articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, resultando numa baixa interdisciplinaridade e a expectativa de maior atuação na sociedade e desta dentro da Universidade, seja pelo voluntariado, pelo desenvolvimento de mais projetos ou mesmo nas reformulações curriculares. Frente a tal cenário e entendendo que a Universidade age com RS quando suas ações extrapolam o previsto nos mandamentos legais e não simplesmente se adaptam a eles, a comunidade universitária e a pesquisadora apresentaram proposições de melhoria, que foram estruturadas no Quadro 21.

Também ao final, os públicos pesquisados apontaram que a UFFS é uma instituição com compromisso social, sendo que os gestores demonstraram o entendimento de que a responsabilidade parte do histórico de constituição e da ação coletiva, envolvendo tanto a gestão, como o ensino, a pesquisa e a extensão, em benefício de todos e, essencialmente, da comunidade, o que vai ao encontro da literatura e supera a visão de que compromisso social é desenvolvido apenas pela via da extensão.

Frente ao exposto, tem-se que os objetivos específicos propostos foram atingidos, permitindo concluir que ocorre uma **gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) na UFFS**, ou seja, a Universidade tem consciência da importância e tende a fomentar uma educação socialmente responsável nos quatro eixos analisados, sendo tal cenário diretamente relacionado a sua constituição e princípios, que têm o objetivo comum de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região, especificamente a “Fronteira Sul”, de forma a demarcar a importância da Universidade e de seus agentes, na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Entretanto, visualizou-se que a UFFS age de maneira situacional, uma vez que não possui uma política estruturada de RSU e segue, nos regimentos, apenas o estabelecido no SINAES para a temática. Consequentemente, a Instituição não mantém informações atualizadas e dedicadas exclusivamente a questões de responsabilidade social, o que causa desconhecimento da comunidade universitária sobre os benefícios da gestão socialmente responsável. Dado que as ações da Responsabilidade Social são fragmentadas, elas não propiciam condições para a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, já que os próprios gestores da Universidade (re)afirmam que a articulação do tripé ainda é uma dificuldade a ser superada. Como exemplo dessa fragmentação, pode-se citar que nos PPCs não são previstas ações específicas de pesquisa

e extensão, apenas é feita uma referência simplória de como deveria ocorrer a articulação entre as áreas.

Apesar dos gestores sugerirem a inclusão da RSU nos documentos estratégicos e avaliar ações com a comunidade universitária, não houve evidência da criação de um departamento ou comissão dedicada à gestão da RS. Frente ao exposto na literatura e à fragmentação percebida nas ações institucionais, a pesquisadora entende ser pertinente propor a criação de um Comitê de Responsabilidade Social e a estruturação de uma Política de RSU, alinhada aos fins de constituição da Universidade, para coordenação e acompanhamento contínuo do processo de gestão na Instituição. Tal Comitê, em diálogo com a comunidade universitária, teria como função principal auxiliar a UFFS a melhorar o desempenho de suas múltiplas atividades, desde a gestão responsável do *campus*, passando pelo aprimoramento acadêmico e a criação de valor social.

Considerando a valorização crescente do comportamento socialmente responsável e do valor de se potencializar a dimensão social das IES, principalmente pela função social que ocupa, espera-se que este diagnóstico inicial permita à UFFS conhecer seus pontos positivos e suas fragilidades no que diz respeito à responsabilidade social e, dessa forma, contribuir para a melhoria dos processos de aferição de suas ações, assim como de relacionamento com a comunidade universitária.

Destaca-se que a intenção da pesquisadora é divulgar os resultados desta investigação para a equipe gestora da Universidade e em outros momentos institucionais que se fizerem pertinentes, no sentido de apresentar sugestões e contribuições a partir, especialmente, daquilo que se refere a indicadores de RSU. Outrossim, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para, de algum modo, despertar a atenção daqueles que atuam como gestores, professores/pesquisadores para que, em parceria com seus educandos e servidores, sensibilizem-se para continuar nessa trajetória, produzindo e reproduzindo conhecimento, articulados com a comunidade.

Este estudo limitou-se a pesquisar as ações de RSU conforme eixos estruturados por Vallaeys, Cruz e Sasia (2009) para cada público. Ao final, avalia-se que os alunos poderiam ter sido questionados em algumas frentes sobre a Gestão Social do Conhecimento, o que auxiliaria a explicar ações como a inter e transdisciplinaridade e também o envolvimento dos estudantes nas pesquisas. Também para a comunidade regional não foi feito nenhum questionamento sobre esses temas, o que limitou a análise

ao exposto nos documentos da COEPE. Ao fim, observa-se o alto índice de respostas neutras dos docentes para o mesmo Eixo. Reforça-se ainda que a análise tem seu alcance limitado à UFFS e ao período nela contemplado.

Como sugestão de pesquisa futura, há a possibilidade de se fazer novas investigações com outras instituições públicas de ensino. Tal procedimento possibilitaria a comparação dos resultados obtidos através de diferentes métodos de pesquisa e diminuiria as limitações. Também o desenvolvimento de um estudo longitudinal para verificar se as percepções da comunidade universitária da UFFS alteram-se no decorrer da vida acadêmica seria oportuno.

Importante mencionar que, como tema em construção na produção do conhecimento, é perfeitamente possível que a RSU seja analisada e pesquisada sob outras perspectivas epistemológicas e metodológicas para enriquecer a produção do saber.

A RSU não é uma proposta definitiva, nem uma estratégia dogmática que deve ser adotada pelas instituições, mas configura-se como uma alternativa de modernização que permite a busca constante de redefinição da gestão socialmente responsável e crítica permanente sobre a maneira de pensar e adotar os processos educativos. Ela se posiciona como uma forma de legitimar as práticas que constroem a verdadeira missão social da universidade.

REFERÊNCIAS

- AAKER, David A.; KUMAR, Vinay; DAY, George S. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- ALAMILLA, Nancy Marine Evia *et al.* Cidadanía en el currículo educativo: Un análisis del Modelo de Responsabilidad Social Universitaria en una universidad pública. **Revista CS**, 23, pp. 77-104, 2017.
- ALDEANUEVA-FERNÁNDEZ, Ignacio. **Responsabilidad Social em la Universidad: estúdio de casos y propuesta de despliegue**. 2011. 453f. Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Málaga, Málaga, 2011.
- ALYRIO, Rovigati Danilo. **Metodologia científica**. Rio de Janeiro: PPGEN: UFRRJ, 2008.
- ARISTIMUÑO, Minerva; MONROY, Carlos Rodríguez. Responsabilidad Social Universitaria. Su Gestión desde la Perspectiva de Directivos y Docentes. Estudio de Caso: Una Pequeña Universidad Latinoamericana. **Interciencia**, v. 39, n. 6, Jun. 2014.
- AVENDAÑO CASTRO, William R.; PAZ MONTES, Stella, Luisa; PARADA-TRUJILLO, Abad E. Construcción de ciudadanía: un modelo para su desarrollo en la escuela. *El Ágora U.S.B.*, v. 16, n. 2, p. 479-492, 2016.
- BACIGALUPO, Luís. La responsabilidad social universitaria: impactos institucionales e impactos sociales. **Educación Superior y Sociedad**, v. 13, n. 2, p. 53-62, 2012.
- BALSANELLO, Geomara; RECKTENVALD, Marcelo. Fatores Motivacionais de Servidores Públicos: um estudo de caso na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó. In: XVI Coloquio Internacional de Gestion Universitaria (CIGU): Gestión de la Investigación y Compromisso Social de la Universidad. **Anais...** Arequipa, Peru, 23, 24 e 25 de novembro de 2016.
- BANKS, Michael G. **An extension of the Hirsch index: indexing scientific topics and compounds**. Ithaca: Cornell University, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª reimpr da 1ª ed. de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, março/abril, p. 151-161, 2015.

BARROS, Conceição de Maria Pinheiro; FREIRE, José Célio. A responsabilidade social universitária na perspectiva do Sinaes: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – *Campus* de Sobral. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 891-920, out./dez. 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. 448 p.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. **Coletânea CBE Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus: CEDES, 1992.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erechim, ano 1, v.1, n. 2, p. 8-17, maio 2006.

BERTO, Angela Barros Fonseca. Responsabilidade Social Universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva online**, v. 6, n. 3, p. 16-25, 2013.

BEUREN, Ilse Maria. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

BEVILACQUA, Luiz. Primórdios da área multidisciplinar da CAPES e suas influências na Pós-Graduação e na Graduação. In: PHILIPPI JR, Arlindo e SILVA NETO, Antônio. (Eds.) **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Brasília/São Paulo: CAPES/Manole, p.785-802, 2011.

BOHRER, Iza N. *et al.* A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: **Anais** da 14ª Jornada Nacional de Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2008.

BOLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira da. Responsabilidade Social no Ensino Superior. **SARE - Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas**, v. 10, n. 10, p. 204-210, 2007.

BOTOMÉ, Silvio Paul. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 04 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001, p. 128. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 02 dez. 2017.

BRASIL. Decreto no 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. **Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Diário Oficial da União/Poder Executivo, n. 218, 24, Seção 1. p. 3, fev. 2006.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a. 86 p.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). INEP. SINAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial) Brasília: Ministério da Educação, 2014b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacaoinstitucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, seção 1, p. 5, 4 fev. 2014c.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 dez. 2018.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; GONÇALVES, Eveline Filgueiras; TARGINO, Maria das Graças. Novas Perspectivas para a Responsabilidade Social Universitária: Reflexão sobre o Projeto de Educação Popular e Apoio à Saúde da Família - Universidade Federal da Paraíba. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, art. 8, p. 208-229, jul./set. 2014.

BUFFEL, Tine; SKYRME, Julian; PHILLIPSON, Chris. Connecting Research with Social Responsibility: Developing ‘Age-Friendly’ Communities in Manchester, UK. In: SHEK, Daniel T. L.; HOLLISTER, Robert M. **University Social Responsibility and Quality of Life: A Global Survey of Concepts and Experiences**. v. 8. [S.l.]: Springer Nature Singapore, 2017, p. 99-120.

BURCEA, Marin; MARINESCU, Paul. Students’ Perceptions on Corporate Social Responsibility at the Academic Level. Case Study: The Faculty of Administration and Business, University of Bucharest. **Amfiteatru Economic**, v. XIII, n. 29, p. 207-220, February 2011.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES)**, Brasília, n. 34, ano 23, p. 13-27, 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, Brasília, v. 24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando; BORGES, Regilson Maciel. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 653-679, 2016.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski; VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 39, outubro-dezembro, 2011, pp. 1185-1198.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PESSANHA, Jorge; SOARES, Vera L. **Educação superior: construindo a extensão nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações. **Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, jul/dez, 2013, p. 179-191.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. Gestão da responsabilidade social. In: **Desafios da gestão universitária contemporânea**. COLOMBO, Sonia Simões. RODRIGUES, Gabriel Mario. *et. al.* (Org.). Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 337 a 361.

CARDENUTO, Raquel Matys *et al.* As Atividades de Extensão como Compromisso Social: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 134-156, Edição Especial 2017.

CARGNIN, Antônio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre, 2011.

CAVALCANTE, Antonio Carlos. **Responsabilidade Social do IFBA**: Análise da percepção dos gestores. 133f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2004.

COÊLHO, Ildeu. A gênese da docência universitária. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 26, p. 5-24, jan./jun. 2008.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE – CPPD. **Quantitativo de docentes afastados para capacitação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elise.eidt@uffs.edu.br> em 23 jan. 2019.

COMITÊ PLEDUCA. **Contemplados com PLEDUCA** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elise.eidt@uffs.edu.br> em 6 dez. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Web of Science lança nova versão de base de dados**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory** (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2008.

CORRÊA, Edson José. Extensão Universitária, Política Institucional e Inclusão Social. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 12-15, jul. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uffrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/864>. Acesso em: 08 maio 2018.

COSTA, José Fernando Andrade. Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: Um desafio que permanece. **Rev. Ciênc. Ext.** v.14, n.2, p.9-19, 2018.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emilio Matos. Perspectiva histórica em administração: panorama da literatura, limites e possibilidades. In: XXXIII Encontro da ANPAD, **Anais...** São Paulo-SP, 19 a 23 de setembro de 2009. São Paulo: EnANPAD, 2009.

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. História da Educação: Surgimento e Tendências Atuais da Universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**. Dourados, MS, v. 11, n. 21, Jan./Jun. 2009.

CRASTO, Cristina; MARÍN, Freddy, SENIOR, Alexa. Responsabilidad social en la gestión universitaria: una construcción colectiva. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 25 n. 2, p. 183-208, abril-junio, 2016.

CRUZ, Rosilene Maria; PASSOS, Elizabete S. Inserção da Responsabilidade Social nas IES: caminhos para o desenvolvimento humano. In: ROCHA, Niveia Maria Fraga; RABELO, Patrícia Fraga Rocha (Orgs.). **Educação, Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social: Fazendo Recortes na Multidisciplinaridade**. Salvador: Fast Design, 2010, p. 117-137.

CUNHA, Luiz Antônio. **Universidade Temporã**. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.

CURADO, Isabela Baleeiro. Pesquisa Historiográfica em Administração: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXV. Campinas, 2001. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2001.

DALL'AGNOL, Clarisse Maria; TRENCH, Maria Helena. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisas na Enfermagem. **R. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 5-25, jan. 1999.

DANESI, Luiz Carlos; SIQUEIRA, Marino da Silva. Identidade Institucional e sua relação com a profissionalização da gestão. In: KÖCHE, José Carlos; BUOGO, Ana

Lúcia (Orgs.). **Desafios da Gestão Universitária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014, p. 29-52.

DAVIDSON, E. Jane. **Evaluation methodology basics**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DEBUS, Mary. **Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales**. Washington (USA): Academy for Educational Development; 1997.

DE LA CUESTA, Marta, *et al.* El Compromiso Social de la UNED. In: DE LA CUESTA, Marta; DE LA CRUZ, Cristina; RODRÍGUEZ FERNANDEZ, José Miguel (Eds.). **Responsabilidad Social Universitaria**. La Coruna, Spain: Netbiblo, 2010, pp. 232–272.

DELGADO, Mariana; VARGAS, Janeth Angélica; RAMOS, Ivonne. Los retos de la responsabilidad social universitaria: construyendo una paz desde la universidad. **Educación Superior y Sociedad**, v. 13, n. 2, p. 63-90, 2012.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.) **Handbook of qualitative research**. 2. Ed. Thousand Oaks: Sage. 2000.

DUEÑAS, Maira Alejandra Sissa. Responsabilidad social universitaria: una mirada desde América Latina y Colombia. **Inquietud Empresarial**, v. XV, n. 2, p. 65-85, 2015.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES), 2003.

ESFIJANI, Azam; HUSSAIN, Farookh Khadeer; CHANG, Elizabeth. An approach to university social responsibility ontology development through text analyses. IEEE 5th International Conference on Human System Interactions, 2012, Austrália. **Paper ... Austrália: IEEE-HSI, 6-8 June 2012, p. 1-7.**

ESFIJANI, Azam; HUSSAIN, Farookh Khadeer; CHANG, Elizabeth. “University social responsibility ontology”. **International Journal of Engineering Intelligent Systems**, v. 21, n. 4, pp. 271-281, 2013.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FARBER, Susana Gauche; VERDINELLI, Miguel Angel; RAMEZANALI, Mehran. A Universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 116-140, Edição Especial 2012.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educ. rev.** [online], n. 28, pp.17-36, 2006.

FERREIRA, Fábio Vizeu. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

FERREIRA, André; LEOPOLDI, Maria Antonieta. A Contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 60-82, jan. 2013.

FILHO, José Camilo dos Santos. Responsabilidade Social da Universidade. In: XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas: Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad ...**Anais**. UTN Buenos Aires, novembro de 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009b.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 7 de jan. 2018.

FRANCESCHET, Massimo. A comparison of bibliometric indicators for computer science scholars and journals on Web of Science and Google Scholar. **Scientometrics**, v. 83, n. 1, p. 243-258, 2010.

FREITAS, Henrique *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.

GANONG, L. H. Integrative Review of Nursing Research. **Res Nursing Health**, v. 10, n. 1, p. 1-11, Feb. 1987.

GASCA-PLIEGO, Eduardo; OLVERA-GARCÍA, Julio César. Construir ciudadanía desde las universidades, responsabilidad social universitaria y desafíos ante el siglo XXI. **Convergencia - Revista de Ciencias Sociales**, v. 18, n. 56, mayo-agosto, pp. 37-58, 2011.

GEREMIA, Daniela Savi; SINIGOSKI, Eliane Vilma Simon; SLONGO, Ione Inês Pinsson; KONZEN, José Oto; DAMBROS, Marlei (Orgs.). **O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na Perspectiva de uma Universidade Popular: II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Série Memória: UFFS, 2018.**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOLO, Jaime. Universidade Federal da Fronteira Sul. In: BORTOLINI, Maristela Helena Zimmer; OTANI, Nilo; MELO, Pedro Antônio de (Orgs.). **A Educação superior em Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2018. 738 p.

GOERGEN, Pedro. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Educação superior em debate: universidade e compromissosocial**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 4), p. 65-95.

GOMES, Cleber Fernando; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Avaliação da Educação Superior: o que dizem as pesquisas em nível de mestrado e doutorado em torno do conceito de Responsabilidade Social das instituições de educação superior; (2004-2010). **Anais...do XVII Encontro de Iniciação Científica e do II Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**, 25 e 26 de setembro de 2012.

GÓMEZ, Lina. M., ALVARADO, Yanitzary; PUJOLS, Aileen. Implementing University Social Responsibility in the Caribbean: Perspectives of Internal Stakeholders. **Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria**, v. 12, n. 1, p. 101-120, 2018.

GOMEZ, Lina M.; PRECIADO, Lucely Vargas. CSR trends in the top 100 US business schools: A theory practice relationship. In: Crowther, D. (Eds.) **Education and corporate social responsibility international perspectives**. Developments in Corporate Governance and Responsibility. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2013.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

GUADILLA, Carmen García. El compromiso social de las universidades. **Cuadernos Del Cendes**, ano 25, n. 67. Enero-Abril 2008.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez, 1986.

HERNÁNDEZ-CORCHETE, Sira. Relaciones públicas, Responsabilidad Social Corporativa y Universidad. Análisis de la RSU del Centro Universitario de la Defensa de Zaragoza. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, n.13, v. VII, p. 199-226, 2017.

HOFFMANN, Ricardo Luiz. **A abertura operacional da universidade**. São Paulo: Udesc Editora, Editora Resenha Universitária, 1975.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODÓI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

JIMÉNEZ DE LA JARA, Mónica; FONTECILLA, José Manuel de F.; TRONCOSO, Catalina Delpiano. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**, Brasília - DF, ano 24, n. 36, p. 57-73, mar. 2006.

JIMÉNEZ, Clara Guijarro; MARTÍNEZ, Antonio Gomera; LÓPEZ, Miguel Antúnez. “Propuesta de indicadores de la Responsabilidad Social Universitaria conforme a la Guía G4 del GRI: el caso de la Universidad de Córdoba”, CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 87, p. 103-137, 2016.

JEZINE, Edineide Mesquita. Multidiversidade e extensão universitária. In: FARIA, Doris Santosde (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 2001.

KISZNER, Sabrina de Farias Borba. **Responsabilidade social universitária sob a perspectiva da avaliação institucional: uma análise à luz da gestão integral e transversal em instituições comunitárias de educação superior**. 2018, 147f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara-RS) Taquara-RS, 2018.

KITZINGER, Jenny; BARBOUR, Rosaline S. Introduction: the challenge and promise of focus groups. In: KITZINGER, Jenny; BARBOUR, Rosaline S. (Orgs.) **Developing focus group research: politics, theory and practice**. London (UK): Sage, 1999, p.1-20.

KUČEROVÁ, Renata; FORMÁNKOVÁ, Sylvie; PRÍSAŽNÁ, Monika. “Social Responsibility in High Education Institutions: Evidence from Economic Faculties in Czech Republic”. **Journal on Efficiency and Responsibility in Education and Science**, v. 9, n. 4, pp. 88-96, 2016.

LANG, Daniel, *et al.* Transdisciplinary research in sustainability science: practice, principles, and challenges. **Sustainability Science**, v. 7, p. 25-43, 2012.

LARRÁN-JORGE, Manuel, *et al.* **Análisis del nivel de implantación de políticas de responsabilidad social en las universidades españolas**. Fundación Carolina: Madrid, 2012.

- LARRÁN-JORGE, Manuel; ANDRADES-PEÑA, Francisco-Javier. Análisis de la responsabilidad social universitaria desde diferentes enfoques teóricos. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 6, p. 91-107, 2015.
- LARRÁN-JORGE, Manuel; ANDRADES-PEÑA, Francisco-Javier. Analysing the Literature on University Social Responsibility: a Review of Selected Higher Education Journals. **Higher Education Quarterly**, v. 0, p. 1-29, 2017.
- LEAL, Gleydi Leonor García; MORENO, Jairo Rodrigo Velásquez. La responsabilidad social universitaria en Unicafam: un enfoque de gestión que involucra la proyección social. **Revista Logos Ciencia & Tecnología**, v. 6, n. 2, p. 235-240, 2015.
- LEIGH-HUNT, Nicholas *et al.* A qualitative study of enablers and barriers influencing the incorporation of social accountability values into organisational culture: a perspective from two medical schools. **Israel Journal of Health Policy Research**, v. 4, n. 48, p. 1-8, 2015.
- LO, Carlos Wing-Hung *et al.* University Social Responsibility: Conceptualization and an Assessment Framework. In: SHEK, Daniel T. L.; HOLLISTER, Roberto M. **University Social Responsibility and Quality of Life: A Global Survey of Concepts and Experiences**. v. 8. [S.l]: Springer Nature Singapore, 2017. p. 37-59.
- LONDOÑO, Isabel Cristina. Modelo de Responsabilidad Social EAM Ejemplar. In: FERNÁNDEZ, Ignacio Aldeanueva *et al.* **Experiencias iberoamericanas en responsabilidad social universitaria**. Medellín: Funlam, 2015.
- LÓPEZ-NORIEGA, Myrna D.; ZALTHEN-HERNÁNDEZ, Lorena; CARRILLO-MARÍN, Antonia M. Las Buenas Prácticas en el Marco de la Responsabilidad Social Universitaria. **Ra Ximhai**, v. 11, n. 4, pp. 101-112, julio-diciembre, 2015.
- LÓPEZ-NORIEGA, Myrna Delfina; ZALTHEN - HERNÁNDEZ, Lorena; CERVANTES - ROSAS, María de los Ángeles. La responsabilidad social universitaria desde la perspectiva del alumno. **Ra Ximhai**, v. 12, n. 6, pp. 305-314, julio-diciembre, 2016.
- LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **Avaliação de desempenho no setor público: aplicação de modelos no Ministério da Ciência e Tecnologia**. 2011. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, João Pessoa, 2011.
- MACEDO, Arthur Roquete de. O papel da universidade. **Estudos - Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, Brasília, Ano 23, n. 34, abr. 2005.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCO, Ricardo Antonio de. **A responsabilidade social universitária em instituições de ensino superior de caráter comunitário**. 2018. 300 f. Tese - Doutorado em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002, 282 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTÍNEZ, Cynthia. *et al.* La responsabilidad social universitaria como estrategia de vinculación con su entorno social. **Frónesis**, v. 15, n. 3, p. 81-103, 2008.

MARTÍNEZ-PICHARDO, Pascacio José; HERNÁNDEZ-OLIVA, Alejandrina Victoria. Responsabilidad social universitaria: un desafío de la universidad pública mexicana. **Contribuciones desde Coatepec**, v. 24, p. 85-103, 2013.

MARTÍNEZ-USARRALDE, María-Jesús; LLORET-CATALÁ, Carmen; MAS-GIL, Sara. Responsabilidad Social Universitaria (RSU): Principios para una Universidad Sostenible, Cooperativa y Democrática desde el Diagnóstico Participativo de su Alumnado. **Archivos analíticos de políticas educativas**, v. 25, n. 75, 10 de julio 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBPAAE**, v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MEBARACK, William Antonio Geliz; RUIZ, Rodolfo Antonio Tejada. Buena práctica de RSU em gestión social del conocimiento y participación social: Proyecto “Inventa Diseño” Utec, elaboración de manuales de identidad corporativa. In: VILLA, Estela De (Coord.). **Responsabilidad social de las universidades**: Tomo VII. 1. ed. Buenos Aires: Fundación Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria - RLCU, 2018.

MELLO, Alex Fiuza de; ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma Universidade Socialmente Relevante. **Atos de Pesquisa em Educação**, Programa de Pós-Graduação em Educação/FURB, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

MENDOZA-FERNÁNDEZ, Darcy Luz; SALAS-SOLANO, Edwin; LÓPEZ-JUVINAO, Danny Daniel. Responsabilidad social em Universidades Públicas Autónomas: Esencia académica con visión transformadora. **Clío América**. v. 9, n. 18, p. 135-142, 2015.

MICHELOTTO, Regina Maria. UFPR: Uma universidade para a classe média. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.

MILLICAN, Juliet; BOURNER, Tom. Student-community engagement and the changing role and context of higher education. **Education + Training**, v. 53, n. 2/3, p. 89-99, 2011.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**. 2016, 2 p. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635. Acesso em: 12 nov. 2017.

MIX, Miguel Rojas. El Compromiso Social de las Universidades de América Latina y El Caribe. **Educación superior y sociedad / nueva época**, ano 13, n. 2, septiembre 2008.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva; ANDRADE, Fernando César Bezzerram de. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação. **Revista Olhar de Professor**, v. 16, n. 2, 2013.

MORIN, Edgar. Sobre a reforma universitária. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgar (Orgs.). **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2009. p.13-26.

MORO, Angélica Balconi *et al.* Avaliação do Clima Organizacional dos servidores técnico administrativos de uma Instituição Pública de Ensino. EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governo, **Anais...** Salvador/BA, 18 a 20 de novembro de 2012.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NASCIMENTO, Thiago Cavalcante *et al.* Pesquisa histórica. In: TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch(Org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração: Fundamentos, Métodos e Usos no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 259-306.

NASCIMENTO, José Mancinelli Ledô do *et al.* Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba-SP, v. 20, n. 3, p. 685-702, nov. 2015.

NEJATI, Mehran *et al.* Corporate social responsibility and universities: a study of top 10 world universities websites. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 2, p. 440-447, 18th January, 2011.

NOGUERA, Angela Lucía; CUBILLOS, Luis Francisco. La pertinencia de las facultades de administración: un estudio prospectivo al 2015. **Revista Universidad y Empresa**, v. 6, n. 12, p. 194-224, 2015.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. A responsabilidade social universitária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 165-177, mar. 2017.

OBSERVATÓRIO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ORSIES). **Livro verde sobre Responsabilidade social e instituições de ensino superior**. ORSIES: março 2018. Disponível em: <http://orsies.forum.pt/>. Acesso em: 5 set. 2018.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. Ensino, pesquisa, extensão: indissociáveis ou não? **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Revista Digital, Buenos Aires, Año 14, n. 140, Enero de 2010.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **World Conference on Higher Education: the new dynamics of higher education and research for societal change and development**. Paris: Unesco, 2009. Disponível em: http://www.Unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE_2009/FINAL%20COMMUNIQUE%20WCHE%202009.pdf. Acesso em: 02 dez. 2017.

PACENZA, Maria Iné; PERALTA, Yamila Fernanda Silva. Análisis bibliométrico sobre responsabilidade social universitária. **Psychology, Society, & Education**, v. 5, n. 2, p. 125-138, 2013.

PASSOS, Elizabete; ROCHA, Nivea Maria Fraga; SANTOS, A. S. Responsabilidade Social de instituições de ensino superior: questões conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s.n.], 2008.

PĂUNESCU, Carmen; DRĂGAN, Denisa; GĂUCĂ, Oana. Examining obligations to society for QS Stars best ranked universities in social Responsibility. **Management & Marketing. Challenges for the Knowledge Society**, v. 12, n. 4, pp. 551-570, 2017.

PELEKAIS, Cira de; RIVADENEIRA, Mariela. Cultura organizacional y la responsabilidade social en las universidades públicas. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v. XIV, n. 1, pp. 140 – 148, Enero - Abril 2008.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 296 p.

PINTO, Maira Meira. Responsabilidade Social Universitária como Indicador de Qualidade para o Ensino Superior. In: Congresso Nacional de Educação, 8, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2008. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/186_345.pdf. Acesso em: 27 mar. 2018.

PINTO, Maira Meira. Responsabilidade Social & Educação Universitária. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 105-137, jul./dez. 2012.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PROEC. **Dados dos Programas e Projetos de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elise.eidt@uffs.edu.br> em 25 out. 2018.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD. **Dados para Pesquisa de Mestrado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elise.eidt@uffs.edu.br> em 31 jan. 2019.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO – PROPLAN. **Estrutura e Processos**. UFFS: 2018. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/estrutura_processos_institucional/organogramas. Acesso em: 10 dez. 2018.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEPG. **Projetos Prisma** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elise.eidt@uffs.edu.br> em 12 dez. 2018.

PTSul. **Cartaz do Movimento Pró-Universidade na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**. Disponível em: <https://ptsul.org.br/?doc&mostra&20587>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PUCCI, Bruno. A indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. **Impulso**, Piracicaba, p. 33-42, 1991.

PUHL, Mário José; DRESCH, Óberson Isac. O Princípio da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conhecimento. **Revista Di@Logus**, v. 5, n. 1, p. 37-55, 2016.

QUEZADA, Gaete R. La responsabilidad social universitaria como desafío para la gestión estratégica de la educación superior: el caso de España. **Revista de Educación**, v. 355, pp. 109-133, Mayo-agosto 2011.

RAMALLO, Milena. La evaluación de la Responsabilidad Social Universitaria. **Debate Universitario**, p. 25-38, noviembre 2015.

RAMOS PARRA, César; GARCÍA MARTÍNEZ, Jesús; PÉREZ CEDEÑO, Yuriev. La universidad de servicio como paradigma de la educación superior. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v. XVII, n. 1, pp. 48 – 58, Enero - Marzo 2011.

RECKTENVALD, Marcelo. **Política de permanência em uma universidade pública popular**: Compreendendo os clamores de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Administração, Florianópolis, 2017, 454 p.

REIS, Antônio Ribas. **Gestão da responsabilidade social**: estudo em universidade da região metropolitana de Salvador. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2007.

REIS, Amanda Lima; BANDOS Melissa Franchini Cavalcanti. A Responsabilidade Social de Instituições de Ensino Superior: uma Reflexão Sistêmica tendo em vista o Desenvolvimento. **Revista Gestão & Conhecimento**. Edição Especial, Poço de Caldas, MG. Nov. 2012. Disponível em: http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/artigos_8cbs_2012.html. Acesso em: 29 jan. 2018.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **Responsabilidade Social Universitária e a Formação Cidadã**. 2013, 164 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2013.

RIBEIRO, Raimunda da Cunha; MAGALHÃES, Antônio M. Política de Responsabilidade Social na Universidade: Conceitos e Desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 42, p.133-156. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIFANE, Diane Maria Flor de Lima; BASTOS, Ana Paula Pinto. Clima organizacional e satisfação no trabalho: estudo da biblioteca de ciências e tecnologia da Universidade Federal do Ceará. XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte. SNBU, 2014.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, Hélio (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: CIPEDES, 1999, p. 201-210.

RODRÍGUEZ, Nelly Ayala; HERNÁNDEZ, Bernardo. Responsabilidad social universitaria un actor ignorado: el personal no docente. **Eureka**, Asunción (Paraguay), v. 14, n. 2, p. 240-254, 2017.

ROJAS, Miguel. El compromiso social de las universidades de América Latina y el Caribe. **Educación Superior y Sociedad**, v. 13, n. 2, p. 177-190, 2008.

RORATO, Geisa Zanini. **Expansão do Ensino Superior Federal, Atores Territoriais e Emergência de Novas Escalas de Poder e Gestão: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**. 257 f. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS: 2016.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998.

ROSSATO, Ricardo. **Século XXI: saberes em construção**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

ROSETTO, Marcia Regina Chrispim Alvares. **Instituições de ensino superior e responsabilidade social: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira**. 2011. 131f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROTTA, Liane Nanci. **RSU entre o discurso e a realidade**. Mesa redonda. 1º Congresso Internacional de Responsabilidade Social Universitária. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7gISnZQCBVg>. Acesso em: 31 maio 2018.

RUIZ-CORBELLA, Marta; BAUTISTA-CERRO RUIZ, María José. La Responsabilidad Social en La Universidad Española. **Teor. educ.** v. 28, pp. 159-188, 2016.

SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, M. Isabel; MAINARDES, Emerson W. University social responsibility: a student base analysis in Brazil. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**, v. 13, n. 2, p. 151-169, 2016.

SALOM, Jesús; DE PELEKAIS, Cira; NÚÑEZ, María Guadalupe. Responsabilidad social desde el enfoque de la gestión pública en el sector universitario. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, v. XVII, n. 1, pp. 70-80, Enero - Marzo 2011.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. **Política nacional de extensão: referenciais teórico-práticos para sua construção**. In: CALDERÓN, Adolfo Ignacio (Org.). **Ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 56-78.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.*, (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa - PR:UEPG, 2007, p. 75-94.

SANTELI, Genoveva Espinoza; MONTOYA, Marco Guachamín. La responsabilidad social universitaria en Ecuador. **Estudios de la Gestión: revista internacional de administración**, n. 1, p. 9-27, enero-junio 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7 ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da governação neoliberal. O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 72, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAN, Mine *et al.* Improving the consciousness of Social Responsibility at Universities: a Research on lesson of social service practice at Ege University. **Journal of Yaşar University**, v. 22, n. 6, p. 3732-3747, 2011.

SARAVIA, Frederico. La responsabilidad social de la universidad: La experiencia de la Secretaría de Bienestar de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. **Visión de futuro**, v. 16, n. 2, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editores Associados, 2008.

SAVITT, Ronald. Historical Research in Marketing. **Journal of Marketing**, v. 44, pp. 52-58, 1980.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=Conceitos+de+extens%C3%A3o+universit%C3%A1ria%3A+um+di%C3%A1logo+com+Paulo+Freire&btnG=&lr=>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jefferson Aparecido. Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior: Entre o Biopoder e a Biopolítica. **Revista Argumentum**, v. 17, p. 413-433, 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SHEK, Daniel T. L.; YUEN-TSANG, Angelina W. K.; NG, Eddie C. W. USR Network: a platform to promote university social responsibility. In: SHEK, Daniel T. L.; HOLLISTER, Robert M. **University Social Responsibility and Quality of Life**, pp.11-21, 2017.

SIDOROVA, Luis. Responsabilidad Social y Gestión Organizacional en La Universidad de Carabobo: Sincronismo Ineludible en Cambios Coyunturales. **Revista Multidisciplinaria Dialógica**, v. 12, n. 1, p. 208-234, Enero-Junio 2015.

SILVA, Carmen Luiza da. **Responsabilidade Social nas Universidades Brasileiras: autonomia ou adequação?**. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

SILVA, Ines Amaro da. **Educação socialmente responsável: expressões no ensino de graduação em universidade comunitária**. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, 2014.

SILVA, Flora Moritz da; MELO, Pedro Antônio de. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. In: **X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur**, Mar del Plata 8, 9 y 10 de Diciembre de 2010.

SIQUEIRA, Wagner. A responsabilidade social do professor. Entrevista com Wagner Siqueira cedida pelo Jornal Educação. **Revista Arte&Educação**. Edição especial comemorativa – 50 anos da escolinha de arte do Brasil. Rio de Janeiro: EAB/Escolinha de Arte do Brasil, p.10-11, mar. 2006.

SISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO A SAÚDE DO SERVIDOR (SIASS). **Relatórios atividades de promoção.doc.pdf**. Chapecó, 07 dez. 2018. 7 arquivos. Pen-drive.

SOUZA, Eloisio Moulin; COSTA, Alessandra M. da. Usos e significados do conhecimento histórico em estudos organizacionais: uma (re)leitura do taylorismo sob a perspectiva do poder disciplinar. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2013.

STAKE, Robert E. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 443-466.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais: Universidade de Caxias do Sul/RS, 2006.

STEFANO, Silvio Roberto; ZAMPIER, Marcia Aparecida; KOSZALKA, Jean Adriel. Clima organizacional: elementos influentes na percepção de futuros administradores de uma instituição de ensino superior paranaense. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 88, jan-abr. 2014.

TECCHIO, Edivandro Luiz. **Servidores_Campi** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elise.eidt@uffrs.edu.br> em 16 jul. 2018.

TEIXEIRA, Anísio. A universidade de ontem e de hoje. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 27-47, jul./set. 1964.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TETŘEVOVÁ, Libena. Alternative Forms of University Private Partnership. **Economics & Management**, p. 807-813, Ago. 2010.

TISCHER, Wellington. **Ensino Superior Público e Desenvolvimento Regional**: Criação, Implantação e Expansão da Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS) na Mesomercosul. 2016, 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2016.

THOMSON SCIENTIFIC. **Web of Science**. 2010. Disponível em: <http://scientific.thomson.com/products/wos/>. Acesso em: 27 agosto 2017.

TODOROV, João Claudio. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. **Estudos - Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES)**, Brasília, Ano 23, n. 34, p. 41-46, abril 2005.

TORRES, Mariela; TRÁPAGA, Miriam. **Responsabilidad social de la universidad**: retos y perspectivas. Buenos Aires, Argentina: Paidós: 2010, 236 p.

TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani *et al.* Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). In: BORTOLINI, Maristela Helena Zimmer; OTANI, Nilo; MELO, Pedro Antônio de (Orgs.). **A Educação superior em Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2018. p. 45-74.

TREIB, Rafael Rodrigo Wolfart; ROTTA, Edeimar. Projeto de Iniciação científica: **O processo sócio-histórico de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Cerro Largo**. UFFS, 2012.

TREVISOL, Joviles Vitorio. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016, p. 333.

TREVISOL, Joviles Vitorio. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 12, n. 28, p. 505-32, ago. 2015.

TREVISOL, Joviles Vitório. Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS. **Anais... X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014, p. 1-19.

TREVISOL, Joviles Vitório; CORDEIRO, Maria Helena; HASS, Monica (Orgs.). **Construindo Agendas e Definindo Rumos: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS**. Chapecó: Edições UFFS, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Siva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório das atividades e resultados atingidos**. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS: março de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem - Bacharelado, Campus Chapecó-SC**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/enfermagem/documentos>. Acesso em: 07 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura, Campus Chapecó-SC**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/historia/documentos>. Acesso em: 07 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Campus Chapecó-SC**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/documentos>. Acesso em: 07 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Campus Cerro Largo-RS**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/letras-portugues-e-espanhol/perfil-do-curso>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Licenciatura, Campus Erechim-RS**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010e. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/pedagogia/documentos>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e**

Ciências Agrárias – Licenciatura, Campus Laranjeiras do Sul-PR. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010f. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-naturais-matematica-e-ciencias-agrarias-licenciatura/documentos>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária - Bacharelado, Campus Realeza-PF.** Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2010g. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/medicina-veterinaria/perfil-do-curso>. Acesso em: 09 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2018.** UFFS: 2012a. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional. Acesso em: 02 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto de Auto-Avaliação Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Comissão Própria de Avaliação: UFFS, 2012b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia - Bacharelado, Campus Chapecó-SC.** Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2012c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/agronomia/documentos>. Acesso em: 07 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura, Campus Chapecó-SC.** Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2012d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/historia/documentos>. Acesso em: 07 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia - Bacharelado, Campus Cerro Largo-RS.** Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2012e. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/agronomia/documentos>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, Campus Realeza-PF.** Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2012f. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/ciencias-biologicas/perfil-do-curso>. Acesso em: 09 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório de Autoavaliação Institucional - 2012**. Comissão Própria de Avaliação: UFFS, 2013a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução Nº 6/2013–CONSUNI/ CPPG**. Aprova a Política de Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). UFFS: 2013b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/cppg/2013-0006>. Acesso em: 02 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório de Autoavaliação Institucional - 2013**. Comissão Própria de Avaliação: UFFS, 2014a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014** - Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS: 2014b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0004>. Acesso em: 30 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório de Gestão Pró-tempore**. UFFS: 2015a. Disponível em: http://www.uffs.edu.br/images/gabreitor/Relatrio_22_09_2015.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução Nº 31/CONSUNI/UFFS/2015** - Aprova adequações ao novo Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS: 2015b. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/estatuto-1. Acesso em: 11 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução Conjunta nº 1/CONSUNI CGRAD-CONSUNI CPPG/UFFS/2015** - Aprova o Regulamento de Afastamento para Participação Docente em Programa de Pós-Graduação e Pós-Doutoramento. UFFS: 2015c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad-consunicppg/2015-0001>. Acesso em 11 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução Nº 17/CONSUNI/UFFS/2015** - Dispõe sobre a oferta de vagas nos cursos de graduação presenciais da UFFS. UFFS: 2015d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0017>. Acesso em: 25 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia - Bacharelado, Campus Cerro Largo-RS**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2016a. Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/graduacao/agronomia/documentos>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia - Bacharelado, Campus Erechim-RS**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2016b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/agronomia/documentos>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução nº 3/2016-CONSUNI** – Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS: 2016c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2016-000>. Acesso em: 27 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano de Logística Sustentável**. UFFS: 2017a. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/secretarias/especial_de_laboratorios/sustentabilidade/plano-de-sustentabilidade. Acesso em: 28 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório de Autoavaliação Institucional – Ano Base 2016**. Comissão Própria de Avaliação: UFFS, 2017b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia - Bacharelado, Campus Laranjeiras do Sul-PR**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2017c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/agronomia-agroecologia/documentos>. Acesso em: 08 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/PPGEC** – Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS: 2017d. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004>. Acesso em: 8 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Programa de Capacitação 2017-2020 e Plano de Capacitação 2017**. UFFS: 2017e. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/gestao-de-pessoas/capitacao-dos-servidores/cursos>. Acesso em: 16 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Dados Abertos**. Estudantes ingressantes da graduação. Disponível em: <https://dados.uffs.edu.br/dataset>. Acesso em: 16 jul. 2018a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **A Instituição – Apresentação**. Disponível em:

https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao. Acesso em: 27 ago. 2018b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **A Instituição – Missão**. Disponível em:

https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/missao. Acesso em: 28 ago. 2018c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Disponível em:

https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/coepe/educacao_ii/apresentacao. Acesso em: 28 ago. de 2018d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Graduação – Cursos**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/cursos>. Acesso em: 28 ago. 2018e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Pós-Graduação – Mestrado**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pos-graduacao/especializacao>. Acesso em: 28 ago. 2018f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **A Instituição – História**. Disponível em:

https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia. Acesso em: 02 dez. 2018g.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Ingresso – Processos Seletivos Especiais**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/ingresso/processos-seletivos-especiais/programa_de_acesso_e_permanencia_dos_povos_indigenas. Acesso em: 25 nov. 2018h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Departamento de Gestão Ambiental**. UFFS: 2018i. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/secretaria-especial-de-laboratorios/setores/dga>. Acesso em: 16 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Incubadora de Negócios**. Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/graduacao/administracao/inne/inicio>. Acesso em: 29 nov. 2018j.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Centro Vocacional Tecnológico em Cooperativismo, Agroindustrialização e Agroecologia (CVT)**.

Campus Laranjeiras do Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/centro-vocacional-tecnologico>. Acesso em: 29 nov. 2018k.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Pós-Graduação – Mestrado**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/cursos/mestrado>. Acesso em: 11 dez. 2018l.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório de Autoavaliação Institucional – Ano Base 2017**. Comissão Própria de Avaliação: UFFS, 2018m. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/gabinete-do-reitor/equipas-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos>. Acesso em: 10 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina - Bacharelado, Campus Passo Fundo-RS**. Pró-Reitoria de Graduação: Diretoria de Organização Pedagógica, 2018n. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/passo-fundo/medicina/documentos>. Acesso em: 09 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pesquisa/grupos_de_pesquisa/grupos-de-pesquisa-cadastrados-no-diretorio-do-cnpq. Acesso em 01 dez. 2018o.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Resolução nº 22/CONSUNI/UFFS/2018** - Aprova a regulamentação que trata da aquisição e utilização de agrotóxicos nos espaços e atividades da Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS: 2018p. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2018-0022>. Acesso em 11 jan. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Comitê de Gestão de Integridade**. UFFS: 2018q. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/comites/comite-de-gestao-de-integridade/apresentacao>. Acesso em: 14 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Pró-Reitoria de Graduação - Programas**. UFFS: 2019a. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/programas/auxilio-financeiro-para-viagens-de-estudo>. Acesso em: 12 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Auxílios socioeconômicos**. UFFS: 2019b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/auxilios-socioeconomicos/apresentacao-dos-auxilios-socioeconomicos>. Acesso em: 27 dez. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Atendimentos Individuais**. UFFS: 2019c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/atendimentos-individuais/psicologia>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Iniciativa da UFFS é selecionada na Chamada Pública Boas Práticas A3P do Ministério do Meio Ambiente**. UFFS: 2019d. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/iniciativa-da-uffs-e-selecionada-na-chamada-publica-boas-praticas-a3p-do-ministerio-do-meio-ambiente?fbclid=IwAR2w8jaEPaC7TuQ43u6uo1AM8cs7roGunLsFVWzuM6AuUte4HI4wj3NWRC4. Acesso em 19 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Ações Permanentes da PROEC**. UFFS, 2019e. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/extensao-e-cultura/atividades-proec/apresentacao>. Acesso em: 29 jan. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Relatório Anual 2018 da Ouvidoria da UFFS**. UFFS: 2019f. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/ouvidoria/formularios-1>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VALLAEYS, François. **Marco Teórico de Responsabilidad Social Universitaria**. Caracas: Editorial texto C.A, 2003.

VALLAEYS, François. **Qué es la Responsabilidad Social Universitaria?** Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2004.

VALLAEYS, François. Que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**, Ano 24, n. 36, junho 2006.

VALLAEYS, François. **Responsabilidad social universitaria**. Propuesta para una definición madura y eficiente. México: Tecnológico de Monte Rey, 2007.

VALLAEYS, François. Responsabilidad social universitaria: una nueva filosofía de gestión ética e inteligente para las universidades. **Educación Superior y Sociedad: nueva época**, [S.l.], v. 13, n. 2, sep., 2008.

VALLAEYS, François. **Les fondements éthiques de la Responsabilité Sociale** [en línea] /Tesis doctoral sostenida. 5 diciembre 2011. Disponível em: http://blog.pucp.edu.pe/media/410/20111214les_fondements_ethiques_de_la_responsabilite_sociale_francois_valleys.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

VALLAEYS, François. La responsabilidade social universitaria: um nuevo modelo contra la mercantilización. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**, México, v. 5, n. 12, p. 105-117, 2014.

VALLAEYS, François. **Introducción a la Responsabilidad Social Universitaria RSU**. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2016.

VALLAEYS, François. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Faccat, Taquara/RS, v. 14, n. 2, jul./dez. 2017.

VALLAEYS, François. **Por que Responsabilidade Social Universitária? 1º** Congresso Internacional de Responsabilidade Social Universitária (CIRSU 2018a). Disponível em: <https://rsu.faccat.br/pt/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

VALLAEYS, François. RSU: Gestão e conhecimento para a transformação da sociedade. **Palestra**. 1º Congresso Internacional de Responsabilidade Social Universitária (CIRSU 2018b). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4oAZhQ2V9Y>. Acesso em: 18 jun. 2018.

VALLAEYS, François *et al.* **Diseño e Implementación del Sistema de Responsabilidad Social (Extensión Universitária y Proyección Social) para Universidades**. Lima: Universidad del Pacífico - ProCalidad, 2018.

VALLAEYS, François; CRUZ, Cristina de la; SASIA, Pedro M. **Responsabilidad social universitaria: manual de primeros pasos**. México: The McGraw-Hill Companies; Inter-American Development Bank, 2009. Disponível em: http://blog.pucp.edu.pe/blog/wp-content/uploads/sites/54/2012/05/manual_digital_bid_rsu.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

VASILESCU, Ruxandra *et al.* Developing University Social Responsibility: a Model for the Challenges of the New Civil Society. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 2, n. 2, p. 4177-4182, 2010.

VÁZQUEZ, José Luis; AZA, Carlota L.; LANERO, Ana. Students' experiences of university social responsibility and perceptions of satisfaction and quality of service. **EKONOMSKI VJESNIK**, v. XXVIII, p. 25-39, Posebno Izdanje/2015.

VÉLEZ, Ana Luisa López. Propuesta de modelo de evaluación de la Innovación Social Universitaria Responsable (ISUR). **Estudios Sobre Educación**, v. 30, p. 71-93, 2016.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VILLALONGA, Yoarnelys Vasallo; PASPUCEL, Edison Favio Arciniegas. Desarrollo Sustentable y Responsabilidad Social Em La Educación Superior. **Revista San Gregorio**, n. 10, v. 2, p. 93-105, Julio-Diciembre, 2015.

VILLANUEVA, Ernesto. Responsabilidad social universitaria: um horizonte de cambios para las universidades latinoamericanas. In: FUENTE, Juan Ramón de la; DIDRIKSSON, Axel (Coord.). **Universidad, responsabilidad social y bien público: el debate desde América Latina**. México: Miguel Angel Porruá, 2012.

VILLARREAL, Lucía Yfarraguerri. Necesidad de indicadores de medición de la Responsabilidad Social Universitaria. **Daena: International Journal of Good Conscience**, v. 9, n. 1, p. 142-157, 2014.

VIZEU, Fabio. Em algum lugar do passado: contribuições da pesquisa histórica para os estudos organizacionais brasileiros. In: Encontro Nacional da associação nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, **Anais...**, 31, 2007, Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.

WRIGHT, Tarah. University presidents' conceptualizations of sustainability in higher education. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 11, n. 1, p. 61-73, 2010.

YE, Jingyi. Reflections on and Practices of Peking University Fulfilling Social Responsibility. In: SHEK, Daniel T. L.; HOLLISTER, Robert M. **University Social Responsibility and Quality of Life: A Global Survey of Concepts and Experiences**. v. 8. [S.l.]: Springer Nature Singapore, 2017, p. 205-222.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com gestores

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a comunidade regional (membros dos conselhos superiores e egressos)

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a comunidade regional (associações/entidades/movimentos sociais)

APÊNDICE D – Questionário para discentes

APÊNDICE E – Questionário para docentes

APÊNDICE F – Roteiro grupo focal com técnico-administrativos em educação

APÊNDICE G – Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz

APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com gestores

Conceito de Responsabilidade Social Universitária

A RSU é uma política de melhoria contínua da universidade, que deve se encarregar da gestão de todos os impactos sociais que a universidade gera, em diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009), objetivando a realização eficaz de sua missão social por meio de quatro processos: a gestão ética e instituição ambiental; formação de cidadãos responsáveis e cuidadosos; produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante; e a participação social no fomento de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Os quatro eixos da responsabilidade social (*Campus* Responsável; Formação Profissional e cidadão; Gestão Social do Conhecimento; e Participação social), a pesquisa histórica e os vários subtemas serão analisados nesta entrevista. As perguntas para se referem a certos pontos sobre às políticas explicitamente discutidas e implementadas pelos diferentes níveis de gestão e o grau de desenvolvimento alcançado.

QUESTÕES GERAIS DE PERCEPÇÃO:

1. Na sua visão qual é a concepção de Responsabilidade Social da UFFS?
2. Você acredita que a trajetória de criação da UFFS possui características de Responsabilidade Social? Explique.
3. A Responsabilidade Social é prevista nos documentos institucionais? Em quais? De que forma?
4. Qual a importância das ações de Responsabilidade Social da UFFS para:
 - a) Comunidade acadêmica; e
 - b) Comunidade regional.

EIXO *CAMPUS* RESPONSÁVEL:

5. Quais estratégias e políticas a UFFS adota para garantir boas práticas institucionais no sistema de gestão de recursos humanos? Explique.
 - a) Direitos humanos e de trabalho;
 - b) Equidade de gênero e não discriminação;
 - c) Desenvolvimento pessoal e profissional; e
 - d) Bom clima laboral.

6. Quais as estratégias e políticas explícitas que a UFFS adota para garantir boas práticas institucionais no sistema de gestão ambiental e cumprimento da legislação?
7. Como se estabelece o processo de gestão institucional nos quesitos de transparência e democracia?
8. A comunicação e divulgação ocorrem de maneira responsável? Informa suficientemente a comunidade sobre as atividades que a Universidade desenvolve? Explique.

EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ:

9. Quais os vínculos/acordos que a UFFS possui com atores externos e projetos de desenvolvimento para melhorar a relevância social da educação (acordos de colaboração formativa, projetos de universidades e empresas, etc.)?
10. Como se estabelece a política de inclusão de alunos pertencentes a grupos marginalizados (processos seletivos, bolsas de estudos, acordos, etc.)?
11. Existe alguma política de incentivo para modelos educacionais ligados a projetos sociais (articulação entre profissionalização e voluntariado solidário)? Explique.
12. Ocorre revisão periódica das matrizes curriculares com critérios de responsabilidade social (desenvolvimento sustentável, ética profissional e cívica)? Explique.
13. Os atores sociais externos participam do desenho (elaboração) das matrizes curriculares? Como isso se concretiza?

EIXO GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO:

14. Existe vínculo das equipes e centros de pesquisa com atores externos para melhorar a relevância social da pesquisa (para projeção das linhas de investigação)? Como isso se concretiza?
15. Como ocorre a difusão e transferência de conhecimentos socialmente úteis aos públicos desfavorecidos?
16. Existe uma política de promoção da inter e transdisciplinaridade? Explique.
17. Você considera que as ações de Responsabilidade Social da UFFS atendem as necessidades da comunidade acadêmica? Como isso se concretiza?

EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

18. Existe alguma política de incentivo à articulação entre extensão, formação acadêmica e pesquisa (integração da formação acadêmica com a projeção social)? Como isso se concretiza?
19. Já houve necessidade de lutar contra o assistencialismo e o paternalismo no serviço universitário à comunidade? Explique.
20. A universidade participa ativamente da agenda local e nacional de desenvolvimento? Como isso se concretiza?
21. Você considera que as ações de RSU da UFFS estão de acordo com as maiores necessidade da comunidade regional? Explique.

INDIQUE DE MANEIRA SUCINTA:

22. Sugestões e desafios para o desenvolvimento efetivo da RS na UFFS.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a comunidade regional (membros dos conselhos superiores e egressos)

Conceito de Responsabilidade Social Universitária

A RSU é uma política de melhoria contínua da universidade, que deve se encarregar da gestão de todos os impactos sociais que a universidade gera, em diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009), objetivando a realização eficaz de sua missão social por meio de quatro processos: a gestão ética e instituição ambiental; formação de cidadãos responsáveis e cuidadosos; produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante; e a participação social no fomento de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Os quatro eixos da responsabilidade social (*Campus Responsável*; Formação Profissional e cidadão; Gestão Social do Conhecimento; e Participação social), a pesquisa histórica e os subtemas serão analisados com cada pessoa. Para cada um dos entrevistados será feita uma precisão sobre certos pontos referentes às políticas explicitamente discutidas e implementadas pelos diferentes níveis de gestão da UFFS e o grau de desenvolvimento percebido pelos membros da comunidade regional.

QUESTÕES GERAIS DE PERCEPÇÃO:

1. Na sua visão qual é a concepção de Responsabilidade Social da UFFS?
2. Você acredita que a trajetória de criação da UFFS possui características de Responsabilidade Social? Explique.
3. A Responsabilidade Social Universitária é prevista nos documentos institucionais? Em quais? De que forma?
4. Qual a importância das ações de Responsabilidade Social da UFFS para a comunidade regional?

EIXO CAMPUS RESPONSÁVEL:

5. Você considera que a UFFS adota estratégias e políticas para garantir boas práticas institucionais no sistema de gestão de recursos humanos? Explique.
 - a) Direitos humanos e de trabalho;
 - b) Equidade de gênero e não discriminação;
 - c) Desenvolvimento pessoal e profissional;
 - d) Bom clima laboral.

6. Você considera que a UFFS adota estratégias e políticas para garantir boas práticas institucionais no sistema de gestão ambiental e cumprimento da legislação? Explique.
7. Como se estabelece o processo de gestão institucional nos quesitos de transparência e democracia?
8. Como se estabelece o processo de comunicação institucional. Ela ocorre de forma socialmente responsável? Informa suficientemente a comunidade sobre as atividades que a Universidade desenvolve?

EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ:

9. Você tem conhecimento de vínculos e/ou acordos que a UFFS possui com a comunidade regional (acordos de colaboração formativa, projetos de universidade e empresas, etc.)? Se sim, quais?
10. A UFFS possui alguma política de inclusão de alunos pertencentes a grupos marginalizados (processos seletivos, bolsas de estudos, etc.)? Explique.
11. A comunidade regional participa da elaboração das matrizes curriculares dos cursos? Explique.
12. Qual a sua opinião sobre os alunos que se formam na universidade (formação cidadã, ética e profissional)?

EIXO GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO:

13. Você tem conhecimento de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFFS com a comunidade regional? Quais? Que resultados eles geraram?
14. Você entende que a UFFS pratica a difusão e transferência de conhecimentos socialmente úteis aos públicos desfavorecidos? Explique.

EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

15. A UFFS já fez uso do assistencialismo (política de dominação e manipulação) e do paternalismo (ações que limitam a autonomia e/ou a liberdade) no serviço universitário à comunidade? Explique.
16. A universidade participa ativamente da agenda local e nacional de desenvolvimento? Como isso se concretiza?

17. Você considera que as ações de RSU da UFFS estão de acordo com as maiores necessidades da comunidade regional? Explique.

INDIQUE DE MANEIRA SUCINTA:

18. Sugestões e desafios para o desenvolvimento efetivo da RS na UFFS.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a comunidade regional
(associações/entidades/movimentos sociais)

Conceito de Responsabilidade Social Universitária

A RSU é uma política de melhoria contínua da universidade, que deve se encarregar da gestão de todos os impactos sociais que a universidade gera, em diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009), objetivando a realização eficaz de sua missão social por meio de quatro processos: a gestão ética e instituição ambiental; formação de cidadãos responsáveis e cuidadosos; produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante; e a participação social no fomento de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Os quatro eixos da responsabilidade social (*Campus Responsável*; Formação Profissional e cidadão; Gestão Social do Conhecimento; e Participação social), a pesquisa histórica e os vários subtemas serão analisados com cada entrevistado. Será feita uma precisão sobre certos pontos referentes às políticas explicitamente discutidas e implementadas pelos diferentes níveis de gestão da UFFS e o grau de desenvolvimento percebido pelos membros da comunidade regional.

QUESTÕES GERAIS DE PERCEPÇÃO:

1. Na sua visão a UFFS é uma instituição que possui Responsabilidade Social? Explique.
2. Você acredita que a trajetória de criação da UFFS possui características de Responsabilidade Social? Explique.
3. Você conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI²⁹) da UFFS?
4. Qual a importância da UFFS (da sua política e filosofia de atuação) para a comunidade regional?

EIXO *CAMPUS* RESPONSÁVEL:

5. Você considera que a UFFS adota e divulga boas práticas quanto aos direitos humanos? Explique.
6. Você tem conhecimento das políticas de gestão ambiental da UFFS? Explique.

²⁹ O PDI identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

7. A UFFS promove ou já promoveu ações/projetos ambientais na comunidade local? Detalhe.
8. Como você visualiza o processo de gestão institucional da UFFS nos quesitos de transparência e democracia?
9. Como se estabelece o processo de comunicação institucional. Ela ocorre de forma socialmente responsável? Informa suficientemente a comunidade sobre as atividades que a Universidade desenvolve?

EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ:

10. Você tem conhecimento de vínculos e/ou acordos que a UFFS possui com a comunidade regional (acordos de colaboração formativa, projetos de universidade e empresas, etc.)? Se sim, quais?
11. A UFFS possui alguma política de inclusão de alunos pertencentes a grupos marginalizados (processos seletivos, bolsas de estudos, etc.)? Explique.
12. A comunidade regional participa da elaboração das matrizes curriculares dos cursos? Explique.
13. Qual a sua opinião sobre os alunos que se formam na universidade (formação cidadã, ética e profissional)?

EIXO GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO:

14. Você tem conhecimento de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFFS com a comunidade regional? Quais? Que resultados eles geraram?
15. Você sabia que a comunidade regional pode propor projetos de extensão³⁰ para a UFFS? Você já participou ou tem conhecimento da COEPE (Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão)?
16. Você entende que a UFFS pratica a difusão e transferência de conhecimentos socialmente úteis aos públicos desfavorecidos? Explique.

³⁰ As ações de Extensão envolvendo a UFFS podem ser elaboradas a partir de: [...] II - **Proposição Externa:** proposta de ação de uma entidade não-governamental; demanda concreta da comunidade ou de representantes da comunidade; demanda de órgãos governamentais para contribuir com o desenvolvimento das políticas públicas.

EIXO PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

17. A UFFS já fez uso do assistencialismo (política de dominação e manipulação) e do paternalismo (ações que limitam a autonomia e/ou a liberdade) no serviço universitário à comunidade? Explique.
18. A universidade participa ativamente da agenda local e nacional de desenvolvimento? Como isso se concretiza?
19. Você considera que as ações de RSU da UFFS estão de acordo com as maiores necessidades da comunidade regional? Explique.

INDIQUE DE MANEIRA SUCINTA:

20. Sugestões e desafios para o desenvolvimento efetivo da RS na UFFS.

APÊNDICE D – Questionário para discentes

Esta é uma pesquisa acadêmica sobre Responsabilidade Social Universitária (RSU), desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Sua opinião é de suma importância para compreensão do desenvolvimento e aplicação das ações da responsabilidade social na universidade.

Toda a informação prestada será utilizada para fins de estudo, de forma agregada, em minha dissertação de mestrado, não sendo necessário identificar-se. Portanto, será preservada a confidencialidade das informações.

Caso haja dúvida a respeito do questionário ou sobre os resultados da pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora Elise Cristina Eidt através do e-mail: elise.eidt@uffs.edu.br

Questões gerais

Curso:

Campus:

Ano/Semestre em que ingressou no curso:

Período em que está matriculado atualmente:.....

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: () até 19 anos () 20 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () 50 a 59 anos () 60 ou mais

Conceito de Responsabilidade Social Universitária

A RSU é uma política de melhoria contínua da universidade, que deve se encarregar da gestão de todos os impactos sociais que a universidade gera, em diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009), objetivando a realização eficaz de sua missão social por meio de quatro processos: a gestão ética e instituição ambiental; formação de cidadãos responsáveis e cuidadosos; produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante; e a participação social no fomento de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Considerando o conceito acima, as questões a seguir tratam da sua opinião em relação às ações de responsabilidade social da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Marque um 'X' na resposta que represente a sua opinião.

PESQUISA PARA DISCENTES	1. Discordo totalmente	2. Discordo parcialmente	3. Nem concordo nem discordo	4. Concordo parcialmente	5. Concordo totalmente
criação da UFFS					
1. Percebo que a trajetória de criação da UFFS possui características de responsabilidade social.					
2. A criação da UFFS faz parte da luta de um conjunto de atores sociais, como lideranças políticas locais, empresários, comunidade e principalmente de movimentos sociais.					
3. A UFFS trabalha na perspectiva de inclusão escolar e superação das desigualdades regionais.					
4. A responsabilidade social é prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFFS 2012-2018.					
5. Percebo que a comunidade regional participa da vida universitária do <i>Campus</i> .					
EIXO: CAMPUS RESPONSÁVEL					
6. Na universidade, as relações interpessoais são em geral de respeito e cordialidade.					
7. Percebo que existe um bom clima de trabalho entre os trabalhadores da universidade.					
8. Existe respeito e colaboração entre professores e alunos.					
9. Eu não percebo discriminação por gênero, raça, status socioeconômico ou orientação política ou sexual.					
10. Existe igualdade de gênero no acesso a cargos de gestão.					
11. Sinto-me ouvido como cidadão, posso participar da vida institucional.					
12. A universidade é organizada para receber alunos com necessidades especiais.					
13. A universidade toma medidas para a proteção do meio ambiente no <i>campus</i> .					
14. Adquiri hábitos ecológicos desde que estou na faculdade.					
15. Percebo que a equipe da universidade recebe treinamento e diretrizes para o cuidado do meio ambiente no <i>campus</i> .					
16. Os processos para eleger os gestores são transparentes e democráticos.					
17. Os gestores tomam as grandes decisões de maneira democrática e consensual.					
18. Eu percebo a coerência entre os princípios declarados pela universidade (Missão, Metas, Plano de Desenvolvimento Institucional, entre outros), e o que é praticado no <i>campus</i> .					

19. Os estudantes se importam e participam ativamente da vida universitária.					
20. Os alunos têm participação adequada em órgãos deliberativos e normativos (conselhos, comitês, entre outros).					
21. Na universidade há liberdade de expressão e participação para todo o corpo docente, técnico-administrativos e alunos.					
22. Sou informado de forma transparente sobre tudo o que me diz respeito e afeta a universidade.					
23. As mensagens publicitárias disseminadas pela universidade são elaboradas com critérios éticos e responsabilidade social.					
24. A universidade nos convida a manter boas relações com as outras universidades com as quais ela “compete”.					
25. A universidade procura usar suas campanhas de divulgação para promover valores e questões de responsabilidade social.					
EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ					
26. A universidade me oferece uma educação ética e cidadã que me ajuda a ser uma pessoa socialmente responsável.					
27. Meu curso é realmente integral, humano e profissional, e não apenas especializado.					
28. A universidade me motiva a me colocar no lugar dos outros e a reagir contra as injustiças sociais e econômicas presentes em meu contexto social.					
29. Minha formação me permite ser um cidadão ativo em defesa do meio ambiente e informado sobre os riscos e alternativas ecológicas para o desenvolvimento atual.					
30. As várias disciplinas que tenho em meu curso são atualizadas e respondem às necessidades sociais do meu ambiente.					
31. No meu curso tive a oportunidade de me relacionar cara a cara com a pobreza.					
32. No meu curso tive a oportunidade de participar de projetos sociais fora da universidade.					
33. Meus professores ligam seus ensinamentos aos problemas sociais e ambientais de hoje.					
34. No meu curso tenho a possibilidade de conhecer especialistas em questões de desenvolvimento social e ambiental.					
35. No meu curso tenho a oportunidade de fazer pesquisa aplicada para resolver problemas sociais e/ou ambientais.					
EIXO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL					
36. Percebo que minha universidade se preocupa com problemas sociais e quer que os estudantes sejam agentes de desenvolvimento.					
37. Percebo que minha universidade mantém contato próximo com atores-chave do desenvolvimento social (Estado, ONGs, organizações internacionais, empresas).					
38. A universidade oferece aos seus alunos e professores oportunidades de interagir com vários setores sociais.					

39. Na minha universidade, muitos fóruns e atividades são organizados em relação a problemas de desenvolvimento, sociais e ambientais.					
40. Existe uma política explícita na universidade de acesso à educação acadêmica a grupos marginalizados (população indígena, minorias raciais, estudantes de baixa renda, etc.) por meio de bolsas de estudo ou outros meios.					
41. Na minha universidade há iniciativas voluntárias e a universidade nos motiva a participar delas.					
42. No curso de meus estudos, pude constatar que a assistência e o desenvolvimento não estão muito relacionados.					
43. Desde que estive na universidade, pude fazer parte de grupos e/ou redes com fins sociais ou ambientais organizados ou promovidos pelo meu curso ou pela universidade.					
44. Estudantes que se formam na minha universidade receberam ensinamentos que promovem sua sensibilidade social e ambiental.					
45. No decorrer da minha vida de estudante, aprendi muito sobre a realidade nacional e os problemas sociais do meu país.					

FONTE: Adaptado e traduzido de Vallaey, Cruz e Sasia (2009, p. 40-41; 47-48; 55).

Considerando as respostas anteriores, você acredita que a UFFS é uma instituição com compromisso social?
 Sim Não Talvez Não sei

Espaço para sugestões ou críticas em relação a RSU da UFFS:

Por gentileza, confira se respondeu a todas as perguntas.

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE E – Questionário para docentes

Esta é uma pesquisa acadêmica sobre Responsabilidade Social Universitária (RSU), desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Sua opinião é de suma importância para compreensão do desenvolvimento e aplicação das ações da responsabilidade social na universidade.

Toda a informação prestada será utilizada para fins de estudo, de forma agregada, em minha dissertação de mestrado, não sendo necessário identificar-se. Portanto, será preservada a confidencialidade das informações.

Caso haja dúvida a respeito do questionário ou sobre os resultados da pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora Elise Cristina Eidt através do e-mail: elise.eidt@uffs.edu.br

Questões gerais

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: () 20 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () 50 a 59 anos () 60 ou mais

Tempo de instituição: () menos de 1 ano () de 1 à 5 anos () de 5 à 10 anos

Escolaridade: () Especialização completa () Mestrado completo () Doutorado completo () Pós-doutorado

Curso de Graduação em que ministra aulas:

Campus:

Ministra aula na Pós-Graduação *stricto sensu* na UFFS: () Sim () Não

Ministra aula nos componentes curriculares de qual domínio: () Comum () Conexo () Específico

Conceito de Responsabilidade Social Universitária

A RSU é uma política de melhoria contínua da universidade, que deve se encarregar da gestão de todos os impactos sociais que a universidade gera, em diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009), objetivando a realização eficaz de sua missão social por meio de quatro processos: a gestão ética e instituição ambiental; formação de cidadãos responsáveis e cuidadosos; produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante; e a participação social no fomento de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Considerando o conceito acima, as questões a seguir tratam da sua opinião em relação às ações de responsabilidade social da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Marque um 'X' na resposta que represente a sua opinião.

PESQUISA PARA DOCENTES	1. Discordo totalmente	2. Discordo parcialmente	3. Nem concordo nem discordo	4. Concordo parcialmente	5. Concordo totalmente
criação da UFFS					
1. Percebo que a trajetória de criação da UFFS possui características de responsabilidade social.					
2. A criação da UFFS faz parte da luta de um conjunto de atores sociais, como lideranças políticas locais, empresários, comunidade e principalmente de movimentos sociais.					
3. A UFFS trabalha na perspectiva de inclusão escolar e superação das desigualdades regionais.					
4. A responsabilidade social é prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFFS 2012-2018.					
5. Percebo que a comunidade regional participa da vida universitária do <i>Campus</i> .					
EIXO: CAMPUS RESPONSÁVEL					
6. Estou satisfeito com as avaliações desenvolvidas pela universidade quanto a progressão e promoção funcional na carreira.					
7. Estou satisfeito com os benefícios sociais e profissionais oferecidos pela universidade.					
8. Dentro da universidade, o trabalho em equipe e a solidariedade são promovidos.					
9. Existe um bom ambiente de trabalho entre os servidores.					
10. A universidade oferece instalações e possibilidades para o desenvolvimento pessoal e profissional de professores.					
11. Existe igualdade de gênero nos órgãos de gestão da universidade.					
12. Não há discriminação no acesso ao ensino, nem por gênero, religião, raça, orientação política ou sexual.					
13. A universidade é socialmente responsável com o seu pessoal docente e não docente.					
14. A universidade é ambientalmente responsável.					
15. Existe uma política institucional para a proteção do meio ambiente no <i>campus</i> .					
16. O pessoal docente e não docente recebe formação em questões ambientais da universidade.					
17. A organização da vida no <i>campus</i> permite que as pessoas adquiram hábitos ecológicos apropriados.					
18. Os gestores da universidade foram escolhidos democraticamente e transparentemente.					

19. Sinto-me ouvido como cidadão e posso participar ativamente da vida institucional.					
20. A universidade me informa adequadamente sobre todas as decisões institucionais que me dizem respeito e me afetam.					
21. Informações econômico-financeiras são periodicamente fornecidas ao pessoal da universidade.					
22. Eu percebo a coerência entre os princípios (Missão, Metas, Plano de Desenvolvimento Institucional, entre outros) declarados pela universidade e o que é praticado no <i>campus</i> .					
23. A comunicação e a divulgação da universidade são realizados de maneira socialmente responsável.					
24. A universidade promove relações de cooperação com outras universidades.					
25. A universidade procura usar suas campanhas de divulgação para promover valores e questões de responsabilidade social.					
EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CIDADÃ					
26. A universidade oferece aos alunos uma educação ética e cívica que os ajuda a ser pessoas socialmente responsáveis.					
27. Reuniões são realizadas com colegas para examinar os aspectos de responsabilidade social ligados à carreira que ensino.					
28. Eu percebo que os estudantes estão bem informados sobre as injustiças sociais e os riscos ecológicos do mundo de hoje.					
29. Os diferentes cursos que cito são atualizados e respondem às necessidades sociais do ambiente.					
30. Nos meus cursos, os alunos têm que fazer atividades que impactem positivamente o ambiente social.					
31. Eu costumo ligar os conteúdos temáticos ensinados aos problemas sociais e ambientais de hoje.					
32. Tive a oportunidade de vincular cursos sob minha responsabilidade com projetos sociais fora da universidade.					
33. Participei de atividades voluntárias de solidariedade com colegas e alunos.					
34. Na minha especialidade, tivemos reuniões com atores sociais externos para discutir a relevância social do currículo.					
35. Tivemos reuniões com graduados da especialidade para discutir a adequação do currículo às demandas sociais atuais.					
EIXO: GESTÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO					
36. A universidade possui linhas de pesquisa voltadas para o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental.					
37. Os tópicos de pesquisa são definidos em consulta com os interesses dos grupos externos envolvidos.					
38. Durante a investigação, há processos de consulta com os usuários dos resultados por meio de entrevistas, reuniões da comunidade ou outros dispositivos.					

39. Os grupos externos envolvidos na pesquisa participam de sua avaliação final, cujos resultados são integrados ao documento.					
40. Problemas multidimensionais são investigados de forma interdisciplinar.					
41. As equipes de pesquisa interdisciplinar incorporam atores não universitários em seus processos.					
42. Na universidade existem dispositivos de treinamento transdisciplinares para professores e pesquisadores.					
43. A universidade estabelece alianças e sinergias com outros atores (governo, empresas ou ONGs) para elaborar políticas de conhecimento, linhas de pesquisa ou campos de treinamento adequados às exigências sociais.					
44. A universidade tem sistemas de promoção de pesquisa socialmente úteis.					
45. A universidade dispõe de mecanismos regulares de monitoramento das políticas públicas, bem como de identificação e análise das principais questões da sociedade.					
46. A universidade promove e estimula o diálogo entre pesquisadores e formuladores de políticas.					
47. A universidade tem meios específicos de disseminar e transferir conhecimento para o público.					
48. A universidade promove a divulgação científica e a disseminação de conhecimento para públicos marginalizados.					
49. A universidade investiga as necessidades de conhecimento relevantes dos grupos sociais mais excluídos e tenta satisfazê-las.					
50. A universidade promove a formação de vários grupos sociais para pesquisa e produção de conhecimento próprio.					
51. A universidade promove a incorporação permanente de resultados de pesquisa, estudos de caso e metodologias nos currículos.					
52. Os estudantes de graduação devem necessariamente praticar pesquisas durante a sua formação.					
53. Projetos e programas de pesquisa incorporam sistematicamente os alunos.					
54. Pesquisadores da universidade têm tempo e recursos para ajudar os alunos que desejam fazê-lo.					
55. A universidade promove um código de ética para a ciência e os cientistas, bem como a supervisão cidadã da atividade científica.					
EIXO: PARTICIPAÇÃO SOCIAL					
Os projetos de extensão desenvolvidos pela universidade...					
56. ... são fruto de um acordo explícito assinado por ambas as partes (a universidade e a comunidade beneficiária).					
57. ... são executados e avaliados de forma participativa e equitativa por ambas as partes.					
58. ... geram novas redes e associações.					

59. ... envolvem diferentes atores de diferentes especialidades e com habilidades diversas que refletem e trabalham juntos.					
60. ... integram componentes técnicos, científicos e humanísticos.					
61. ... necessitam da aplicação de conhecimento especializados para serem realizados.					
62. ... são uma fonte de novos conhecimentos não produzidos antes.					
63. ... originam publicações (especializadas e/ou divulgação).					
64. ... permitem a articulação de conhecimentos tradicionais e não acadêmicos com conhecimentos especializados.					
65. ... permitem que atores não acadêmicos integrem conhecimento especializado em suas vidas diárias.					
66. ... são uma fonte de novas atividades acadêmicas e aprendizagem significativa para diferentes disciplinas de carreira.					
67. ... permitem que os professores pratiquem a aprendizagem baseada em projetos em seu(s) curso(s).					
68. ... permitem criar novas disciplinas no currículo.					
69. ... permitem melhorar o dia a dia de seus atores e/ou desenvolver suas capacidades.					
70. ... seguem regras éticas explicitamente formuladas e monitoradas (código de ética, comitê de ética, relatórios financeiros transparentes).					
71. ... estão sujeitos ao monitoramento e avaliação de especialistas externos.					
72. ... são desenvolvidos com cuidado para não cair no bem-estar, paternalismo ou não criar feudos.					
73. ... periodicamente disseminam seu escopo e resultados para a comunidade universitária e parceiros externos de maneira efetiva.					
74. ... dão origem a novas aprendizagens e projetos através da comunicação de boas práticas e erros.					
75. ... são reconhecidos pela universidade e outras instituições.					

FONTE: Adaptado e traduzido de Vallaey, Cruz e Sasia (2009, p. 42-43; 49; 51-53; 56-57).

Considerando as respostas anteriores, você acredita que a UFFS é uma instituição com compromisso social?

() Sim () Não () Talvez () Não sei

Espaço para sugestões ou críticas em relação a RSU da UFFS:

**Por gentileza, confira se respondeu a todas as perguntas.
Obrigada pela sua colaboração!**

APÊNDICE F – Roteiro grupo focal com técnico-administrativos em educação

Conceito de Responsabilidade Social Universitária

A RSU é uma política de melhoria contínua da universidade, que deve se encarregar da gestão de todos os impactos sociais que a universidade gera, em diálogo participativo com os diversos grupos de interesse (VALLAEYS; CRUZ; SASIA, 2009), objetivando a realização eficaz de sua missão social por meio de quatro processos: a gestão ética e instituição ambiental; formação de cidadãos responsáveis e cuidadosos; produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante; e a participação social no fomento de um desenvolvimento mais humano e sustentável (VALLAEYS, 2016).

Dentre os quatro eixos de RSU (*Campus* responsável; Formação profissional e cidadã; Gestão social do conhecimento; e Participação social), será considerado para a pesquisa com os Técnico-administrativos em educação o eixo de *Campus responsável*, conforme proposto por Vallaeyes, Cruz e Sasia (2009).

ROTEIRO GRUPO FOCAL

1. Analise com os participantes do grupo focal o significado e como ocorre a RSU e a lógica deste grupo focal.

Questão norteadora para a **Pesquisa Histórica**: A trajetória de criação da UFFS possui características de responsabilidade social;

Analise com os participantes dos tópicos relacionados a:

- Participação de atores sociais, como lideranças políticas locais, empresários, comunidade e principalmente de movimentos sociais na estruturação da RS da UFFS.
- Perspectiva de inclusão escolar e superação das desigualdades regionais.
- Se conhecem o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2018 e outros documentos, e o que eles abordam no quesito da RSU.

Questão norteadora para **Campus responsável**: Como devemos nos organizar para que nossa universidade seja social e ambientalmente responsável?

Analise com os participantes dos tópicos relacionados ao eixo:

- Direitos humanos e de trabalho (Centro de referência; Ponto eletrônico; Avaliações de desempenho – progresso e promoção; Atuação do sindicato; terceirizados)
- Equidade de gênero (no acesso aos cargos de gestão – é por mérito) e não-discriminação (cor; raça, religião, opção política);
- Desenvolvimento pessoal e profissional (Pleduca; Afastamentos dos docentes – diferença de tratamento; Desenvolvimento de atividades do SIASS; Participação nos projetos de pesquisa e extensão);
- Bom ambiente de trabalho (lugar de descanso; alimentação; creche; solidariedade; convívio hierárquico – motivação para o trabalho)
- Meio Ambiente (*campus* sustentável - políticas; atividades realizadas; formação);

<ul style="list-style-type: none"> - Transparência e democracia (bom governo – escolha dos gestores; tomada de decisões e sua divulgação; representação dos TAEs em Conselhos, Comissões); - Coerência entre princípios declarados (missão, visão) e às práticas do <i>campus</i> (democrática e popular; comunidade regional participa da vida do <i>campus</i>); - Comunicação e divulgação responsável (é suficiente – comunidade universitária conhece a UFFS); - Sugestões e desafios (como os TAEs podem contribuir)
<p>2. Conduzir o debate seguindo o esquema geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como você percebe o desempenho da universidade em relação a essa questão? - Quais são suas conquistas? Por quê? - Quais são os pontos negativos? Por quê? - Que sugestões de melhoria você pode fazer? - Como você se envolveria pessoalmente para tornar essa melhoria uma realidade? <p>- Roteiro de perguntas (você parece ter uma opinião muito arraigada sobre isso. O que você acha que os outros pensam?; pode me dar um exemplo?; você começou a dizer alguma coisa...) – não precisa haver consensos.</p> <p>- O encerramento requer a exposição, de maneira sintética, da discussão promovida pelo grupo focal. Pode-se também esclarecer dúvidas que tenham ficado pendentes.</p>
<p>3. Outros aspectos de conflitos na apuração da RSU (após coleta de dados documentais, entrevistas e questionários)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desvirtuamento da concepção inicial da Universidade....

APÊNDICE G - Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz

Eu, (Preencher com o nome do participante) permito que a pesquisadora ELISE CRISTINA EIDT obtenha gravação de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica/educacional intitulada RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR.

Concordo que o material e as informações obtidas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Terão acesso aos arquivos a pesquisadora e os participantes da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa: _____

Pesquisadora: Elise Cristina Eidt: _____

_____, ____ de _____, ____

APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Responsabilidade Social Universitária: um estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior”, desenvolvida por Elise Cristina Eidt, discente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Francisco Beltrão (PR), sob orientação da Professora Dra. Rosane Calgaro.

O objetivo central do estudo é: **Diagnosticar a gestão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**. Entre as principais justificativas do estudo se destaca: (i) a importância e atualidade do tema frente às inúmeras dúvidas, questionamentos e interpretações no plano conceitual, ideológico e prático, que fazem com que a RSU assuma certo grau de complexidade; (ii) a missão pública das IES, fixada pela Lei nº 10.861/2004 de promoção da Responsabilidade Social; (iii) a escassa produção científica sobre o estado da arte das ações de RSU; (iv) a possibilidade de trazer novos conhecimentos sobre o espaço de atuação da universidade e a importância que ela tem, enquanto organização que promove o conhecimento, e dissemina produções científicas que podem servir de apoio para a região objeto deste estudo e outras universidades; e (v) a contribuição para o campo científico das ciências sociais, revelando à sociedade como uma universidade federal compreende e gerencia a RS.

O convite a sua participação se deve à importância da sua manifestação em relação a prática da RS pela UFFS. Os critérios de inclusão dos participantes consideraram a comunidade acadêmica (gestores, discentes, docentes e técnico-administrativos) e regional (egressos, membros do Conselho Estratégico Social (CES), Conselho Universitário (CONSUNI) e Conselho Curador (CONCUR), representantes das associações/movimentos sociais dos três estados do sul do Brasil, considerando a MESOMERCOSUL).

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário/grupo focal à pesquisadora do projeto.

O tempo de duração da pesquisa pode variar entre 15 minutos (questionário) a 1 hora aproximadamente (entrevista e grupo focal).

A entrevista e o debate do grupo focal serão gravados para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

As informações serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa se constitui no conhecimento que será gerado, pois poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre a RS no ambiente universitário e a importância da participação da comunidade acadêmica e regional neste processo.

Em relação aos riscos, você poderá sentir desconforto em compartilhar informações, pois algumas perguntas podem interferir na vida e na rotina, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar à um leve cansaço.

Esclareço que você participante não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar. Além disso, pode desistir a qualquer momento da colaboração neste estudo.

Será assegurada a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes. Além disso, será garantido aos participantes acesso aos resultados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão enviados ao seu e-mail para conhecimento, e caso solicite, a apresentação poderá ser feita presencialmente. Além disso, os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via.

Desde já agradecemos sua participação!

_____, _____ 2018.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (49) 99176-5856 ou (49) 2049-3728

e-mail: elise.eidt@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: (Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Av. Fernando Machado, 108 E, Centro, Chapecó, SC – Brasil, Caixa Postal 181 – CEP 89802-112. Sala 1-3-11.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&sit e=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE I – Análise dos PPCs

Quadro 23 - Análise dos PPCs

Ciências Agrárias: Agronomia Chapecó (UFFS, 2012c), Agronomia Cerro Largo* (UFFS, 2012e; 2016a), Agronomia Erechim** (UFFS, 2016b), Agronomia Laranjeiras do Sul*** (UFFS, 2017c) e Medicina Veterinária Realeza (UFFS, 2010g)
Justificativa de Criação: - Os cursos de Agronomia foram criados para atender regiões da Fronteira Sul, visando potencializar a economia local, principalmente no tocante à agricultura familiar. - O curso de Medicina Veterinária também trata da estrutura produtiva da região, com destaque para a agricultura familiar, fato que torna a preocupação com a saúde dos rebanhos uma questão crucial.
Objetivo: - Agronomia tem seus objetivos direcionados à formação em conceitos e princípios ecológicos, visando ao planejamento, à construção e ao manejo de agroecossistemas ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e socioculturalmente aceitáveis com sólidos conhecimentos técnico-científicos e compromisso social. - Já Medicina Veterinária cita a promoção da saúde animal, com senso de ética profissional e comprometido com o desenvolvimento social, econômico e político da sociedade brasileira e apto a compreender as suas necessidades.
Domínio comum: - Em Chapecó o domínio está estruturado em 11 disciplinas; Cerro Largo, Erechim e Laranjeiras do Sul, no novo PPC, preveem apenas sete disciplinas obrigatórias, e Medicina Veterinária de Realeza conta com 11 CCRs. As disciplinas comuns em todos os cursos são: História da Fronteira Sul, Introdução ao pensamento social e Fundamentos da crítica social. Chapecó, Cerro Largo e Erechim citam ainda Meio Ambiente, Economia e sociedade. Além disso, Chapecó, Laranjeiras do Sul e Realeza preveem o CCR de Direitos e Cidadania.
Domínio conexo: - Domínio conexo de Agronomia: disciplina de Responsabilidade socioambiental em Chapecó e Laranjeiras do Sul. Na reestruturação dos PPCs de Cerro Largo e Erechim o CCR foi transformado em optativa. Já para Medicina Veterinária não foram identificadas disciplinas relacionadas à RSU.
Domínio específico: - Domínio específico de Chapecó não descreve disciplinas que tenham relação direta com a RS. Em Cerro Largo e Erechim aparecem as disciplinas de Soberania e segurança alimentar e Manejo e conservação do solo e da água, ministradas até 2016. Porém, em 2017, Soberania e segurança alimentar passou a ser optativa. Em Laranjeiras do Sul cita-se o CCR Soberania e segurança alimentar e nutricional que, em 2017, passou a ser denominada de Abastecimento, soberania e segurança alimentar e nutricional e o CCR de Manejo e conservação do solo e da água. Por fim, para Medicina Veterinária, destaca-se Extensão rural e Saneamento ambiental.
Disciplinas optativas: - Quanto às Disciplinas optativas de Chapecó: Recursos naturais e energias renováveis e Planejamento e Gestão de recursos hídricos. De Cerro Largo: Libras, Planejamento e Gestão de recursos hídricos, Relações étnico-raciais e a Cultura da terra. Em 2017 foram incluídas: Educação ambiental, Avaliação de impacto ambiental, Controle da poluição do solo, e Recursos energéticos e energias renováveis. Para Erechim: entre as disciplinas de 2010 mantidas em 2016, destacam-se Libras, Planejamento e gestão de recursos hídricos, Impacto ambiental de agrotóxicos e Recursos naturais e energias renováveis. Em Laranjeiras do Sul: Libras, Planejamento e gestão de recursos hídricos, Recursos naturais e energias renováveis, Planejamento do desenvolvimento regional, Poluição do solo e Recuperação de áreas degradadas. Em 2017 foram incluídas: Energia e biocombustíveis, Prática de extensão e Prática de pesquisa. Por fim, para Realeza, Introdução ao cooperativismo, Introdução a agroecologia e Libras.
Articulação ensino, pesquisa e extensão: - Os cursos de Agronomia citam o convívio com a realidade no espaço rural, a problematização local, regional e nacional. Chapecó não cita ações efetivas para extensão. Cerro Largo avança ao destacar atividades de pesquisa, extensão, eventos, participação em política estudantil, em movimentos e ações sociais, atividades interdisciplinares e a inserção social, que devem ser incentivados e viabilizados.

continua

Quadro 22 - Análise dos PPCs (continuação)

Erechim retrata a interdisciplinaridade e a indissociabilidade do tripé visando à formação de profissionais comprometidos com a vida social e o meio ambiente. Já Laranjeiras do Sul complementa com a organização do currículo em módulos e a criação de um componente curricular denominado Prática de Campo.

- Já o curso de Medicina Veterinária prevê que a pesquisa surgirá como elemento associado ao ensino, por meio do fomento de projetos e programas de bolsas de iniciação científica. Também deverão ser disponibilizados espaços voltados para a prática de extensão.

Perfil do Egresso: Os cursos destacam que o egresso deverá ter valores humanísticos, princípios éticos, visão socioambiental, com atuação efetiva para o atendimento das demandas do desenvolvimento local, regional e nacional.

Ciências da Saúde: Enfermagem Chapecó (UFFS, 2010a) e Medicina Passo Fundo** (UFFS, 2018n)**

Justificativa de Criação:

- Ambos os cursos refletem a necessidade de profissionais para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS).

Objetivo:

- Direcionado à formação de um profissional com princípios éticos, conhecimentos interdisciplinares, para atuar e valorizar os diferentes níveis de atenção à saúde e suas respectivas áreas, considerando o contexto sociopolítico, econômico e cultural da região e do país.

Domínio comum:

- Para a Enfermagem o Domínio comum está estruturado em 11 disciplinas e o de Medicina em sete, entre as quais cita-se: Meio ambiente, economia e sociedade, Direitos e cidadania, História da Fronteira Sul e Fundamentos da crítica social (renomeada para Introdução à Filosofia). Além dessas, Enfermagem oferta ainda o CCR de Introdução ao pensamento social.

Domínio conexo:

- Enfermagem possui a disciplina de Fundamentos da saúde pública.
- Medicina os CCRs de Saúde coletiva e Seminários integradores.

Domínio específico:

- Para Enfermagem não são descritas disciplinas que tenham relação direta com a RS.

- No curso de Medicina nos CCRs específicos cita-se Ciência, espiritualidade e saúde.

Disciplinas optativas:

- Para Enfermagem não são descritas disciplinas que tenham relação direta com a RS.

- Optativas de Medicina: Libras, Educação para as relações étnicas raciais, gênero e direitos humanos e Relações de gênero e Direitos humanos e suas implicações na saúde.

Articulação ensino, pesquisa e extensão:

- O PPC de Enfermagem cita que os alunos serão estimulados para a prática investigativa e de assistência, estimulando a formação de pesquisadores, com proposição de ações transformadoras da realidade social.

- O PPC de Medicina cita ações da UFFS, como: (i) COEPE; (ii) Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE); (iii) Jornada de Iniciação Científica (JIC); e (iv) Programa de Monitorias. O Curso se diz envolvido no desenvolvimento de projetos e programas.

Perfil do Egresso:

- O egresso de ambos os cursos deverá atuar com responsabilidade e compromisso social, contribuindo para a concretização dos princípios e diretrizes do SUS, com uma perspectiva de formação integradora e a sensibilidade em relação à realidade sociocultural da Mesorregião.

Ciências Humanas: História Chapecó*** (UFFS, 2010b; 2012d) e Pedagogia Erechim (UFFS, 2010e)**

Justificativa de Criação:

- História cita a necessidade de preservação da memória, em especial nos pequenos municípios.

- Pedagogia apresenta a necessária valorização do processo de inclusão social, para o desenvolvimento socioeconômico regional e de produção de conhecimento científico.

Objetivo:

- O curso de História cita a necessidade de desenvolver projetos de pesquisa, ensino e difusão, visando a uma interferência significativa na sociedade.

continua

Quadro 22 - Análise dos PPCs (continuação)

<p>- O curso de Pedagogia apresenta um objetivo mais abrangente, no qual são ressaltados os princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social e ética, com necessária participação da e na comunidade externa.</p>
<p>Domínio comum:</p> <p>- Para História, o domínio comum diminuiu de 11 para sete disciplinas. Já para a Pedagogia permanecem os 11 CCRs. Para ambos cita-se: Introdução ao pensamento social, Introdução à Filosofia, História da Fronteira Sul e Meio ambiente, economia e sociedade. Para além, Pedagogia permanece com o CCR de Direitos e cidadania.</p>
<p>Domínio conexo:</p> <p>- Para ambos, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras).</p>
<p>Domínio específico:</p> <p>- Curso de História: História regional, que no PPC novo foi substituída por História de Santa Catarina. - Para Pedagogia não são descritas disciplinas que tenham relação direta com a RS no domínio específico.</p>
<p>Disciplinas optativas:</p> <p>- Como optativas de História destacam-se das disciplinas até 2013: História do trabalho e dos movimentos sociais no campo e Patrimônio histórico e cultural. Já com o novo PPC foram criadas quatro disciplinas optativas, não descritas. - Como optativas de Pedagogia citam-se: Seminário temático em movimentos sociais, Educação escolar Indígena e educação das relações étnico-raciais e Seminário temático em educação indígena e afrodescendente. São previstos ainda dois seminários, os quais têm a participação de agentes que atuam na região de abrangência da UFFS.</p>
<p>Articulação ensino, pesquisa e extensão:</p> <p>- O curso de História prevê que os pesquisadores considerem diretrizes definidas pela Universidade e, ao definirem seus problemas de pesquisa, tenham em vista as demandas pertinentes das políticas da UFFS. A extensão está presente na grade por meio das Atividades Curriculares Complementares (ACCs) e, ainda, outras atividades direcionadas. - Pedagogia evidencia seus componentes curriculares de estágio e seminários como pivôs da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.</p>
<p>Perfil do Egresso:</p> <p>- Para História o egresso deve desenvolver assessoramento e consultoria a movimentos sociais e políticos, propor a criação e curadoria de museus e de casas de cultura, atuação e organização de arquivos históricos, participar de pesquisas arqueológicas e assessorar projetos de turismo histórico-cultural, entre outros. - Já o egresso de Pedagogia deve ter autonomia intelectual, profissional e cidadã com a realidade em que vive, exigindo uma relação que efetivamente demonstre a responsabilidade social.</p>
<p>Linguística, Letras e Artes: Letras Português e Espanhol Cerro Largo (UFFS, 2010d) e Letras, Português e Espanhol Chapecó (UFFS, 2010c)</p>
<p>Justificativa de Criação:</p> <p>- Ambos citam a necessidade de compreensão da realidade sociolinguística das cidades e estados da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno. - Cerro Largo complementa com a necessidade de promoção de um ensino de língua que valorize essa diversidade.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>- Ambos voltam-se à formação de professores críticos e éticos, para atuação competente, criação e socialização do conhecimento e à inserção ativa no meio social em que atuam.</p>
<p>Domínio comum:</p> <p>- O domínio comum dos dois cursos está estruturado em 11 disciplinas, entre as quais cita-se: Meio ambiente, economia e sociedade, Direitos e cidadania, História da Fronteira Sul, Introdução ao pensamento social e Fundamentos da crítica social.</p>
<p>Domínio conexo:</p> <p>- Em ambos aparece a disciplina de Libras.</p>
<p>Domínio específico:</p> <p>- Em Cerro Largo não são descritas disciplinas que tenham relação direta com a RS. - Em Chapecó cita-se a disciplina de Literaturas catarinense, paranaense e sul-riograndense.</p>

continua

Quadro 22 - Análise dos PPCs (continuação)

Disciplinas optativas: - Disciplinas optativas: em ambos os cursos está prevista a oferta das optativas I e II, definidas pelo Colegiado. Para além, são citados seminários temáticos e oficinas com temas pertinentes ao curso e à atualização do currículo, porém não há especificação do que será realizado.
Articulação ensino, pesquisa e extensão: - Os cursos compreendem que a responsabilidade social requer uma proposta de formação que contemple pesquisas fortemente imersas na realidade social do país, buscando atender às necessidades regionais, que derivam do papel social da UFFS. Preveem ainda que as atividades de pesquisa e de extensão ocorrerão conexas aos conteúdos e às dinâmicas das disciplinas.
Perfil do Egresso: - Alicerçado no tripé, o licenciado deve estar apto a atuar de forma interdisciplinar e transdisciplinar.
Ciências Naturais e Matemática e Ciências Agrárias: Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias Laranjeiras do Sul (UFFS, 2010f)
Justificativa de Criação: - A proposta se inscreve na perspectiva do desenvolvimento regional e na necessidade de ensino voltado para a formação e ampliação de professores para o ensino no campo.
Objetivo: - Direcionado à formação de um profissional comprometido com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico dos povos do campo e da região de abrangência da UFFS.
Domínio comum: - Está estruturado em 11 disciplinas, entre as quais cita-se: Meio ambiente, economia e sociedade, Direitos e cidadania, História da Fronteira Sul, Introdução ao pensamento social e Fundamentos da crítica social.
Domínio conexo: - Disciplina de Libras.
Domínio específico: - Disciplina de Educação, movimentos sociais e organização comunitária.
Disciplinas optativas: - Educação e trabalho e a Questão agrária, Conhecimento escolar e cultura local, Gênero e diversidade na escola do campo e Educação escolar indígena.
Articulação ensino, pesquisa e extensão: - Prevê que a relação comunidade e universidade estará presente em todos os processos desenvolvidos, norteada pelos princípios de indissociabilidade e compromisso social.
Perfil do Egresso: - O egresso deverá ter compromisso com a escola pública, atuando nos processos educativos nas comunidades, organizando com as famílias e ou com grupos sociais de origem a implantação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que incluam a participação da escola.
Ciências Biológicas Realeza (UFFS, 2012f)
Justificativa de Criação: - Carência de cursos de licenciatura em instituições públicas na Mesorregião Sudoeste do Paraná, e a consequente falta de profissionais qualificados para atuar no ensino fundamental e médio.
Objetivo: - Direcionado à formação generalista e criativa de um profissional comprometido com a educação ambiental em diferentes instâncias da sociedade.
Domínio comum: - Estruturado em sete disciplinas, dentre as quais: Introdução à Filosofia, Meio ambiente e Introdução ao pensamento social.
Domínio conexo: - Disciplina de Libras.
Domínio específico: - Não são descritas disciplinas que tenham relação com a RS.
Disciplinas optativas: - Energias renováveis, Educação e diversidade e Legislação e direito ambiental.

continua

Quadro 22 - Análise dos PPCs (continuação)

Articulação ensino, pesquisa e extensão:

- O Curso prevê que por meio da articulação das atividades ocorra a difusão, tanto interna quanto externa, de conhecimentos socialmente relevantes, contribuindo dessa forma para a melhora da qualidade educativa.

Perfil do Egresso:

- O egresso deverá ter competência ético-política, socioeducativa para atuar multi e interdisciplinarmente, com senso de responsabilidade social.

FONTE: Elaborado pela autora, 2018.

* e *** Primeira versão do PPC aprovada em 2010, porém desde 2017 está em vigor um novo Projeto.

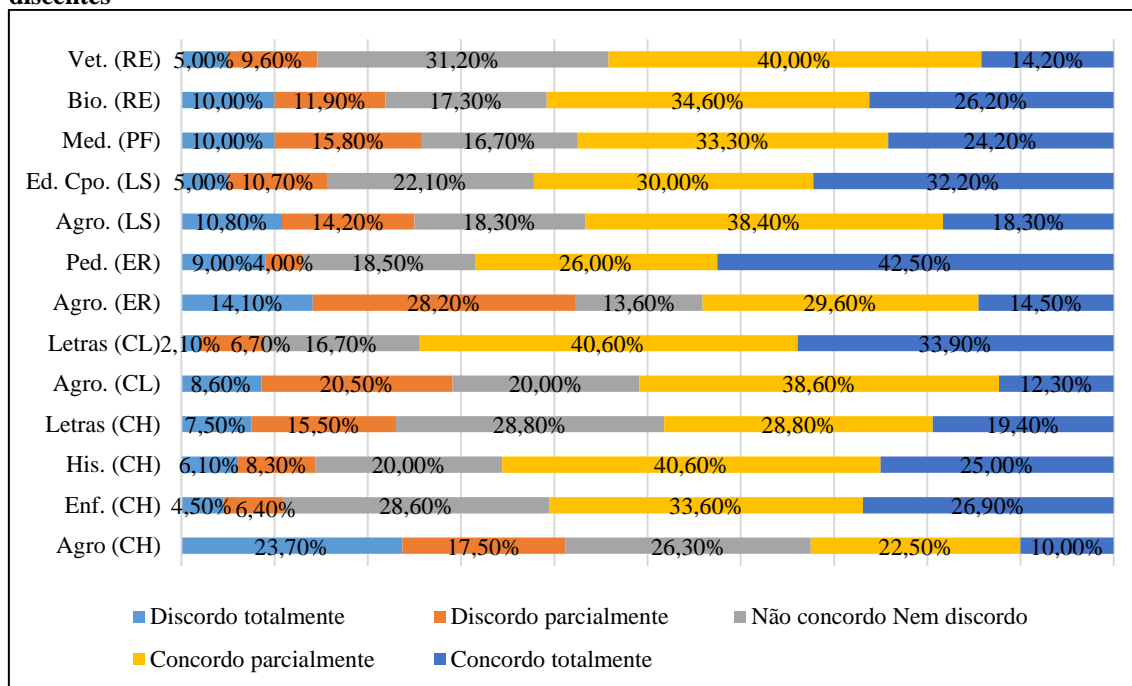
** Primeira versão do PPC aprovada em 2010, porém desde 2016 está em vigor um novo Projeto.

**** Primeira versão do PPC aprovada em 2013, porém desde 2018 está em vigor um novo Projeto.

***** Primeira versão do PPC aprovada em 2010, porém desde 2013 está em vigor um novo Projeto.

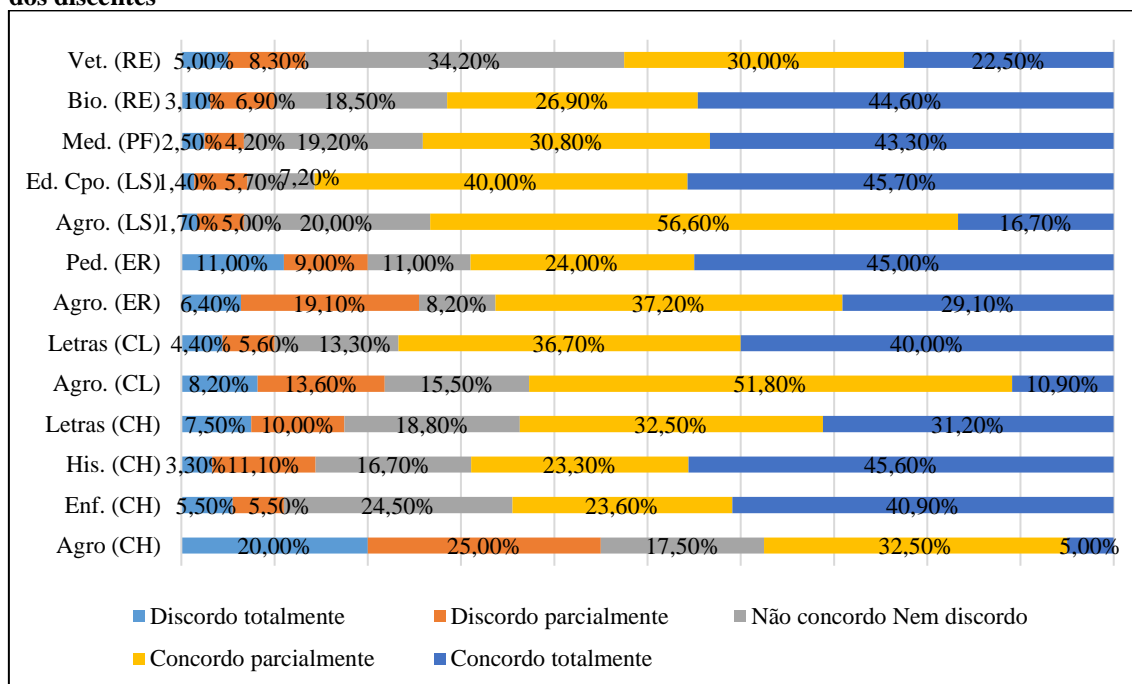
APÊNDICE J – Gráficos com Escalas de resposta por Eixo da RSU conforme curso e *campus* dos discentes e docentes

Gráfico 10 - Escala de respostas para o Eixo *Campus* responsável conforme curso e *campus* dos discentes



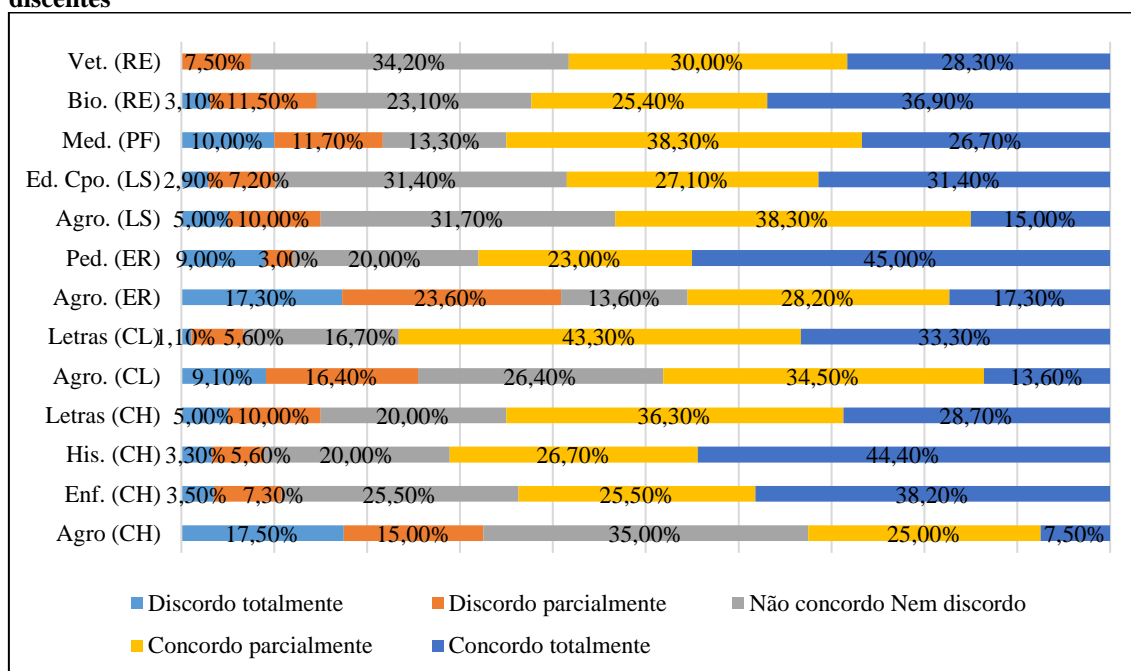
FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Gráfico 11 - Escala de respostas para o Eixo Formação profissional e cidadã conforme curso e *campus* dos discentes



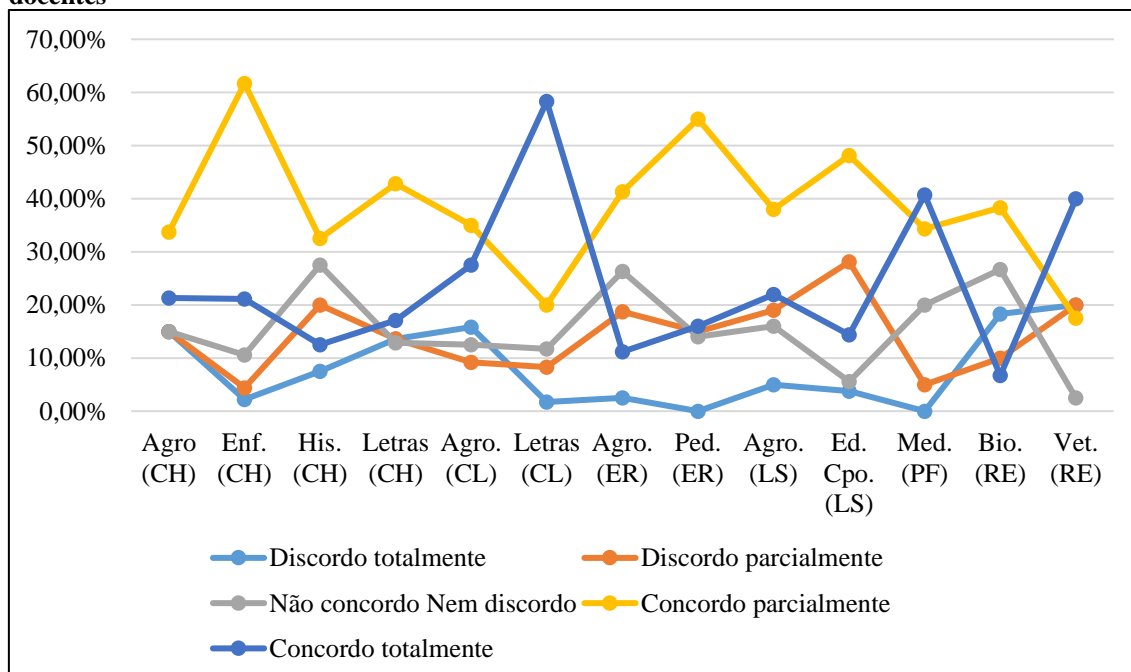
FONTE: Dados da Pesquisa, 2018.

Gráfico 12 - Escala de respostas para o Eixo Participação social conforme curso e *campus* dos discentes



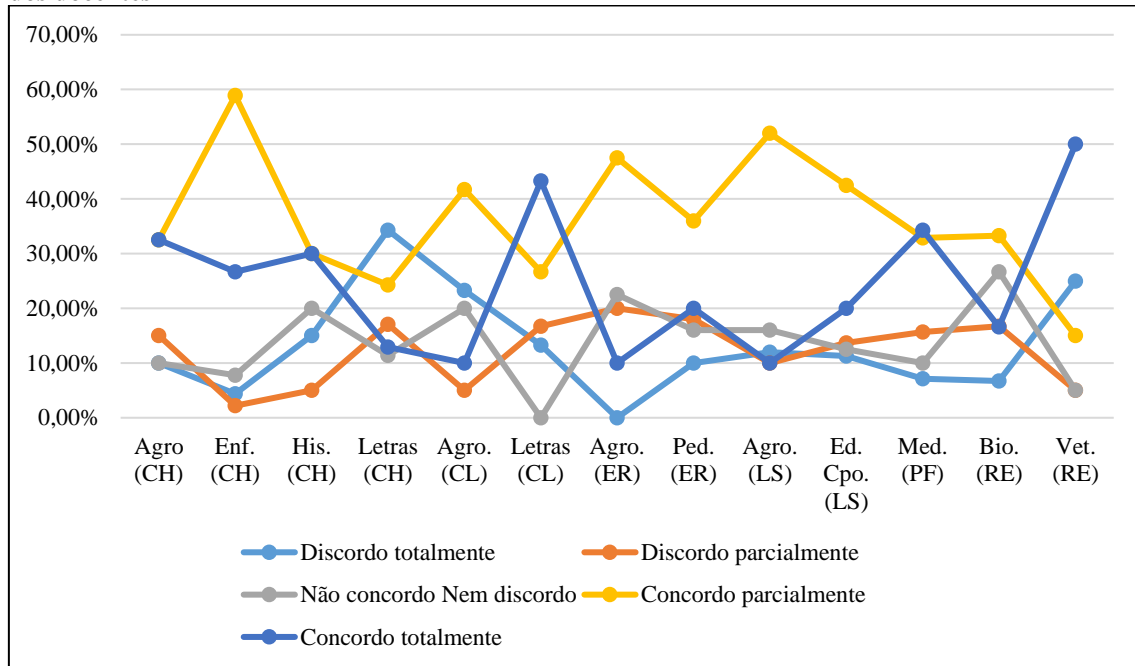
FONTE: Dados da Pesquisa, 2018.

Gráfico 13 - Escala de respostas para o Eixo *Campus* responsável conforme curso e *campus* dos docentes



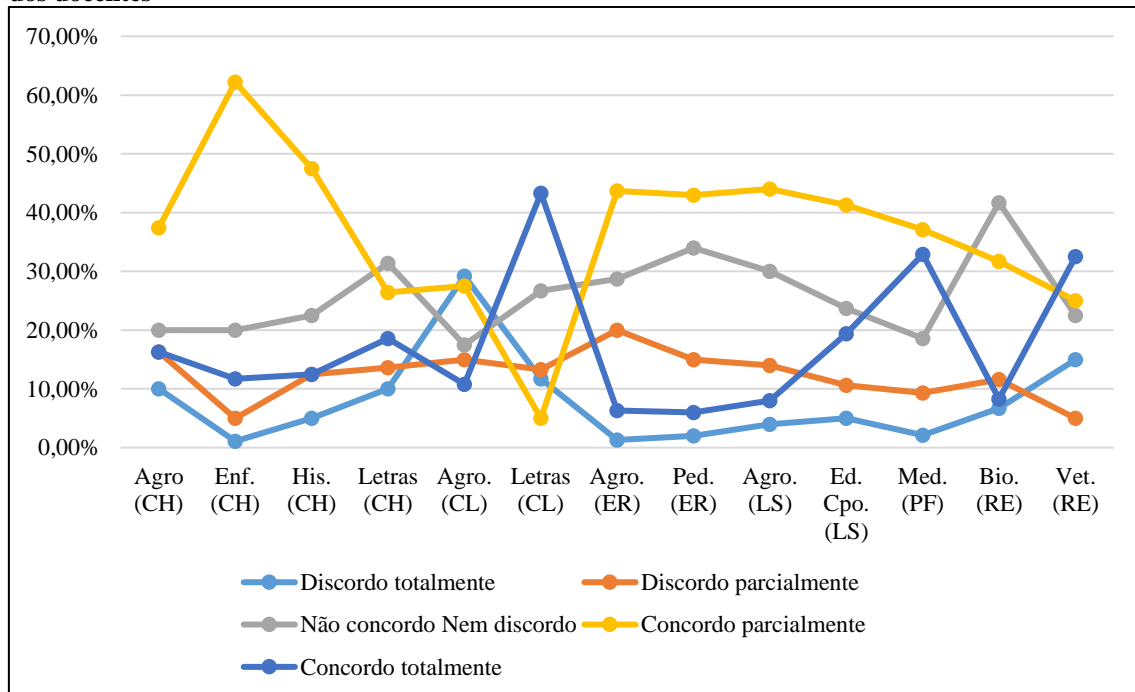
FONTE: Dados da Pesquisa, 2018.

Gráfico 14 - Escala de respostas para o Eixo Formação profissional e cidadã conforme curso e *campus* dos docentes



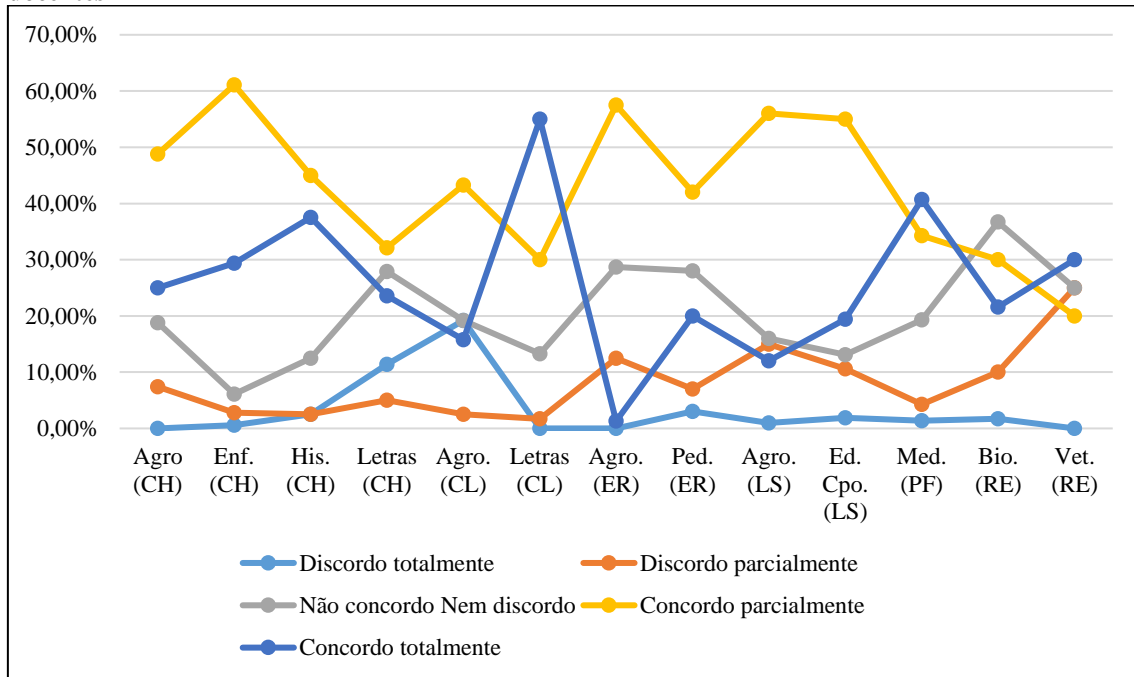
FONTE: Dados da Pesquisa, 2018.

Gráfico 15 - Escala de respostas para o Eixo Gestão Social do Conhecimento conforme curso e *campus* dos docentes



FONTE: Dados da Pesquisa, 2018.

Gráfico 16 - Escala de respostas para o Eixo Participação social conforme curso e *campus* dos docentes



FONTE: Dados da Pesquisa, 2018.